



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

BRUNO CECCATO ROSSI

O CENTRO CÍVICO NOS PROJETOS PARA A CIDADE
UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALLES
OLIVEIRA DA USP

CAMPINAS

2024

BRUNO CECCATO ROSSI

**O CENTRO CÍVICO NOS PROJETOS PARA A
CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALLES
OLIVEIRA DA USP**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Ana Maria Reis De Góes Monteiro

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO DEFENDIDA PELO ALUNO BRUNO CECCATO
ROSSI E ORIENTADO PELA PROF.^a. DR.^a. ANA MARIA REIS
DE GÓES MONTEIRO.

ASSINATURA DO ORIENTADOR(A)

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

R735c Rossi, Bruno Ceccato, 1984-
O centro cívico nos projetos para a Cidade Universitária Armando Salles
Oliveira da USP / Bruno Ceccato Rossi. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Ana Maria Reis de Goes Monteiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Rino Levi. 2. Arquitetura moderna. 3. Arquitetura e urbanismo. I.
Monteiro, Ana Maria Reis de Goes, 1958-. II. Universidade Estadual de
Campinas (UNICAMP). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
Urbanismo. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The civic center in the projects for the University City armando Salles Oliveira da USP

Palavras-chave em inglês:

Rino Levi

Modern architecture

architecture and urbanism

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Ana Maria Reis de Goes Monteiro [Orientador]

Maria Stella Martins Bresciani

Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

Data de defesa: 06-06-2024

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-4322-7147>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7601372832716773>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E
URBANISMO

O CENTRO CÍVICO NOS PROJETOS PARA A CIDADE
UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALLES
OLIVEIRA DA USP

Bruno Ceccato Rossi

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Profa. Dra. Ana Maria Reis de Góes Monteiro
Presidente e Orientador(a) / Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Sílvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina
Universidade Estadual de Campinas

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Campinas, 06 de junho de 2024

AGRADECIMENTOS

À Unicamp, pela estrutura possível para realizar esta pesquisa.

À professora Ana, pela orientação no trabalho e sobretudo pela paciência e respeito ao processo que o momento precisou.

Aos professores Maria Stella Bresciani e Renato Anelli pelas considerações na banca de qualificação deste trabalho.

Aos professores Maria Stella Bresciani e Silvia Aparecida Mikami Goncalves Pina pelos enriquecedores comentários na banca de defesa.

Ao amigo e professor Fabrício Linardi pela troca durante o começo do processo da pesquisa.

Ao grupo de estudos da FEC por me ensinarem como se faz pesquisa.

Aos colaboradores do estúdio que ajudaram em algumas peças gráficas.

À minha família, Marília, Filippo e Leonardo, pelo apoio e por me ensinarem o valor das escolhas e decisões.

Aos meus pais pelo apoio sempre.

Ao tempo que as coisas precisam.

RESUMO

A idealização das universidades públicas e a realização de suas cidades universitárias representam, em certa medida, a história da construção e desenvolvimento de uma sociedade. Desde a sua formação a Universidade de São Paulo se desenvolveu em paralelo ao avanço teórico e prático do urbanismo da cidade e do estado de São Paulo, ao mesmo tempo que acompanhou e impulsionou as discussões sobre arquitetura, ensino e desenvolvimento público no Brasil. Com a proposta de arquitetos relevantes no cenário da arquitetura moderna brasileira, tanto para a organização urbana do campus quanto para a arquitetura dos edifícios, a USP construiu um importante legado na história da arquitetura nacional e colocou luz no papel dos grandes planos urbanos e arquitetônicos como articulador de uma nova sociedade. Os conceitos modernos de cidade, como espaço possível para as atividades humanas em transformação, estavam colocados nestes grandes planos. A partir da análise e redesenho dos projetos para o centro Cívico da USP, desenvolvidos pelo escritório Rino Levi Arquitetos Associados, e do cruzamento com os desenhos de paisagismo, este trabalho se propõe a colocar em contexto o plano de ocupação proposta pelos arquitetos e paisagistas, estabelecendo sua relação com a discussão urbana da época e reinterpretando o que poderia ter sido o campus Armando Salles Oliveira, em São Paulo.

Palavras-chave: rino levi – arquitetura moderna – cidade universitária – arquitetura e urbanismo – universidade de são Paulo – burle marx – centro cívico

ABSTRACT

The idealization of public universities and the creation of their university cities represent, to a certain extent, the history of the construction and development of a society. Since its formation, the University of São Paulo has developed in parallel with the theoretical and practical advancement of urbanism in the city and state of São Paulo, at the same time that it has accompanied and promoted discussions about architecture, teaching and public development in Brazil. With the proposal of relevant architects in the Brazilian modern architecture scenario, both for the urban organization of the campus and for the architecture of the buildings, USP built an important legacy in the history of national architecture and shed light on the role of large urban and architectural plans as articulator of a new society. Modern concepts of the city, as a possible space for changing human activities, were placed in these grand plans. Based on the analysis and redesign of the projects for the USP Civic Center, developed by the firm Rino Levi Arquitetos Associados, and the cross-referencing with the landscaping drawings, this work aims to put into context the occupation plan proposed by the architects and landscapers, establishing its relationship with the urban discussion of the time and reinterpreting what the Armando Salles Oliveira campus could have been, in São Paulo.

Key-words: rino levi – modern architecture – university campus – architecture and urbanism – university of são Paulo – burle marx – civic centre

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 01 – Foto da Galeria Luciana Brito.....	14
Figura 02 – Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova Iorque.....	16
Figura 03 – Edifício do Ministério da Educação e Saúde	17
Figura 04 – L'Architecture D' Au Jourd' hui n° 53.....	20
Figura 05 – Carimbo do escritório Rino Levi em projetos na FAU USP	24
Figura 06 – Capa do livro Brazil Builds. 1943.....	30
Figura 07 – Brazil Builds, p. 146.....	32
Figura 08 – Maquete da Maternidade Universitária de São Paulo	33
Figura 09 – Edifício de garagens América	34
Figura 10 – Maquete do Centro Cívico de Santo André.....	36
Figura 11 – Capa do livro Rino Levi. 1974	37
Figura 12 – Diário Oficial do Estado de São Paulo. 1934	45
Figura 13 – Mapa da cidade de São Paulo. 1943	49
Figura 14 – Mapa da cidade de São Paulo. 1954	53
Figura 15 – Mapa da Cidade Universitária. 1937	56
Figura 16 – Mapa da gleba da Cidade Universitária. Decretos 12.401 e 14.190	60
Figura 17 – Implantação do projeto Accuratus. 1945.....	63
Figura 18 – Mapa da Cidade Universitária. 1947	66
Figura 19 – Mapa da Cidade Universitária. 1949	70
Figura 20 – Mapa da Cidade Universitária. 1949. Editado	71
Figura 21 – Foto da obra do edifício da Reitoria.	73
Figura 22 – Foto da obra da avenida de ingresso	74
Figura 23 – Mapa da Cidade Universitária. 1952	75
Figura 24 – Foto a Inauguração do Parque do Ibirapuera.....	80
Figura 25 – Foto do pavilhão de Sergio Bernardes	81
Figura 26 – Mapa da Cidade Universitária. 1954	83
Figura 27 – Montagem dos mapas da Cidade Universitária. 1952 / 1954.....	84
Figura 28 – Montagem dos mapas da Cidade Universitária. 1952 / 1954.....	86
Figura 29 – Mapa da Cidade Universitária. 1954	88
Figura 30 – Perspectiva do projeto da Maternidade de USP	93
Figura 31 – Recorte do projeto do Setor Residencial de Estudantes	94
Figura 32 – Perspectiva do projeto do Setor Residencial de Estudantes	95
Figura 33 – Perspectiva do projeto da Casa do Estudante	96
Figura 34 – Maquete do Centro Social.....	97
Figura 35 – Implantação do projeto da Cidade dos Motores.....	99

Figura 36 – Implantação do projeto da Esplanada de Santo Antônio	100
Figura 37 – Maquete do Centro Cívico de Curitiba	102
Figura 38 – Foto do Centro Cívico de Santo André.....	103
Figura 39 – Implantação da Cidade Universitária do Rio de Janeiro.....	105
Figura 40 – Recorte do mapa da Cidade Universitária. 1952.....	106
Figura 41 – Foto da obra da Cidade Universitária	107
Figura 42 – Croquis da implantação dos edifícios do centro Cívico	109
Figura 43 – Estudo preliminar do Centro Cívico. 1952.....	111
Figura 44 – Recorte do Estudo preliminar do Centro Cívico. 1952	112
Figura 45 – Recorte do Estudo preliminar do Centro Cívico. 1952	113
Figura 46 – Anteprojeto do Centro Cívico. 1953	115
Figura 47 – Anteprojeto do Centro Cívico. 1953	116
Figura 48 – Anteprojeto do Centro Cívico. 1953. Editado	118
Figura 49 – Anteprojeto do Setor Residencial de Estudantes. 1953	121
Figura 50 – Maquete do Setor Residencial de Estudantes. 1953.....	122
Figura 51 – Desenho da Praça dos Três Poderes	124
Figura 52 – Projeto de Ajardinamento da Cidade Universitária de São Paulo	126
Figura 53 – Esquema do Centro Cívico	127
Figura 54 – Maquete do Centro Cívico. 1953.....	128
Figura 55 – Perspectiva do conjunto do Centro Cívico	129
Figura 56 – Foto dos jardins do Centro Cívico de Santo André	130
Figura 57 – Mapa da Cidade Universitária. 1954. Editado	131
Figura 58 – Foto das obras da Cidade Universitária da USP.....	132
Figura 59 – Perspectiva da simulação do Centro Cívico.....	133
Figura 60 – Implantação da Torre Universitária	136
Figura 61 – Projeto Executivo da Torre Universitária	137
Figura 62 – Perspectiva da Torre Universitária	138
Figura 63 – Fotos das gravações nas empenas da Torre do Relógio	139
Figura 64 – Projeto da Torre Universitária	140
Figura 65 – Maquete da Torre Universitária	141
Figura 66 – Foto da Torre do Relógio	142
Figura 67 – Mapa do Plano Diretor da Cidade Universitária da USP. 2013.....	143
Figura 68 – Foto aérea da Cidade Universitária da USP	144
Figura 69 – Foto da Torre Universitária	145
Figura 70 – Foto da Praça do Relógio	146
Figura 71 – Estudo Preliminar do Centro Cívico. 1952	146
Figura 72 – Perspectiva da Biblioteca Central.....	148

Figura 73 – Perspectiva do edifício da Biblioteca Central,	149
Figura 74 – Maquete do edifício Lever House	150
Figura 75 – Memorial do projeto da Biblioteca Central.....	151
Figura 76 – Foto da Biblioteca da Washignton State University. 1954.....	152
Figura 77 – Capa do livro: La biblioteca como edificio funcional.1948.....	153
Figura 78 – Anteprojeto da Biblioteca Central. 1953.....	154
Figura 79 – Perspectiva interna do edifício da Biblioteca Central.	155
Figura 80 – Anteprojeto da Biblioteca Central. 1953.....	156
Figura 81 – Anteprojeto da Biblioteca Central. 1953.....	157
Figura 82 – Perspectiva da simulação do Centro Cívico	158
Figura 83 – Esquema do programa da Biblioteca Central.....	160
Figura 84 – Estudo preliminar do Centro Cívico. 1952.....	161
Figura 85 – Perspectiva externa do Auditório	163
Figura 86 – Foto do cinema Ufa Palacio.	164
Figura 87 – Perspectiva interna do Auditório	164
Figura 88 – Perspectiva interna do Auditório	166
Figura 89 – Plantas do Teatro Total	167
Figura 90 – Anteprojeto do Auditório Universitário. 1953.....	168
Figura 91 – Anteprojeto do Auditório Universitário. 1953.....	169
Figura 92 – Diagrama do Auditório Universitário.....	170
Figura 93 – Diagrama do Auditório Universitário	171
Figura 94 – Diagrama do Auditório Universitário	172
Figura 95 – Diagrama do Auditório Universitário	173
Figura 96 – Diagrama do Auditório Universitário	174
Figura 97 – Perspectiva da simulação do Centro Cívico.....	175
Figura 98 – Mapa do Replanejamento do Campus. 1956.....	177
Figura 99 – Mapas do Replanejamento do Campus. 1956.....	179
Figura 100 – Projeto do Replanejamento do Campus. 1956.....	181
Figura 101 – Projeto da Escola de Engenharia de São Carlos. 1959	182
Figura 102 – Croquis para o conjunto do Core da Cidade Universitária	185
Figura 103 – Projeto Executivo do Centro Social.....	186
Figura 104 – Mapa do Plano de Ação. 1962.....	189
Figura 105 – Perspectiva da simulação do Centro Cívico	195

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CCU – Comissão da Cidade Universitária

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

CUASO – Cidade Universitária Armando Salles Oliveira

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

ESALQ – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz

EUA – Estados Unidos da América

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FUNDUSP – Fundo de Construção da Cidade Universitária

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

S.O.M. - Skidmore, Owings & Merrill Architects

TPA – Town Planning Associates

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. MATERIAIS E MÉTODOS.....	23
2.1 Rino Levi	27
3. 3. A CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALLES OLIVEIRA – 1930 A 1950	42
3.1 Os anos 1930	42
3.2 Os anos 1940	59
3.3 Os anos 1950, as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo e o plano de 1954	78
4. O PROJETO DE RINO LEVI PARA O CENTRO CÍVICO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALLES OLIVEIRA.....	92
4.1 Rino Levi e a Universidade de São Paulo	92
4.2 A ideia do Centro Cívico	98
4.3 O Centro Cívico da Cidade Universitária da USP	106
4.4 Os edifícios que compunham o Centro Cívico	134
4.4.1 A Torre Universitária	134
4.4.2 A Biblioteca Central	146
4.4.3 O Auditório Universitário – Aula Magna	161
4.5 Os anos posteriores e o Centro Social de Rino Levi para a Cidade Universitária	176
4.5.1 O Centro Social	183
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196
7. ANEXOS	200

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela obra do arquiteto Rino Levi¹ se iniciou na graduação em arquitetura e urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas quando, em 2003, tive contato com a primeira edição do livro² organizado, a partir da tese de ANELLI (2005), pelos arquitetos Renato Anelli, Abílio Guerra e Nelson Kon. A obra foi reeditada numa segunda edição³ em 2019 e traz um panorama bastante completo sobre a trajetória pessoal e profissional do arquiteto.

O entusiasmo por sua obra ganhou força quando participei como coordenador de projetos da reforma da Residência Castor Delgado Perez⁴, de autoria do escritório Rino Levi Arquitetos Associados, para sua transformação em uma galeria de arte (figura 01). Na ocasião do projeto, elaborado pelo Piratininga Arquitetos Associados⁵ em 2016, tive o primeiro contato com o acervo do arquiteto localizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP). O contato com o acervo e sobretudo com os detalhes construtivos do projeto executivo tornou possível uma série de intervenções no fluxo e na construção da casa, que é tombada pelo patrimônio histórico (CONPRESP – 2017, CONDEPHAAT - 1995), uma vez que os documentos do arquiteto indicavam as premissas do projeto e serviram, assim, de justificativa para alterações e reformulações que resgataram algumas questões originais do projeto.

¹ Rino Levi (São Paulo, 31 de dezembro de 1901 — Bahia, 29 de setembro de 1965) foi um arquiteto brasileiro, representante da chamada escola paulista de arquitetura moderna, fundador do escritório Rino Levi Arquitetos Associados.

² ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. Rino Levi – Arquitetura e Cidade. São Paulo, Romano Guerra Editora. Primeira edição. 2011.

³ ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. Rino Levi – Arquitetura e Cidade. São Paulo, Romano Guerra Editora. Segunda edição. 2019.

⁴ Residência Castor Delgado Perez. Arquiteto Rino Levi com colaboração de Luiz Roberto Carvalho Franco e Roberto Cerqueira César. Projeto de 1958 e obra finalizada em 1959, localiza-se em São Paulo – SP.

⁵ Piratininga Arquitetos Associados, escritório de arquitetura fundado em 1984, sediado em São Paulo (www.piratininga.com.br). Para o projeto de reforma da residência Castor Delgado Perez, a equipe foi formada pelos arquitetos José Armênio de Brito Cruz, Bruno Ceccato Rossi e Marcelo Dionísio da Costa. O projeto foi premiado pela Associação Paulista de Críticos de Arte – APCA 2016, na categoria Preservação do Patrimônio Moderno.



Figura 01. Galeria Luciana Brito, 2016. Projeto de intervenção e reforma da Residência Castor Delgado Perez (Rino Levi, 1958) em São Paulo. Foto: André Scarpa

Foi a primeira vez que tive a clareza da importância do documento como construção da história. Neste caso, a documentação que eu conhecia de publicações da casa era toda em fotografias preto e branco e apenas com o acesso aos documentos do acervo e da prospecção física no imóvel foi possível entender e estabelecer a relação de cores proposta inicialmente pelo arquiteto. Os famosos elementos vazados que cobrem o teto dos pátios, antes brancos, foram descobertas num azul celeste que mudou toda a percepção do espaço sob a luz nas paredes de pastilha de vidro rosa e o vasto verde dos jardins.

Ao mesmo tempo da reedição do livro, um estudo iniciado sobre o urbanismo pós-guerra na América Latina me fez deparar com os projetos do escritório Town

Planning Associates (TPA)⁶ em diversas cidades sul-americanas, e que representavam uma clara revisão dos preceitos universais do urbanismo moderno defendido pela Carta de Atenas⁷.

Os projetos para as cidades de Bogotá na Colômbia, Chimbote no Peru e Cidade dos Motores no Rio de Janeiro, elaborados pela TPA, foram bastante divulgados nos periódicos de arquitetura dos anos pós-guerra. Estes tiveram um papel importante na difusão de projetos e debates sobre a arquitetura moderna e internacional e este fomento foi retomada fortemente no período pós II Guerra Mundial, com dois cenários importantes. De um lado o território europeu, assolado pela guerra, precisava ser reconstruído, e de outro a descoberta de uma crescente e importante produção internacional.

Notável também a ascensão norte americana na produção arquitetônica e do planejamento urbano, com um território que não sofreu diretamente com a guerra além da massiva imigração de arquitetos modernos europeus, que ajudaram tanto na produção arquitetônica quanto na difusão destas obras como correspondentes das revistas de arquitetura pelo mundo.

Com alguns esparsos exemplos da reconstrução europeia ainda em fases iniciais, a difusão da arquitetura moderna pelo mundo contou com os correspondentes exilados e começou a apresentar uma crescente produção arquitetônica em países periféricos ao centro global europeu, como avalia TINEM (2002)⁸:

“Essa difusão, como não poderia deixar de ser, vem determinada pelos temas em voga e pelos objetivos específicos de cada revista nesse momento. As de maior amplitude estavam, quase todas elas, vinculadas ao CIAM em seu objetivo de ampliação do movimento, estendendo-o por toda parte e, principalmente, buscando revelar as produções dos países longínquos ou da periferia da civilização. O Brasil era um desses países que, além de adotar oficialmente a arquitetura moderna, produzia um volume considerável de exemplares, com uma interpretação particular

⁶ Town Planning Associates, empresa de Nova Iorque que foi responsável pelo planejamento urbano de uma série de cidades na América do Sul, incluindo Bogotá na Colômbia, Chimbote no Peru, Cidade dos Motores no Brasil e Havana em Cuba, entre outros.

⁷ A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas em 1933.

⁸ TINEM, Nelci. As revistas de arquitetura como documentos pré-canônicos. In: Anais do I ENANPARQ. Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: Percursos e Prospectivas. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. v. único.

que, embora polêmica, oferecia possibilidades de expansão e renovação do movimento.” (TINEM, 2010).



Figura 02. O Pavilhão do Brasil na Feira Mundial de Nova Iorque de 1939-40 foi projetado por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, fruto de um concurso promovido pelo Ministério do Trabalho em 1938. Lúcio Costa foi o vencedor, mas convidou Oscar Niemeyer, segundo colocado, para elaborar um novo projeto em conjunto. O resultado foi um edifício que se tornou icônico para o movimento moderno, e foi demolido por se tratar de um projeto temporário. Fonte: Carlos Eduardo Comas, in <https://www.archdaily.com.br/br/615845/classicos-da-arquitetura-pavilhao-de-nova-york-1939-lucio-costa-e-oscar-niemeyer>

Em 1947 a revista francesa *l'architecture d'aujourd'hui*⁹, dedicou duas edições especiais sobre a arquitetura brasileira (L'ARCHITECTURE D'AU JOURD'HUI, 1947, n.13-14) com uma análise do Brasil desde o Barroco até o Pavilhão para a exposição de Nova Iorque em 1939 (figura 02). Entretanto, o destaque das edições 13 e 14 da

⁹ “Fundada em novembro de 1930 pelo arquiteto, escultor e editor André Bloc, a L'Architecture d'Aujourd'hui é a mais antiga revista de arquitetura francesa. Desde sua primeira edição, sua influência se estende para além das fronteiras europeias graças a um conselho editorial que inclui Le Corbusier, Robert Mallet-Stevens e Auguste Perret.”. Retirado do site da revista (<https://www.larchitecturedaujourdhui.fr/aas-history/?lang=en>), tradução do autor.

revista francesa foram o edifício do Ministério da Educação e Saúde (figura 03) e os projetos de Oscar Niemeyer na Pampulha. De acordo com ROLDAN (2018):

“A seleção das obras dos arquitetos brasileiros apresentada nesta edição vai ao encontro daquela difundida internacionalmente pelo livro de Goodwin (1943)¹⁰ que havia sido lançado paralelamente à exposição no MoMA, Brazil Builds, ocorrida em 1942.” (ROLDAN, 2018).



Figura 03. Marco da arquitetura moderna no Brasil, o edifício do Ministério da Educação e Saúde (atual Palácio Gustavo Capanema), no Rio de Janeiro, é o resultado do trabalho de um grupo de arquitetos liderados por Lucio Costa (1902 - 1998), e do qual participam Affonso Eduardo Reidy (1909 - 1964), Carlos Leão (1906 - 1983), Jorge Moreira (1904 - 1992), Ernani Vasconcellos (1909 - 1988) e Oscar Niemeyer (1907 - 2012), todos alinhados com as linhas mestras do racionalismo arquitetônico e conhecedores da obra de Le Corbusier (1887 - 1965). Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3762/>. Foto: Nelson Kon, in <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/13.147/4942>

¹⁰ Goodwin, Philip Lippincott (1885 - 1958), designer do MOMA (Museu de Arte Moderna de Nova Iorque) 1938-39. Escreveu livro que deu origem à uma exposição sobre a arquitetura brasileira, em 1943. GOODWIN, Philip L. *Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942*.

Naquela edição também foi apresentado pela primeira vez o projeto do escritório americano TPA que naquele momento era representado pelo arquiteto José Luis Sert, presidente do CIAM, para a Cidade dos Motores no estado do Rio de Janeiro.

As publicações de arquitetura no Brasil e na América Latina neste período dos anos 1940-1950 destacavam ao mesmo tempo os projetos urbanos promovidos por empresas estrangeiras no território latino-americano, e a crescente produção de arquitetura moderna, privada e pública.

Um tema em particular se destacou naquelas publicações sobre a produção da arquitetura moderna na América Latina e foi fundamental para a construção de um legado arquitetônico e urbano. As construções escolares, sobretudo os grandes projetos das cidades universitárias, representaram uma importante guinada de intervenções urbanas que culminaram na idealização e construção de Brasília, cerca de uma década depois. Segundo ROLDAN (2018):

“Se podemos falar de um programa peculiar à América Latina neste período, este refere-se às Cidade Universitárias elaboradas como experimentos de urbanismo modernista, tendo como exemplares especificamente a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), na Cidade do México, com projeto coordenado por Mario Pani; Universidade Central da Venezuela (UCV), em Caracas, de Carlos Raúl Villanueva, e a Cidade Universitária do Rio de Janeiro, de Jorge Machado Moreira.” (ROLDAN, 2018).

A edição nº 53, de março e abril de 1954 da revista *l'architecture d'aujourd'hui*, dedicada às construções escolares, trouxe a publicação do projeto da cidade universitária do Rio de Janeiro. Em quatro páginas, implantação, perspectivas de projetos dos edifícios, fotos aéreas e fotos das construções apresentaram o conjunto desenhado por Jorge Machado Moreira¹¹. O periódico separou por subtemas as edificações escolares e na categoria de cidades universitárias, junto com a Universidade do Brasil, apenas a experiência do campus de Toulouse, na França.

¹¹ Jorge Machado Moreira (1904 - 1992), arquiteto-chefe responsável pela equipe que fez o plano urbanístico e arquitetônico do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (então Universidade do Brasil), na ilha do Fundão. Participou da equipe que projetou o Ministério da Educação e Saúde (mais tarde Ministério da Educação e Cultura), junto com Lucio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer, Ernani Vasconcellos e Carlos Leão.

O único projeto brasileiro nesta edição da revista, além do projeto do campus da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, foi o projeto para a residência de estudantes¹² do arquiteto Rino Levi para a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo – USP (figura 04).

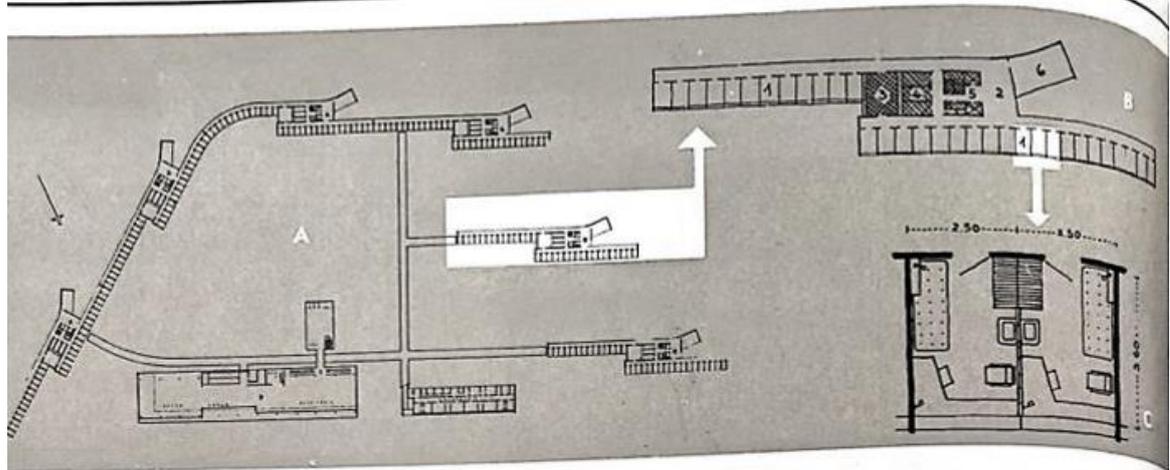
Embora já conhecesse a obra de importantes nomes da arquitetura paulista que se tornaram protagonistas da construção do patrimônio urbanístico e arquitetônico do campus da USP - Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Brakke, Carlos Millan, Eduardo Corona, Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha – desconhecia a relação de Rino Levi com a instituição fundada em 1934.

Esta pesquisa surgiu, portanto, no interesse da relação entre o escritório Rino Levi Arquitetos Associados e a Universidade de São Paulo. O avanço do trabalho delimitou historicamente a importância das intervenções arquitetônicas de Rino Levi para a construção da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira (CUASO) – Centro Cívico e Residência de estudantes em 1952, e Centro Social em 1962 – e como esta poderia ter sido diferente caso os projetos tivessem sido construídos, e se dedicou especificamente ao projeto do Centro Cívico do começo da década de 1950.

¹² Conjunto residencial estudantil da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira – campus Butantã da Universidade de São Paulo. Projetado em 1953, o conjunto não foi construído, e será apresentado nesta pesquisa.

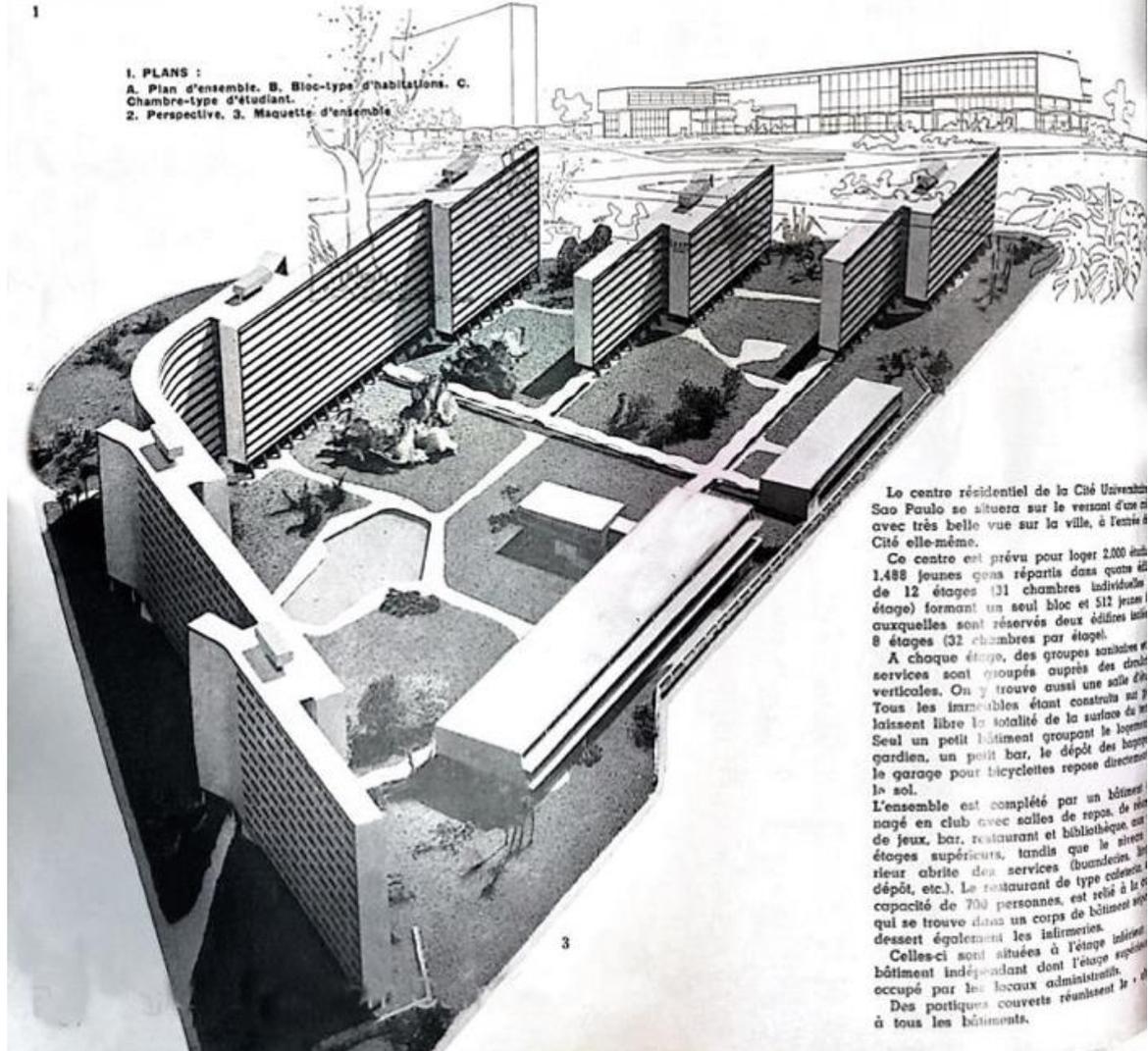
A.A. 53

GENTRE RÉSIDENTIEL UNIVERSITAIRE A SAO-PAULO, RINO LEVI, ARCHITECTE,
R. CERQUEIRA CÉSAR ARCHITECTE COLLABORATEUR



1

1. PLANS :
A. Plan d'ensemble. B. Bloc-type d'habitations. C. Chambre-type d'étudiant.
2. Perspective. 3. Maquette d'ensemble



3

Le centre résidentiel de la Cité Universitaire de São Paulo se situe sur le versant d'une colline avec très belle vue sur la ville, à l'entrée de la Cité elle-même.

Ce centre est prévu pour loger 2.000 étudiants. 1.488 jeunes gens répartis dans quatre blocs de 12 étages (31 chambres individuelles par étage) forment un seul bloc et 512 jeunes gens, auxquels sont réservés deux édifices de 8 étages (32 chambres par étage).

A chaque étage, des groupes sanitaires et services sont groupés auprès des escaliers verticaux. On y trouve aussi une salle d'étude. Tous les immeubles étant construits sur pilotis, ils laissent libre la totalité de la surface du sol. Seul un petit bâtiment groupant le logement du gardien, un petit bar, le dépôt des bagages et le garage pour bicyclettes repose directement sur le sol.

L'ensemble est complété par un bâtiment affecté en club avec salles de repos, de jeux, de jeux, bar, restaurant et bibliothèque, sur les étages supérieurs, tandis que le niveau inférieur abrite des services (bouffe, dépôt, etc.). Le restaurant de type cafeteria, à capacité de 700 personnes, est situé à l'étage qui se trouve dans un corps de bâtiment qui dessert également les infirmeries.

Celles-ci sont situées à l'étage supérieur d'un bâtiment indépendant dont l'étage inférieur est occupé par les locaux administratifs.

Des portiques couverts réunissent les entrées de tous les bâtiments.

Figura 04. Folha de apresentação do projeto da residência de estudantes para a Cidade Universitária da USP, projetado pelo escritório Rino Levi Arquitetos Associados, retirado da revista L'ARCHITECTURE D'AU JOURD'HUI, 1954, n.53. Acervo da Biblioteca da FAU USP. Foto do autor.

A partir da análise deste projeto foi possível traçar paralelos entre as intervenções escolares como programa fundamental de uma época de grandes intervenções urbanas no Brasil e na América Latina, a partir de um Estado desenvolvimentista, com as discussões teóricas promovidas pelos agentes do planejamento urbano e revisão dos preceitos modernos a partir dos congressos de arquitetura moderna.

A ideia da construção de um campus universitário, por si só, já corresponde a caracterização de um momento em que se discutia o papel dos grandes planos urbanos e arquitetônicos como articulador de uma nova sociedade. Os conceitos modernos de cidade, como espaço possível para as atividades humanas em transformação, estavam colocados nestes grandes planos.

A estruturação do trabalho se deu, inicialmente pela história da formação da Universidade de São Paulo, seus embates e teorias para a formação do campus universitário em São Paulo e da influência dos vários agentes, arquitetônicos e políticos, deste processo.

Fundamental, também, foi estabelecer a relação do arquiteto Rino Levi com a USP através de seus projetos, praticamente todos não construídos, como pano de fundo do pensamento do arquiteto para um plano urbano antes do concurso de Brasília. O cruzamento entre o ofício do arquiteto, através dos projetos das edificações, e do ator público como pensador de cidade, se expressa com muita potência nos projetos de Rino Levi, sejam os do começo dos anos 1950 – Centro Cívico e Setor Residencial de Estudantes – como no grande projeto do Centro Social do início dos anos 1960.

O redesenho e análise destes projetos, publicados muito preliminarmente à época, já seria um avanço no entendimento do pensamento projetual de Rino Levi e sua equipe para as soluções de edifícios com programas extensos e complexos. Entretanto, naquele momento havia uma discussão no campo da arquitetura, a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que pretendia criticar a maneira moderna de intervenção nos espaços públicos e coletivos.

A descoberta de um plano paisagístico para o Centro Cívico, atribuído ao paisagista Burle Marx, pelos desenhos e carimbos nas folhas encontradas no acervo

da biblioteca da FAU USP, muda a relação dos edifícios projetados por Rino Levi com os espaços vazios, ajardinados e apropriados para a reunião humana da praça.

Deste modo, o trabalho se propôs a desenhar este plano no contexto da ocupação proposta pelos arquitetos e paisagistas, mesmo que nos planos preliminares. Deste modo, o trabalho se organizou em duas frentes paralelas: de um lado foram redesenhados e analisados os edifícios que compunham o Centro Cívico e de outro o desenho paisagístico do conjunto todo da praça.

Com isso, o trabalho pretende colocar luz às soluções arquitetônicas de Rino Levi para os edifícios do Centro Cívico, mas também pretende levantar questões sobre o alinhamento da proposta com a revisão histórica do Movimento Moderno que estava em curso naquele momento, (re) construindo a atmosfera coletiva do arranjo dos edifícios e do paisagismo proposto para ilustrar o que poderia ter sido a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa tem caráter documental. O estudo dos projetos de arquitetura elaborados pelo escritório do arquiteto Rino Levi para a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo se baseia intrinsecamente nas fontes primárias. Para isso foi utilizado o acervo, doado pela família do arquiteto paulista, em 1972, para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Por fontes primárias entendemos todo o material encontrado nos acervos acerca dos projetos analisados, como os desenhos de estudos iniciais e de documentação entregue para as comissões da universidade, bem como memoriais, listas de materiais, fotos de maquetes e publicações sobre os projetos, além dos desenhos de engenharia que acompanham os de arquitetura.

Uma vez que se trata de projetos não construídos (exceto pela torre universitária), não temos as obras para a análise quanto a relação entre projeto e construção ou simplesmente para a verificação do monumento edificado, solidificado como história. Desta maneira, a pesquisa se delinea a partir da concepção do projeto e da proposta apresentada como documento histórico.

Neste sentido, para a compreensão de como lidar com este material a fim da construção possível da memória coletiva na sua forma científica, como conceitua Le Goff¹³ (LE GOFF, 1990). Foi necessário considerar o projeto de arquitetura como um documento/monumento, uma vez que o projeto é fruto da prática profissional do arquiteto e de sua posição frente ao mundo e ao contexto de suas relações temporais e sociais.

Num primeiro momento foi levantado o material relativo aos projetos específicos nas diferentes caixas do acervo da FAU USP. Embora se trate do mesmo arquiteto para todos os projetos, o recorte de uma década entre os projetos do Setor Residencial de Estudantes e Centro Cívico, dos anos de 1950, e do Centro Social, dos anos 1960, e a fase de desenho entregue em cada um deles, resultam em diferentes arranjos de documentos e de concepção de projeto.

¹³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas. Editora da Unicamp, 1990.

Foram encontradas 04 caixas com cópias de documentos referentes a cada um dos projetos: Para o projeto específico da Torre no Centro Cívico, a caixa (L578.727.3.c) continha 25 folhas de desenhos e 03 anexos; Para o projeto do Setor Residencial de Estudante, a caixa (L578.727.38.c) continha 23 folhas de desenhos e 01 anexo; Para o projeto do Centro Cívico, a caixa (L578.727.3.ci) continha 25 folhas de desenhos e 11 anexos; Para o Centro Social da USP, a caixa (L578es.711.52.C) continha 45 folhas de projeto e 04 anexos.



Figura 05. Folha de projetos com os carimbos do escritório do arquiteto Rino Levi. Fonte: Acervo da biblioteca da FAU USP.

As quatro caixas de desenhos e textos sobre cada um dos projetos analisados trouxeram em certa medida a narrativa da construção sócio-histórica destas demandas e encomendas feitas pela Comissão da Cidade Universitária para o arquiteto Rino Levi e sua equipe e contam o processo de projeto a partir destas demandas.

Elucidar os documentos projetuais de uma obra não executada é, de alguma maneira, contradizer a concepção de que a arquitetura só pode existir quando

concretizada. Entretanto, sem a materialização da obra fica ainda mais importante estabelecer as possíveis relações dos documentos encontrados com o pensamento corrente na época e com o contexto físico e social em que tanto a Universidade de São Paulo quanto o arquiteto estavam quando os documentavam.

Seguindo ainda o conceito de Jaques Le Goff, é necessária a análise dos materiais através de parâmetros e ambientes à época de sua produção para a construção de uma história real do objeto analisado, ou seja, é preciso “pôr a luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder” (LE GOFF, 1990). Para o caso específico dos projetos de Rino Levi para a USP foi preciso entender os contextos internos e externos à Instituição. Por esta razão, os documentos relativos aos projetos foram separados em dois momentos.

No primeiro deles, os projetos para o Setor residencial de Estudantes e dos projetos contidos no Centro Cívico, todos de 1952-1953, precisavam ser esclarecidos e relacionados com os planos urbanos da Cidade Universitária daquele momento a partir da formação da instituição USP e do início da consolidação do campus universitário.

No início dos anos 1950, a Cidade Universitária acelerava projetos e obras para a comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo e com isso houve muita produção de arquitetura e engenharia para o campus. O IV Centenário da cidade de São Paulo foi comemorado em 1954 e atraiu investimentos municipais, estaduais e federais para projetos e obras em todo o município de São Paulo, além de incentivos específicos para obras na Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.

A posição de Rino Levi como então presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – entre 1954 e 1955, e membro da Comissão da Cidade Universitária na época são fatos importantes para elucidar seu papel de membro atuante no cenário da arquitetura paulista e pode explicar as solicitações de projetos a ele direcionadas naquele período.

Os documentos referentes aos projetos deste primeiro período, encontrados em três caixas no acervo da FAU USP, revelam croquis do pensamento de implantação dos projetos e revisão do sistema viário apresentado em planos urbanos até aquele momento, o que indica a participação de Rino Levi (ou pelo menos sua

influência) nas decisões do sistema viário e setorização das atividades do campus. Revelam também detalhamentos construtivos dos projetos com afirmação de materiais de construção e acabamento, além de perspectivas da idealização dos projetos quando realizados e propostas complementares, como por exemplo a planta de implantação e descritivo de espécies para o projeto de paisagismo de Roberto Burle Marx para o Centro Cívico.

O recorte para o segundo período, 10 anos após o primeiro, tratou do projeto de Rino Levi para o Centro Social da Universidade de São Paulo, do começo dos anos 1960.

Em 1956 o arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, que dirigia o Escritório Técnico naquele momento, promoveu uma revisão do plano de ocupação do campus, invocando o protagonismo do Centro Social para configurar o “*core*”, ou Coração, da Cidade Universitária. Este termo foi desenvolvido pelo arquiteto Luis Sert¹⁴ no 8º CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) num relatório publicado apenas em 1955 chamado de *El corazón de la ciudad* (SERT, 1955) no qual evidencia a busca de um ambiente que pudesse promover a relação entre os indivíduos, com o homem como agente protagonista do espaço. A relação deste contexto com os desenhos do projeto encontrados no arquivo se tornou fundamental para entender o programa e as decisões de projeto de Rino Levi para o Centro Social. Outro fator importante na contextualização deste projeto para melhor entendimento de seu papel histórico foi a descoberta do projeto complementar para o mesmo lugar e programa realizado pelo arquiteto Oswaldo Bratke, de quem Levi sucedera a presidência do IAB em 1952¹⁵.

Além dos contextos locais e inerentes à implantação e consolidação da Cidade Universitária, o aspecto geral que a arquitetura brasileira passava naquele momento pareceu necessário para a contextualização dos projetos, sobretudo no intervalo de cerca de 10 anos entre o primeiro e segundo períodos dos projetos para o campus da USP.

¹⁴ Josep Lluís Sert foi um arquiteto nascido em Barcelona em 1902, erradicado nos Estados Unidos onde criou o escritório Town Planning Associates que dedicou, entre outras coisas, à projetos urbanos na América Latina.

¹⁵ Entre 1952 e 1953 houve uma gestão breve do arquiteto Armando Ciampolini.

No tempo entre os primeiros projetos para a Cidade Universitária e o segundo, ou seja, entre 1952/53 e 1962, houve o concurso para a nova sede da Capital do Brasil, em Brasília. A análise e entendimento da visão urbana da proposta elaborada por Rino Levi entre 1956 e 1957 para Brasília também contribuiu para a construção sócio-histórica dos projetos de fato analisados nesta pesquisa.

Para isso foi fundamental a revisão das bibliografias disponíveis sobre a vida e produção do arquiteto paulista. As teses de Lucio Gomes Machado¹⁶, Rino Levi e a renovação da Arquitetura Brasileira, de Renato Anelli¹⁷, *Arquitetura e Cidade na Obra de Rino Levi*, e de Maria Beatriz Aranha¹⁸, *A obra de Rino Levi e a trajetória da Arquitetura Moderna no Brasil*, foram de suma importância na construção deste contexto.

Neste sentido, a pesquisa documental em fontes primárias também passou a se utilizar de fontes secundárias e terciárias, sejam elas os traçados urbanos do campus e suas nuances políticas, e a arquitetura dos edifícios em si.

A partir destes subsídios documentais a partir do cruzamento de desenhos e projetos sobre o centro Cívico de arquitetura de das demais disciplinas, foi possível propor uma interpretação de como a atmosfera da Cidade Universitária, com a implementação deste projeto poderia ter sido. Com isso, põe-se em discussão se, de fato, procede a crítica ao conceito urbano do projeto e da falta da dimensão humana na ocupação do espaço.

2.1. Rino Levi

Rino Levi, filho de pais italianos, nasceu em São Paulo em 1901 e faleceu em Lençóis – BA, em 1965. Teve ensino com a base da formação europeia na Escola Alemã e no colégio Dante Alighieri, ambos em São Paulo, antes de se mudar para a Itália para a formação de arquiteto. Primeiramente ingressou na Escola Preparatória

¹⁶ MACHADO, Lucio Gomes. *Rino Levi e a renovação da Arquitetura Brasileira*. São Paulo, tese de doutorado, FAU-USP, 1992.

¹⁷ ANELLI, Renato Luiz Sobral. *Arquitetura e Cidade na obra de Rino Levi*. São Paulo, tese de doutorado, FAU-USP, 1995.

¹⁸ ARANHA, Maria Beatriz de Camargo. *A obra de Rino Levi e a trajetória da Arquitetura Moderna no Brasil*. São Paulo, tese de doutorado, FAU-USP, 2008.

e de Aplicação para Arquitetos Civis, em Milão em 1921 onde ficou até 1923, quando se transferiu para terminar os estudos de arquitetura na Escola Superior de Arquitetura de Roma. Rino Levi retornou ao Brasil em 1926 onde se estabeleceu como arquiteto.

As duas teses inaugurais que se dedicaram particularmente sobre a obra de Rino Levi são a de Lúcio Gomes Machado, *Rino Levi e a renovação da Arquitetura Brasileira*¹⁹, de 1992, seguido por *Arquitetura e Cidade na Obra de Rino Levi*, de autoria de Renato Anelli²⁰. Em 2001 foi publicada, em livro, uma edição ampliada da pesquisa de Anelli, com a participação de Abílio Guerra e Nelson Kon²¹, reeditada em 2019²² a partir do financiamento coletivo. No prefácio da segunda edição de 2019 os autores explicam que a primeira edição teve papel importante na difusão de trabalhos que de alguma maneira abrangiam algum aspecto da obra de Rino Levi, confirmando um significativo aumento nas menções sobre o arquiteto na produção acadêmica:

“O esforço de reposicionamento de Rino Levi empreendido neste livro é seminal para outras pesquisas. O Google Acadêmico mostra que o livro é citado em 104 textos – dissertações, teses, artigos, livros etc. O papel do arquiteto nos debates que envolvem os temas da verticalização, urbanismo, integração com as artes, dispositivos de conforto térmico e acústico, instalações hospitalares, são temas recorrentes nas citações, assim como as comparações com outros arquitetos contemporâneos. No conjunto, as menções revelam a abrangência de aspectos para os quais contribui no processo de construção de uma nova historiografia para a arquitetura moderna brasileira.” (ANELLI; GUERRA; KON, 2019, p. 17).

Em 2008 outra tese sobre o arquiteto também se dedicou a apresentar Rino Levi com bastante fôlego. A tese de doutorado de Maria Beatriz de Camargo Aranha, *A obra de Rino Levi e a trajetória da Arquitetura Moderna no Brasil*²³ é bastante relevante sobretudo na revisão das publicações e trabalhos sobre o arquiteto Rino

¹⁹ MACHADO, Lúcio Gomes. *Rino Levi e a renovação da Arquitetura Brasileira*. São Paulo, tese de doutorado. FAU-USP. 1992.

²⁰ ANELLI, Renato Luis Sobral. *Arquitetura e Cidade na Obra de Rino Levi*. São Paulo, tese de doutorado. FAU-USP. 1995.

²¹ ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. *Rino Levi – Arquitetura e Cidade*. São Paulo, Romano Guerra Editora. 2001.

²² ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. *Rino Levi – Arquitetura e Cidade*. São Paulo, Romano Guerra Editora. Segunda edição. 2019.

²³ ARANHA, Maria Beatriz de Camargo. *A obra de Rino Levi e a trajetória da Arquitetura Moderna no Brasil*. São Paulo, tese de doutorado, FAU-USP, 2008.

Levi na bibliografia nacional e internacional, além de também se esforçar para reposicioná-lo no processo da consolidação da arquitetura moderna no Brasil.

Para além das especificidades de cada hipótese desenvolvida nas teses, que serão descritas a seguir, o que elas têm em comum é a conclusão sobre o papel secundário ou praticamente inexistente dado ao arquiteto Rino Levi, até os anos de 1990, nas obras acadêmicas e na criação e desenvolvimento do processo de modernismo brasileiro, papel esse destinado quase exclusivamente aos arquitetos da escola carioca, com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer como protagonistas.

Esta conclusão se baseou no levantamento histórico das publicações até aquela época, mas também em todo o discurso montado em prol dos arquitetos cariocas como criadores de um modernismo brasileiro. Nem mesmo o pioneirismo de Gregori Warchavchik²⁴ em São Paulo, ou os primeiros projetos de Rino Levi, também na capital paulista, ofuscaram o brilho hegemônico de Costa e Niemeyer.

Se no projeto do Ministério da Educação e Saúde²⁵ o modernismo brasileiro – carioca – triunfou como ideologia identitária de uma nação em formação, foi nas publicações estrangeiras dos anos 1940 que ele foi lançado ao mundo como vanguarda, sobretudo num período de pouca produção arquitetônica europeia devido aos estouros das duas grandes guerras. As primeiras publicações (e únicas por um bom tempo) sobre a arquitetura moderna brasileira foram justamente compilações de projetos e obras num panorama geral dada pela visão estrangeira sobre o Brasil.

Em 1943 o livro *Brazil Builds* (figura 06), organizado por Philip Goodwin²⁶, resultado de uma exposição de mesmo nome no MoMA (Museu de Arte Moderna de Nova Iorque), fruto de uma parceria comercial diplomática entre o Estado Novo no Brasil e os Estados Unidos, chamada de política de boa vizinhança (cujos frutos são

²⁴ Gregori Warchavchik foi um arquiteto ucraniano, radicado no Brasil e importante nome do modernismo paulista. Projetou e construiu em 1927 a Casa na rua Santa Cruz, em São Paulo, considerada a primeira casa modernista do país.

²⁵ Projetado em 1936, o edifício do Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio Gustavo Capanema, é um marco do modernismo brasileiro e uma das primeiras experiências em maior escala do modernismo no mundo, e consagra a equipe liderada por Lúcio Costa, e que continha na equipe Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos, além da consultoria dada pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier.

²⁶ GOODWIN, Philip L. *Brazil Builds*. *Architecture New and Old, 1652-1942*. Fotografias de O. E. Kidder Smith, New York, The Museum of Modern Art, 1943.

aproximações culturais entre os dois países²⁷), foi de fato o primeiro levantamento da produção arquitetônica no Brasil.

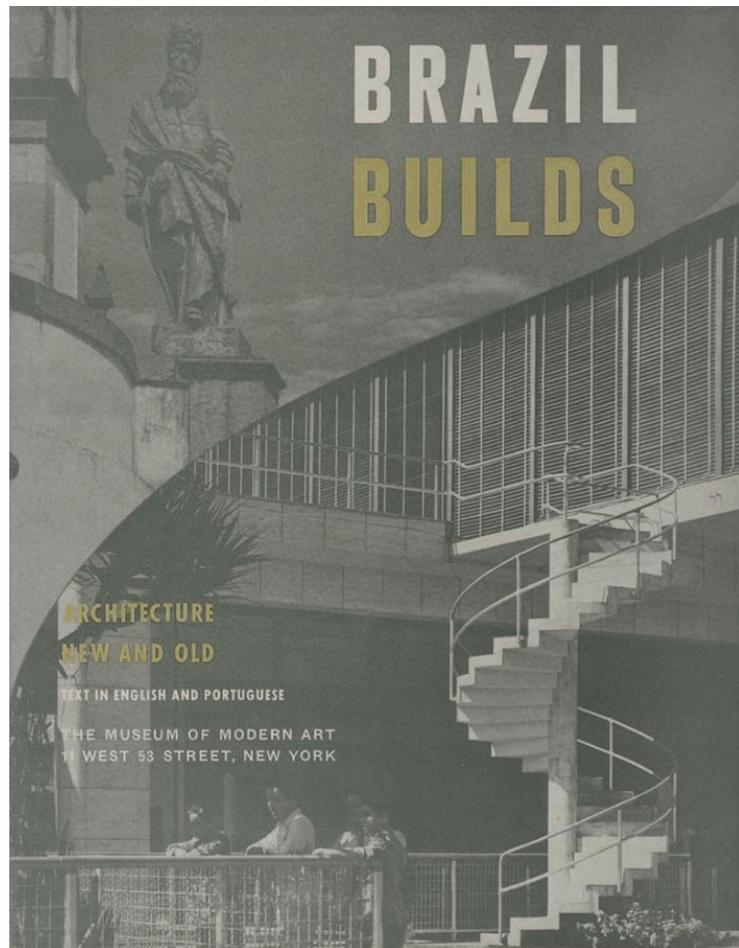


Figura 06 – Capa do catálogo organizado por Philip Goodwin – Brazil Builds - Architecture New and Old. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/887193/moma-disponibiliza-para-download-brazil-builds-o-livro-que-apresentou-a-arquitetura-brasileira-para-o-mundo/5a5faa26f197cc8f5200086c-moma-disponibiliza-para-download-brazil-builds-o-livro-que-apresentou-a-arquitetura-brasileira-para-o-mundo-imagem>

Nesta sistematização da produção arquitetônica do Brasil, feita por Goodwin, se destacam os períodos colonial e moderno, com ênfase na sua transição “natural” segundo o autor, e nas obras modernas o destaque se deu ao projeto do MES (Ministério da Educação e Saúde), à produção dos cariocas e aos projetos, também elaborados por Oscar Niemeyer para o complexo da Pampulha.

“A partir do pioneiro *Brazil Builds*, a arquitetura moderna brasileira tem sido justificada por hipotéticos elos entre o barroco e a contribuição dos discípulos de Le Corbusier no Rio de Janeiro. De uma forma ou de outra, há uma repetida tentativa

²⁷ Um reflexo desta aliança, na arquitetura, é a participação de Lucio Costa e Oscar Niemeyer no projeto do Pavilhão do Brasil na Feira internacional de Nova Iorque em 1939.

de encontrar uma única arquitetura brasileira, ou uma arquitetura que tenha mais valor arquitetônico ou mais brasilidade que outras.” (ANELLI; GUERRA; KON, 2019, p. 21).

Neste catálogo da exposição, Rino Levi foi citado em duas páginas apenas com o projeto do Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, de 1940-42²⁸ (figura 07). O projeto é classificado como *Projeto escolar para São Paulo*, e traz o seguinte texto, traduzido do inglês (que contém alguns erros de tradução):

“A passagem aberta através dois lados do recreio da escola e protegida por uma cobertura de concreto pouco comum. A solidez desta parte do edifício faz ressaltar ainda mais a leveza dos três andares onde se acham as salas de aula.

No corredor ao lado desta ala, a estrutura de concreto vai cheia apenas de uma leve grade também de concreto.” (GOODWIN, 1943, p. 146).

A segunda grande publicação que abordou o panorama de obras da arquitetura moderna brasileira, citada como fundamental nas teses de Lucio Gomes Machado, Renato Anelli e Maria Beatriz Aranha, foi o livro escrito em 1956 (em inglês e traduzido para o português apenas 1999) por Henrique Mindlin²⁹ que, por sua vez, teve participação no pioneiro *Brazil Builds*.

O livro *Modern Architecture in Brazil*³⁰, pelo próprio nome e por ser escrito originalmente em inglês demonstra o mesmo intuito de apresentar uma versão da produção arquitetônica brasileira para o mundo. O próprio autor o descreveu como sendo uma ampliação da compilação feita uma década antes por Goodwin, mas ele apresenta uma abrangência de profissionais e projetos muito maior que o anterior, além de classificar os projetos pelas funções.

²⁸ O projeto para Sedes Sapientiae ilustra o capítulo *A mediterraneidade nos trópicos* de Renato Anelli, com a suposição da sua influência nas *loggias* italianas, frutos da pesquisa e referências de Rino Levi na sua formação na Itália.

²⁹ Henrique Ephim Mindlin (1911-1971) foi engenheiro-arquiteto formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

³⁰ MINDLIN, Henrique. *Modern architecture in Brazil*. 1st edition, Rio de Janeiro, Colibris, 1956.

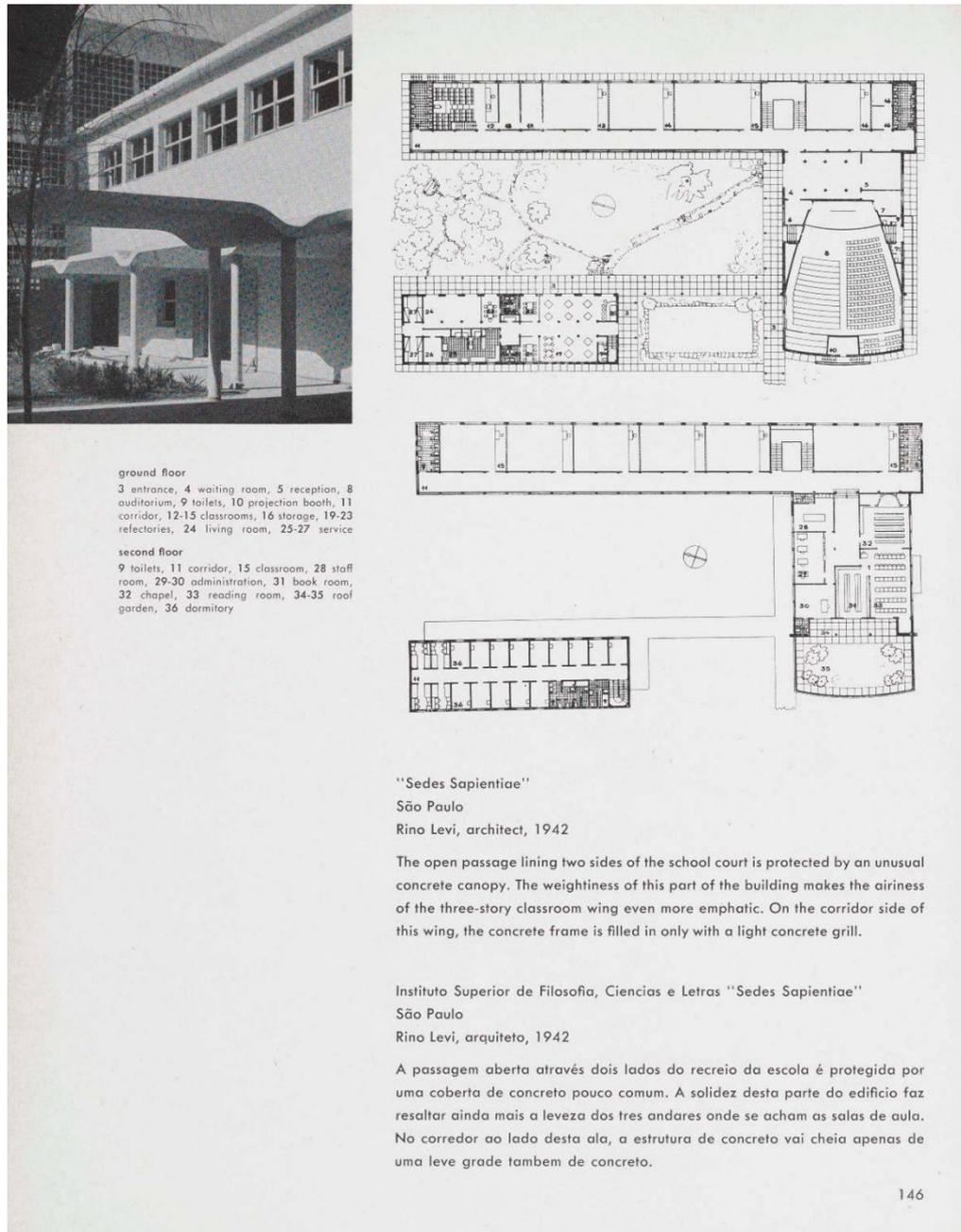


Figura 07 – Página de apresentação do projeto “Sedes Sapientiae” de Rino Levi no catálogo da exposição no MoMA – Brazil Builds. GOODWIN, Philip L. Brazil Builds. Architecture New and Old, 1962-1942. p. 146

Embora a produção de Oscar Niemeyer tinha o destaque natural, Mindlin selecionou diversas obras do arquiteto Rino Levi, que desta maneira ganhou certa relevância no cenário moderno brasileiro. A grande maioria destas obras aparece como nota e pequena citação no texto inicial do livro, de mesmo nome. Entre as várias obras apresentadas, os projetos para a Maternidade da Universidade de São Paulo de 1944 (figura 08), e do Setor Residencial de Estudantes da USP, de 1953, projetos

que se relacionam com esta pesquisa, foram selecionados e apresentados, mesmo que brevemente.

A versão em português, traduzida do inglês apenas em 1999, ganhou novo recorte e uma seção de “Projetos Complementares – 1956-1960”, e este acervo se ampliou ainda mais. Com isso, outros projetos antes não mencionados ganharam citações e dentre eles diversos projetos de autoria de Rino Levi. Foi nesta versão, também, que Lauro Cavalcanti³¹ fez uma apresentação, na qual elogiou a abrangência da seleção de projetos feita por Mindlin, e pela primeira vez destacou a atuação de Rino Levi, com um breve comentário: “Rino Levi explorou com maestria, o espaço arquitetural a serviço do usuário”.³²



Figura 08 - Maternidade Universitária de São Paulo – Universidade de São Paulo. Arquitetos Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar e F. A. Pestalozzi, 1944.

³¹ Lauro Cavalcanti é arquiteto, antropólogo e escritor. Escreveu vários livros sobre arquitetura, estética e sociedade e organizou diversas coletâneas sobre o assunto.

Fonte: <http://www.esdi.uerj.br/esdianos/338/lauro-cavalcanti>

³² MINDLIN, Henrique. Op. cit. p. 12, In ARANHA. Maria Beatriz de Camargo. Op. cit.

O levantamento das obras de Rino Levi que aparecem no livro de Mindlin, na primeira edição – em inglês, e na segunda – traduzida em português e com apresentação de Lauro Cavalcanti, foi detalhado na tese de Maria Beatriz Aranha, que também foi enfática na classificação do terceiro volume sobre arquitetura moderna no Brasil, feito apenas na década de 1980. De acordo com Aranha (2008), o livro *Arquitetura Contemporânea no Brasil*³³, publicado em 1981 como tradução da tese de doutorado realizado na década de 1960 por Yves Buand, faz parte também da história das publicações da arquitetura moderna no Brasil.

Se o papel de Rino Levi foi mínimo em Goodwin e Mindlin, ele teve maior destaque na publicação de Bruand, com a apresentação de alguns projetos³⁴, inclusive com destaque para o pioneirismo de Levi e Warchavchik na vanguarda moderna paulista e para o uso, também pioneiro e inovador, de estrutura de aço e peças da metalurgia no Edifício de garagens América (figura 09).



Figura 09 – Edifício de garagens América. São Paulo. Projeto de 1952, construção 1958. Fonte: <https://www.arquivo.arq.br/garagem-america>

³³ BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. Trad. Ana Maria Goldberg. São Paulo, Perspectiva. 1ª edição, 1981. Tradução de *L'architecture contemporaine au Brésil*.

³⁴ Lista completa dos projetos de Rino Levi também está apresentada na tese de Maria Beatriz de Camargo Aranha.

Entretanto, mesmo com algum reconhecimento, o livro de Bruand ainda colocou Rino Levi num papel secundário na construção da modernidade brasileira. O papel principal ficou, novamente, com os cariocas, como explicou ARANHA:

“De qualquer maneira, outra vez estava reservado ao Rio de Janeiro o papel mais importante. Bruand descreve o *começo da arquitetura moderna no Rio de Janeiro*, destaca a tentativa de *Reforma da Escola de Belas-Artes*, e abre um rápido parêntese *Luís Nunes e o Movimento do Recife*, quase ensaios para a *Transformação Decisiva* (1936-1944), capítulo que começa consagrando, outra vez, o Ministério da Educação e Saúde. O concurso, os diversos projetos, a elaboração do projeto definitivo pela equipe brasileira, tudo é analisado em detalhe. A ênfase fica por conta da contribuição de Le Corbusier e a profunda influência de sua estadia em 1936, a valorização dos *elementos locais* e sua conseqüente *originalidade*.

(...)

Constatando que até aquele momento pouco tinha falado da nova arquitetura feita em São Paulo, Bruand aponta *‘dois motivos principais: de um lado, a menor vivacidade dos talentos paulistas e o atraso maior com que se impuseram, e, de outro, o fato de as criações mais originais não se encaixarem na linha propriamente racionalista, embora derivem dela indiscutivelmente.’* Desta maneira, aceita e reitera com naturalidade o fato de a historiografia omitir os arquitetos que não se encaixam no racionalismo, neste caso sinônimo do raciocínio corbusiano. Conclui que Rino Levi *‘permaneceu fiel, mais que Warchavchik, à marca recebida durante a estadia na Itália (o que pode ser facilmente explicado por suas origens) e revelou ser menos sensível à influência de Le Corbusier do que a maioria de seus colegas brasileiros, devido a sua profunda vinculação a um país europeu de alta tradição cultural’* “. (ARANHA, 2008, p. 45/46).

De qualquer modo, Bruand ainda analisou alguns dos principais projetos e obras de Rino Levi, que passou a ser chamado com o nome do escritório - Rino Levi Arquitetos Associados, de acordo com sua divisão de funções e materiais. Os projetos hospitalares ganharam destaque, bem como os projetos com relação com a indústria, com o uso de perfis metálicos, a força empregada aos elementos estruturais e a pesquisa plástica que, segundo o autor, derivava do “sucesso” Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, pós Brasília. Para Bruand, a nova capital federal também influenciou os últimos projetos de Rino Levi a partir da ideia de representatividade da arquitetura, como no projeto do Centro Cívico de Santo André (figura 10).

Bruand ainda destacou as casas de Rino Levi no sentido de continuidade tanto de uma trajetória de sua obra, quanto do ponto de vista da continuidade espacial, e por último analisou as propostas para o concurso de Brasília onde descreveu que a proposta de Rino Levi era a única que não atendia ao pé da letra as exigências impostas pela Carta de Atenas e que, neste sentido, ficava entre um “brilhante

exercício de estilo e uma demonstração teórica das possibilidades oferecidas por uma cidade vertical ideal”.³⁵

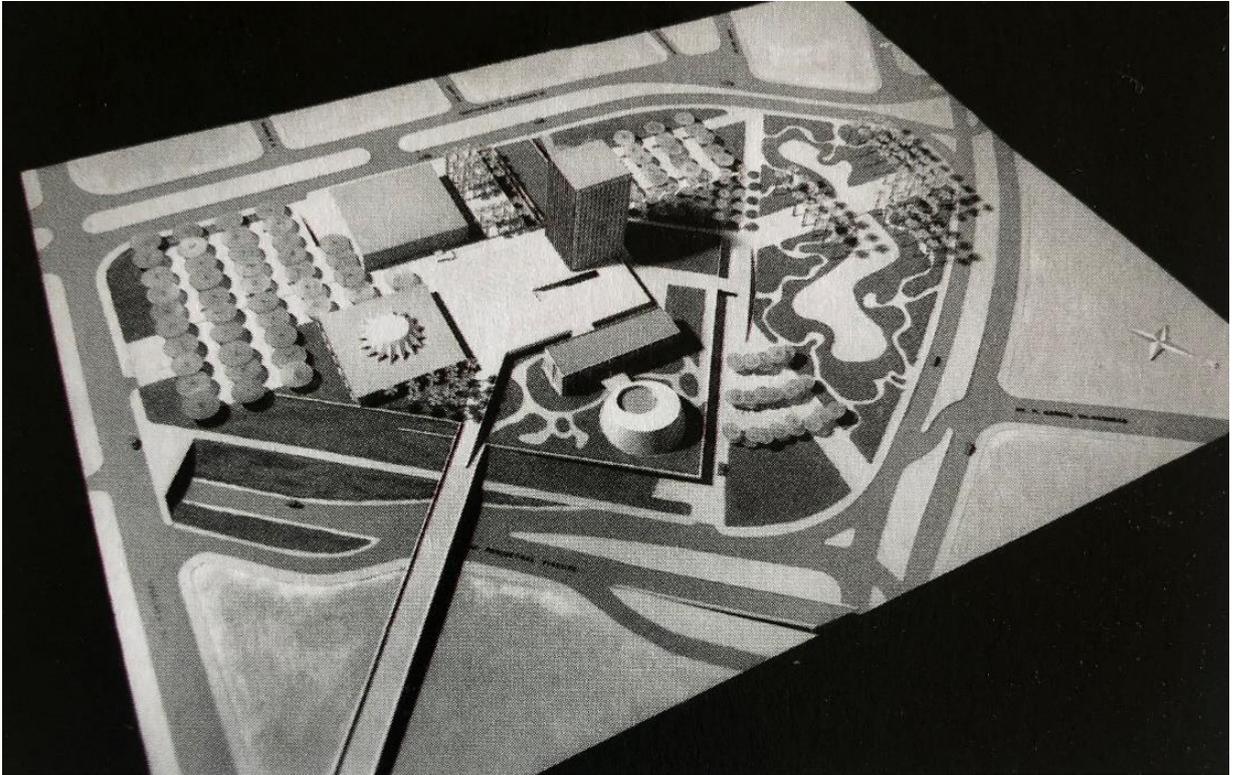


Figura 10 – Centro cívico de Santo André. Maquete do conjunto, 1965. Fonte: ANELLI, 2019. p. 208

Neste período, em que foi retratada a produção da arquitetura moderna no Brasil, até os anos 1990, a obra de Rino Levi também apareceu no livro de Carlos Lemos³⁶ chamado *Arquitetura Brasileira*³⁷, cuja publicação de 1979 foi considerado por Maria Beatriz Aranha, junto com Goodwin, Mindlin e Bruand, como um manual. Nele, por sua vez, foi elaborado um panorama geral da arquitetura brasileira ao longo de quase 500 anos, desde o Eclétismo, Neo colonial, Art Nouveau, Art Deco até chegar ao modernismo no capítulo *Os tempos recentes*, e a obra de Rino Levi também apareceu à margem do protagonismo do modernismo Corbusiano à brasileira de Costa e Niemeyer e, mais que isso, como um expoente desta antítese.

Entretanto, estas publicações foram as únicas que de alguma maneira relataram, de maneira acadêmica e em publicações *oficiais*, o percurso da arquitetura

³⁵ BRUAND, Yves, op. cit., p. 357.

³⁶ Carlos Alberto Cerqueira Lemos (São Paulo, 1925) é um arquiteto e historiador de Arquitetura brasileiro. Formado pela Faculdade de Arquitetura Mackenzie, participou da equipe de desenvolvimento do projeto do parque Ibirapuera e de 1952 a 1957 dirigiu o escritório de Oscar Niemeyer em São Paulo, sendo responsável pela conclusão do edifício Copan. Fonte: pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Lemos

³⁷ LEMOS, Carlos. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, Edusp, 1979.

moderna no Brasil, sobretudo no que diz respeito à produção da arquitetura para além dos cariocas reconhecidos fora do Brasil.

É verdade que a obra de Rino Levi tinha sido publicada numa edição italiana em 1974, num livro chamado *Rino Levi*³⁸, em Milão, com textos de introdução feitas por Roberto Burle Marx e Nestor Goulart Reis Filho (figura 11). Este livro foi o primeiro dedicado apenas à obra do arquiteto e representou a grande referência para os estudos sobre Levi e o apanhado geral da sua obra até as grandes teses dos anos 1990 em diante.

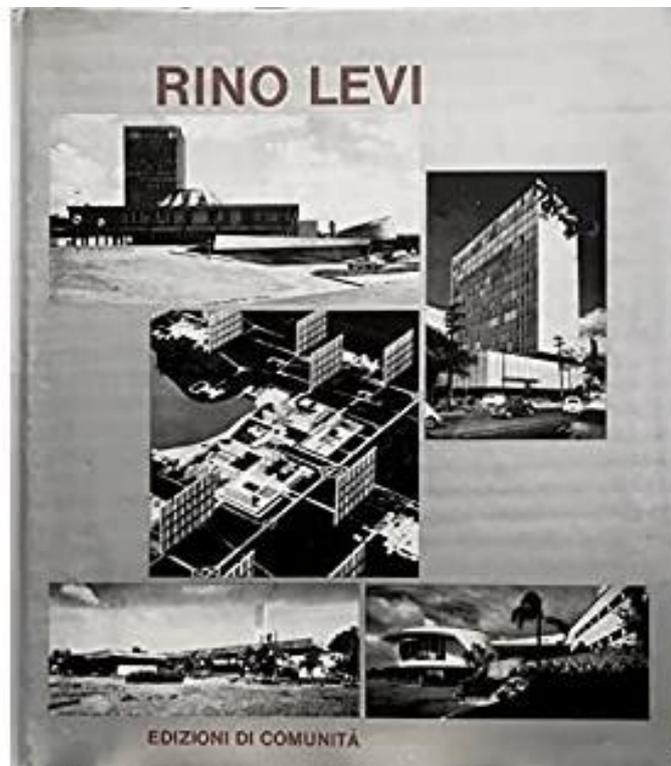


Figura 11 – Capa do livro *Rino Levi*. Edizioni di Comunità, Milão, 1974. Introdução de Roberto Burle Marx e Nestor Goulart Reis Filho.

Se a reprodução da arquitetura moderna brasileira e em especial de Rino Levi era escassa nos meios acadêmicos durante boa parte do século XX, tanto as revistas especializadas de arquitetura, brasileiras e internacionais, quanto publicações e discussões do setor imobiliário divulgaram bastante a sua obra, como explicaram Renato Anelli, Abílio Guerra e Nelson Kon, no prefácio da edição de 2019 do livro sobre o arquiteto:

³⁸ *Rino Levi*. Edizioni di Comunità, Milão, 1974. Introdução de Roberto Burle Marx e Nestor Goulart Reis Filho.

“Seus projetos são publicados não só em revistas voltadas para a categoria – *Politécnica, Acrópole, Habitat, Arquitetura e Engenharia*, tornando-se referências para outros arquitetos -, como em jornais da grande imprensa – casos da *Folha da Manhã, Diário de S. Paulo, Jornal do Comércio e o Estado de S. Paulo* -, evidência de uma relevância que transborda a área profissional.” (ANELLI; GUERRA; KON, 2019, p. 16).

Os períodos do entre guerras, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, foram importantes para a criação deste imaginário de uma arquitetura moderna emergente fora da Europa, assolada pela guerra. Embora o discurso tenha sido parecido com os divulgados anteriormente, com a tendência a aproximar a arquitetura feita no Rio de Janeiro como a arquitetura genuinamente brasileira, por serem catálogos periódicos, muitos outros projetos foram expostos.

É inegável que boa parte da historiografia moderna da arquitetura e do urbanismo esteja intrinsecamente ligada aos conceitos e discussões realizados nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – os “CIAMs” – e às publicações das revistas especializadas. Se estes congressos, de acordo com seus próprios membros e participantes, pretendiam revolucionar, mas ao mesmo tempo internacionalizar a arquitetura para que fosse utilizada como uma ferramenta econômica e política aplicada ao desenho de edifícios e cidades, tinham por sua vez, nas revistas internacionais, uma ferramenta eficaz para o fomento dos projetos e debates.

Esta difusão foi retomada fortemente no período pós II Guerra Mundial, claramente com dois cenários importantes.

“Entre os anos quarenta e cinquenta, são muitos os esforços para difundir internacionalmente a arquitetura moderna e, ao mesmo tempo, buscar exemplos específicos de novas formas de utilização desse ideário, que pudessem ampliar e convalidar o movimento. Este é o caso da revista francesa *L’Architecture d’Aujourd’hui*, da inglesa *Architectural Review* e da italiana *Casabella*, todas com fortes vínculos com os CIAM.” (TINEM, 2010),

Foi neste período, com a reabertura destes editoriais através dos diversos correspondentes exilados pelo mundo, que se expuseram com mais clareza projetos

construídos (ou não) nos territórios sul-americanos, além dos ainda iniciais projetos para a reconstrução europeia. É verdade que a aliança política entre Estados Unidos e Brasil já havia promovido exposições sobre arquitetura brasileira no MoMA (Brazil Builds de 1933) e o pavilhão de Lucio Costa e Oscar Niemeyer em Nova York (1939-40) também já havia tido grande repercussão, mas foi com a difusão dos projetos feita pelas revistas europeias que se promove de fato um interesse pelo território ao sul do Equador.

A tese de Maria Beatriz de Machado Aranha, *A obra de Rino Levi e a trajetória da Arquitetura Moderna no Brasil*³⁹, de 2008, cuja hipótese foi de ressaltar a singularidade da obra de Rino Levi na intenção de “incluir a produção de seu escritório na história”, fez todo levantamento das publicações (até o momento de sua defesa) que confirma a recorrente aparição de Rino Levi nos periódicos.

De acordo com ARANHA (2008), foi a partir justamente da década de 1990 que foram realizadas revisões da bibliografia sobre a arquitetura moderna e por isso se iniciou um período bastante intenso de produção acadêmica nos programas de pós-graduação, encabeçados pela FAU-USP.

A tese inaugural sobre a obra de Rino Levi, como já citado anteriormente, foi a de Lúcio Gomes Machado, *Rino Levi e a renovação da Arquitetura Brasileira*⁴⁰. Em 1992 defendeu a hipótese que de certa maneira buscou (re) inserir a produção do arquiteto Rino Levi na construção do modernismo brasileiro, apresentando a trajetória do arquiteto a partir de períodos e de um agrupamento de características que os definia. A partir das referências estrangeiras e de uma arquitetura moderna fora do Brasil, Lúcio rebateu a falta de relevância da obra de Rino Levi na construção deste ideário da arquitetura moderna no Brasil, justamente pelo enaltecimento uníssonos da equipe carioca liderada por Lúcio Costa e o Edifício do Ministério da Educação e Saúde.

Apenas três anos depois da defesa de Lúcio Gomes Machado, outra pesquisa, também na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP teve como tema principal

³⁹ ARANHA, Maria Beatriz de Camargo. *A obra de Rino Levi e a trajetória da Arquitetura Moderna no Brasil*. São Paulo, tese de doutorado, FAU-USP, 2008.

⁴⁰ MACHADO, Lúcio Gomes. *Rino Levi e a renovação da Arquitetura Brasileira*. São Paulo, tese de doutorado. FAU-USP. 1992.

a obra de Rino Levi. A tese de Renato Anelli, *Arquitetura e Cidade na Obra de Rino Levi*⁴¹, que se propôs a estudar as relações da arquitetura e urbanismo na obra de Levi, foi um importante marco para a pesquisa sobre o arquiteto paulista. Além da organização de um acervo de projetos, Anelli buscou estabelecer a partir dos textos do começo do século as referências tanto para a arquitetura quanto para o urbanismo que estabelecia este vínculo entre uma nova brasilidade possível e a relação com o ensino italiano.

Como já descrito, a pesquisa foi organizada posteriormente, em 2001, num livro lançado em conjunto com Abílio Guerra e Nelson Kon, *Rino Levi – Arquitetura e Cidade*⁴², e que teve um impacto significativo como material básico para as pesquisas posteriores, da imensa produção do arquiteto e o colocou, sem dúvidas, no merecido patamar de uma figura importante dentro do processo de criação e configuração da vanguarda moderna em São Paulo e no Brasil.

“(...) Mas este é o primeiro livro no Brasil, publicado 37 anos após sua morte (1965), que organiza (ou desorganiza) as imagens com todas as repetições, cores e escalas a que tem direito. Destaco o corajoso prefácio de Lúcio Gomes Machado.

(...) O livro se abre com seis fotos de interiores residenciais, em que Rino Levi era exímio. Ótimo, porque a casa condensa todos os grandes problemas da arquitetura, sendo considerada o laboratório por excelência da invenção arquitetônica do século 20 e da investigação dos limites da arte de construir o espaço humano possível em cada momento e lugar.

(...) Os desenhos do livro são rigorosos, densos de pequenas e grandes ideias. Devem ter causado uma verdadeira revolução.

(...) O livro contém preciosas informações sobre o ambiente da arquitetura na Itália entre as guerras, que demonstram a originalidade das plantas de alguns pátios de Rino em relação à *mediterraneidade* fascista ou a dois refinados arquitetos italianos, Daniele Calabi e Bernard Rudofsky, muito publicados nas revistas de arquitetura de Milão e que chegaram ao Brasil em 1939.”

⁴¹ ANELLI, Renato Luis Sobral. *Arquitetura e Cidade na Obra de Rino Levi*. São Paulo, tese de doutorado. FAU-USP. 1995.

⁴² ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. *Rino Levi – Arquitetura e Cidade*. São Paulo, Romano Guerra Editora. 2001.

Texto originalmente publicado no Jornal de Resenhas, Folha de S. Paulo, nº 86, 08/06/2002, p 5.⁴³, publicado no site Vitruvius.

A segunda edição do livro realizado a partir da tese de Anelli, lançado em 2019, reconheceu a importância da primeira edição frente aos novos pesquisadores acerca tanto da obra de Rino Levi quanto da arquitetura brasileira. O prefácio da primeira edição, reeditada na íntegra, elaborado por Lúcio Gomes Machado reforçou que a pesquisa historiográfica em arquitetura, e por ela a (re)construção da história, só é possível com os avanços coletivos, liberação dos acervos, fomento às atividades acadêmicas e constante sistematização do conhecimento.

“Paralelamente em exercido papel fundamental para a revelação dos novos horizontes o desenvolvimento de arquivos especializados em arquitetura, como o arquivo de desenhos da Bibliografia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Banco de Imagens Digitais da Faculdade de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e de agências de fomento à pesquisa, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que passaram a incluir as áreas de artes e arquitetura em seu âmbito de atuação”

ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. Rino Levi – Arquitetura e Cidade. 2019. p.22. Prefácio de Lúcio Gomes Machado.

⁴³ Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/02.014/3223>

3. A CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALLES OLIVEIRA – 1930 A 1950

3.1. Os anos 1930

Desde as primeiras aulas em latim de Padre Anchieta em São Vicente até a consolidação da primeira universidade no Brasil passaram-se quase quatro séculos. Apenas em 1920, no dia da nossa independência, instituiu-se, através do decreto federal nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro. A criação desta Universidade se deu através da reunião de escolas de ensino superior então existentes na cidade do Rio de Janeiro. Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, os pilares iniciais das universidades derivam da junção das Faculdades de Medicina, de Engenharia (Politécnica) e de Direito.

Embora a estrutura de universidade tenha sido alcançada, ainda que preliminarmente, apenas entre os anos 1920 e 1930 no Brasil, último país das Américas a lançar as bases de ensino superior, diversas foram as investidas neste ideal universitário desde a colônia. Muitas foram as reivindicações para a primeira universidade do Brasil, de São João D'El Rei durante a Inconfidência Mineira, à Salvador e Rio de Janeiro, Olinda e São Paulo. A capital paulista teve seu pleito sugerido durante a Assembleia Constituinte de 1823, como descreveu Ernesto de Souza Campos⁴⁴, em 1954:

“Segundo Souza e Silva, os debates elevaram-se ao ‘nível do assunto, mas baixaram na arena da acrimônia’.

O deputado Manoel Caetano de Almeida levantou a questão dos fundos necessários para a realização da empresa.

Antonio Ferreira França, aproveitando a deixa, opina por isso, em favor de uma única Universidade.

⁴⁴ Ernesto de Souza Campos (1882-1970), médico, foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo, diretor da Faculdade de Medicina da USP e ministro da Educação e Saúde Pública do governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946.

Luiz José de Carvalho e Melo quer que sejam duas. Repele São Paulo. Prefere a corte, onde já existiam os cursos médico e de matemática. Com mais um curso jurídico estaria resolvido o caso para a capital do país.

Monsenhor Tavares, de Pernambuco, bate-se em favor de sua província. A Bahia reclama a preferência, por ter solo muito fértil, a cana dando ‘soca e resoca, cada ano, sem geral replantação’. Olinda, diziam outros, era o Jardim do Edem, onde vivia uma sociedade florescente. Os do Rio de Janeiro proclamavam a riqueza da flora e do granito. Montezuma, querendo a Bahia, opunha-se ao Rio de Janeiro, pela possível intervenção do *governo* central, muito próximo. Irascível e descortês, atalhou a defesa de Fernandes Pinheiro com esta ridícula tirada: ‘Não sei porque aqui se fala que não venha São Paulo para cá e São Paulo para lá; em nada aqui se fala que não venha São Paulo’”. (CAMPOS, 1954, p. 29)

A disputa regional na comissão constituinte para a instalação da universidade no Brasil seguiu, segundo a descrição de Souza Campos, com os mais diversos e curiosos argumentos. Desde a “má pronúncia em São Paulo, as terras áridas de Pernambuco, até a cidade viciosa da Bahia, muitas foram as defesas e acusações”. (CAMPOS, 1954, p. 30)

Em 1823 foi aprovado o projeto das duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda, assim como o chamado “Instituto Brasílico”, que reunia instituições de ensino superior que já funcionavam no Rio de Janeiro. De prático, foram criados quatro anos depois, em 1827, apenas os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, primeiro passo para a criação das universidades.

A disputa continuou durante todo o século XIX e se encerrou apenas a partir da *Reforma Maximiliano*⁴⁵, que liberou o governo federal para reunir em universidade, quando quisesse, a Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e Direito – qualquer uma das que funcionavam no Rio de Janeiro, culminando no decreto citado anteriormente de 7 de setembro de 1920 que criou a primeira Universidade do Brasil.

⁴⁵ “Ministro da Justiça do governo Venceslau Brás, Carlos Maximiliano promoveu em 1915 mais uma reforma educacional que voltou atrás em decisões tomadas pela Reforma Rivadávia Correia e estabeleceu outros tantos encaminhamentos. Surgiu para reorganizar o ensino, fazendo voltar o ensino secundário e superior à condição de estabelecimentos oficiais e equiparados. Foram instituídos os exames vestibulares, admitindo parcelados, que perduraram até 1925. Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganizava o ensino secundário e o superior na República.”
In <https://gibanet.com/2012/10/03/as-principais-reformas-na-educacao-brasileira/>

Apenas em 1931 foi criado o estatuto para as universidades brasileiras, que já contava com a Universidade de Minas Gerais, criada em outro 7 de setembro, de 1927, além da universidade carioca.

“Em 11 de abril de 1931 foi expedido o Decreto n. 19.851, concedendo os Estatutos para as Universidades brasileiras. Dispôs que o ensino superior no Brasil deveria obedecer preferencialmente ao sistema universitário. Estabeleceu a organização técnica e administrativa para as instituições do gênero.” (CAMPOS, 1954, p. 37)

Em São Paulo, até o final da década de 1920, existiam apenas a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina. Apesar de reconhecido desenvolvimento, as três escolas, que viriam a ser fundamentais e fundantes da Universidade de São Paulo, não tinham entre si qualquer unidade, seja física, seja programática.

Entretanto, com a criação da Universidade no Rio de Janeiro, e posteriormente Minas Gerais, o coro por parte dos paulistas que aventavam a criação de uma universidade em São Paulo ganhou bastante força. Entre 1919 e 1923 alguns docentes paulistas participaram de um intercâmbio para visitar faculdades nos Estados Unidos, com o patrocínio da Fundação *Rockefeller*. Na ocasião puderam participar de atividades acadêmicas e vivenciar a *real vida universitária* nos *campi* americanos. Na volta ao Brasil defenderam a criação de um ambiente acadêmico universitário em São Paulo. A propaganda se deu de várias maneiras, e seguiu os quesitos propostos a partir do texto divulgado no jornal “O Estado de São Paulo”, em 1926. De acordo com Souza Campos, 1954, o “inquérito processou-se por meio de artigos introdutórios e de questionários, que constituíam documentação preciosa para a propaganda”. Da situação dos professores, às influências estrangeiras, da autonomia e liberdade aos sistemas culturais vigentes, as contribuições davam subsídios para a publicidade em prol da vida universitária. É talvez nestes pronunciamentos a primeira vez que se tem notícia que se documenta sobre a idealização de uma cidade universitária, como descreve Campos:

“Helio Lobo fala do seu contato com as universidades norte-americanas, cuja excelência proclama. Disserta sôbre a Cidade Universitária: ‘Formam alunos e professores uma cidade especial, a cidade universitária, com seu espírito e sua feição. Situada, em geral, na parte menos populosa da metrópole, acaba esta, em

regra, por circundá-la, obrigando-a a confundir a sua vida com a geral ou defender-se". (CAMPOS, 1954, p. 83)

Os atos, debates e anos de intensa propaganda concretizam em 1934 a criação da Universidade de São Paulo. O interventor federal em São Paulo, Armando Salles Oliveira, estabeleceu, através do Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro, a união de instituições de ensino superior existentes em São Paulo, como descreve os primeiros artigos do próprio decreto (figura 12).

DECRETO N. 6.283, DE 25 DE JANEIRO DE 1934

Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930; e

considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

considerando que, somente por seus institutos de investigação científica de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

considerando que a formação das classes dirigentes mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão,

Figura 12: Recorte do Diário Oficial do Estado de São Paulo. 10/05/1934, com o decreto de criação da Universidade de São Paulo – Decreto 6.283, de 25/01/1934. Fonte: Imprensa Oficial, recorte do autor.

Transcrição:

Decreto Nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934

Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística, constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressado, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão,

Decreta:

TÍTULO I - Da Universidade de São Paulo

Artigo 1.º - Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Artigo 2.º - São fins da Universidade:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;*
- b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolveram o espírito, ou sejam úteis à vida;*
- c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;*
- d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.*

(DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, de 10 de maio de 1934.

Decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934.)

Os primeiros anos da então criada Universidade de São Paulo se deram através de inúmeras reuniões do *conselho universitário* realizadas nas instalações da Faculdade de Medicina, no Araçá e na Faculdade de Direito, no Largo São Francisco. Muito havia que se definir para a nova Universidade, como cargos diretivos, estatutos e regulamentos. Assim, logo na 2ª sessão do Conselho Universitário, em junho de 1934, foi empossado o primeiro reitor da Universidade, o Prof. Dr. Reynaldo Porchat⁴⁶.

⁴⁶ Reynaldo Porchat (1868-1953) foi o primeiro reitor da Universidade de São Paulo, de 1934 a 1938, e professor catedrático de Direito Romano na Academia de Direito de São Paulo, hoje Faculdade de Direito da USP.

Solenidades, prêmios, diplomas, autonomia universitária, patrimônio, reorganização de cursos universitários, concursos, imprensa universitária, hinos, solicitações de novas escolas eram os temas discutidos ao longo de quase duas décadas de reuniões do conselho universitário.

Para Campos (1954), professor da Faculdade de Medicina e entusiasta da centralização dos elementos que compõem uma universidade, e que tinha participado da excursão aos campi americanos na década de 1920, a composição de um ou mais *campus* constituiria “o fator máximo determinante do progresso e desenvolvimento que o poder atual e potencial do nosso grande centro de estudos exige para a formação de um ambiente comum, homogêneo e de maior produção”. (CAMPOS, 1954, p. 152).

A lei de criação da Universidade de São Paulo (Lei Estadual nº 6283) rezava, em 1934, sobre a necessidade de um ambiente universitário que dependeria de um espaço físico comum. No artigo 47 desta Lei, intitulada “Do espírito universitário”, já se aventavam os meios para a criação de uma interação entre alunos, professores e auxiliares, como também entre as diversas Escolas, Faculdades e Institutos:

“Parágrafo único - A aproximação e o convívio dos professores e alunos das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos, serão promovidos especialmente: pela proximidade dos edifícios e construção de vilas universitários [...]” (Coleção de leis e Decretos do Estado de SP – 1934, tomo XLIV, p. 37).

É verdade que a concentração de escolas ou faculdades num espaço comum, como ideia de campus, já era conhecido na Europa e nos EUA desde o final do século XIX. De acordo com FERNANDES (2005)⁴⁷ fruto indireto da expansão territorial e do seu adensamento populacional, as cidades atraíam maior número de estudantes universitários, que demandavam novas instalações, ainda que num primeiro momento adaptando antigos edifícios.

Era frequente, entre o final do século XIX e início do século XX, na Europa e nos EUA, a instalação de escolas e faculdades fora do tecido urbano consolidado das

⁴⁷ FERNANDES, Fernanda. Arquitetura e sociabilidade na cidade universitária de São Paulo. In: Cidades Universitárias: Patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

idades, alavancando em certa medida o desenvolvimento de regiões menos centrais. De acordo com AMARAL (1956)⁴⁸:

“A solução de abandono dos antigos edifícios e a concentração, em vastos terrenos urbanos menos centrais, mas de fácil acesso, de todo um conjunto de instalações composto não apenas de faculdades, institutos e escolas, mas também de locais destinados ao convívio, ao lazer, às atividades físicas e à residência dos estudantes. Estes conjuntos, como Berkeley, Columbia e Harvard, desenvolveram-se inicialmente pela iniciativa privada. Na Europa, as primeiras cidades universitárias construídas a partir desse novo enfoque foram as de Atenas, Roma e Madrid”. (AMARAL, 1956, p. 10)

Campos ainda constata em seu texto, as más condições das instalações das escolas que compunham a Universidade de São Paulo, que estavam em prédios adaptados, inconvenientes, mal localizados e em pleno centro urbano, sob a influência de grande movimento e ruído.

A mais antiga faculdade da USP, a de Direito do Largo São Francisco, que teve papel importante na evolução urbana da cidade com a chegada de estudantes e fomento do comércio local numa São Paulo ainda com aspecto de vila, já ocupava neste momento um edifício na área central. A Escola Politécnica, segunda instituição mais antiga das que compõe a USP, desde 1894 se instalou no bairro da Luz, região central de São Paulo, e teve papel importante na fase inicial da urbanização da cidade, aproveitando a chegada da linha de ferro e da estação da Luz. Já a Faculdade de Medicina, outro pilar central deste tripé inicial da Universidade, criada em 1912, ocupou por vezes salas emprestadas pela Escola de Comércio Álvares Penteado, na região do largo São Francisco, e da Escola Politécnica, até ter destino posterior na colina do Araçá, perto do cemitério, como demonstra os apontamentos feitos pelo autor no mapa da cidade de São Paulo, figura 13:

⁴⁸ AMARAL, Keil. *Cidades Universitárias, Realizações Contemporâneas*. Arquitectura. Porto, n. 55-56, pp. 6-13, 1956.

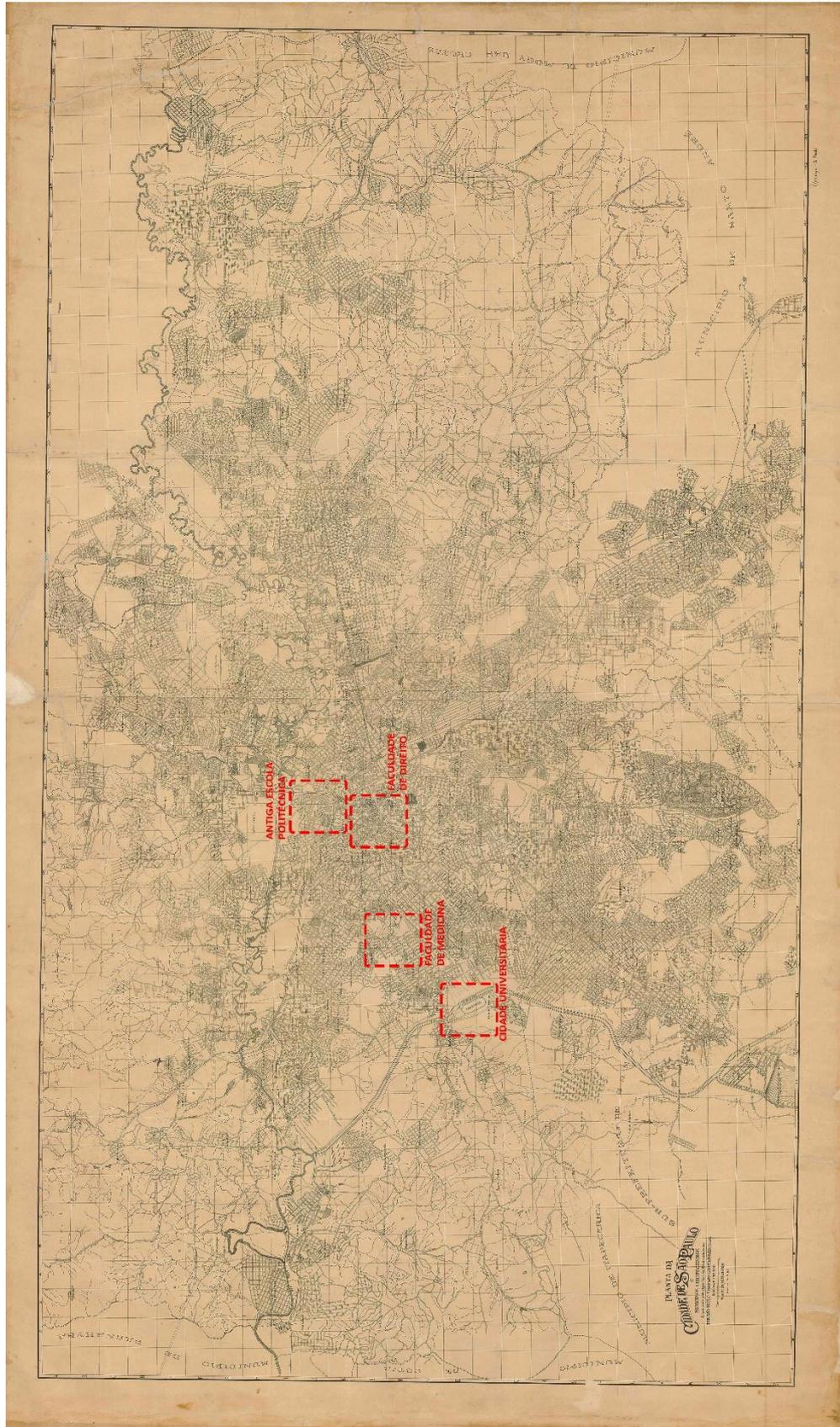


Figura 13: Mapa de 1943 da cidade de São Paulo, com destaque para a localização da antiga Escola Politécnica, no bairro da Luz, Faculdade de Direito no Largo São Francisco, Faculdade de medicina, no Araçá e a localização da Cidade Universitária, no Butantã. Mapa realizado pelo autor.

Foi neste cenário que, em 1935, o recém empossado governador do Estado de São Paulo, Armando Salles Oliveira⁴⁹, nomeou uma comissão encarregada de estudar a localização da Cidade Universitária, chamada de Comissão da Cidade Universitária (CCU). Esta, presidida pelo reitor Reynaldo Porchat, da Faculdade de Direito, era composta pelos professores: Alexandre Albuquerque, da Escola Politécnica, Ernesto de Souza Campos, da Faculdade de Medicina, Ernesto Leme, da Faculdade de Direito, Fernando de Azevedo, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Afrânio do Amaral, do Instituto Butantã e Mario de Andrade, diretor do Departamento Municipal de Cultura. Segundo XAVIER (2005), a comissão foi formada por pessoas que representavam os vários interesses da USP e foram nomeadas de acordo também com as participações anteriores na construção de edifícios escolares.

A *Primeira Fase* da idealização da cidade universitária da USP, assim chamada por Ernesto de Souza Campos, compreende este período inicial entre 1935 e 1937, e se destaca pela busca pelo local do que seria o *campus* da capital da Universidade.

A sistemática defesa pelo modelo moderno de implantação de campus, no chamado “campus-parque” dependia necessariamente de grande área livre e assim, por consequência, afastada do centro das cidades. Os edifícios isolados situados em meio a um grande espaço livre arborizado, cortado por vias de automóveis e pedestres e divididos por funções repete os dogmas da Villa Radieuse de Le Corbusier, que virou uma espécie de guia para os projetos urbanos no Brasil. Esta era, na verdade um assunto comum naquele momento. Datam do mesmo período diversas soluções sobre o tema na América Latina, em especial para as modernas cidades universitárias da Cidade do México e de Caracas, assim como as de Recife e do Rio de Janeiro, no Brasil.

Em São Paulo não foi diferente e por isso a busca para o terreno da Cidade Universitária necessitou de uma grande gleba. A ideia para a localização da Cidade Universitária da USP, defendida por Souza Campos, em nome da C.C.U., englobava uma enorme área localizada entre o centro médico do Araçá e o Instituto Butantã.

⁴⁹ Armando de Salles Oliveira (1887 - 1945) foi um engenheiro e político brasileiro, graduado pela Escola Politécnica de São Paulo, interventor federal em São Paulo entre 1933 e 1935 e Governador de São Paulo (eleito pela Assembleia Constituinte) de 1935 a 1936.

Constam nas Atas (CAMPOS, 1954) das únicas três reuniões da *Comissão encarregada de estudar a localização da Universidade de São Paulo*, ocorridas em junho, julho e agosto de 1935 as discussões acerca dos conceitos de uma cidade universitária e estudos para a localização e área. Com a ajuda e participação de agentes imobiliários e dos membros da comissão, foram debatidas as necessidades de unificação da área, que deveria englobar futuramente as escolas e faculdades existentes. Entretanto, nas mesmas reuniões iniciais o prof. Dr. Ernesto Leme comunicou a decisão unânime da Congregação da Faculdade de Direito, contrário à transferência da Faculdade para o local a ser definido para ser instalada a Universidade.

Ainda se imaginava fundamental que o novo campus tivesse espaço para todas as faculdades existentes, além da previsão para as novas e ainda sem instalações próprias. O bem sucedido complexo médico do Araçá, exemplo utilizado como sendo de sucesso na centralização e proximidade física de instalações, foi determinante para a escolha de uma área de terreno compreendida entre a Faculdade de Medicina e o Instituto Butantã.

Desta terceira reunião, apesar de esclarecida a decisão da Faculdade de Direito, foi elaborado um relatório com as decisões para serem apresentadas à própria comissão, desenvolvido pelo professor Ernesto de Souza Campos. Parte considerável deste relatório diz respeito às comparações e justificativas para as dimensões da gleba necessária para a instalação do *campus-parque*, organização e composição da universidade e da tentativa frustrada de usar o terreno da Faculdade de Medicina para o novo campus, como se vê neste trecho:

“Julgando indispensável a centralização de todo o sistema universitário dentro do mesmo campo, de *acôrdo* com as ideias hoje universalmente estabelecidas e adotadas nas organizações modernas, era natural que fossem examinadas *tôdas* as possibilidades de locação do centro universitário junto à nossa escola médica. (...) Os terrenos atualmente ocupados pela Faculdade de Medicina, Instituto de Higiene e Hospital do Isolamento, medindo cerca de 280.000 metros quadrados, não oferecem, porém, a área necessária para um conjunto com o que se pretende seja a Universidade de São Paulo. Realmente, é difícil admitir que uma organização universitária moderna possa ocupar área inferior a um milhão de metros quadrados (...). Nas universidades bem delineadas, tais edifícios são

dispostos em parques amplos e bem arborizados, formando um centro atraente e convidativo a uma permanência mais prolongada, o que constitui elemento de valor inestimável para a formação do espírito universitário⁵⁰.

(...) Resulta *dêstes* argumentos que o terreno já referido, situado na avenida Dr. Arnaldo, possui apenas a área necessária para o centro médico e os institutos compreendidos na sua órbita.” (CAMPOS, 1954, p. 160).

O relatório técnico continuou a descrever as ações da comissão e a definição inicial do terreno para implantação da cidade universitária. Com a conclusão de que o terreno da Faculdade de Medicina não seria suficiente para as futuras instalações, a comissão buscou sítios próximos ao complexo médico e verificou uma extensa área não construída entre a faculdade e o Instituto Butantã (figura 14). Com o interesse e os levantamentos, os técnicos dividiram a área em glebas para compará-las às experiências e dimensões dos *campi* das universidades americanas.

“Trata-se de uma área com alguns milhões de metros quadrados (6.000.000), de preço conveniente, despida de construções, atravessada pela linha de alta tensão da Light e pela adutora de Cotia e tendo no seu limite extrema o rio Pinheiros em vias de retificação. Esse terreno apresenta, ainda, a vantagem considerável de limitar-se com o Butantã que, por sua vez, atinge a área de 4 milhões de metros quadrados. Se fôr adquirido o terreno em sua totalidade, ficará o Estado com 10 milhões de metros quadrados”. (CAMPOS, 1954, p. 161).

Para análise da área foi também desenvolvida a composição da universidade, com setores e faculdades. Além das faculdades já conhecidas e dos equipamentos futuros desejados, como Biblioteca Central, Imprensa Universitária e setor de esportes, foram descritos no relatório elaborado pela comissão situações particulares. Segundo CAMPOS (1954), foi neste relatório que apareceu pela primeira vez a intenção de se criarem jardins botânicos e zoológico no campus universitário, sobre o pretexto do ensino prático das ciências naturais e para atender a deficiência nestes temas na cidade de São Paulo.

⁵⁰ Aqui se repete a expressão “espírito universitário”, título do artigo 47 da lei de criação da USP, de 1934. Tudo leva a crer que o *espírito universitário* seria justamente a interação de cooperação entre professores, alunos e áreas do conhecimento, e criação de um ambiente propício para atividades curriculares e sociais.

própria. É nítida a narrativa de convencimento para a defesa de um campus, através de comparações às universidades estrangeiras de Madrid, Londres e os modelos italianos e canadenses, e pela ênfase no que o relator chamava reiteradamente de modernidade, interação de professores e centralização de das fontes bibliográficas.

Para finalizar o relatório, a comissão⁵¹ que o assinou delegou ao Governo do Estado a opção de compra do terreno, sendo ele total ou parcial, como se vê no último trecho:

“Atendendo-se ao valor pouco elevado destes terrenos, seria conveniente a aquisição da maior área possível, não só para facilitar qualquer expansão futura do nosso centro de estudos, como também para a locação atual ou potencial dos **jardins botânico e zoológico**, que São Paulo ainda não possui, e de um **parque público**, tão necessário à metrópole paulistana. Se São Paulo possuir um dia êsses jardins, será de tôda conveniência a sua localização nas proximidades do centro universitário, servindo ao duplo fim de educação popular e científica.” (CAMPOS, 1954, p. 161).

Para estudo do plano geral de implantação do campus nesta extensa área pré-determinada foi organizado um Escritório Técnico, que tinha o Professor Antônio de Almeida Prado⁵² como presidente o Professor Ernesto de Souza Campos como Diretor geral. A equipe técnica era chefiada pelo engenheiro-arquiteto Professor Hipólito Gustavo Pujol Júnior⁵³, o engenheiro-arquiteto Ernesto Sampaio de Freitas e o engenheiro-arquiteto João Serato como auxiliares, e ainda o engenheiro Guilherme Lyra e o desenhista Luiz Serato.

A primeira ação do escritório técnico foi a solicitação de um levantamento topográfico de toda a área. Num acordo com o Governo do Estado e a Secretaria da

⁵¹ De acordo com Campos (1954), a Comissão era composta por: Reyanldo Porchat – Presidente, Ernesto de Souza Campos – Relator, Alexandre de Albuquerque, Fernando de Azevedo, Afrânio Amaral, Mário de Andrade, Ernesto de Moraes Leme (com restrição quanto à remoção da Faculdade de Direito do Largo São Francisco).

⁵² Antônio de Almeida Prado (1889 - 1962) foi um médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, de onde também foi diretor. Além da faculdade de Medicina, foi também diretor da Faculdade de Filosofia e reitor Universidade de São Paulo entre 1946 e 1947.

⁵³ Hippolyto Gustavo Pujol Jr. (1880-1952) foi engenheiro-arquiteto formado pela Escola de Engenharia da Politécnica (USP) onde foi professor e Chefe do Gabinete de Resistência dos Materiais.

“A maior contribuição de Pujol foi para o progresso da engenharia nacional, pois foi ele quem introduziu o concreto armado na construção civil, o que permitiu a transformação das cidades brasileiras. Ele foi o primeiro a utilizar a nova tecnologia, foi ele quem construiu o primeiro “arranha-céu” de São Paulo, o Edifício Guinle (1912-1913), com 8 pavimentos.” In <http://culturaz.santoandre.sp.gov.br/espaco/353>

Fazenda estabeleceu-se uma parceria para divisão dos custos, uma vez que a cartografia a ser elaborada seria utilizada ao mesmo tempo para cadastro planialtimétrico da cidade de São Paulo e para o plano da Cidade Universitária.

Em seguida, foi considerada uma extensa sistematização dos setores da universidade, transcrita abaixo, com o intuito de estabelecer áreas e independência, além de dar diretrizes para a implantação do projeto. Nota-se que mesmo com a recusa pela Faculdade de Direito de se estabelecer no novo campus e deixar as instalações do Largo São Francisco, havia na sistematização das áreas destino para o setor jurídico. Por outro lado, não consta descrito um setor específico para a Escola Politécnica, área que viria a ser posteriormente o maior setor de uma única faculdade dentro do *campus*.

I – Setor da Reitoria, Biblioteca, teatro Acadêmico, Imprensa universitária, tendo, como anexo, outros elementos administrativos. Posição tão central quanto possível.

II – Setor da Filosofia, Ciências e Letras. Como elemento nuclear da universidade deve ter este setor uma situação também tão próxima do centro quanto possível e de fácil articulação com a Escola Politécnica pela sua secção de letras; institutos anexos.

III – Setor jurídico e de ciências econômicas e sociais, compreendendo a Fac. De Direito, a Fac. De Ciências Administrativas e Econômicas e outras instituições afins ou complementares, como o Instituto de Criminologia, etc.

IV – Setor Biológico, abrangendo as faculdades de Medicina Veterinária, Farmácia, Odontologia e institutos anexos.

V – Setor Esporte, localizado em zona periférica para a admissão de grande público nas competições esportivas, sem que este possa invadir o campo universitário. Praça de Esportes, articulada com o Departamento de Educação Física, Escola de Educação Física e Instituto de Biotipologia.

VI – Setor residencial e dos clubes, compreendendo residência para professores, alunos, alguns funcionários e empregados e os clubes universitários.

VII – Setor de Jardim Botânico, articulado com o Departamento de Botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

IX – Setor do Hospital Veterinário e Parque Zootécnico, articulados com a Faculdade de Medicina Veterinária.

X – Setor de anexos como Pôsto de Correio, de Bombeiros, etc.

CAMPOS, 1954.

Os primeiros projetos, dada a extensa área, tinham aspecto bastante diferente do que foi definido posteriormente (como se vê na figura 15, um dos projetos elaborados pelo Escritório Técnico em 1937). De acordo com XAVIER (2005), em alguns desenhos a Universidade tinha ares de fazenda, com espaços para pastos e lavouras, horto botânico e zoológico. Em outros, pistas de pouso, campos de golfe e observatório astronômico.

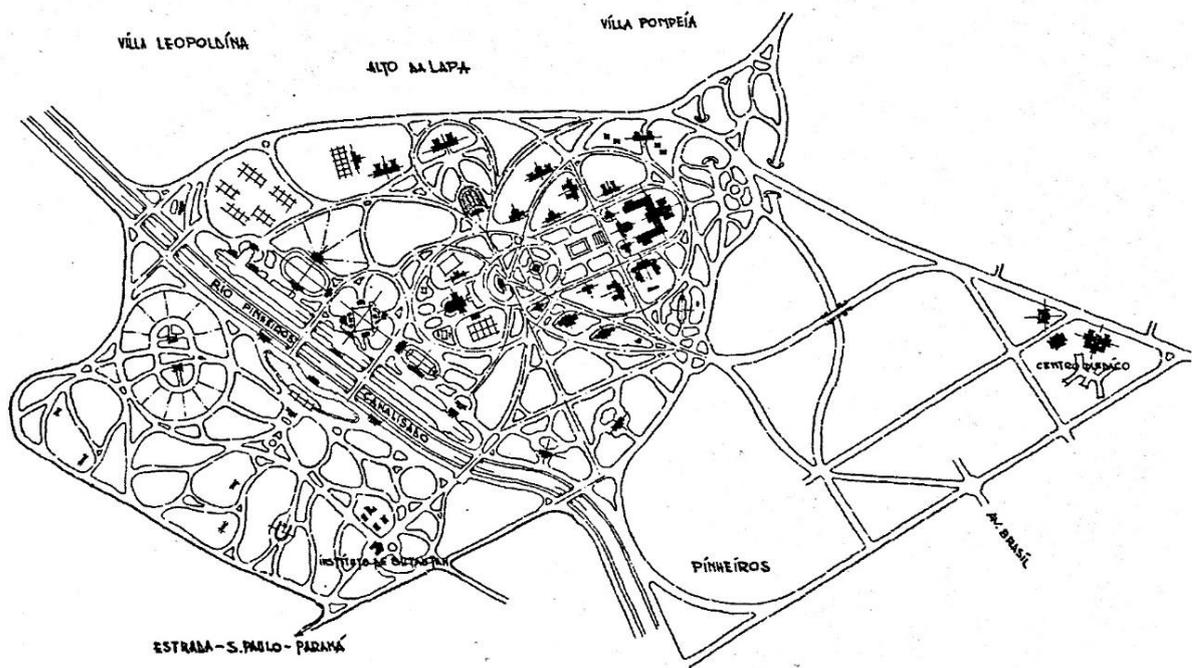


Figura 15: Mapa do estudo nº 4 para a cidade universitária no terreno do Butantã, elaborado pelo Escritório Técnico – 1937. Fonte: XAVIER, 2005.

Após diversos estudos nos terrenos da zona oeste da capital paulista, a equipe do Escritório Técnico apresentou duas soluções, enviadas para o então Secretário da Educação – Dr. Cantídio de Moura Campos – em forma de relatório:

“Tenho a honra e o prazer de entregar a V. Ex.^a os dois primeiros estudos sôbre a Cidade Universitária, da Universidade de São Paulo, a ser construída nos terrenos que vão do planalto do Araçá até as margens do rio Pinheiros (Butantã). Como é de conhecimento de V. Ex.^a e também pode ser verificado pelos planos agora apresentados, foram consideradas duas hipóteses para a elaboração dêstes trabalhos preliminares.

A primeira hipótese localiza o centro universitário nas margens do Pinheiros, a segunda coloca-os nos terrenos junto ao Sumaré, com continuidade com os da faculdade de Medicina e do Instituto de Higiene.”

(CAMPOS, 1954, p. 176).

A solução I, chamada de “Margens do Rio Pinheiros” correspondia à uma área total de cerca de 12 milhões de metros quadrados, contando com a propriedade do Butantã, a área nova a ser adquirida e a área ocupada pela Faculdade de medicina e Instituto de Higiene e Isolamento. Desta proposta, o grande trunfo seria o Rio Pinheiros em vias de ser retificado e que poderia servir de abastecimento para tanques e reservatórios do Jardim Botânico e Zoológico, além da já desejada raia para remo. A imensa área era defendida, sobretudo, para os programas de maior extensão, como esportes, ciências naturais, botânica e zoologia.

Nesta proposta, os edifícios universitários foram locados na parte mais alta do terreno, em contraponto com a parte baixa que seria a várzea do rio Pinheiros. No seu memorial ainda se fala sobre a orientação das ruas em relação aos ventos predominantes e das condições “heliotérmicas” e, de fato, era bastante completo. Tinha ainda a ressalva de que o núcleo universitário ficaria distante do complexo médico, com a alternativa dada pela indicação da criação de outro grupo médico, com a instalação da Faculdade de Medicina Veterinária e Odontologia, segundo a proposta de zoneamento (neste estudo aparece área destinada ao setor politécnico):

- a) Reitoria, Biblioteca, Imprensa Universitária e Teatro Universitário;
- b) Zona nuclear: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- c) Zona de engenharia e belas artes: Escola Politécnica, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Instituto de Eletrotécnica, Escola de Arquitetura e Escola de belas Artes (Artes Plásticas);
- d) Zona de direito e ciências econômicas e comerciais: Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais e Instituto de Criminologia;

- e) Zona de biologia: Faculdade de Medicina Veterinária. Parque zootécnico, Hospital Veterinário e Faculdade de Farmácia e Odontologia. Esta última Faculdade ficará, porém, melhor localizada junto ao bloco médico, na avenida Dr. Arnaldo. Basta, para isso, adquirir a área necessária em prosseguimento ao terreno ocupado pelo Instituto de Higiene. (CAMPOS, 1954, p. 181).

A solução II, por sua vez, denominada “Avenida Dr. Arnaldo – Sumaré”, tinha cerca de 3 milhões de metros quadrados em seu corpo principal, com possível ampliação de mais 4,2 milhões de metros quadrados caso o Jardim Botânico fosse implantado no Butantã. Esta proposta apresentava uma configuração de conjunto com “forma de um báculo episcopal, cuja base assenta no atual bloco médico” (CAMPOS, 1954, p. 182). Esta área englobava do centro médico até a avenida Rebouças e a rua Oscar Freire, que seria alargada para 60 metros – para se ter noção da escala, vale lembrar que esta é a largura das marginais do Rio Pinheiros. No seu memorial se descreve que a Reitoria teria um posto de destaque, no centro do terreno, com uma praça de 350 metros de diâmetros, circundada pelos prédios da faculdade de Direito, Ciências Econômicas e Comerciais, Educação e clubes.

Dada a magnitude da solução I, considerada ideal por ter área suficiente para qualquer expansão futura, mas que necessitava de grandes desapropriações e custava alto valor, e dada a insuficiência da solução II, o Escritório Técnico elaborou 11 novos estudos que resultou numa nova solução que limitou-se aos terrenos do Butantã, acrescidos de pequenas áreas anexas.

Esta última solução, que veio a ser a definitiva, foi outra vez apresentada para o Secretário da Educação, Sr. Moura Campos. Em novo relatório, e para viabilização deste projeto, optou-se pela exclusão do Instituto Soroterápico que funcionava no local, com o nome de Instituto Butantã. Sua viabilidade se deu pela proximidade do rio, a possibilidade de concentração dos prédios universitários e a viabilidade econômica e física deste terreno, compreendido desde a várzea do rio Pinheiros até o vale que se estendia até a estrada de Itu.

Embora a solução “Sumaré” fosse a única alternativa que mantinha o complexo médico dentro do campus, devido às iminentes dificuldades das desapropriações desta opção a escolha política, feita pelas altas autoridades do Estado definiu o

terreno da antiga Fazenda Butantã como local apropriado para o novo campus da USP, deixando de fora as três faculdades mais velhas e maiores da Capital, como descrito anteriormente. Destas três primeiras faculdades somente a Escola Politécnica foi para a futura Cidade Universitária, apenas em 1952, comprovando a intrínseca ligação das demais escolas com o tecido social e urbano da Cidade de São Paulo.

De acordo com CAMPOS (1954), a solução Butantã foi levada como projeto de lei para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aprovada em duas discussões e assinalada no Diário Oficial no dia 1º de Janeiro de 1937, mas a efetivação do plano da Cidade universitária não saiu do papel por uma reclamação de terrenos por parte da Cia City, e sobretudo pelo golpe do Estado Novo⁵⁴ deste mesmo ano de 1937, que dissolveu a Assembleia e desapareceu com os arquivos deste projeto de lei.

3.2. Os anos 1940

A retomada do assunto, após o golpe de Estado se deu apenas em 1941, com o apelo pela centralização universitária feito pelo professor Antonio Carlos Cardoso⁵⁵ na ocasião da inauguração do Instituto de Eletrotécnica. Apesar da solicitação dos documentos para esta nova empreitada, o processo ficou perdido e esquecido até o final daquele mesmo ano, quando o interventor Fernando Costa baixou o decreto-lei n. 12.401/41, que designava a área da antiga Fazenda Butantã para a construção da Cidade Universitária, “compreendida entre a linha adutora de Cotia e o ribeirão Jaguaré.” (CAMPOS, 1954, p. 17), separada a partir da linha adutora de Cotia, área menor que a destinada para os primeiros estudos, como se vê na figura 16.

⁵⁴ Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946.

⁵⁵ Antonio Carlos Cardoso, nascido em 1889, se formou como engenheiro eletricista pela Escola Politécnica de São Paulo em 1918. Foi diretor desta mesma instituição por suas vezes, em 1941 e entre 1950-1953.

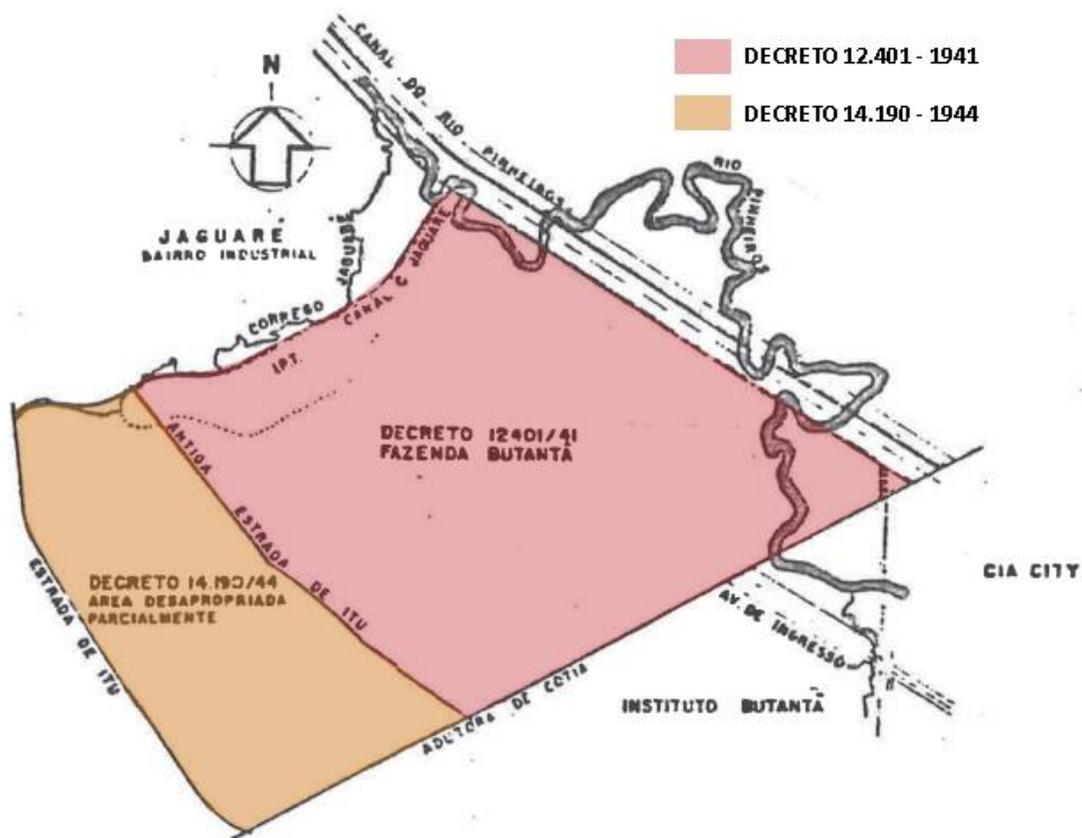


Figura 16: Mapa da separação das áreas correspondentes aos Decreto nº 12.401, de 1941 e posteriormente nº 14.190, de 1944. Fonte: FUNDUSP, 1998, editado pelo autor para melhor compreensão da separação das áreas. Nesta imagem fica evidente ainda o traçado natural do rio Pinheiros, os limites da gleba destinada para a Cidade Universitária e a projeção da Avenida de Ingresso ao campus.

No texto do decreto, de 16 de Dezembro de 1941 “fica reservada, na Fazenda Butantã, a área ao sul do leito da Adutora de Cotia, com todas as benfeitorias existentes, para o Instituto Butantã, e, a área remanescente, para localização da Cidade Universitária, a que se refere o artigo 47, - parágrafo único do Decreto n. 6.283, de 25 de Janeiro de 1934.” (Diário Oficial do Estado de São Paulo, Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, aos 16 de dezembro de 1941). Além do destino da área, o decreto autoriza o Secretário de Estado da Educação e Saúde Pública⁵⁶ a providenciar a elaboração dos estudos e planos de execução das obras da Cidade Universitária.

⁵⁶ Naquele momento, o Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo era José Rodrigues Alves Sobrinho (1886-1975) que exerceu este mesmo mandato por duas vezes, nos governos de Pedro de Toledo e de Fernando de Sousa Costa.

É exatamente a elaboração de planos e estudos que o recém nomeado reitor da Universidade de São Paulo, Professor Jorge Americano⁵⁷, autorizou a partir de 1942 com a contratação do escritório do engenheiro Mario Whately⁵⁸. Entretanto, de acordo com CAMPOS (1954), estes estudos foram perdidos assim como os demais planos elaborados pelo Escritório Técnico. Com isso, o reitor e o interventor se detiveram apenas às questões burocráticas e aprovaram as desapropriações e aumento da área para ampliação da gleba destinada à Cidade Universitária. Em 29 de fevereiro de 1944 foi promulgado como Decreto-lei nº 13.855, pelo então interventor Fernando Costa, transformando a Universidade de São Paulo em autarquia⁵⁹.

No intuito de enriquecer o debate sobre a futura implantação da Cidade Universitária, foi realizada na Galeria Prestes Maia, no centro de São Paulo, as reuniões da “Semana da Cidade Universitária” de 1944. Nela, discussões acerca de outras experiências universitárias ao redor do mundo foram apresentadas, inclusive com os planos e projetos da equipe carioca da Universidade do Brasil.

Em 1945 foi organizado o Concurso de Ideias e Sugestões sobre a Cidade Universitária de São Paulo e apesar de alguma abstenção, os anteprojetos foram apresentados nas salas da Escola Politécnica, onde depois também ficaram expostos. O júri, presidido pelo Reitor Jorge Americano com a participação do professor Ernesto de Souza Campos e do engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia⁶⁰ decidiram premiar o projeto com denominado “Acuratus”, de autoria dos engenheiros-arquitetos Hipólito Gustavo Pujol Júnior, como se vê na figura 17. O segundo prêmio foi dividido

⁵⁷ Jorge Americano (1891-1969) se formou pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1912, foi professor, advogado, promotor público, deputado estadual em São Paulo, no período de 1927 e deputado federal à Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Em 1942 se tornou reitor da Universidade de São Paulo e em 1945 foi Secretário interino da Educação.

⁵⁸ Mário Tomás Whately (1885-1943), foi engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo, deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e chefe do escritório Mário Whately e Cia., localizada em São Paulo.

⁵⁹ “Essa data merece ser lembrada, porquanto foi somente a partir dela que a USP se tornou efetivamente um ente autônomo, com as prerrogativas de uma autarquia, instituto jurídico criado e desenvolvido sobretudo na Itália para atender a um dos mais importantes desmembramentos do ordenamento estatal contemporâneo.” REALE, Miguel. Minhas memórias da USP. In *Estud. av.* v.8 n.22 São Paulo set./dez. 1994

⁶⁰ Francisco Prestes Maia (1896-1965) se formou engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica de São Paulo onde também foi professor. Foi o urbanista que criou o Plano de Avenidas de São Paulo, em parceria com o engenheiro Ulhôa Cintra, divulgado em 1930, que definiu os padrões de expansão que prevaleceram até os anos 1990 na capital paulista. Também foi político, prefeito da cidade de São Paulo por dois períodos (1938-1945 e 1961-1965), além de Chefe de Secretaria de Viação e Obras da capital paulista na gestão de José Pires do Rio (1926-1930).

entre os projetos: “Calouro”, de José Maria da Silva Neves e Júlio de Andrade; “Seisdarara” do engenheiro arquiteto José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira; “Satelite” do engenheiro Francisco da Silva e Palma Travassos e “Urbi et Orbe” do engenheiro Oscar Pereira de Souza Pinto e colaboradores.

A ata do julgamento indica os critérios de avaliação para a escolha dos vencedores, em trecho transcrito:

“5º) Finalmente, em data de hoje, 27 de agosto, reuniram-se para o julgamento e, levando em consideração:

- a) as ligações entre a cidade universitária e as principais vias de acesso à mesma;
- b) o sistema de tráfego interno da cidade universitária;
- c) o zoneamento, consideradas especificamente as zonas didático-cultural-administrativa, oficial, campos experimentais, esportes e educação física, centros cívicos e residenciais;
- d) o paisagismo.

6º) Em concordância, deliberou a comissão julgadora que o concorrente, cujas sugestões e idéias se aproximaram do espírito que presidiu à elaboração do programa do concurso foi o que se apresentou sob o pseudônimo Accuratus, fornecendo elementos à elaboração de um projeto suficientemente flexível para as necessidades atuais e futuras da Universidade de São Paulo, sendo, portanto, merecedor do primeiro prêmio. Acordou a comissão em que os demais concorrentes tiveram igualmente concepções orgânicas apreciáveis, de modo que, concluiu a comissão por sugerir que se consideram os seus estudos e idéias globais como classificados todos em segundo lugar, dando-se a todos eles igualmente, um segundo prêmio, o que poderá ser feito, sem gravante de despesas de vez que não encontrou a comissão julgadora motivos para deferir prêmios relativos a estudos de setor ou detalhes.(...)” (CAMPOS, 1954, p. 196).

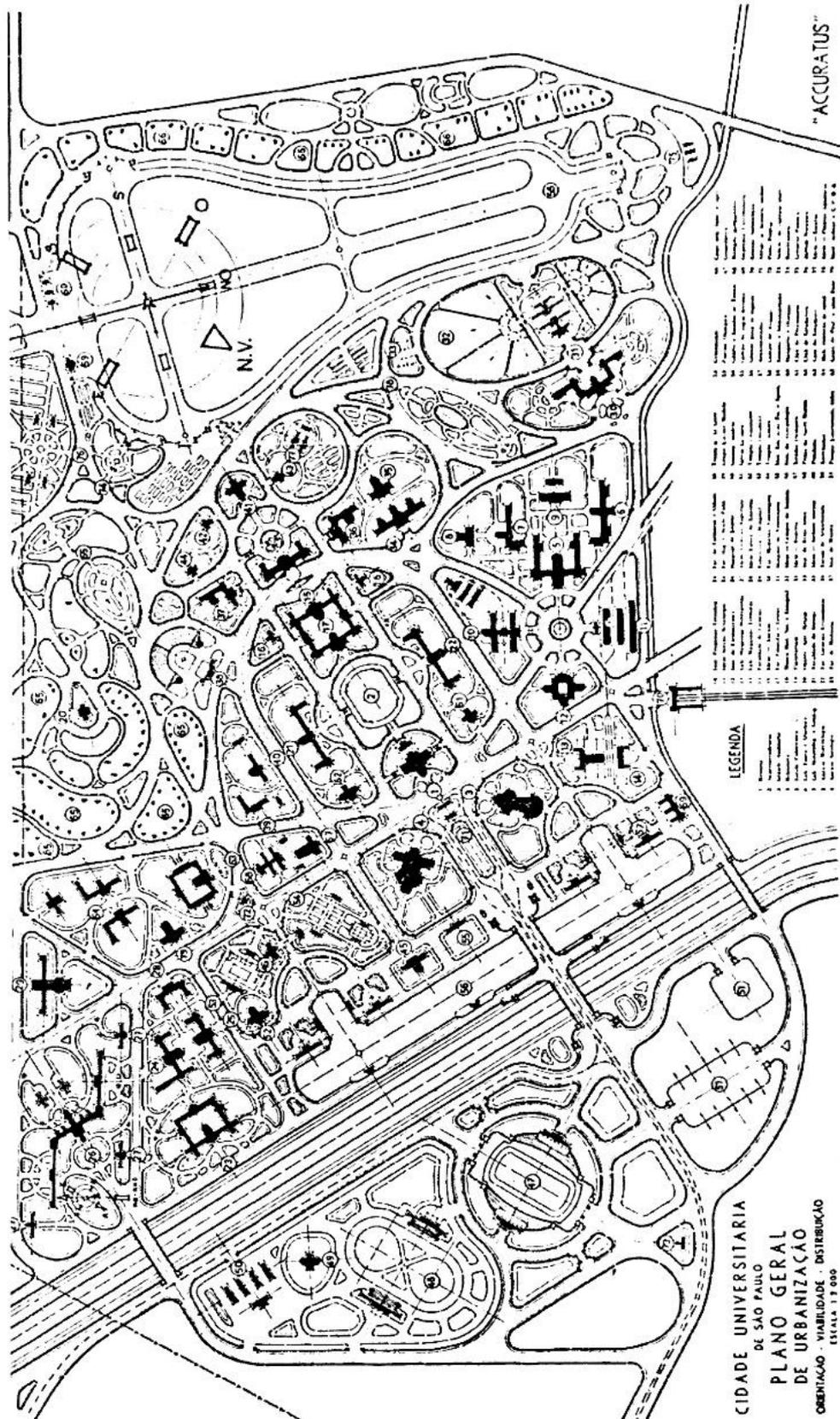


Figura 17: Projeto denominado *Accuratus* - Mapa de implantação do projeto vencedor do concurso de ideias para a cidade universitária- 1945. Fonte: XAVIER, 2005.

Como se sabe, embora tenha sido logrado vencedor, este projeto não foi construído. Sua via de entrada principal era perpendicular ao rio Pinheiros, já retificado, o que demandava uma ponte de acesso pelo rio diretamente na avenida principal, o que nunca ocorreu, e seu traçado orgânico, numa leitura inglesa de jardins, também nunca foi executado.

Ao mesmo tempo da elaboração do concurso outros estudos de urbanização do campus estavam sendo elaborados. O que ocorreu de fato foi que diversas unidades e setores específicos reivindicaram edifícios sobre as mais diversas implantações. A confusão era tanta que de um lado, a Escola Politécnica contratou arquitetos para desenvolver os projetos deste setor, de outro a Reitoria não concordava com a localização de seu edifício no plano vencedor.

Mesmo com todo o impasse sobre a implantação a ser definida para o traçado e ocupação do terreno do Butantã, as primeiras obras de edifícios para setores específicos começaram a ser construídas no campus. O pioneiro a ocupar os terrenos da futura Cidade Universitária foi o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) que lançou sua pedra fundamental em fevereiro de 1944.

“No livro do Professor Jorge Americano ‘A Universidade de São Paulo, 1947’ - vêm enumeradas as obras realizadas no ‘campus’ durante sua gestão. Em suma, constataram do levantamento topográfico da área, instalação provisória de um campo de experimentação para o Departamento de Botânica da Faculdade de Filosofia, valetas de drenagem, casas provisórias para guardas e operários, além do que realizou o I.P.T., naquele tempo, com seus pavilhões em construção, para a metalurgia e madeiras, (...) projetados pelo arquiteto José Maria da Silva Neves. O I.P.T. retificou o ribeirão Jaguaré, conduziu trilhos de duas bitolas dentro da área do ‘campus’, urbanizou todo o terreno que lhe foi destinado, construiu grande caixa de água potável e subestação de energia elétrica com 2.000 KWA.” (CAMPOS, 1954, p. 197).

Para resolver o impasse sobre o projeto de implantação e urbanização do campus, que ainda incidia entre o projeto vencedor do concurso, de autoria de Pujol Junior e Defilippi ou o desenvolvido na gestão de Jorge Americano (como destacado na figura 18), foi solicitado para o novo reitor empossado em 1947, Professor Linneu

Prestes⁶¹, que convocasse uma comissão de técnicos. Esta solicitação já havia sido feita ao antigo reitor, Professor Almeida Prado⁶², que embora tenha aceitado o pleito, teve que se desligar da Universidade para concorrer como político ao Governo do Estado.

Os dois projetos, de 1945 e 1947, embora diferentes, tinham aspectos em comum. É nítida a importância dada para a relação com o retificado rio Pinheiros, com a represa retilínea paralela ao rio, mantida no projeto construído como raia para a prática de esportes náuticos⁶³. Em ambos os projetos a entrada da avenida principal se dava perpendicularmente ao rio, com destino numa praça de formato orgânico e central no campus. O traçado das vias obedecia a um sentido radial a partir desta praça central com a formação de pequenas quadras, também em formas orgânicas, que se remetiam ainda ao urbanismo europeu do século XIX.

“Defendia-se a criação de um espaço que mantivesse, na cidade, as características de uma vida suburbana, onde a paz e tranquilidade pudessem estar presentes, de forma a estimular a produção do saber.” (LANNA, 2005, p. 143).

⁶¹ Linneu Prestes (1897-1958) se formou em farmácia em 1916, pela antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo. Em 1934 foi nomeado professor catedrático de química toxicológica e bromatológica da USP, onde foi diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, e reitor de 1947 à 1949.

⁶² Antônio de Almeida Prado (1889-1962) se formou em medicina no Rio de Janeiro. Foi professor da Faculdade de Medicina da USP onde também foi diretor. Foi ainda diretor da Faculdade de Filosofia e reitor Universidade de São Paulo de 1946 a 1947.

⁶³ “A esse respeito, lembro-me que Anhaia Melo apresentou-me o traçado de uma raia olímpica para remo, a ser localizada ao longo do canal do rio Pinheiros, mas em altura bastante para livrá-la da interferência do rio, cuja poluição já se iniciara. Argumentava o ilustre urbanista que, se no decorrer de vários anos, viesse a ser feita a extração de areia necessária à construção dos prédios universitários dentro do perímetro da raia projetada, à medida que fosse retirada a areia, os vazios iriam sendo progressivamente ocupados por água pura proveniente dos lençóis freáticos que, do alto da cidade universitária, fluem naquela direção.” REALE, Miguel. *Minhas memórias da USP*. In Estud. av. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994

A comissão instituída em 1947 com nomes políticos e técnicos, como o prefeito da cidade de São Paulo, Diretor da Escola Politécnica e importantes arquitetos que tinham ou teriam posteriormente projetos desenvolvidos para a universidade, foi assim composta: os professores Henrique Jorge Guedes⁶⁴, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello⁶⁵, José Maria da Silva Neves⁶⁶, Christiano Stokler das Neves⁶⁷, Ernesto de Souza Campos, além dos jovens engenheiros-arquitetos Francisco Teixeira da Silva Teles, Eduardo Knesse de Mello, Elisario da Cunha Baiana, Frederico Brotero e Freitas Valle. Durante 17 meses os engenheiros e arquitetos encarregados da comissão analisaram cronologicamente as propostas arquivadas e recentes para a composição da Cidade Universitária, e optaram pela elaboração de um novo plano comum, iniciando em 1948 o que Souza Campos chamou de *terceira fase* de implantação do campus.

O ato inicial desta nova fase foi, mais uma vez, a instituição de uma nova comissão. Através da resolução nº 222 de 28 de setembro de 1948 o Governador do Estado de São Paulo, Sr. Adhemar de Barros dissertou sobre a importância da Universidade de São Paulo e da centralização de suas atividades e demais particularidades sobre os setores, e constituiu o que chamou de “Comissão da Cidade Universitária” – C.C.U., com as seguintes responsabilidades, assim descritas:

“Artigo 2º - A Comissão funcionará como órgão auxiliar da Reitoria e com os seguintes objetivos:

- a) Estudo de projetos e execução dos serviços de levantamento topográfico, planialtimétrico e altimétrico, inclusive a terraplanagem;
- b) Elaboração de estudos, esboços, anteprojetos e projeto definitivo de urbanização da área destinada à Cidade Universitária nos terrenos do Butantã;

⁶⁴ Prof. Dr. Henrique Jorge Guedes (1887-1973), se formou em Engenharia civil no Escola Politécnica, onde foi professor e diretor por dois períodos (1938-1941 e 1947-1950).

⁶⁵ Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello (1891-1974) se formou engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica de São Paulo e um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. No âmbito acadêmico, foi Diretor da Escola Politécnica da USP (1930), Diretor da Faculdade de Filosofia da USP (1941), presidente da Comissão da Cidade Universitária (1948), diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1948 e de 1959 a 1961), vice Reitor da USP (1954), fundador e Diretor do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos – CPEU (de 1957 a 1960), além de ter sido eleito prefeito da cidade de São Paulo em 1930.

⁶⁶ José Maria da Silva Neves (1896 - 1978) se formou engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica da USP em 1922, onde foi docente, além de ser professor da Faculdade de Arquitetura e urbanismo da USP.

⁶⁷ Christiano Stockler das Neves (1889-1982) se formou arquiteto no Instituto de Belas Artes da Universidade da Pensilvânia – EUA, depois de ter ingressado na Escola Politécnica da USP. Fundou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, onde também foi prefeito (durante apenas 5 meses em 1947).

- c) Estudo de áreas que, em derredor do ‘campus’, sejam consideradas indispensáveis à execução do projeto;
- d) Estudo de anteprojetos, projetos e localização de vários setores universitários, Reitoria e serviços anexos, assim como dos edifícios correspondentes;
- e) Direção geral da construção de cada Faculdade, Escola, reitoria e edifícios anexos.” (CAMPOS, 1954, p. 201).

A organização inicial da Comissão contava com praticamente os mesmos membros da comissão de um ano antes, embora mais concisa, composta por Ernesto de Souza Campos, Luiz Ignácio de Anhaia Mello, José Maria da Silva Neves e Christiano Stockler das Neves. Para a realização dos seus objetivos, desde o plano de urbanização até os projetos dos edifícios e a supervisão das obras, foi preciso montar um escritório que incorporou o chamado Escritório Técnico que funcionava desde a gestão do professor Jorge Americano.

Após impasses com situação de verbas e financiamentos, a Comissão iniciou uma série de projetos e estudos, revendo as propostas elaboradas desde 1935. Além de diversos projetos para edifícios, como os de geradores, zootécnica, Biologia, Reitoria e estudos de desapropriações e perfis de vias, foi elaborado o “projeto de urbanização e determinação de setores”, aprovado pelo Conselho Universitário e pela Reitoria, já na gestão do Professor Miguel Reale⁶⁸.

Desta proposta surgiu, em março de 1949, o memorial que apresentou o estudo elaborado para o que seria, em linhas gerais, o plano geral de ocupação, projeto e construção da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, como se vê na figura 19. As linhas mestras deste plano iniciavam com a sistematização da gleba em setores para conter as atividades idênticas ou afins, contemplando respectivas áreas de expansão. Também foi definido o abandono do Rio Pinheiros, já poluído, o isolando com a construção de uma marginal, acompanhado por um lago retilíneo – a raia, conforme idealizado por Luís Ignácio de Anhaia Melo, descrito anteriormente.

Além de definir a abertura de uma avenida diagonal e de uma avenida circular para conexão de extremos do campus, a principal diretriz deste plano foi a idealização do traçado de uma grande avenida, chamada de *parkway*, de ingresso no campus

⁶⁸ Miguel Reale (1910-2006) foi um filósofo, jurista, político, professor universitário e poeta brasileiro. Foi Secretário da Justiça do Estado de São Paulo e reitor da Universidade de São Paulo (USP), onde era professor titular de Filosofia do Direito.

com 100 metros de largura e que culminava numa grande praça que posteriormente se transformaria no Centro Cívico. O traçado reto e monumental desta avenida se contrapunha com as curvas das ruas menores que compunham o traçado urbano do plano de Cidade Universitária de 1949.

Do memorial apresentado pela Comissão em 28 de março de 1949, além das diretrizes acima, lê-se:

“(...) Traçado de uma grande avenida ou *parkway* de ingresso de 100 metros de largura, abrindo-se para constituir grande praça – o centro cívico – destinado a conter, em zona privativa e tranquila, a Reitoria, a Biblioteca e teatro.” (CAMPOS, 1954, p. 24).

A largura desta grande avenida foi motivo de debates ao longo das diversas reuniões da Comissão da Cidade Universitária. O professor Luís Ignacio de Anhaia Mello defendia a manutenção da largura monumental de 100 metros, aprovada no plano de 1949, sem interrupção de praça intermediária, mas o professor Christiano das Neves defendia uma largura de 60 metros (dimensão igual a usada para as marginais do rio Pinheiros).

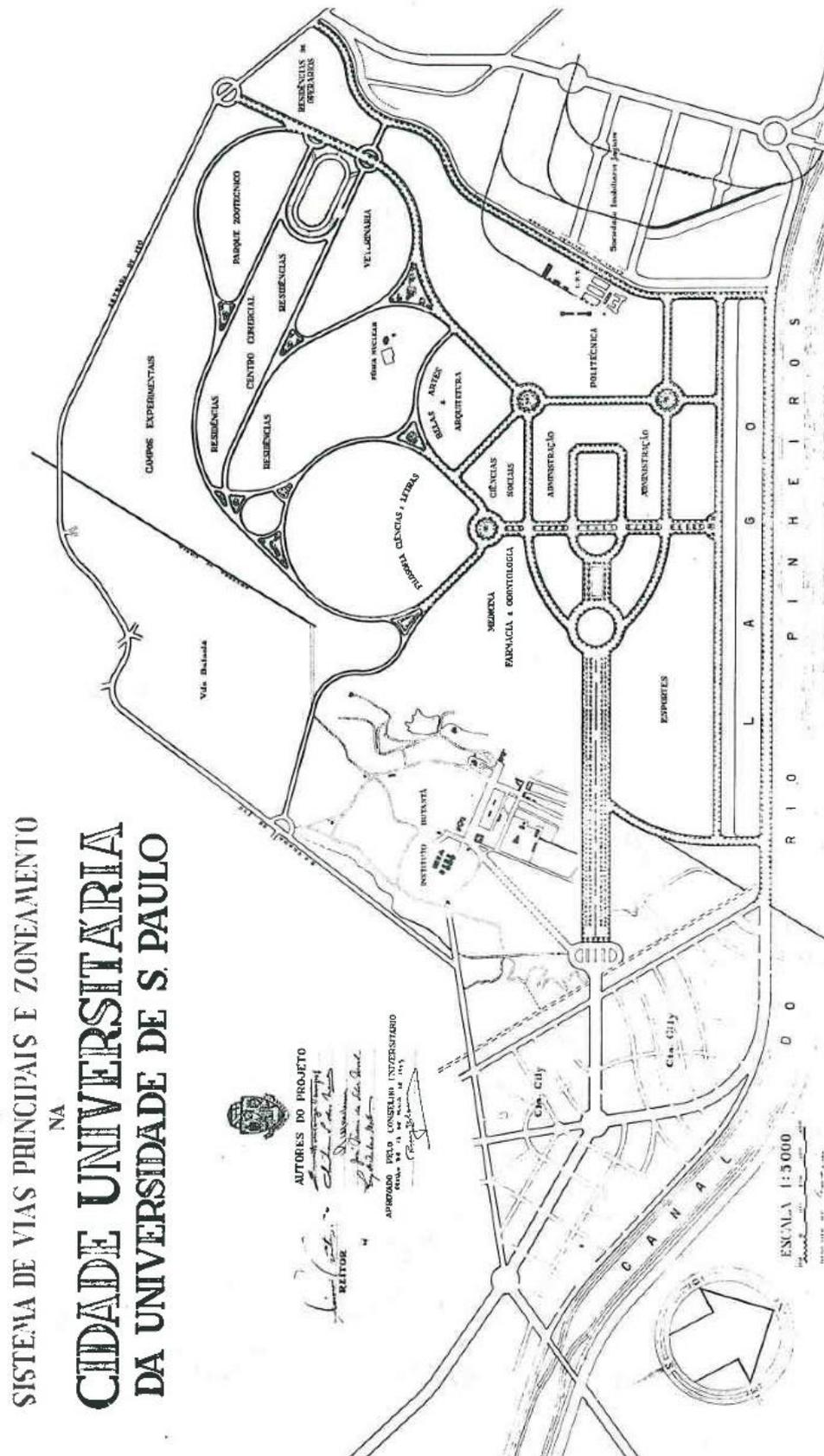


Figura 19: Mapa de implantação do campus da Cidade Universitária elaborado pelo Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária – 1949. Fonte: LANNA, 2005

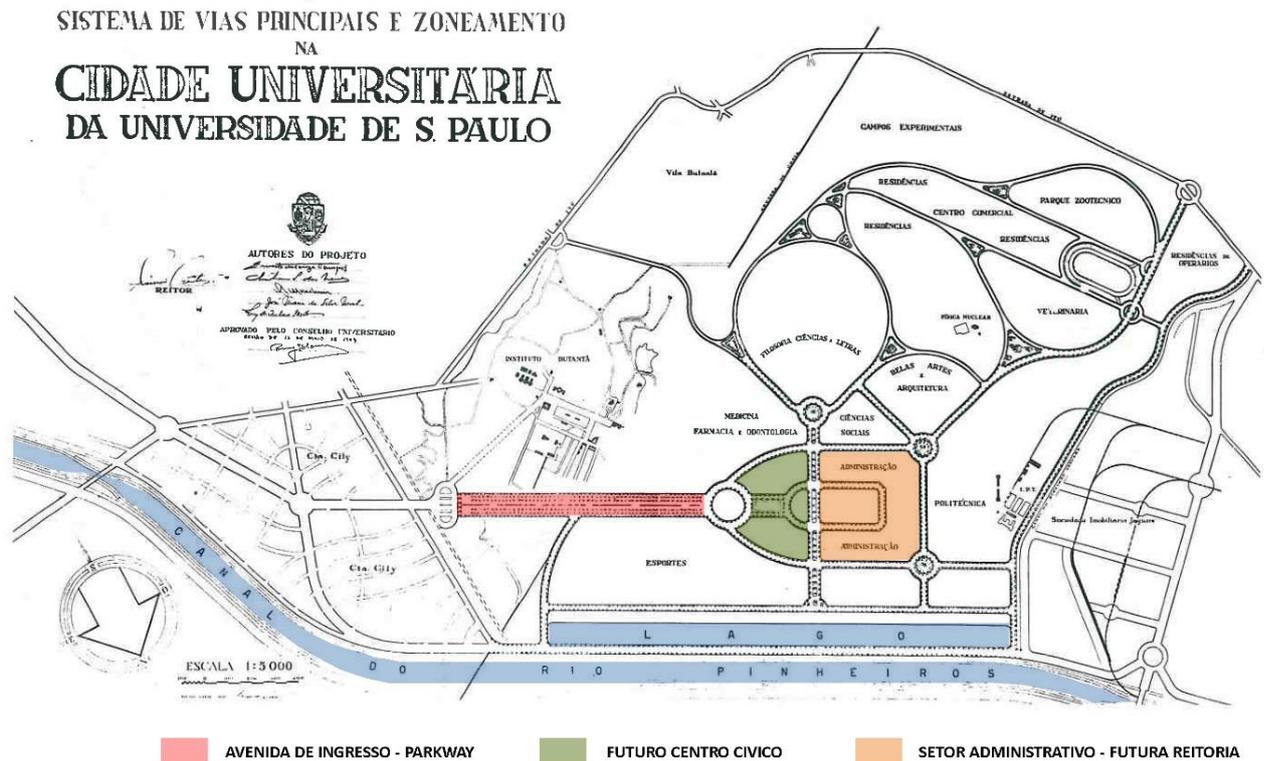


Figura 20: Mapa de implantação do campus da Cidade Universitária elaborado pelo Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária – 1949. Fonte: LANNA, 2005, editado pelo autor com a marcação da avenida de ingresso (*parkway*), o espaço destinado para o setor administrativo onde foi implantado o edifício da reitoria e o local que foi destinado para o Centro Cívico. O mapa ainda destaca o rio Pinheiros, retificado, e a raia da USP.

Esta discussão consta na ata da 65^a reunião, de 13 de janeiro de 1950. Na seguinte, do dia 16 de janeiro, pode-se ler: “Após os debates e com assentimento, também favorável, do Magnífico Reitor, ficou aprovada definitivamente a largura de 100 metros, para o ‘*parkway*’, de ingresso e penetração na Cidade Universitária.” (CAMPOS, 1954, p. 214). Entretanto, este assunto voltou a ser discutido na reunião nº 70 realizada em 10 de fevereiro de 1950, não alterando o traçado aprovado. A grande diferença deste traçado em relação aos anteriores, além das grandes zonas, que dividiam o campus em atividades afins, foi a grande avenida de acesso que naquele momento passou a ser paralela ao rio Pinheiros. O “*parkway*” chegaria numa grande praça de caráter simbólico, onde estaria o prédio da Reitoria e a avenida perpendicular que ligaria aos demais setores do campus.

De acordo com CAMPOS (1954), em sua coletânea de textos que destaca os “Aspectos Gerais do Planejamento e Execução” da Cidade Universitária da

Universidade de São Paulo, o projeto apresentado pela Comissão em 1949 teria cinco grandes méritos. O primeiro deles seria justamente a avenida lançada paralelamente ao canal do Rio Pinheiros, articulando com a Avenida Afrânio Peixoto:

“Ora, esta avenida Afrânio Peixoto sai de uma praça, à qual chegam outras duas vias de idêntica largura: a Monções e Valentim Gentil, também componentes do loteamento da City. Depois seguem-se as avenidas Jóquei Clube, praticamente no eixo da Monções, a Eusébio Mattoso, a Rebouças, Brasil e a Nove de Julho.

Quer isto dizer que o acesso à Cidade Universitária se faz regularmente, por excelentes avenidas, e que a penetração na gleba não necessita de pontes, nem viadutos. Foi sem dúvida, uma *townville*. Tudo simples, natural. Não sabemos até porque esta solução não foi adotada logo de início.” (CAMPOS, 1954, p. 28).

Souza Campos continuou enumerando os conceitos que, segundo ele seriam os méritos do projeto de urbanização elaborado pela Comissão da Cidade Universitária. O segundo seria a grande e larga avenida, o terceiro a perspectiva das colinas, e o quarto justamente a divisão das funções dos setores universitários. Ainda destacou um quinto mérito:

“Assinalaremos ainda um quinto mérito: a situação periférica ou central dos setores, em conformidade com seu funcionamento. Assim, periféricamente, foram colocados os esportes e os núcleos médico, veterinário, residencial e do Instituto de Pesquisas tecnológicas. Por quê? Porque além de frequência do pessoal universitário, terão de receber elementos estranhos (esportistas, doentes, animais, material pesado e fornecedores carretando gêneros alimentícios e outras utilidades) que não devem ter ingresso no núcleo universitário.

Em setores centrais estabeleceram-se o centro cívico (reitoria, biblioteca, teatro), filosofia, ciências e letras, direito, ciências econômicas e administrativas, farmácia, etc.” (CAMPOS, 1954, p. 28).

Em julho de 1950, com a nomeação do novo Reitor, Professor Luciano Gualberto⁶⁹, a Comissão da Cidade Universitária foi destituída, ficando assim um hiato de alguns meses sem o desenvolvimento dos trabalhos para ela destinados. Mais uma

⁶⁹ Luciano Gualberto (1883-1959) se formou em medicina e teve a cátedra de clínica urológica da Faculdade de Medicina da USP, instituição da qual foi Reitor entre 1950 e 1951. Foi também político, com os cargos de vereador, deputado estadual, vice-prefeito e prefeito interino da capital paulista, deputado estadual e secretário de saúde.

vez, seguindo reiteradamente o que se tornou comum ao longo deste tempo para a consolidação da Cidade Universitária, foi nomeada uma nova comissão que embora tivesse outro nome, tinha a mesma função.

Convocada exclusivamente pelo Reitor, o novo grupo de trabalho, nomeado de “Comissão do Planejamento e Execução da Cidade Universitária”, composta com alguns nomes comuns à antiga comissão, contou com os professores Luiz Ignacio de Anhaia Mello, Bruno Simões Magro⁷⁰, Adriano Marchini⁷¹, José Maria da Silva Neves e Zeferino Vaz⁷². Este grupo se deteve a diversos outros estudos, seguindo os trabalhos iniciados na gestão anterior, com destaque para o projeto dos geradores *Van de Graaf*, do pavilhão de alta tensão do Instituto da Eletrotécnica e principalmente do prédio da Reitoria, cuja obra se iniciou com o lançamento da pedra fundamental em janeiro de 1951 (como se vê na figura 21, com a obra já mais avançada).



Figura 21: Foto do prédio da Reitoria em obras. “Nesta foto do início da década de 50 vemos a estrutura do prédio cercada por áreas vazias que hoje correspondem à Praça dos Bancos, Escola de Comunicações e Artes, Instituto da Psicologia, Praça do Relógio, Av. Prof. Luciano Gualberto e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Fonte: www.puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/

⁷⁰ Bruno Simões Magro (1882-1956) se formou contador em 1900 e engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica em 1905.

⁷¹ Adriano Marchini, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica de São Paulo, foi um dos idealizadores do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e teve participação fundamental na sua ampliação e instalação na Cidade Universitária, onde foi presidente de 1939 a 1949.

⁷² Zeferino Vaz (1908-1981) se formou médico em 1932 pela Universidade de São Paulo. Foi professor de Zoologia e Parasitologia na Escola de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. Ele foi diretor desta escola entre 1936 e 1947. De 1951 a 1964, Zeferino foi diretor-fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e durante este período, em 1963, foi secretário estadual de Saúde pública. De 1964 a 1965 ele foi o primeiro presidente do Conselho de Educação do Estado de São Paulo, e reitor da Universidade de Brasília, em 1964. Conduziu a construção, estabelecimento e desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, durante as décadas de 1960 e 1970.

Com a saída de Luiz Ignácio de Anhaia Mello como presidente da Comissão e o retorno de Ernesto de Souza Campos para este cargo, e com a nomeação do novo reitor, Professor Ernesto de Moraes Leme⁷³, se iniciou uma nova fase para os projetos e obras do campus da Cidade Universitária da USP. Foi neste período, que antecedia as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, realizado em 1954, que avançaram diversas obras no campus. O grupo de trabalho voltou a se chamar *Comissão da Cidade Universitária* e os trabalhos de estudos e projetos se intensificaram, inclusive com a contratação de outros projetistas, arquitetos e engenheiros.

O impulso dado pelo auxílio financeiro recebido do Governo Federal, Estadual e até Municipal para aceleração das obras em função do IV Centenário, mudou as características do local que deixou de ser apenas terrenos da fazenda e passou a ter caráter de urbanização (figura 22). Com o avanço dos projetos dos edifícios, os planos de urbanização do Campus foram sendo editados, adaptados para incorporar os setores e preencher as zonas. Por isso, são sucessivos os diferentes mapas deste período (figura 23), com a implantação elaborada em 1952.



Figura 22: Foto da obra da avenida de ingresso ao campus. Fonte: CAMPOS, 1954.

⁷³ Ernesto de Moraes Leme (1896-1986) se formou em Direito pela Universidade de São Paulo em 1919, onde foi Reitor entre 1951 e 1953.

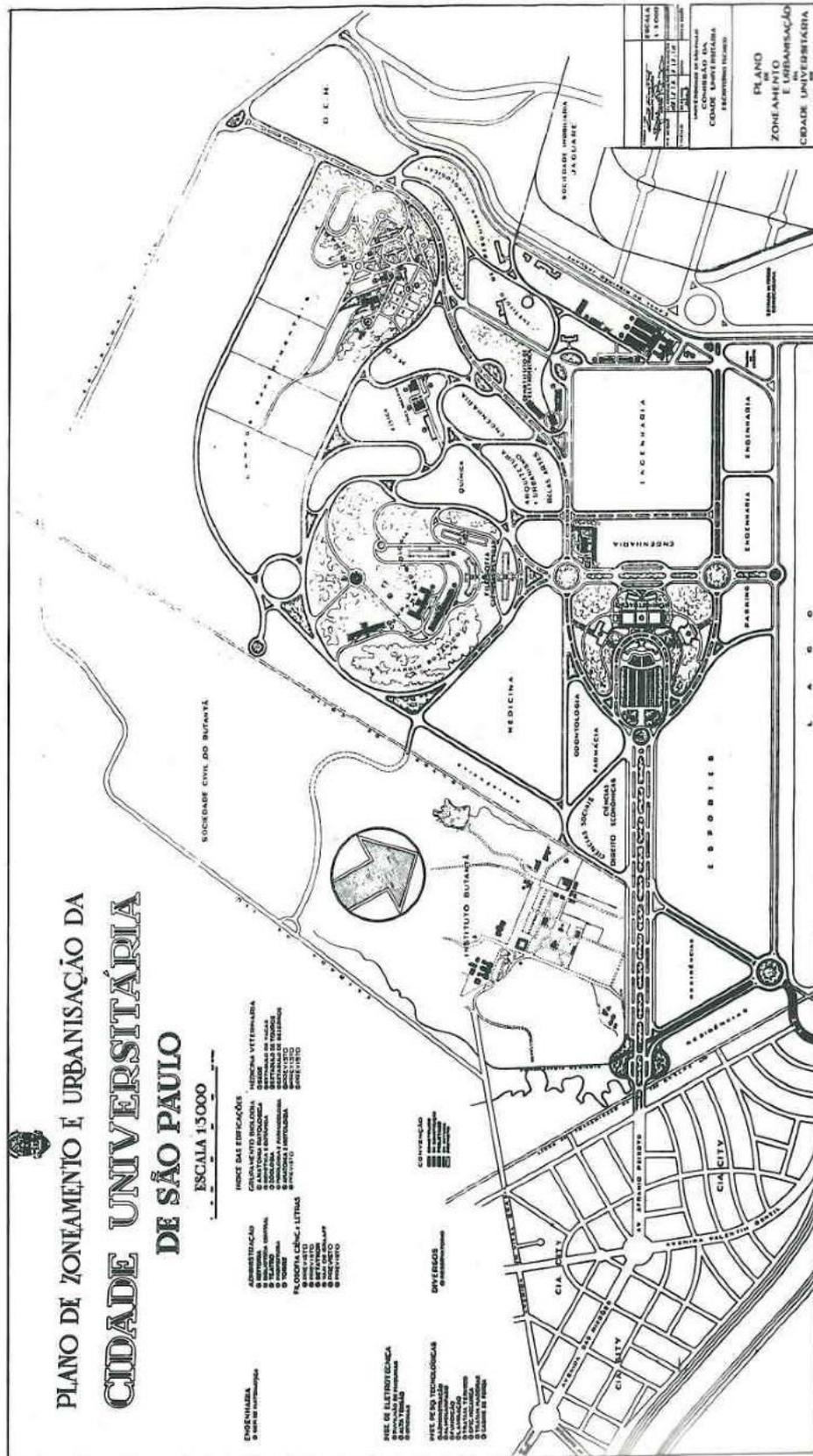


Figura 23: Mapa de implantação, Zoneamento e Urbanização do campus da Cidade Universitária elaborado pela Comissão da Cidade Universitária – 1952. Fonte: www.puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/

Na comparação dos mapas de 1952 e de 1949, se observa que alguns setores do plano inicial já tinham sido revisados e completados com os projetos em desenvolvimento e obras em andamento. O destaque nítido nestes planos ainda era o da grande avenida de ingresso – *parkway* – mas naquele momento a praça de chegada, com a implantação do prédio da Reitoria alinhado à avenida passou a ter um desenho mais complexo. Também fica claro os projetos de ocupação da zona de Medicina Veterinária, Zoologia, Botânica, Instituto de Eletrotécnica e Física Nuclear, além de novos arranjos de vias e quadras.

O volume de estudos e projetos de arquitetura, engenharia e infraestrutura do campus dos anos de 1951 e 1952 era impressionante. Este feito só foi possível dado à convocação de uma equipe grande de profissionais, professores, engenheiros e arquitetos que colaboraram com o planejamento e execução das obras da Cidade Universitária nesta fase que se iniciou em 1951 e se estendeu basicamente até as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1954.

Consta na relação geral dos profissionais que colaboraram com esta fase em projetos, estudos e obras nomes de grande expressão no cenário da arquitetura e engenharia brasileira e que vieram a construir o importante legado arquitetônico da Cidade Universitária da USP. Naquela fase de trabalho, iniciada em 1951, a Comissão da Cidade Universitária contava com a presidência do professor Ernesto de Souza Campos, o professor Zeferino Vaz, diretor da faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e a ala técnica com os engenheiros-arquitetos José Maria da Silva Neves e Bruno Simões Magro, professores da Escola Politécnica e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, além do engenheiro civil Adriano Marchini, professor “Honoris Causa” da USP e antigo diretor do I.P.T.

Para ficar apenas nos nomes da equipe dedicada aos projetos de arquitetura, e que serão aprofundados posteriormente neste trabalho, a lista é bastante grande. Alguns nomes já apareceram na história do desenvolvimento do campus, seja com projetos e propostas, seja em concursos. Há, também, novos nomes, como se vê na lista lançada por Souza Campos:

Consultores:

Hipolito Gustavo Pujol Junio – Eng. Civil e Arquiteto, antigo Prof. Da Escola Politécnica;
 José Freitas Valle Filho – Engenheiro civil;
 Pedro Moacyr do Amaral Cruz – Engenheiro eletricitista, professor da Escola Politécnica,
 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Eletricidade;
 Jorge Azem – Engenheiro civil de pavimentação.

Escritório Técnico:

Djalma Lepage – Arquiteto;
 Oscar Gutierrez – Arquiteto;
 Cassio Pinheiro Gonçalves – Arquiteto;
 Cezar Coppos – Engenheiro Civil;
 Tácito Brito de Macedo – Engenheiro Civil;
 Leon Alexander – Engenheiro Eletricista e Civil;
 José Fonterrada Vieira – Engenheiro Civil;
 João Oscar Sampaio Arruda – Engenheiro Civil;
 Edison Fadigas de Sousa – Engenheiro Agrônomo.

Arquitetos e Engenheiros que cooperaram com os estudos e projetos:

Rino Levi – Arquiteto e Presidente do Instituto dos Arquitetos;
 Roberto Cerqueira Cezar – Arquiteto;
 Ariosto Mila – Arquiteto da Faculdade de Arquitetura e Escola Politécnica;
 Ícaro de Castro Mello – Arquiteto e assistente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;
 Gio Ponti – Arquiteto e professor da Escola Politécnica de Milão;
 Plinio Croce – Arquiteto e assistente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;

Colaboradores:

Carlos B. Millan – Arquiteto;
 Cagliano Ciampaglia – Arquiteto;
 Jacob M. Ruchti – Arquiteto;
 Salvador Candia – Arquiteto;
 Roberto C. Aflalo – Arquiteto;
 Guilherme do Amaral Lyra – Engenheiro Civil e assistente da Escola Politécnica e Faculdade de Arquitetura e urbanismo;

Seus colaboradores:

Carlos de A. Vidal – Arquiteto;
 José B. Viana – Arquiteto;
 Roberto Pinto Monteiro – Arquiteto.

Muitos destes arquitetos, importantes figuras no cenário da arquitetura moderna brasileira, acabaram realizando estudos e projetos para edifícios e setores da Cidade Universitária, como é o caso de Rino Levi e Roberto Cerqueira Cezar⁷⁴, Ícaro de Castro Mello⁷⁵ e Carlos Millan⁷⁶, além dos estudos de implantação para as universidades brasileiras realizados por Plínio Croce⁷⁷ e pelo italiano Gio Ponti⁷⁸.

O que indicam os textos sobre os fatos que se sucederam ao avanço desta etapa de projetos e desta equipe de profissionais, é que o ano de 1954 e as comemorações do aniversário de São Paulo foram marcos importantes pois com eles seria possível apoio financeiro e político para as execuções. Foi, talvez, o período de maior desenvolvimento urbano e arquitetônico do campus.

3.3. Os anos 1950, as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo e o plano de 1954

As comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, realizado em 1954, contou com altos investimentos por parte do município, estado e governo federal e além de extensa festa que durou três dias, deixou um legado urbanístico para a cidade. Ademais aos avanços nos projetos e obras para a Cidade Universitária da USP, diversas obras e monumentos em homenagem ao aniversário da cidade se viabilizaram.

A cidade de São Paulo, que naquele momento já era a maior cidade da América Latina com 2,5 milhões de habitantes, ganhou um dos seus mais importantes cartões

⁷⁴ Roberto Cerqueira César (1917-2003). Engenheiro-arquiteto formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, se associou com Rino Levi em seu escritório em 1954, 4 anos após ingressar na equipe.

⁷⁵ Ícaro de Castro Mello (1913-1986). Arquiteto formado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1935. Entre 1930 e 1945 divide-se entre a carreira de engenheiro-arquiteto e a de atleta, e sua produção de arquitetura tem alguma especialidade em projetos esportivos, justamente o tema desenvolvido nos trabalhos para a Cidade Universitária da USP.

⁷⁶ Carlos Barjas Millan (1927-1964), arquiteto formado em 1951 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, onde foi professor. Lecionou também na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

⁷⁷ Plínio Croce (1921-1984), se formou engenheiro-arquiteto pela Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi sócio de Roberto Cláudio dos Santos Aflalo (1926-1992) e Gian Carlo Gasperini (1926-2020).

⁷⁸ Gio Ponti (1891-1976), se graduou em arquitetura em 1921 pela Politécnica de Milão (Itália), onde foi professor. Em 1928 ele fundou a revista *Domus*, até hoje uma das mais importantes revistas de arquitetura do mundo.

postais por conta daquela ocasião. O Parque do Ibirapuera⁷⁹, com aproximadamente 1,5 milhões de metros quadrados, foi entregue justamente como presente das comemorações dos 400 anos da cidade, como se vê no boletim elaborado pela comissão do IV Centenário, em 1953:

"Prosseguem em ritmo acelerado as obras que a Comissão do IV Centenário executa no Parque Ibirapuera, centro principal, pela sua privilegiada localização e amplitude, das grades comemorações que, em 1954, assinalarão, a passagem do quadringentésimo aniversário da fundação da cidade. A transformação do antigo logradouro, até há pouco relegado ao mais completo abandono, faz-se com o elevado objetivo de dotar a cidade de São Paulo, a exemplo dos grandes centros mundiais, de um núcleo permanente de cultura e recreação popular, que venha enriquecer o patrimônio coletivo e possa ser apontado como ponto de referência obrigatória na metrópole paulistana". (Boletim Informativo da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, n. 02 - São Paulo - Brasil - Junho 1953, Arquivo Edgard Leuenroth).

⁷⁹ Com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer e paisagístico de Roberto Burle Marx, o parque acabou se tornando uma das principais atrações turísticas, de lazer e cultura na cidade de São Paulo, até os dias atuais. Em 1952, nos preparativos para as comemorações, Niemeyer foi convidado por Ciccillo Matarazzo para elaborar o projeto do parque que representasse o futuro para a cidade de São Paulo. Naquele mesmo ano o arquiteto carioca e sua equipe entregaram o anteprojeto com as diversas edificações com programas específicos, ligados pela marquise que, por sua vez, serviria para dar unidade às diferentes tipologias.

Para além dos icônicos edifícios e da marquise, Niemeyer também desenhou o símbolo do IV centenário, construída como uma escultura na inauguração do parque. A escultura, como um logotipo, de forma abstrata, era uma espiral que se desenvolvia ao redor de um eixo inclinado em 60 graus e além de ser construída no parque (como se vê na figura 24) foi amplamente divulgada e reproduzida, em medalhas, miniaturas, flâmulas e pôsteres, como um símbolo do IV Centenário. Apesar de ter sido construída pelo engenheiro Zenon Lotufo, a escultura desmoronou pouco tempo depois da inauguração do parque, provavelmente por erro estrutural.



Figura 24: Foto da inauguração do Parque do Ibirapuera para as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, com a escultura-símbolo desenhado por Oscar Niemeyer e construída para a festa de abertura. Fonte: Arquitectos.

Outra construção inaugurada em 1954 dentro do parque do Ibirapuera em razão do aniversário de São Paulo e que foi desmontada posteriormente foi um pavilhão projetado pelo arquiteto carioca Sergio Bernardes⁸⁰. Por encomenda da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Bernardes projetou um pavilhão que deveria exaltar as possibilidades de construção em aço, promovidas pela empresa, e para isso desenhou uma ponte metálica que apoiava um edifício de exposições que pudesse ser desmontado⁸¹, como se vê na figura 25.

⁸⁰ Sérgio Wladimir Bernardes (1919-2002) se formou arquiteto em 1948 pela Faculdade do Rio de Janeiro, e logo se configurou como um dos expoentes de uma segunda geração de arquitetos modernos.

⁸¹ Apesar deste edifício ser pouco conhecido, a ponte metálica que apoiava o pavilhão e que não foi desmontada é bastante utilizada pelos frequentadores do parque até os presentes dias. De certa forma, este impulso construtivo dado pelas comemorações do aniversário de São Paulo ilustra o que representou este período.

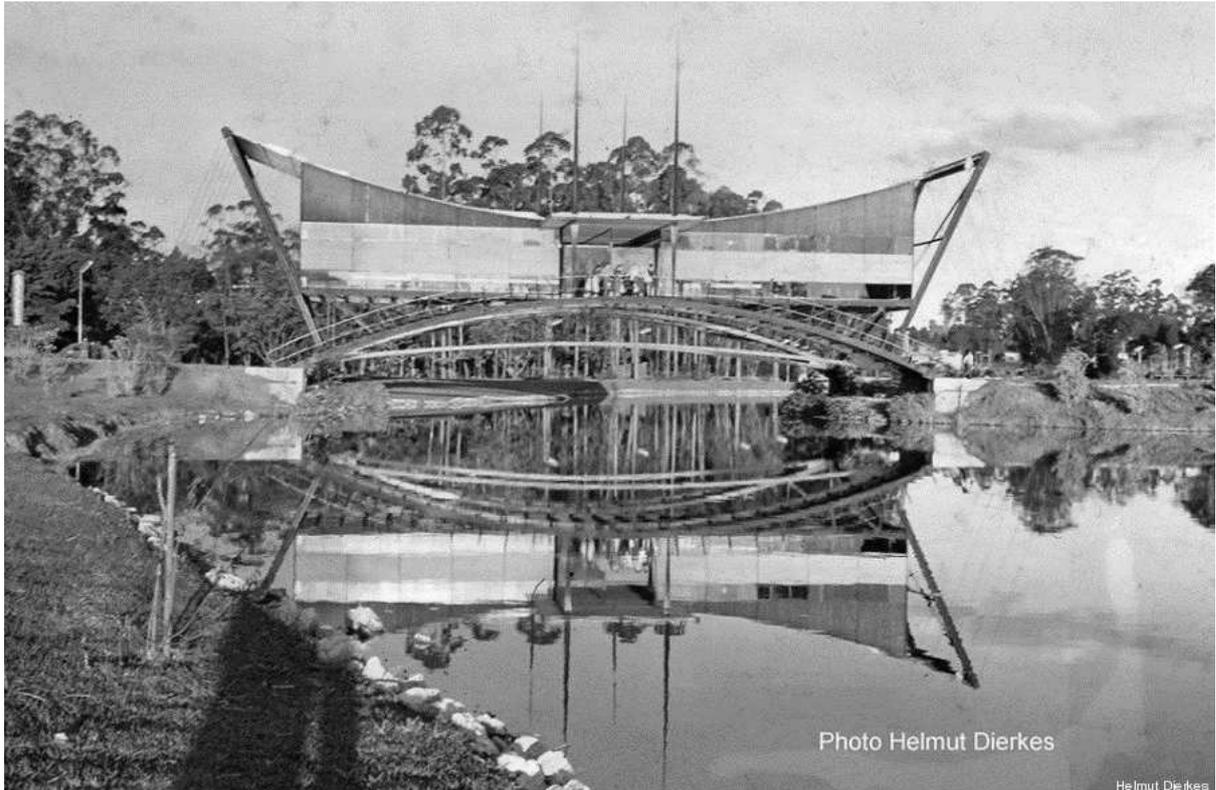


Figura 25: Pavilhão projetado pelo arquiteto Sergio Bernardes, encomendado e construído pela Companhia Siderúrgica Nacional para inauguração do parque do Ibirapuera em comemoração aos 400 anos da cidade de São Paulo em 1954. Foto Helmut Diekers, de 1957 antes do pavilhão ser desmontado. In <https://parqueibirapuera.org/interessante-historia-da-ponte-metalica-do-parque-ibirapuera/>.

As festas que iniciaram no dia 09 de julho de 1954 (data em que se comemoravam também o 22º aniversário do início da Revolução Constitucionalista de 1932) e que durou até o dia 11 também demonstra o período de otimismo e investimentos. São Paulo pujava a modernidade do meio do século e as comemorações, com direito a desfile de bandas, corso, chuva da prata, shows e concertos, circo, fogos e até hino, indicam a importância de tal momento.

Neste período que antecede 1954, aproveitando este ensejo do IV Centenário, a Comissão da Cidade Universitária contava com equipe dedicada às revisões dos planos urbanos e propostas de novos projetos das desses de escolas, institutos e faculdades, como descrito no capítulo anterior.

O plano de implantação para o campus, apresentado como o plano do IV Centenário é bastante denso sobretudo se comparado com o anterior, de 1952, e nos

dá uma ideia de como seria a ocupação da Cidade Universitária caso fosse implantado, como ilustrado na figura 26.

O traçado viário deste plano de 1954 era bastante similar ao de 1952, com alterações pontuais no setor destinado à Medicina. Esta similaridade pode ser verificada na figura 27, que compara o sistema de ruas e avenidas dos dois planos.

Entretanto, a grande diferença do plano apresentado em 1954 em relação ao de dois anos antes, é que como ele representava a promoção da modernidade do campus a partir da difusão das festividades do aniversário da cidade, apresentava praticamente todas as quadras preenchidas com os projetos que naquele momento estavam em andamento. Apareciam, no mapa de 1954, diversos projetos que veremos a seguir, como o Setor Residencial de estudantes e o Centro Cívico, ambos de Rino Levi, o Setor de Esportes, de Ícaro de Castro Mello, entre outros.

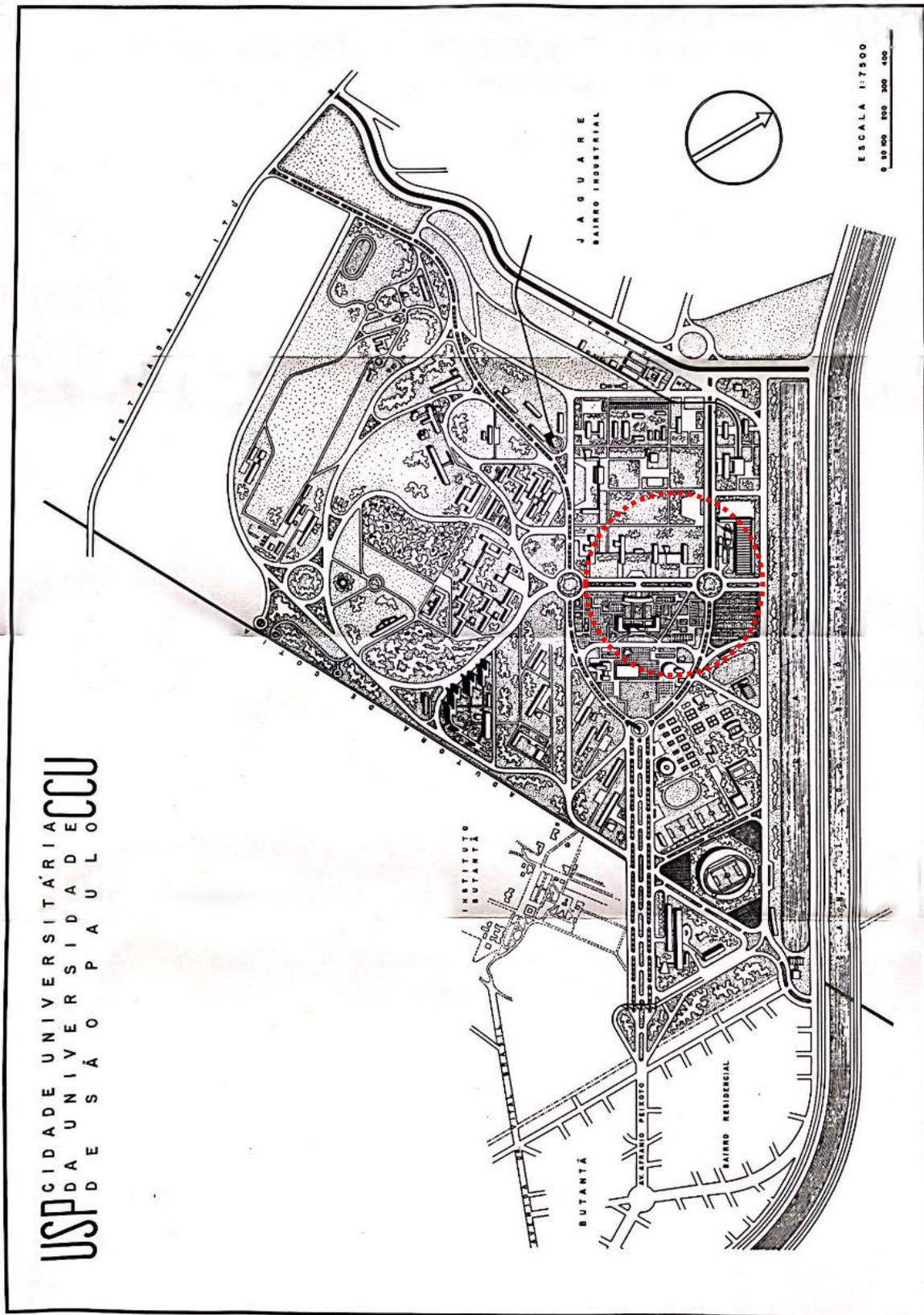


Figura 26: Mapa de implantação, Zoneamento e Urbanização do campus da Cidade Universitária elaborado pela Comissão da Cidade Universitária – 1954. Fonte: CAMPOS, 1954.

dispostos no Centro Cívico e o projeto de ocupação para o setor residencial de estudantes fazem parte de uma série de edifícios implantados nas quadras anteriormente vazias, como veremos a seguir.

A área destinada em 1952 para a Faculdade de Medicina foi dividida, com uma parte destinada para o Hospital de Higiene e Residência de Estudantes - projeto de Rino Levi e Cerqueira Cesar- e a esperança do complexo médico vir a ocupar o campus (fato que nunca ocorreu, como se sabe) foi deslocada para uma gleba ao Sul do campus, junto com a área destinada à futura expansão (figura 28).

Outro destaque importante é o projeto que ocupa toda a área destinada em 1952 para o setor da Engenharia. O extenso projeto de José M. Silva Neves para a Escola Politécnica tomava algumas quadras, numa clara referência de ocupação moderna com pavilhões alinhados e ligados por caminhos e passarelas. As quadras do miolo do campus também foram ocupadas com os projetos da Medicina Veterinária (já presente no plano anterior), Ecologia, Química, Biologia e as previsões para as Belas Artes e Arquitetura e Urbanismo.

Na entrada do campus, para quem vinha da cidade de São Paulo no sentido leste-oeste, a quadra destinada anteriormente para as residências foram ocupadas com “Aperfeiçoamento do Magistério” e todo o setor de esportes contava com o projeto de Ícaro de Castro Mello, com um grande estádio e diversas quadras poliesportivas e edifícios de apoio à prática esportiva. Nota-se, portanto, que a sistematização dos setores, que garantiam atividades que também se voltariam ao público não necessariamente universitário se instalavam nas bordas periféricas do campus, e os setores que continham atividades estritamente universitárias estariam mais interiorizadas no traçado do campus.

sua viabilização, a avenida *parkway* de ingresso ainda era destaque no projeto, mas sua apoteose passou a ser o desenho para a grande praça contendo o edifício da Reitoria, em obras naquele momento, o Teatro Universitário e a Biblioteca Central. Chamado de Centro Cívico, esta grande praça triangular marca a entrada no campus com a Torre do Relógio alinhada à avenida e com o Teatro e a Biblioteca emoldurando de maneira periférica o prédio da Reitoria, único projeto da praça que não foi desenvolvido pelos arquitetos Rino Levi e Cerqueira Cesar.

“A Comissão do IV Centenário comprometeu-se a fornecer cinquenta milhões de cruzeiros para a realização de um programa capaz de evidenciar, em 1954, um bom avanço nas obras do ‘campus’ compreendendo o ‘park-way’ de ingresso, a Torre Universitária e ajardinamento do centro cívico; assim como a edificação de um bloco do conjunto da Casa do Estudante.(...)”

Sob tais auspícios certamente o ‘campus’ da Cidade Universitária apresentará, na IV Centúria de fundação da nossa Metrópole já um belo conjunto com o ‘park-way’, jardim do centro Cívico, edifício da reitoria e Torre Universitária.” (CAMPOS, 1954, p. 247).

O mapa de implantação da proposta desenvolvida pela Comissão da Cidade Universitária para apresentação em 1954 contava com grandes projetos autorais de arquitetura, como os projetos para o setor residencial de estudantes, de Rino Levi, do estádio e setor esportivo, de Ícaro de castro Mello e da Escola Politécnica do arquiteto José Maria da Silva Neves. Os projetos desenvolvidos neste período começaram a fazer parte da propaganda do avanço dos planos e obras, e serviram de exemplos para o desenvolvimento físico do campus, uma vez que saíram em folhetos e ilustravam os projetos de implantação (figura 29).

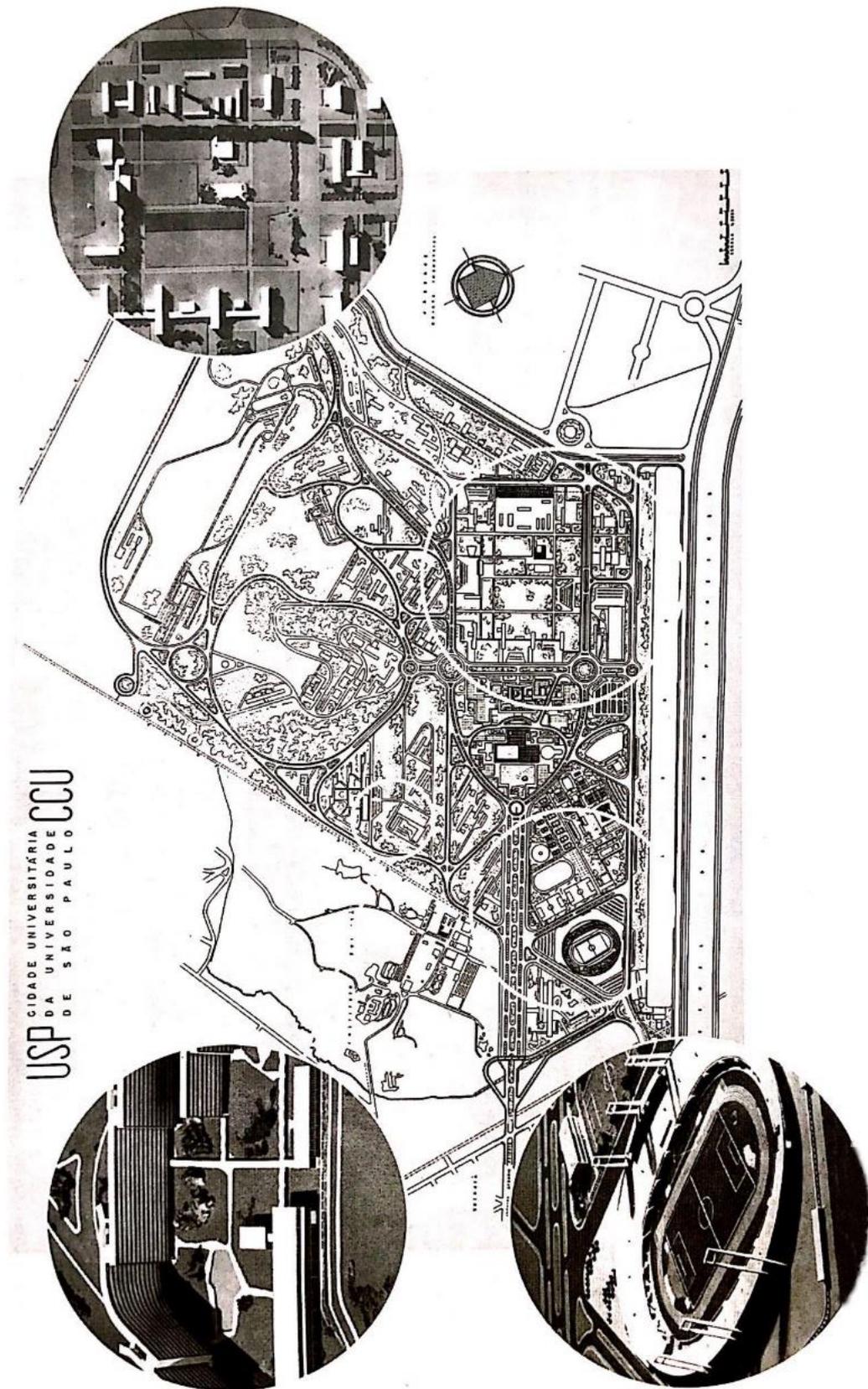


Figura 29: Mapa de implantação, Zoneamento e Urbanização do campus da Cidade Universitária elaborado pela Comissão da Cidade Universitária com destaque para as maquetes dos projetos (sentido horário): Setor Esportivo, projeto de Ícaro de Castro Mello; Casa do Estudante, projeto de Rino

Levy e Roberto Cerqueira César; Escola Politécnica de José M. Silva Neves – 1954. Fonte: XAVIER,2005.

Entretanto, muitos destes projetos não saíram do papel e nunca foram construídos. De acordo com XAVIER (2005), “o fim das comemorações do IV Centenário *arrefeceu* as obras do *campus*, que vinham num crescente”. Algumas obras foram iniciadas, mas finalizadas muito tempo depois, como foi o caso da Torre Universitária (ou Torre do Relógio) que teve suas fundações iniciadas neste período, entretanto a obra só foi finalizada quase duas décadas depois.

XAVIER (2005) ainda continua, em seu texto, a tentar apontar as causas dos problemas entre o planejamento e execução dos edifícios e setores do campus Butantã da USP, neste período até 1954:

“A grande falha no processo de idealização e construção da Cidade Universitária foi a preponderância do *construtor* – Escritório Técnico e outras entidades – sobre o *usuário* – escolas, institutos e laboratórios, representados então pelos professores – porque as consultas feitas a esses últimos foram mais de caráter informativo do que deliberativo, aplicando-se questionários esquemáticos, feitos não propriamente para leigos em arquitetura. Pode ter ocorrido também, também, de os membros do Escritório Técnico acharem que, por conhecerem a arquitetura de edifícios e construções similares aos da USP, tinham uma perfeita definição, o modelo ideal, das necessidades e exigências de um *campus* universitário moderno e funcional.” (XAVIER, 2005, p. 56).

Esta última não é uma crítica que passa ao largo do momento em que se pensava e idealizava a Cidade Universitária. É, de fato, a crítica mais contundente em relação à arquitetura e sobretudo ao urbanismo moderno que se baseou nos princípios de Le Corbusier, como a Vila Radieuse⁸², comentada anteriormente, na Carta de

⁸² “*Ville Radieuse* (Cidade Radiante) foi um plano urbano não construído de Le Corbusier, apresentado pela primeira vez em 1924 e publicado no livro homônimo em 1933. (...) Embora radical, rigorosa e quase totalitária na sua ordem, simetria e padronização, os princípios propostos por Le Corbusier tiveram extensa influência sobre o planejamento urbano moderno, levando ao desenvolvimento de novas tipologias de habitação de alta densidade.

De acordo com os ideais modernistas de progresso (que encorajaram a aniquilação da tradição), A Cidade Radiante emergiria de uma tabula rasa: seria construída sobre nada menos que as cidades europeias vernaculares destruídas na guerra. A nova cidade conteria arranha-céus pré-fabricados de alta densidade e idênticos, distribuídos por vastas áreas verdes e organizados em uma grade cartesiana, permitindo que a cidade funcionasse como uma “máquina viva”. In <https://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier>

Atenas⁸³ e na divisão física das zonas a partir de interesses e atividades afins. Numa cidade isso se aplicava aos conceitos de habitação, trabalho, circulação e lazer e na Cidade Universitária, seu espelho, a proposta apresentava um campus estritamente organizado por funções, com edifícios espalhados por uma ampla área verde, acessível ao pedestre em praticamente todo o nível da res do chão.

Em certa medida, estes projetos e planos para o campus anteciparam questões discutidas nos anos centrais do século XX, tanto no concurso de Brasília, quanto nos tratados de urbanismo moderno, que guiaram as grandes intervenções urbanas no Brasil.

Além disso, este período marcou uma guinada importante do pensamento urbanístico pelos arquitetos modernos no Brasil e uma crescente preocupação com os aspectos funcionais e estéticos da metrópole. Para Rino Levi (e seus colaboradores, como Roberto Cerqueira Cesar) este período – desde a década de 1930 – foi de experimentações no campo urbano, sobretudo de questionamentos em relação aos projetos urbanos vigentes:

“Os textos urbanísticos escritos por Rino Levi entre as décadas de 1930 e 1950 expressam a transição paulatina de um início propositivo para a perplexidade final frente à tão desejada metropolização de São Paulo. (...)”

Em fins da década de 1940, escrevendo sobre arte e arquitetura, Levi volta ao urbanismo, acusando ‘os errôneos preconceitos estéticos, que levam a imitar uma tradição mal compreendida’, tornando-se um entrave ainda maior ‘para a ‘reorganização da cidade’ do que os ‘interesses dos particulares’. Dizendo ser inaceitável uma situação em que ‘a preocupação maior é imitar os bulevares de Paris, da época de Napoleão’ e definindo o urbanismo como procedimento mais abrangente do que as redutoras preocupações com o embelezamento ou com o sistema viário de circulação, Levi propõe uma intervenção urbanística que incorpore questões de distribuição demográfica e ‘de habitação, de ensino, de saúde, de trabalho, de recreio e de transporte’, ultrapassando largamente os pressupostos urbanísticos em voga.”⁸⁴ (ANELLI; GUERRA; KON; 2019, p. 201).

⁸³ A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas em 1933.

⁸⁴ Referências utilizadas no texto original:

LEVI, Rino. Situação da arte e do artista no mundo moderno, em particular com relação à arquitetura. 1948.

FELDMAN, Sarah. São Paulo 1947-1972;

Os projetos do escritório Rino Levi para a Cidade Universitária da USP formam, em certo sentido, um conjunto de exemplos desta prática crítica entre o projeto de arquitetura e o plano urbanístico, num evidente jogo entre diferentes escalas.

Antes ou depois de Brasília, os projetos para a CUASO são o retrato de um processo de maturação do arquiteto frente às questões metropolitanas, do sistema viário às unidades de vizinhança.

4. O PROJETO DE RINO LEVI PARA O CENTRO CÍVICO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALLES OLIVEIRA

4.1. Rino Levi e a Universidade de São Paulo

Embora o recorte deste trabalho seja os projetos do arquiteto Rino Levi para o Centro Cívico da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira da Universidade de São Paulo, a relação do arquiteto com a USP não nasceu apenas na década de 1950, quando estes projetos foram apresentados.

Na década anterior, em 1945, Rino Levi recebeu o primeiro prêmio em um concurso realizado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo por meio de Raul Briquet, catedrático de Obstetrícia, com o projeto para o Hospital e Maternidade Universitária, que iria se localizar na esquina da Avenida Rebouças com a Avenida das Clínicas em São Paulo.

O projeto respondeu o programa de maneira a organizar os fluxos para evitar contaminações que pudessem contribuir com infecções hospitalares, sistema que foi adotado posteriormente por outros edifícios de saúde. Numa sobreposição de volumes funcionais, Rino Levi e equipe⁸⁵ explorou a topografia e traçado viário do local, acomodando o conjunto em níveis escalonados no terreno e alterando a volumetria em leque para estabelecer a relação com a Avenida Rebouças.

O projeto para o Hospital Maternidade (figura 30) da Universidade de São Paulo inaugurou uma série de um total de vinte projetos de hospitais – dos quais nove construídos – no Brasil e na Venezuela, entre 1945 e 1965, mas embora tenha sido retomado em 1953, não foi construído.

⁸⁵ Naquele momento com a colaboração de Roberto Cerqueira Cesar e Franz Andrea Pestalozzi (arquiteto, nascido em 14/03/1909 em Zurique, na Suíça).

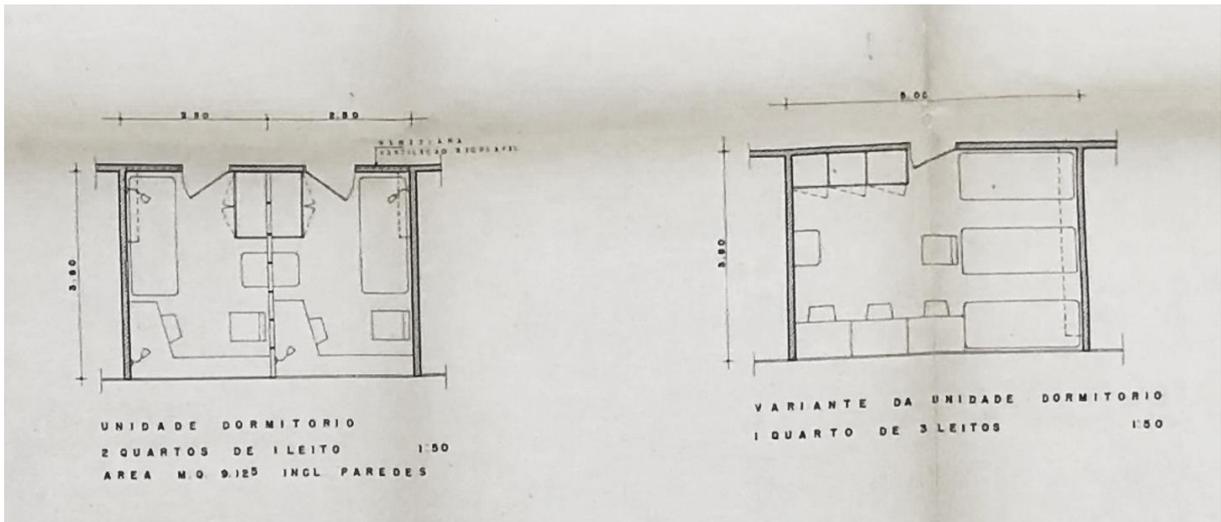


Figura 31 – Recorte do desenho da planta dos dormitórios do Setor Residencial de Estudantes.
Fonte: Biblioteca da FAU USP – Acervo Rino Levi.

Aquele mesmo ano de 1952 foi o que Rino Levi e a Universidade de São Paulo estiveram mais próximos em relação às demandas e encomendas de projetos. Foi naquele início da década de 1950 que Levi projetou o conjunto do Setor Residencial de Estudantes e o Centro Cívico para a Cidade Universitária, como veremos posteriormente, ambos para o campus do Butantã da USP, além dos alojamentos de estudantes na Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiróz (ESALQ) em Piracicaba, interior do estado de São Paulo.

O projeto do Setor Residencial de Estudantes da Cidade Universitária se trata de um complexo com aproximadamente 50 mil m² de construção para abrigar os alojamentos dos estudantes além dos programas complementares como clube, administração e enfermaria. O partido adotado pelo arquiteto sugere uma tipologia laminar de edifício residencial, alternados entre trechos retos e trechos curvos, que garantiram a construção em etapas.

Seu maior trunfo talvez seja a habilidade projetual do domínio de escalas antagônicas num mesmo conjunto, inaugurando as discussões ativas naquela década sobre a arquitetura e urbanismo modernos e sua necessária revisão a partir da dimensão social e humana do usuário.

Deste projeto foi encontrada uma publicação do projeto para o setor residencial de estudantes na revista *Habitat n° 11*⁸⁶. A denominada revista das artes do Brasil, criada por Lina Bo Bardi e Pietro Maria Bardi inicialmente para divulgação das aquisições e atividades do recém criado Museu de Arte de São Paulo (Masp), trouxe o projeto para os alojamentos dos estudantes da USP, de Rino Levi, na capa. No interior da revista, apenas três páginas traziam fotos da maquete, desenhos e um breve memorial descritivo do projeto.

O projeto para o setor de estudantes da USP foi o único projeto desta seleção encontrado em publicações fora do acervo do próprio arquiteto. Além da revista *Habitat*, ele foi publicado na revista francesa *L'architecture d'aujourd'hui*, n° 53, de 1954 e na revista italiana *Domus*⁸⁷, n° 287, de 1953.

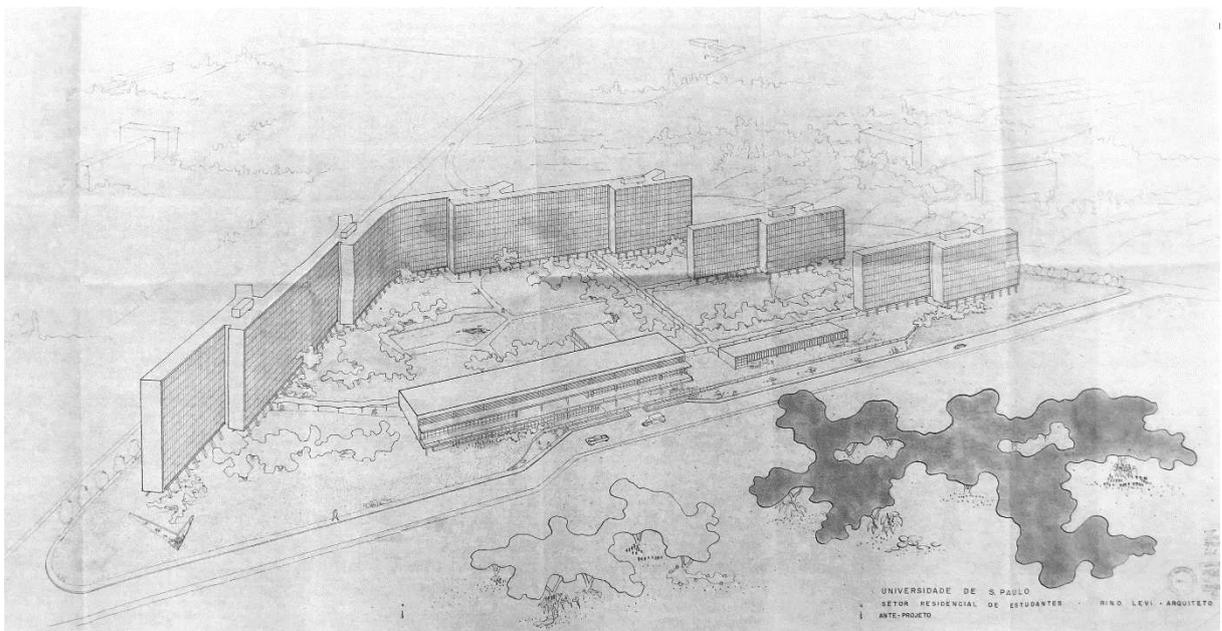


Figura 32 – Perspectiva do conjunto do Setor Residencial de Estudantes, projetado por Rino Levi e equipe, apresentado à Comissão da Cidade Universitária em 1953. Fonte: Biblioteca da FAU USP – Acervo Rino Levi.

Em Piracicaba, cidade do interior do estado de São Paulo, onde a Universidade de São Paulo tem um importante campus da faculdade de Agronomia, Rino Levi

⁸⁶ A Revista *Habitat* foi publicada no período de 1950 a 1965, com um caráter cultural em arte, arquitetura, design, cinema, teatro, música, fotografia, e outras temáticas relacionadas ao ambiente sócio – cultural de sua época. Fonte: <https://bibfauusp.wordpress.com/2013/09/23/revista-habitat-indexada-em-sua-totalidade-no-indice-de-arquitetura-brasileira-biblioteca-fauusp/>

⁸⁷ *Domus* é uma revista de arquitetura e design fundada em 1928 pelo arquiteto Gio Ponti e pelo pai Barnabita Giovanni Semeria. Wikipedia ([https://en.wikipedia.org/wiki/Domus_\(magazine\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Domus_(magazine)))

também projetou a moradia para os estudantes. O edifício da Casa do Estudante, que foi construído e recentemente passou por uma reforma para os acessos e circulações, se organiza a partir de uma lâmina paralela à avenida principal de chegada à cidade.

Da mesma maneira que no Butantã, só que em menor escala, o projeto original previa que o edifício principal, cuja função primordial abrigava as habitações estudantis se conectasse com os programas auxiliares através passarelas, liberando espaços no lote para praças de convívio e vegetação. Entretanto, apenas o corpo principal do prédio com as unidades habitacionais foi construído, e o terreno foi separado das demais áreas através da implantação de uma rua perimetral.

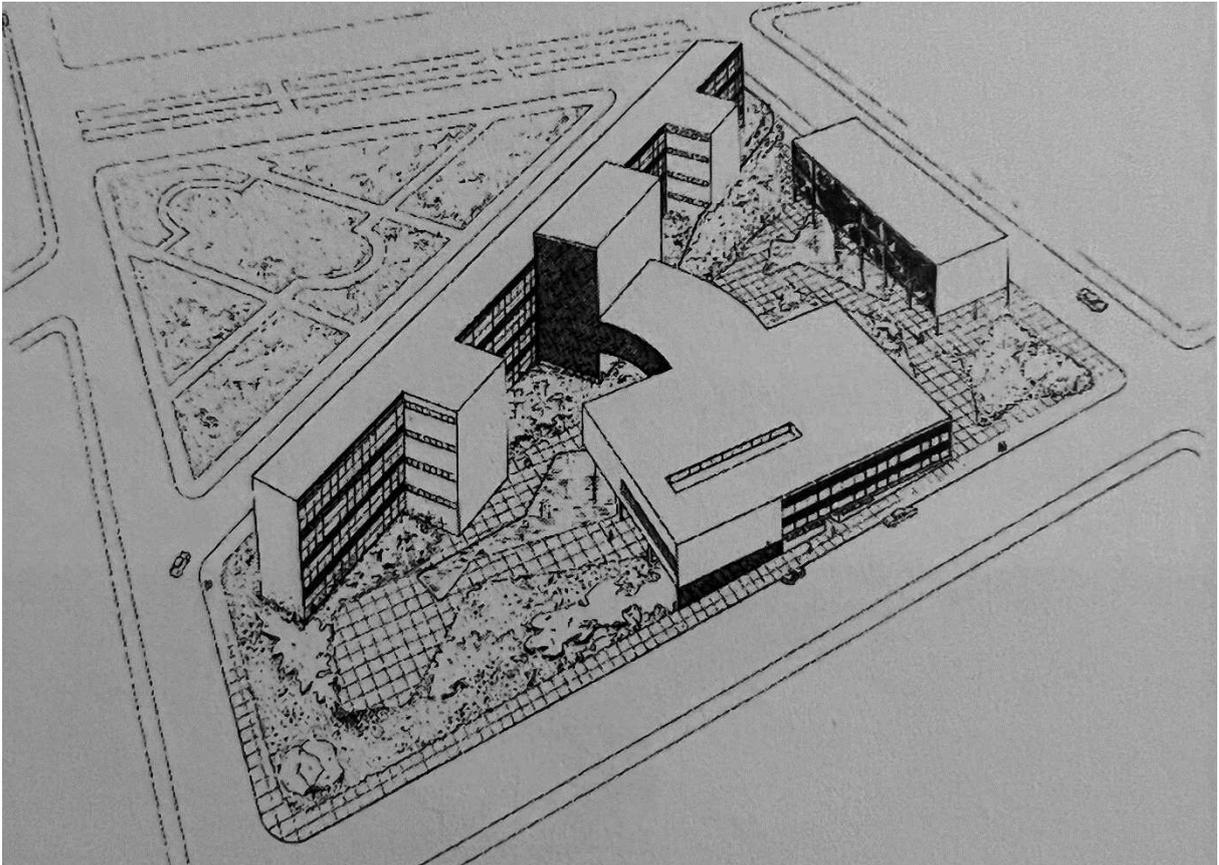


Figura 33 – Perspectiva do conjunto da Casa do Estudante, projetado por Rino Levi e equipe para a Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz – ESALQ, em Piracicaba. Fonte: ANELLI, 2021.

Uma década após os projetos do início dos anos 1950, Rino Levi desenvolveu seu último projeto para Universidade de São Paulo, durante a reformulação do plano

do Campus elaborado por Hélio de Queiroz Duarte. Naquele momento, influenciado pela nova narrativa urbana a partir da revisão do movimento moderno e com a incorporação da dimensão humana nos tratados de intervenções urbanísticas, Rino Levi, junto com outros arquitetos como Oswaldo Bratke e sob orientação programática de Mario Pedrosa, desenvolveram em 1962 um grande complexo que contava ao mesmo tempo com edifícios representativos e institucionais e de uso cotidiano do cidadão.

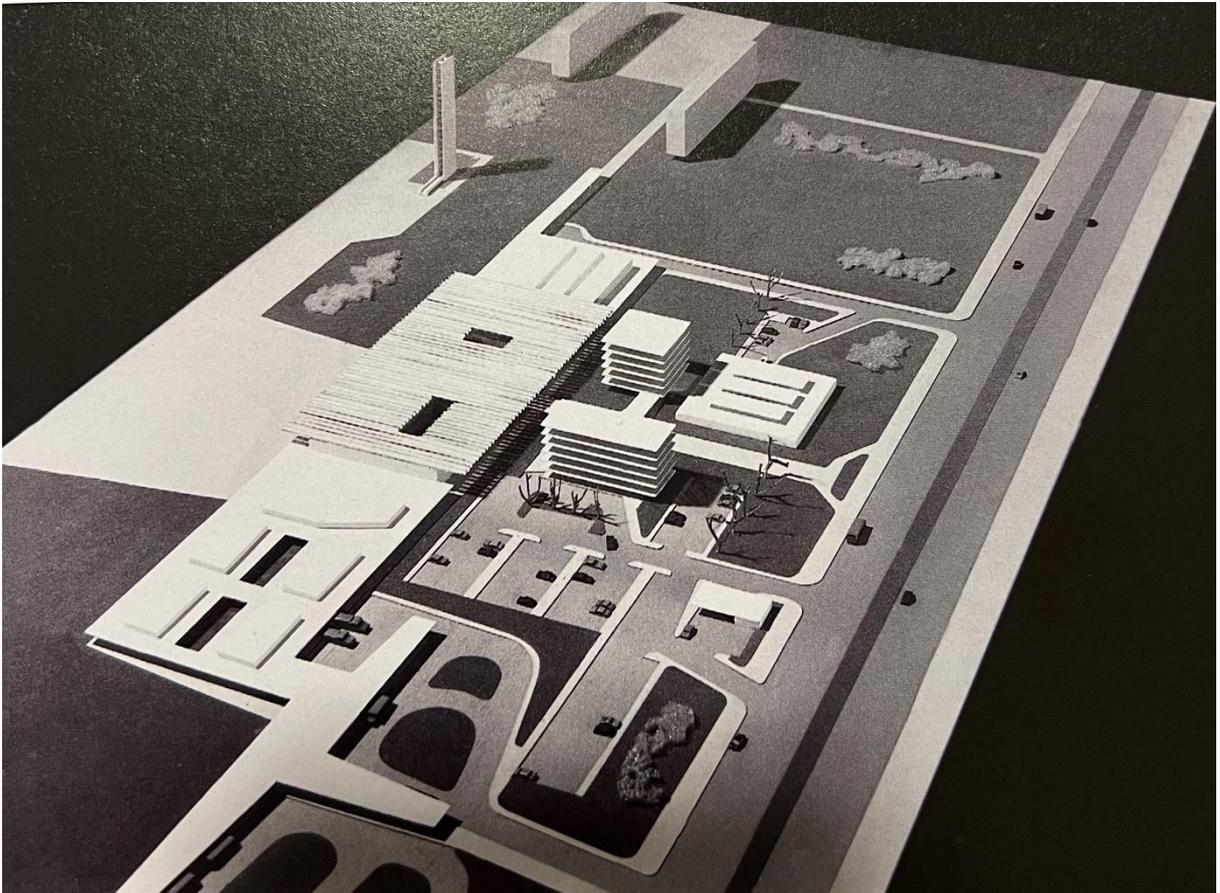


Figura 34 – Foto da maquete do Centro Social projetado por Rino Levi e equipe para a Cidade Universitária Armando Salles Oliveira em 1962. Fonte: ANELLI, 2021.

Denominado de Centro Social (figura 34), o complexo projetado por Levi previa uma grande cobertura que unificava os programas extensos, como o restaurante universitário, estação rodoviária e hotel. Estabelecia uma nova centralidade no campus, numa relação que ao mesmo tempo se retroalimentava internamente com os programas da universidade e estabelecia o vínculo com os programas externos a ela,

com relação direta com as demandas e necessidades da própria cidade de São Paulo. Este projeto, assim como a grande maioria dos projetos desenvolvidos por Rino Levi para a Universidade de São Paulo, também não saiu do papel e configura, junto com outros grandes exemplos, um importante legado arquitetônico para o acervo da universidade.

4.2. A ideia do Centro Cívico

As grandes cidades do futuro terão centros cívicos, espaços públicos que, como a ágora de Atenas, o fórum romano e a praça da catedral medieval, constituirão um ponto focal para a comunidade como um todo. (GIEDION, Sigfried. 2004, p. 867).

A concepção de Centro Cívico remonta a ideia de espaço público representativo dos anseios da sociedade desde a separação da *pólis*, e foi bastante difundida e defendida pelo desenho do urbanismo moderno. É um conceito fundamental para a cidade moderna uma vez que representa um ponto de confluência na separação das funções de lazer, trabalho e habitação. Nos grandes planos urbanos modernos ou nos desenhos de intervenções urbanas de outras escalas, o centro cívico muitas vezes aparece como articulador do espaço de transição entre uma escala mais cotidiana e outra representativa.

Um dos primeiros projetos, no Brasil, que desenvolve o conceito de Centro Cívico, como sendo uma região político administrativa destinada ao encontro de vários órgãos e entidades administrativas ou culturais, foi elaborado pelo escritório americano TPA (Town Planning Associates) para a Cidade dos Motores no Rio de Janeiro, na década de 1940. Neste projeto, Sert e os demais arquitetos da TPA distribuíram as funções da cidade em três zonas, sendo elas: a zona residencial; a zona cívica e de recreação; e a zona industrial. A organização espacial destas zonas, privilegiava um eixo cujo destino principal seria numa praça, por eles denominada de Centro Cívico (figura 35).

O projeto para o Centro Cívico da Cidade dos Motores não é um projeto para um centro convencional aos existentes, mas sim, um no qual, o acento vital da composição são os elementos que privilegiam a vida em sociedade.

(...)

O programa do centro cívico era composto por escritório municipal, centro comercial e de negócios, cine-teatro, escola técnica, restaurante, hotel, clube, estádio, piscina, praça ao ar livre, área para jogos. Este programa estava distribuído por zonas bem delimitadas em zonas administrativas, comerciais e de lazer / ócio, culturais e esportivas. Em volta da praça quadrada proposta estava a zona administrativa e ao longo de um passeio, as lojas, um hotel projetado de nove andares apoiado em pilotis, o cine-teatro, o restaurante com cafeterias. (COSTA. p. 17)

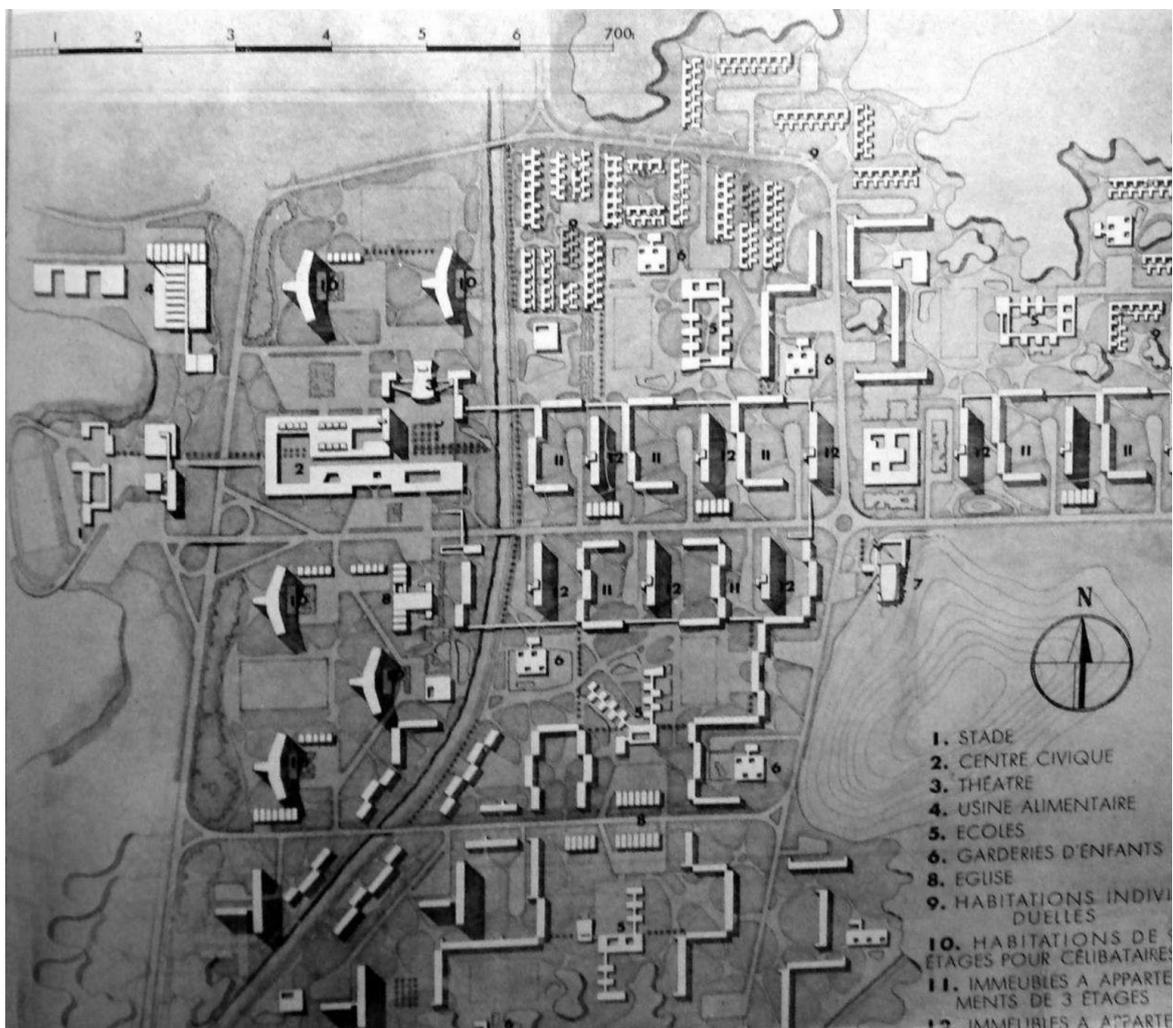


Figura 35: Vista geral do conjunto projetado pela TPA, para a Cidade dos Motores – RJ, em 1940. Na imagem é possível verificar a concepção de um eixo viário principal que culmina no Centro Cívico. Fonte: L'Architecture d'Aujourd'hui. 1947. p.101.

Em 1948, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy também utilizou de maneira pioneira, no Brasil, o conceito de Centro Cívico. Numa releitura dos conhecidos *civic*

centres americanos, o projeto para a Esplanada de Santo Antônio (figura 36) vislumbrava um novo arranjo urbano para a capital federal, ainda no Rio de Janeiro, e em pleno Estado Novo. Este projeto, conhecido também por Centro Cívico Municipal, apesar de seguir a cartilha moderna com seus edifícios soltos do chão e dispostos sobre grandes eixos viários, inclui de certo modo um conjunto menos *monofuncional* e cria a ideia do centro da cidade dentro da própria cidade.

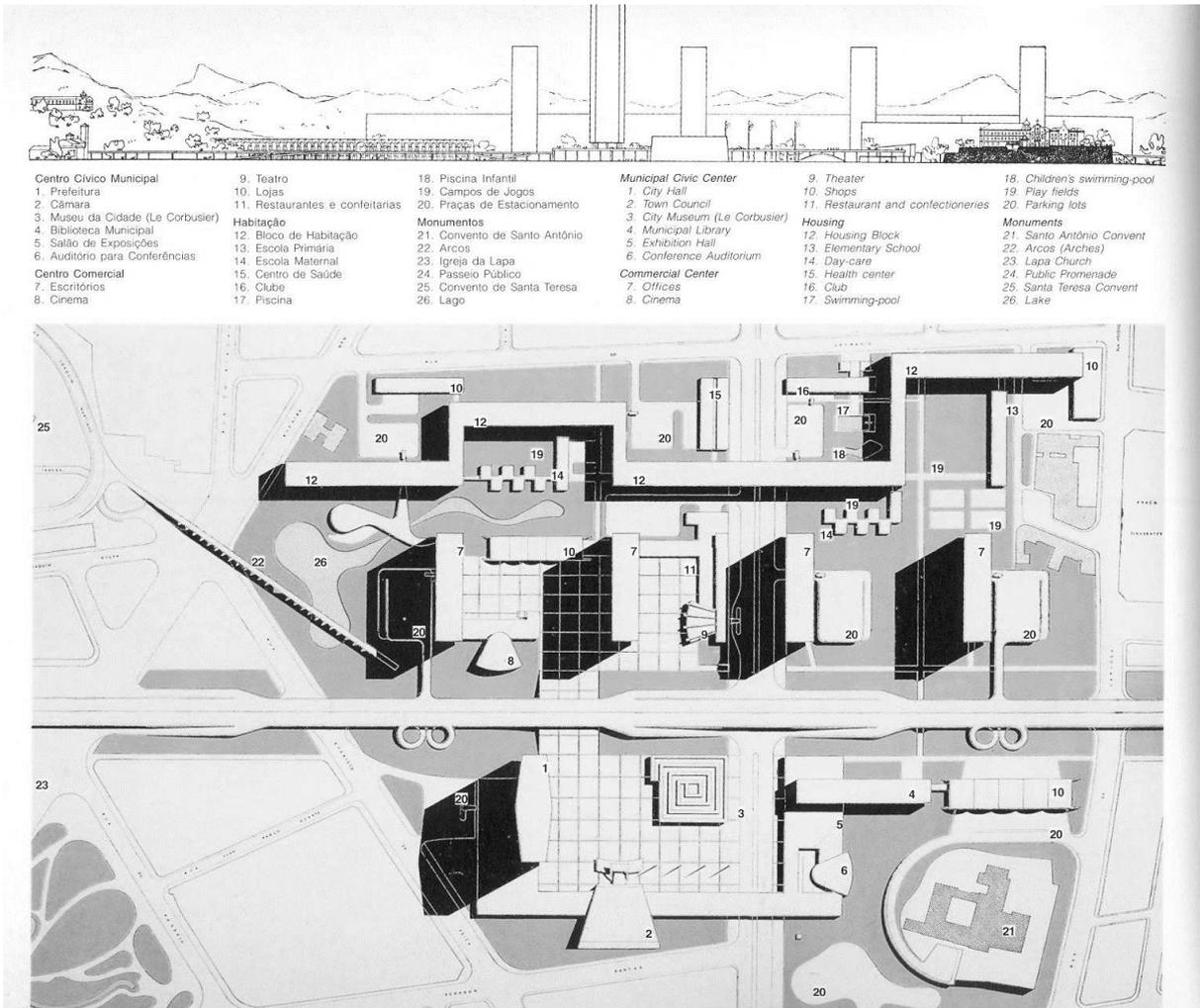


Figura 36: Plano do conjunto projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy para a Esplanada de Santo Antônio, no Rio de Janeiro em 1948. In <http://masaokamita.blogspot.com/2013/03/patrimonio-moderno-parte-iii.html>

Em um texto especificamente sobre este projeto, ANDRADE (2009) descreve uma importante característica da conformação do espaço físico do Centro Cívico do

Rio de Janeiro projetado por Reidy, e que de certo modo se repete em outros projetos do mesmo gênero:

Por outro lado, há um procedimento quase clássico em criar praças limitadas pelos prédios e podemos, assim, identificar perfeitamente três espaços distintos: dois centros de animação – as praças do cinema e do teatro – e um centro cívico, com a praça no meio. (ANDRADE, 2009, p.13)

A concepção *quase clássica* de criar praças limitadas por edifícios, presente desde o século XII na Praça de San Marco em Veneza – Itália, por exemplo, foi (e ainda é) de fato um procedimento comum para a criação de um espaço ao mesmo tempo monumental, representativo e coletivo.

Em linhas gerais, o mesmo partido foi seguido no projeto para o Centro Cívico de Curitiba (figura 37), idealizado em 1951, ou seja, dez anos posteriores ao Plano Diretor de urbanização elaborado pelo urbanista francês Donat Alfredo Agache⁸⁸. O projeto para a capital do Paraná foi considerado o primeiro centro cívico construído no Brasil, mesmo que incompleto, e idealizado em homenagem à emancipação do estado, como se lê:

“Impulsionado por uma boa fase econômica, Bento Munhoz da Rocha Netto, governador do Estado no período de 30 de janeiro de 1951 a 3 de abril de 1955, propõem um evento alusivo ao Centenário da Emancipação Política do Paraná, para o qual uma série de obras públicas seria executada.”
<https://www.memoriaurbana.com.br/edificios-publicos-de-curitiba/centro-civico-de-curitiba/>

O arquiteto curitibano David Azambuja⁸⁹ foi contratado no início da década de 1950 para elaborar o projeto de Centro Cívico de Curitiba no mesmo local previsto anteriormente o projeto de Agache, num plano para a comemoração do Centenário do Paraná em 1953. Com a intensa relação com a então Capital Federal, Rio de Janeiro, até mesmo pelo simbolismo da proposta, a equipe chefiada por Azambuja

⁸⁸ Donat Alfredo Agache. Alfred Hubert Donat Agache, arquiteto francês, nascido em Tours em 1875. Teve participação no planejamento a urbanização de cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba nas décadas de 1940 e 1950.

⁸⁹ David Xavier Azambuja. Arquiteto Curitibano nascido em 1910 foi um importante nome da arquitetura moderna brasileira.

teve a participação de Olavo Redig⁹⁰, Flavio Regis do Nascimento⁹¹ e Sergio Rodrigues, e Lucio Costa, expoentes de uma arquitetura, mas sobretudo urbanismo moderno.

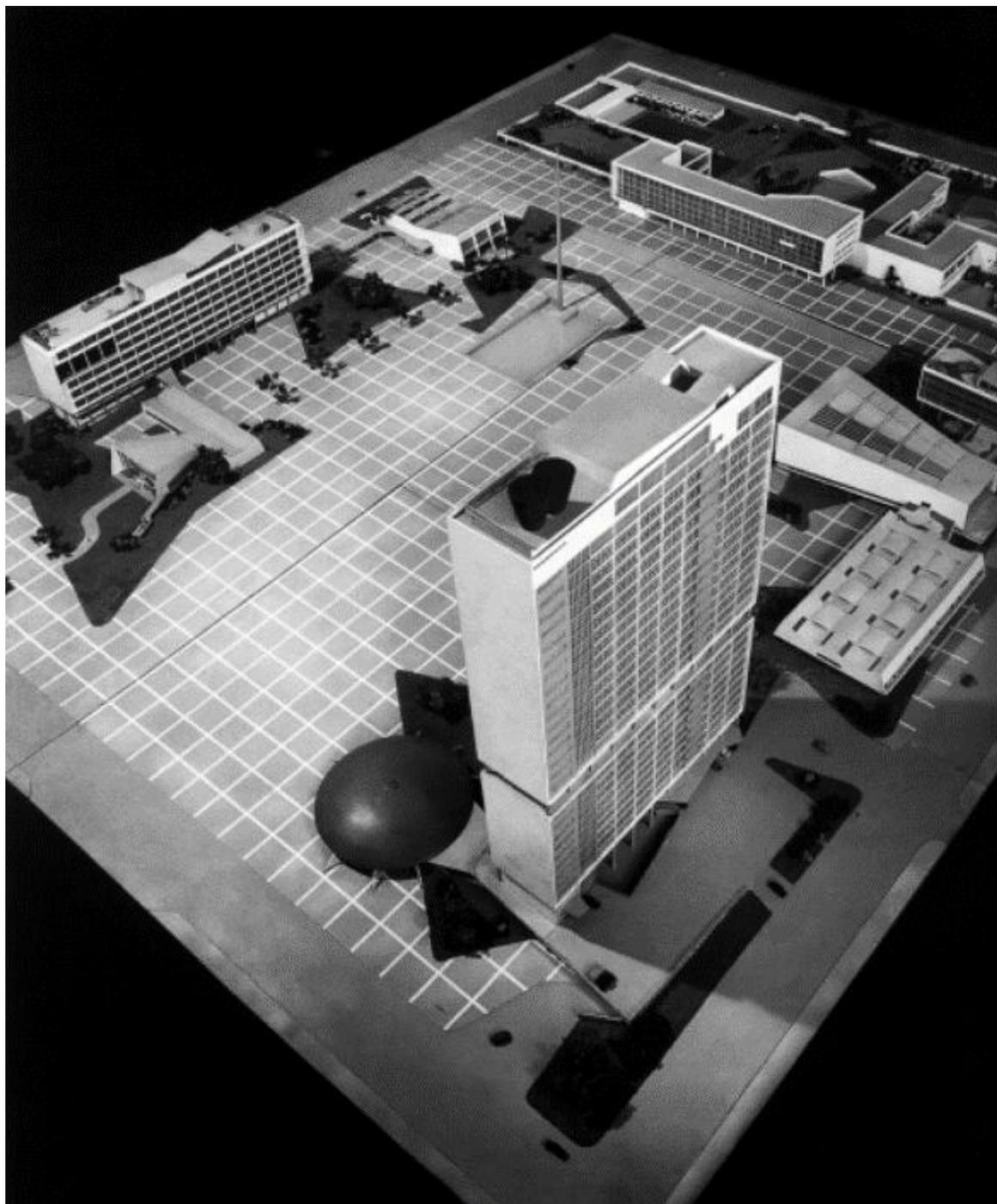


Figura 37: Foto da maquete do Centro Cívico de Curitiba. In MUELLER, 2006, p. 70.

⁹⁰ Olavo Redig de Campos, arquiteto carioca nascido em 1906, graduado pela Universidade de Roma – Itália.

É possível verificar na imagem da maquete do projeto para Curitiba que a disposição dos edifícios conforma o perímetro da praça, liberando em seu espaço interno uma grande esplanada, quase seca, palco da interação e aglomeração social.

O tema do Centro Cívico e sua relação com a cidade foi recorrente no século XX no Brasil. No final da sua carreira, Rino Levi chegou a projetar o Centro Cívico de Santo André, na grande São Paulo, também conhecido como Paço Municipal de Santo André. Desta vez, o projeto de 1965, construído (figura 38), com área de cerca 110.000 m², abarca os três poderes do município, o legislativo, o executivo e o cultural.

O projeto é organizado em três patamares vencendo o desnível do terreno, acomodando o conjunto de maneira a proporcionar acessos independentes e ao mesmo tempo, garantir o compartilhamento de uma praça central. O projeto de paisagismo é da autoria de Burle Marx. Em 2013, o Centro Cívico foi tombado pelo Condephaat. In <https://www.nelsonkon.com.br/centro-civico-de-santo-andre>.



Figura 38: Foto do conjunto dos edifícios do Centro Cívico de Santo André, projeto de Rino Levi de 1965. In <https://www.nelsonkon.com.br/centro-civico-de-santo-andre>.

O conceito de eixo de ligação entre as atividades de uma cidade e seu Cento Cívico que, por sua vez estabelece a monumentalidade, cujo destino é justamente a

praça cívica, rodeada por edifícios de caráter público, foi um partido bastante comum nos grandes projetos de intervenção urbana no período no Brasil, e nos projetos para os campus e cidades universitárias não foi diferente.

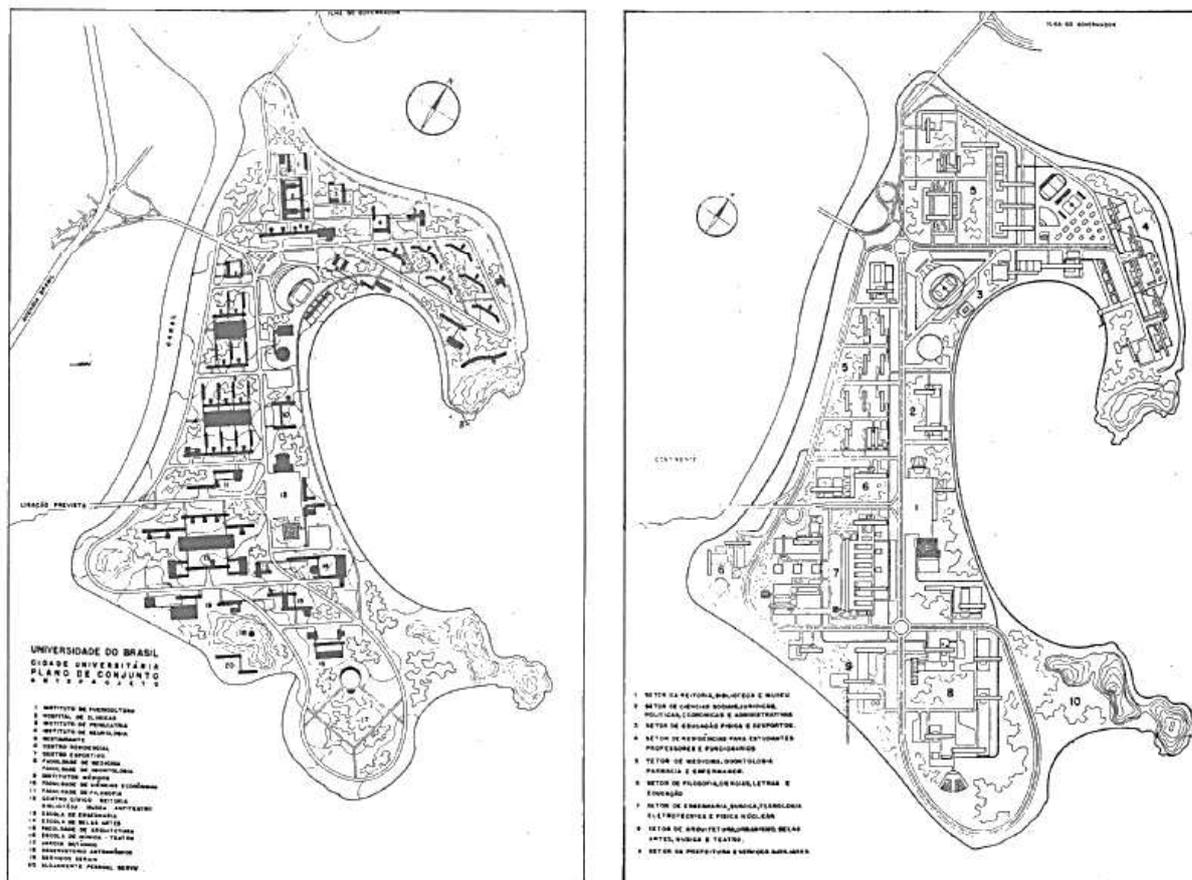
Comparando o projeto de urbanização do campus da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e o do campus Armando Salles Oliveira da USP, em São Paulo, projetos relativamente do mesmo período, fica evidente a importância dada, conceitual e fisicamente ao Centro Cívico, ao mesmo tempo como organizador e articulador do espaço construído, sistema viário e monumentalidade.

A análise dos planos apresentados para o traçado viário e setorização do campus da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, de 1952 e 1957, a principal conexão da Ilha do Governador (gleba destinada para instalação do campus) e da cidade do Rio de Janeiro foi feita por uma grande avenida que acabava justamente no Centro Cívico, como se vê na figura 39.

Para CORDEIRO (2015), a praça que conteria a Reitoria, a Biblioteca, o Museu e o Anfiteatro⁹², era fundamental que o percurso de ingresso ao campus confirmasse a centralidade do edifício da Reitoria, estabelecendo simbolicamente a monumentalidade pretendida, como se vê:

O percurso proposto pela leitura da planta muda e transfere o que seria a entrada principal da Ilha, antes centrada no Estádio, para a Ponte Oswaldo Cruz, criando uma centralidade definida no, antes denominado Centro Cívico, agora Setor Reitoria que concentra atividades sociais e de convivência, trazendo para o centro do projeto a questão do uso. A partir deste setor se distribuem os demais seguindo a lógica dos usos e funções e não a lógica da simples distribuição através dos fluxos viários, como no primeiro anteprojeto. Este percurso se inicia e se encerra no Setor Reitoria, propondo um giro por todos os setores da ilha de forma organizada. (CORDEIRO, 2015, p. 75).

⁹² Programa muito similar ao Centro Cívico proposto por Rino Levi para a Universidade de São Paulo.



*Cidade Universitária. Plano do conjunto da Ilha Universitária. Primeiro anteprojeto.
In "ETUB — Cidade Universitária da Universidade do Brasil", RJ, 1952 — (Relatório do diretor Horta Barbosa).*

*Cidade Universitária. Plano do conjunto. Segundo anteprojeto.
In "Cidade Universitária da Universidade do Brasil", DASP, 1957.*

Figura 39: Dois planos para a cidade Universitária – primeiro e segundo anteprojeto. Fonte: Arquitetura Revista nº 2. Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 1985. In CORDEIRO, 2015.

O próprio Rino Levi, no final da sua carreira projetou um Centro Cívico que acabou sendo construído. Fruto de um concurso vitorioso, o último projeto de Levi foi o complexo do Centro Cívico e Paço municipal de Santo André, em São Paulo. Na segunda metade dos anos 1960, o projeto contava com o “Paço e Câmara Municipal, ao lado do Fórum já predefinido, e de um Centro Cultural, em terreno resultante da implantação de um entroncamento de vias expressas”. (ANNELI, 2019, p. 228).

4.3. O Centro Cívico da Cidade Universitária da USP

No mapa do campus de 1952 a “grande praça destinada a conter, em zona privativa e tranquila, a Reitoria, a Biblioteca e Teatro”, como descreveu CAMPOS (1954, p.111), já estava representada com a relevância que foi de fato tratada posteriormente (figura 40), mas os projetos contidos nela, naquele momento, ainda eram muito preliminares e o desenho de implantação apresentava ainda referência aos projetos anteriores, claramente num desenho mais clássico com jardins orgânicos. Os projetos do centro cívico no mapa de 1952 ainda não se parecem com programas específicos, embora estivessem dispostos paralelos às vias laterais, ao lado de edifício da Reitoria, de maneira parecida com a versão apresentada posteriormente pelo arquiteto Rino Levi.

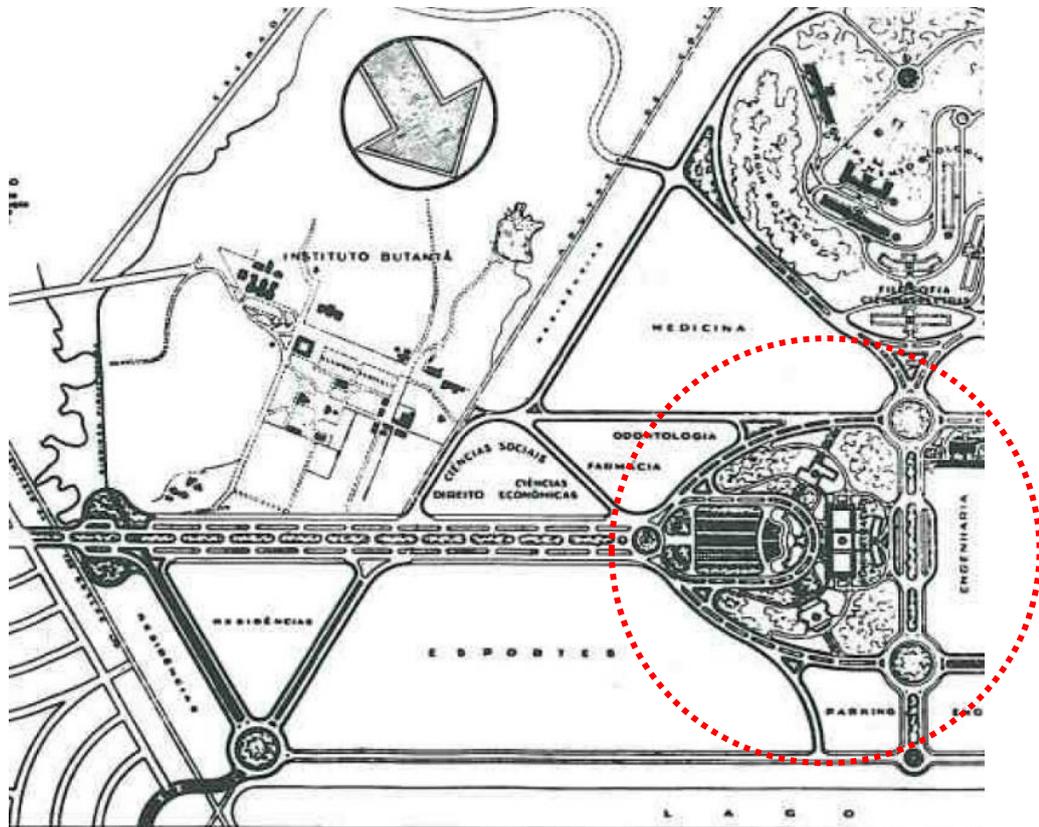


Figura 40: Recorte do mapa de 1952 elaborado pelo Escritório Técnica da Comissão da Cidade Universitária, com destaque para o *parkway* e implantação do centro Cívico, ainda com desenhos referentes aos planos anteriores, e com uma ocupação mais bucólicas com desenhos de jardins ornamentados. Fonte: elaborado pelo autor, a partir de CAMPOS, 1954.

Com o desenvolvimento do plano urbano do campus, em função da comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Rino Levi, contratado para o desenvolvimento dos edifícios do Centro Cívico e do Setor Residencial dos Estudantes, passou a remodelar a praça central. Naquele momento, as obras da avenida de ingresso e do edifício da Reitoria que já haviam sido previstas nos planos urbanos anteriores, estavam em andamento e passaram a ser condicionantes existentes no projeto de Levi.



Figura 41: Foto das obras em andamento no campus da Cidade Universitária da USP. Imagem do edifício da Reitoria pronto, ao fundo. Fonte: CAMPOS, 1954.

O *parkway*⁹³, com as obras iniciadas no começo da década de 1950, contava com 100 metros de largura e 1300 metros de extensão, sendo o projeto da “maior e mais bela avenida da América do Sul” (CAMPOS, 1954, p. 111). A imensa avenida, com sua fileira monumental de palmeiras imperiais, encontraria a apoteose justamente no Centro Cívico, constituído por uma grande praça com a forma triangular ao mesmo

⁹³ Aqui continuamos usando esta palavra em inglês uma vez que era assim que tratavam a avenida de ingresso ao campus. Numa tradução literal foram encontrados os significados de via pública e estrada arborizada e larga, o que faz sentido com o projeto da avenida de ingresso ao campus.

tempo curvilínea, tendo uma dimensão de aproximadamente 125 mil metros quadrados de superfície.

Por isso, o partido arquitetônico imaginado por Levi para o desenvolvimento do projeto do Centro Cívico da Cidade Universitária da USP levou em consideração justamente o percurso de chegada ao campus a partir do *parkway* e sua monumentalidade, através da disposição e arranjo dos edifícios.

É notável, desde os primeiros desenhos e croquis do autor para a implantação do Centro Cívico da Cidade Universitária, a preservação do eixo da praça alinhado com o centro do edifício da Reitoria e da avenida de ingresso ao campus, como se vê na figura 42. A partir deste eixo, norteador do projeto, os demais edifícios que compunham o Centro Cívico estariam dispostos. O que sugerem os desenhos e anotações é a busca pela proporção entre a ocupação dos edifícios e as áreas vazias, através da definição de uma métrica de implantação.

É possível analisar, também, que desde os primeiros desenhos o eixo da avenida, centralizada em relação ao edifício da Reitoria, foi preservado como vazio e o esboço dos volumes que viriam a ser a Biblioteca e o Auditório sempre estiveram dispostos a liberar este grande vazio.

Além disso, é possível perceber que houve um esforço por parte do arquiteto e de sua equipe de redesenhar as vias perimetrais à praça, na tentativa de organizar espacialmente a simetria entre as ruas e o desenho da praça em si. Estes esboços estão desenhados sobre o mapa com a base antiga da ocupação do campus, mais orgânica e clássica, como vimos anteriormente e é, de certo modo, uma importante guinada do projeto da Cidade Universitária em direção ao desenho moderno, cujo resultado acabou se tornando um marco histórico sobre a arquitetura e urbanismo de São Paulo.

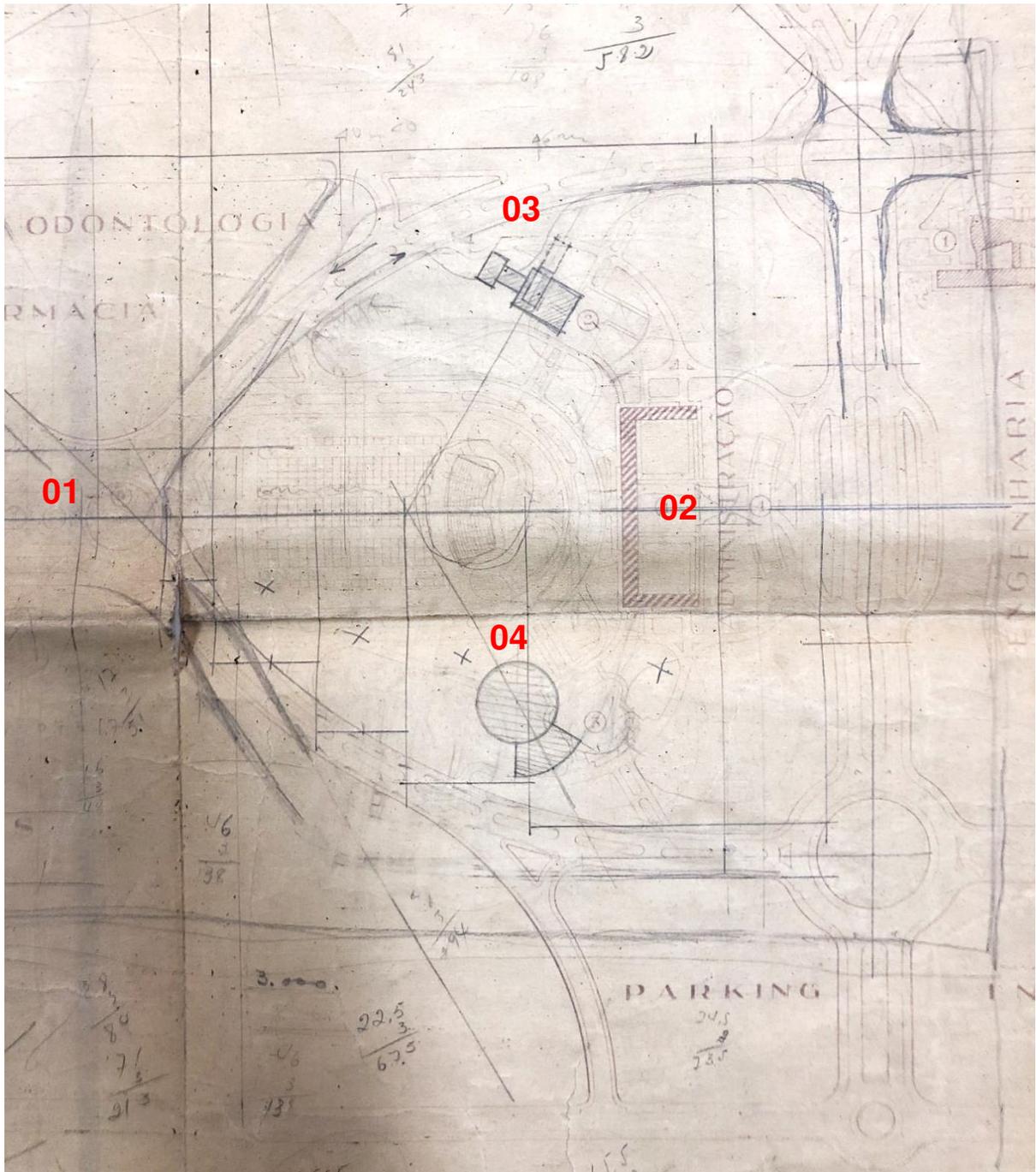


Figura 42: Croquis da implantação dos edifícios do centro Cívico. Desenho elaborado pela equipe do arquiteto Rino Levi sugere a busca pela proporção dos edifícios em relação aos espaços vazios da praça central do Centro Cívico, liberando o centro da praça livre no alinhamento entre o eixo da avenida principal – parkway (01) e o edifício da Reitoria (02). Os edifícios que viriam a ser conhecidos como Biblioteca Central (03) e Auditório universitário (04) estavam dispostos de maneira a formar um triângulo junto ao edifício da Reitoria. Fonte: Arquivos do arquiteto Rino Levi. Acervo FAU USP.

Uma sutil alteração no traçado urbano do campus, ocorrido no início dos anos 1950, mudou consideravelmente a configuração da quadra que viria a ser o Centro Cívico de Rino Levi. Uma rua separou o terreno destinado ao Centro Cívico do edifício

dada Reitoria, que se encontrava em construção naquele período e permitiu que ele tivesse acesso próprio. Com isso, a praça para Rino Levi passou a ter a forma triangular que serviu como partido utilizado pelo arquiteto para a disposição dos edifícios da biblioteca e do auditório.

Em 1952, Rino Levi e sua equipe apresentaram à Comissão da Cidade Universitária o projeto para o Centro Cívico da Cidade Universitária da USP, em caráter de Estudo Preliminar⁹⁴, no qual o alinhamento da grande avenida de acesso e do edifício da Reitoria, preexistências possíveis naquele momento, formulavam o arranjo dos edifícios na praça e a confirmação do partido de implantação.

Neste estudo preliminar (figura 43), Levi dispôs os edifícios do Auditório e da Biblioteca de modo a liberar o centro do triângulo, onde apresentou um espelho d'água cujo tamanho se alinhava ao prédio da Reitoria e por isso cobria grande parte do chão da praça. Além dos edifícios da Biblioteca e do Auditório, implantados simetricamente na praça, Rino Levi projetou também um monumento retilíneo longitudinalmente no final da avenida de acesso, numa composição monumental que indicava o eixo principal da chegada ao campus, alinhada com o edifício da Reitoria, como uma espécie de anúncio, em primeiro plano, do Centro Cívico.

Este monumento, posteriormente evoluído para o projeto da torre universitária, seria uma espécie de obelisco laminar pousado sobre outro espelho d'água, que garantiria a perspectiva da praça e sobretudo do edifício da Reitoria, a partir da avenida de acesso.

⁹⁴ Os desenhos do estudo preliminar para o centro Cívico foram encontrados no acervo do arquiteto Rino Levi na biblioteca da FAU USP e são datados do dia 29 de dezembro de 1952. Posteriormente, em Junho de 1953 foram apresentados os projetos mais avançados e com alterações de desenho.

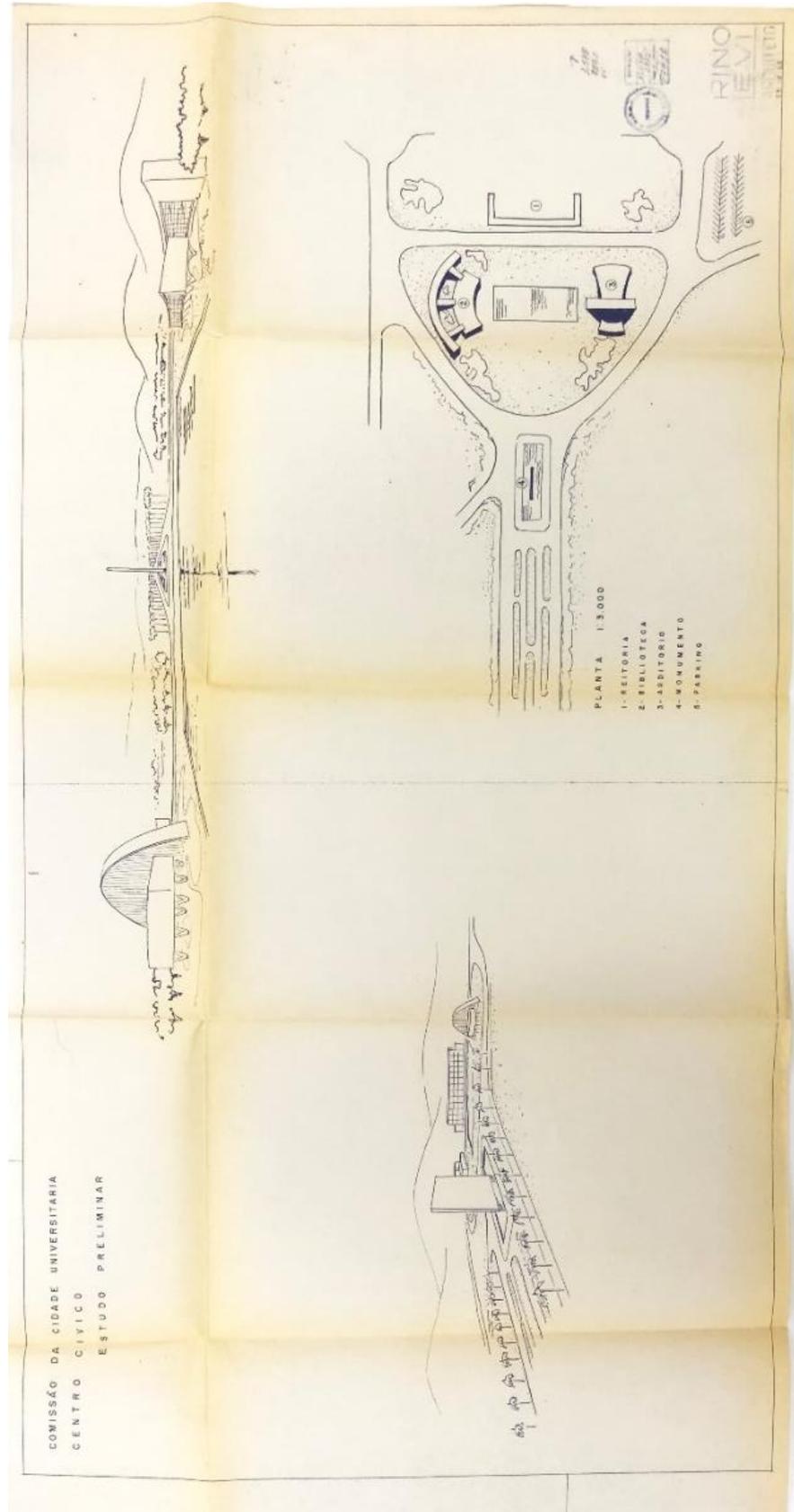


Figura 43: Perspectivas apresentadas junto do projeto elaborado pelo escritório Rino Levi Arquitetos para o Estudo preliminar do Centro Cívico em 1952. Fonte: CAMPOS, 1954

A composição do Centro Cívico, portanto, poderia ser interpretada a partir da ideia de uma correlação de forças institucionais dada pela disposição triangular entre os edifícios do Auditório, da Biblioteca e da Reitoria, ou até mesmo entre o Auditório, a Biblioteca e a Torre / Monumento (figura 44). Naquele momento, dada a fase do projeto, a força do partido se apresentava mais na dimensão simbólica da implantação do que no desenvolvimento arquitetônico e programático particular dos edifícios que a compunham.

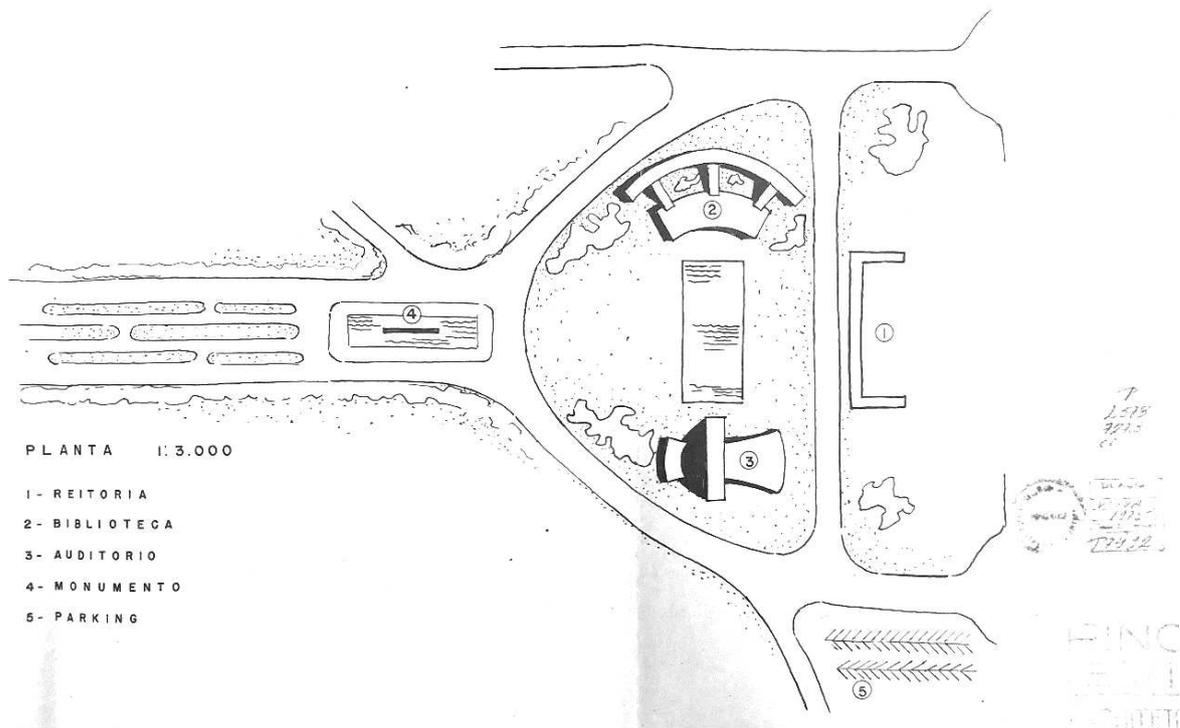


Figura 44: Recorte do desenho apresentado por Rino Levi em 29 de dezembro de 1952, como Estudo Preliminar do Centro Cívico da Cidade Universitária da USP. No detalhe, planta com a disposição dos edifícios no Centro Cívico. Fonte: Arquivo FAU USP.

No desenho da planta apresentada naquele momento é possível analisar que a grande praça continha apenas os edifícios da Biblioteca e do Auditório e que o monumento de chegada se encontrava numa espécie de ilha no canteiro central da avenida.

Também é possível imaginar a concepção arquitetônica dos edifícios, embora estes ainda fossem bastante preliminares. O edifício da biblioteca era composto por uma lâmina curva, disposta praticamente de forma alinhada com a rua que contornava a praça, e ligada a outro edifício também curvo através de três conexões que cortavam jardins internos. O edifício do auditório, por sua vez, tinha uma concepção onde dois

volumes de cruzavam perpendicularmente e, o que tudo indica a partir da planta, a plateia se organizaria de maneira lateral ao espelho d'água central.

Os desenhos em perspectiva (figura 45) demonstram como estes edifícios foram imaginados no conjunto do Centro Cívico. É possível notar que tanto o edifício do auditório quanto o da biblioteca tinham trechos elevados do chão a partir de pilotis, o que indica uma ideia de permeabilidade urbana e acolhimento dos usuários na extensão do chão público para dentro dos edifícios.

Entretanto, o que nos chama atenção nestes desenhos preliminares é a dimensão monumental dada pelo edifício projetado no final da avenida de ingresso. A imagem deste monumento e da avenida, com sua fileira de palmeiras imperiais, a partir do edifício da reitoria, imaginada por Rino Levi nos desenhos de 1952 impressiona. O reflexo do monumento no espelho d'água, indicados nos croquis, que repetia a verticalidade do obelisco laminar poderia de fato ter sido uma bela imagem da chegada do campus.

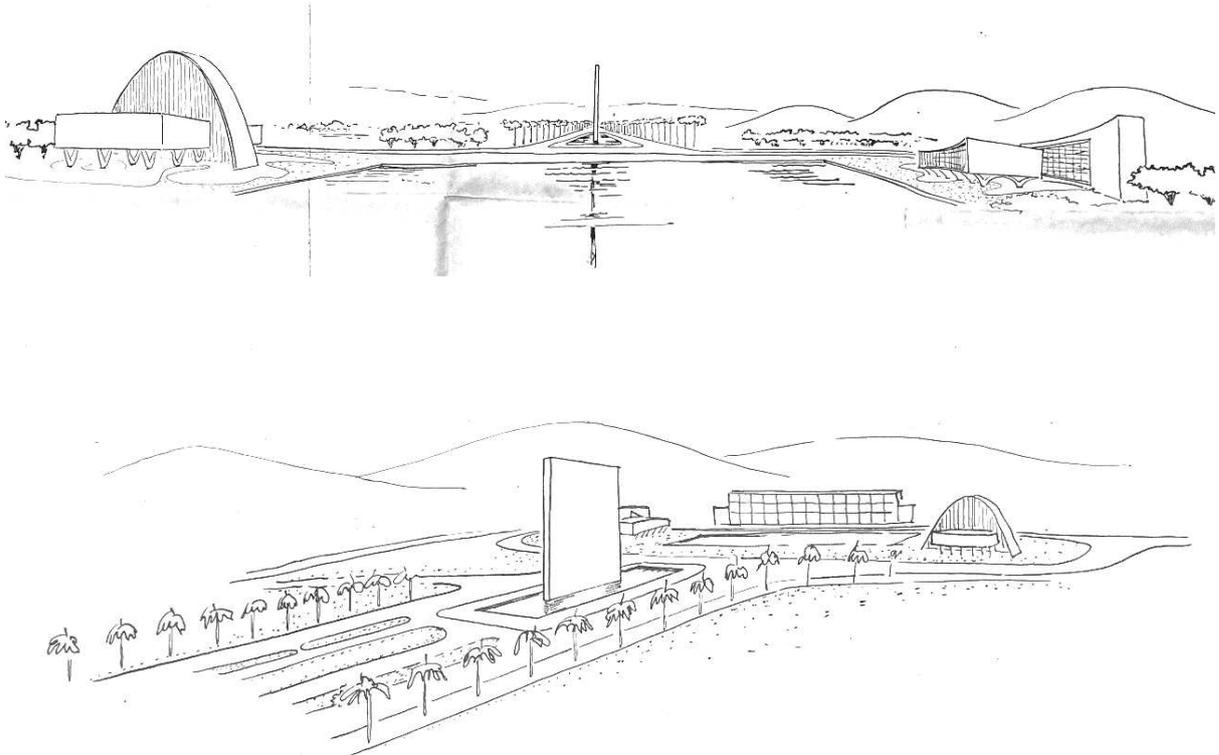


Figura 45: Recortes do desenho apresentado por Rino Levi em 29 de dezembro de 1952, como Estudo Preliminar do Centro Cívico da Cidade Universitária da USP. Nos detalhes, a perspectiva dos edifícios do centro Cívico a partir do da avenida de ingresso, com destaque ao chamado “monumento”. Fonte: Arquivo FAU USP.

Em 1953, Rino Levi e equipe apresentaram uma modificação do projeto, numa evolução para a etapa de Anteprojeto. Nestes desenhos de junho de 1953, a organização do Centro Cívico mantinha em muitos aspectos o partido do ano anterior, como a disposição entre os prédios, as vias perimetrais e de acesso ao campus e à Reitoria. O arranjo programático ainda era o mesmo e a disposição destes programas na praça respeitavam o estudo anterior.

Além de um desenho mais organizado e técnico, o que mudou significativamente foi o desenho arquitetônico dos edifícios que compunham a grande praça e sobretudo o desenvolvimento do projeto das áreas livres entre eles, com a remodelação do espelho d'água. Os edifícios da Biblioteca e do auditório ganharam contornos mais claros, com planos e pavimentos que indicavam funções, espaços e programas.

No primeiro plano, no sentido da chegada pela avenida de acesso ao campus, o monumento laminar se transformou no que ficou conhecida como Torre Universitária, ou Torre do Relógio, numa escala menor em relação ao desenho do ano anterior. Esta torre, embora menor, também tinha o caráter monumental e era composta por duas empenas de concreto armado com inscrições artísticas que emergiam de um espelho d'água. Estas duas empenas eram divididas pela escada de acesso técnico que levava ao seu topo, onde tinha instalado um relógio e as antenas de transmissão de rádio e televisão. A Torre, assim como na versão do Estudo Preliminar, se configurava como perspectiva importante de chegada à grande praça, ainda com o edifício da Reitoria como ponto de fuga no horizonte, servindo desta maneira como um divisor para o sistema viário que circundava o Centro Cívico.

Nesta versão, o Centro Cívico manteve “a monumentalidade da composição simétrica que alinhava a Torre do Relógio e a Reitoria à continuidade da avenida de acesso, dispondo lateralmente, os edifícios da Biblioteca e do Auditório” (CAMPOS. 1954, p. 111).

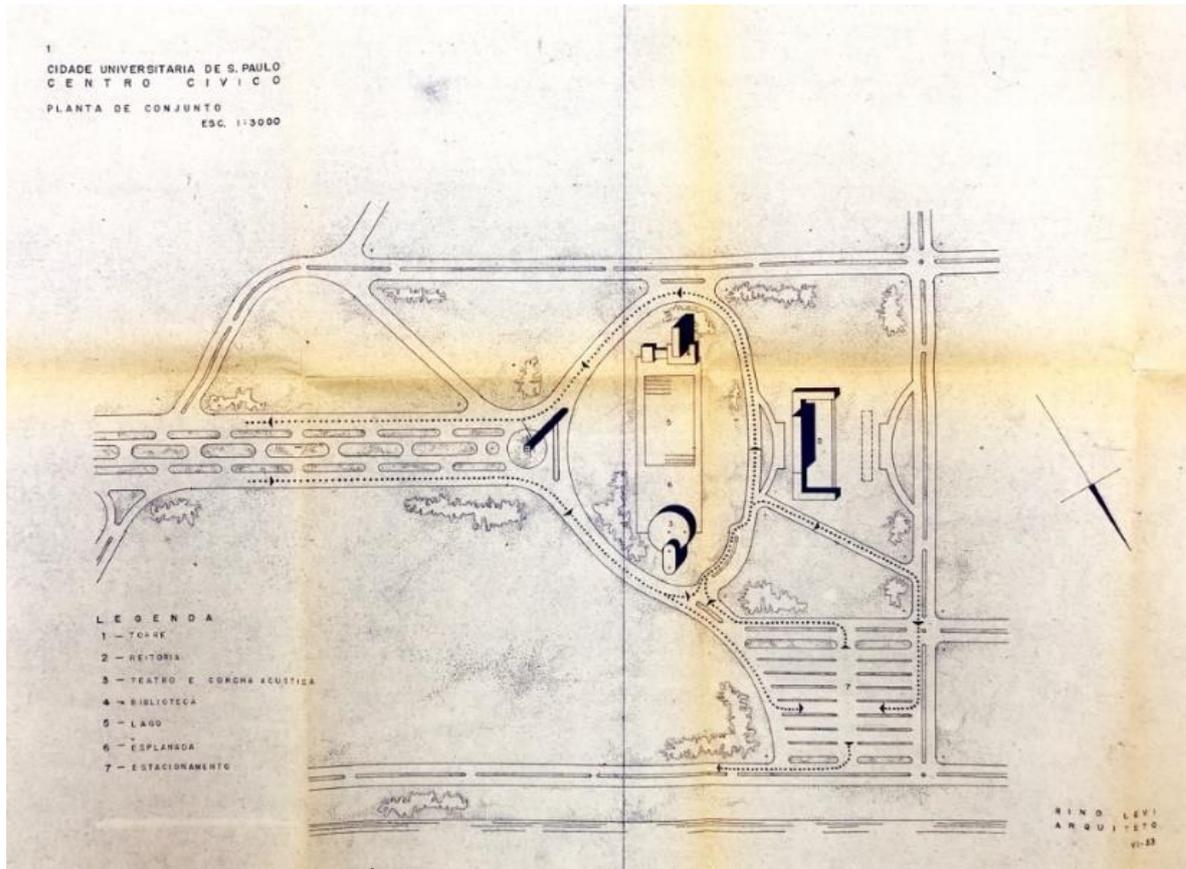


Figura 46: Implantação do Centro Cívico. Desenhos do anteprojeto. 1953. Fonte: Arquivo FAU USP

Os edifícios da Biblioteca e do Auditório embora tenham evoluídos arquitetonicamente, mantiveram a disposição anterior e formavam junto com a Torre um triângulo de dimensões praticamente iguais, como se lê também no memorial entregue à Comissão da Cidade Universitária, de junho de 1953:

“Os edifícios do auditório ou aula magna e da biblioteca são localizados vis-a-vis no centro cívico da Cidade Universitária, que é completado pelo edifício da Reitoria, a Torre da universidade e uma grande esplanada prevista em posição central em relação às construções mencionadas.

A Reitoria está colocada em posição de destaque no eixo e olhando para a grande avenida de acesso da Cidade Universitária, tendo de um lado o Auditório, do outro a Biblioteca e em frente a Torre.” (LEVI, 1953)⁹⁵

⁹⁵ Trecho retirado do memorial de entrega do projeto. 1953. Arquivo FAU USP.

Além do desenvolvimento arquitetônico dos edifícios, o avanço na definição do desenho da praça e na interface entre os objetos construídos e o solo e seu entorno, carregavam a intenção e interesse do arquiteto paulista no caráter público e urbano desta intervenção. De acordo com o memorial entregue nesta fase de anteprojeto, a grande praça, ainda chamada de esplanada, teria uma capacidade para um público de aproximadamente 25.000 pessoas e imaginada com a função de concentração de caráter cívico, sendo palco para comemorações e aglomerações.

Os ajustes na implantação da praça, bem como o desenho do nível térreo dos edifícios, dispostos em conjunto e não isolados, sugerem a busca de Levi de garantir o caráter coletivo do espaço. No desenho do térreo apresentado nesta etapa (figura 47) nota-se que tanto a biblioteca quanto o auditório mantinham trechos sob pilotis voltados para o centro da praça, que indicava a tentativa de diluição do chão público e coletivo para dentro dos programas específicos dos edifícios.

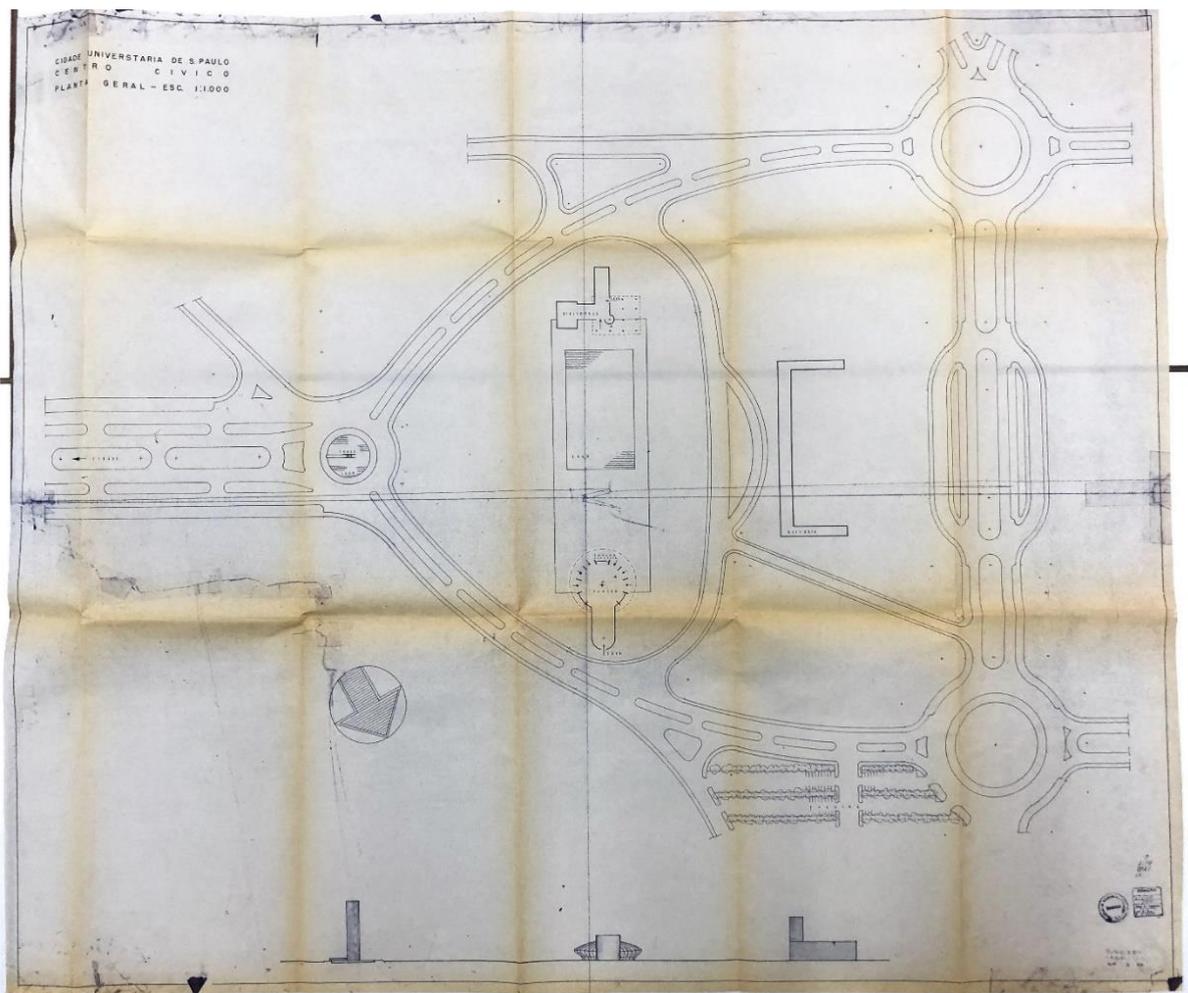


Figura 47: Planta geral do térreo do conjunto do Centro Cívico. Desenhos do anteprojeto. 1953. Fonte: Arquivo FAU USP

A biblioteca, pela natureza técnica de seu programa, tinha apenas uma área pequena em pilotis que representaria o espaço de acesso do público, voltada para o grande espelho d'água na área central do centro cívico, enquanto outra área no térreo se destinava ao transporte de acervo, carga e descarga e acesso técnico de pessoas e carga.

O edifício do Auditório, por sua vez, estava implantado de maneira a privilegiar o acolhimento do público. Toda a sua face voltada para o centro da praça foi desenhada de maneira aberta, também sob pilotis, na intenção clara de estabelecer a relação ampla e franca entre os espaços coletivos da praça e o espaço interno, numa extensão do piso público do foyer e saguão, antes dos espaços mais fechados e controlados do auditório.

Esta intencionalidade dos espaços coletivos e percepção dos locais de maior aglomeração na praça, foram reforçadas pelo deslocamento do espelho d'água que no projeto de 1952 estava alinhado com o edifício da Reitoria e se localizava no centro da praça, e neste projeto de 1953 passou a se aproximar mais ao edifício da Biblioteca e se afastar do edifício do Auditório. Esta atitude projetual liberou mais espaço do lado do auditório, abrindo espaço na praça que passou a servir como extensão do acesso do auditório, objeto de maiores aglomerações de público, como se vê na figura 48.

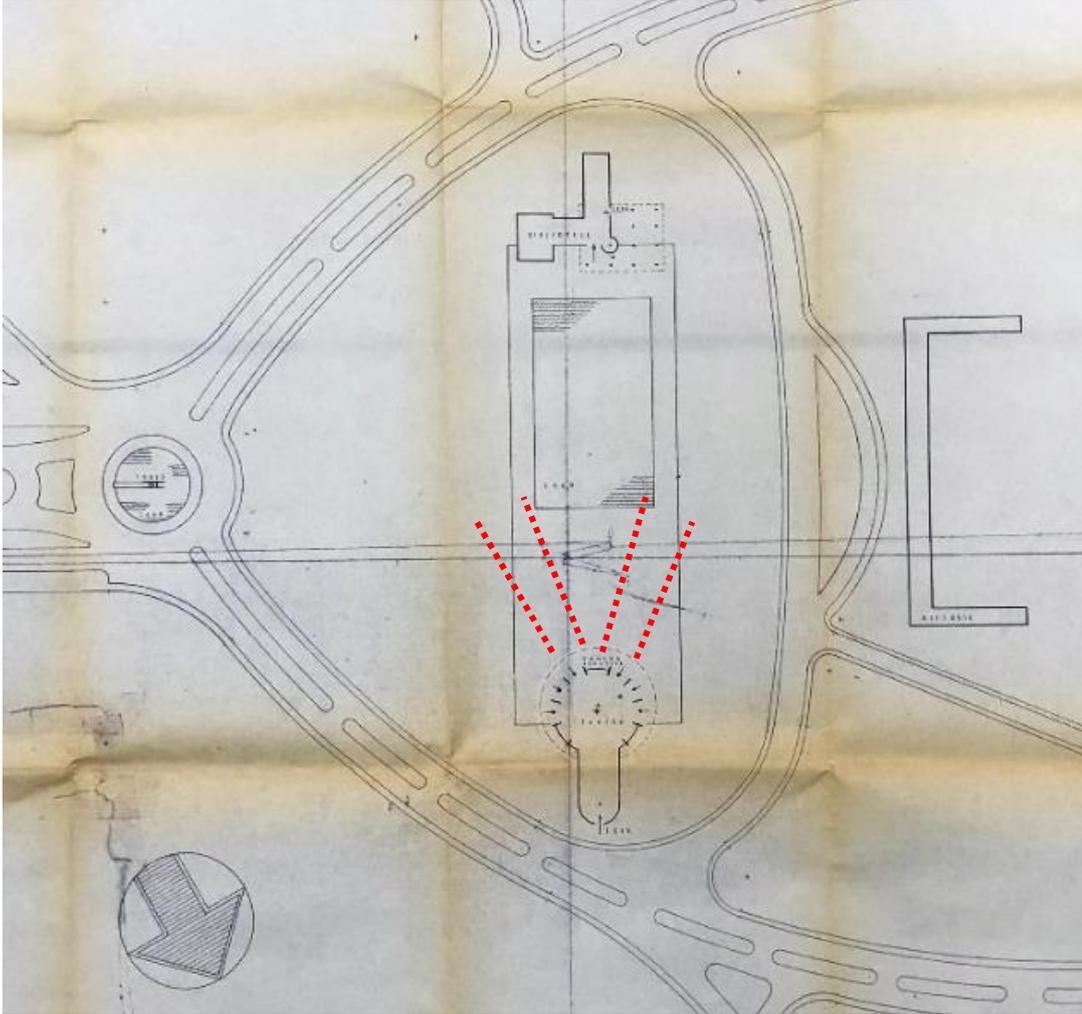


Figura 48: Recorte da planta do térreo do conjunto do Centro Cívico, com destaque para o fluxo de pessoas entre o auditório e a praça central, de acordo com os pilotis do edifício do auditório.1953. Fonte: Arquivo FAU USP, com intervenção do autor.

Esta análise dos desenhos, que apontariam para a preocupação dos arquitetos na caracterização de uma praça que servisse de suporte para as atividades dos usuários, para além de sua função mais evidente de representar a instituição, dá suporte à uma questão fundamental nas discussões levantadas internacionalmente desde 1951 e que viria a ser uma revisão importante do enfrentamento ao urbanismo moderno.

Em 1951 ocorreu o 8º CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) na cidade de Hoddesdon – Inglaterra. Este congresso, presidido pelo arquiteto catalão José Luis Sert (sócio do escritório TPA, como vimos anteriormente), promoveu um estudo sobre os centros urbanos, apresentando-os como o “coração das cidades”, e

mudou a direção do entendimento moderno para as intervenções urbanas, antes presos à Carta de Atenas.

“Do esforço em revidar as críticas que vinha recebendo, o 8º CIAM acabou por criar um método para intervir nas cidades. Consistia na produção de um espaço urbano especial e na definição de regras para sua concepção espacial.

(...) Significa dizer que a aplicação do método deveria gerar um espaço onde a comunidade – seja do bairro ou da cidade – pudesse desenvolver uma rede de relacionamentos e através dela articular a vida urbana. Ou seja, o lugar deveria funcionar como sendo um centro cívico.” (BRAZ E SILVA, 2010).

O relatório *El corazón de la ciudad* (SERT, 1955) evidenciou a busca de um ambiente que pudesse promover a relação entre os indivíduos, com o homem como agente protagonista do espaço. Embora o resultado deste encontro na Inglaterra tenha versado diretamente sobre o centro cívico, a difusão deste relatório teve impacto mais direto no Brasil apenas no final daquela década de 1950.

O conceito debatido na Inglaterra e presente no relatório de Sert pretendia de alguma maneira “reverter a tendência funcionalista que havia predominado no entre guerras e também propor soluções para os centros urbanos degradados” (FERNANDES, 2005, p. 62) e abarcar uma *quinta* e nova dimensão ao espaço, que seria justamente a atividade humana.

A difusão desta, até então, nova tendência de análise e intervenção urbana, que levava em consideração a dimensão humana e suas relações com o espaço público e coletivo começava a ganhar corpo na crítica especializada ainda na década de 1950. A própria proposta de Rino Levi para o Centro Cívico da Cidade Universitária foi criticada no final dos anos 1950 e começo dos anos 1960 pelo jornalista e crítico literário Geraldo Ferraz⁹⁶. Segundo Ferraz, o problema do projeto de Levi para a USP era justamente não abarcar o “centro de relações sociais e humanas, de palestras dos pequenos grupos, de divertimentos limitados”.

É curiosa a crítica à falta de consideração à atividade e atuação humana na obra de Rino Levi, uma vez que este tema é central na sua trajetória profissional, seja

⁹⁶ Benedito Geraldo Ferraz Gonçalves (1905 — 1979), foi um escritor, jornalista e crítico literário brasileiro.

em projetos de arquitetura, urbanismo ou escrita. Em relação ao projeto para o Centro Cívico, de 1953, talvez pelo estágio do projeto entregue, a crítica externa foi justamente sua incapacidade de se tornar palco da diversidade de interações humanas e cotidianas.

Entretanto, mesmo no início dos anos 1950, Levi já havia demonstrado sua preocupação com a ideia da ocupação humana no território urbano. No mesmo período em que elaborava o Centro Cívico, a equipe do arquiteto paulista projetou também para a Cidade Universitária da USP um conjunto que serviria os estudantes com os alojamentos, clube, administração e enfermaria, chamado de Setor residencial dos estudantes.

O anteprojeto apresentado no mesmo ano de 1953, acompanhado por um memorial descritivo apresentou o projeto com pouco mais de 51.000m² de construção, sendo aproximadamente 45.000m² divididos em 6 edifícios de alojamentos (4 masculinos e 2 femininos), 5.500 m² para o clube e cerca de 800 m² para administração e enfermaria, um extenso programa cuja tema central era a vida e rotina dos estudantes.

De acordo com o texto que apresentava o projeto, assinado pelo escritório de Levi⁹⁷, o “programa obedece ao programa circunstanciado elaborado pela digna Comissão da Cidade Universitária e às decisões resultantes dos debates efetuados com a mesma” (LEVI. 1953). Explicava ainda que o partido do projeto disposto em pavilhões, “construtivamente independentes, permitirá a execução da obra em várias etapas, à medida das necessidades da Universidade e das dotações orçamentárias.” LEVI, 1953.

Como se vê na imagem a seguir, o terreno em que se localizava o setor residencial era próximo à praça da reitoria, cujo programa seria destinado ao Centro Cívico, e havia sofrido uma alteração de tamanho, sugerido pela própria equipe de Levi.

⁹⁷ Material de 6 páginas datilografadas com papel timbrado do escritório Rino Levi Arquitetos que se encontram no acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

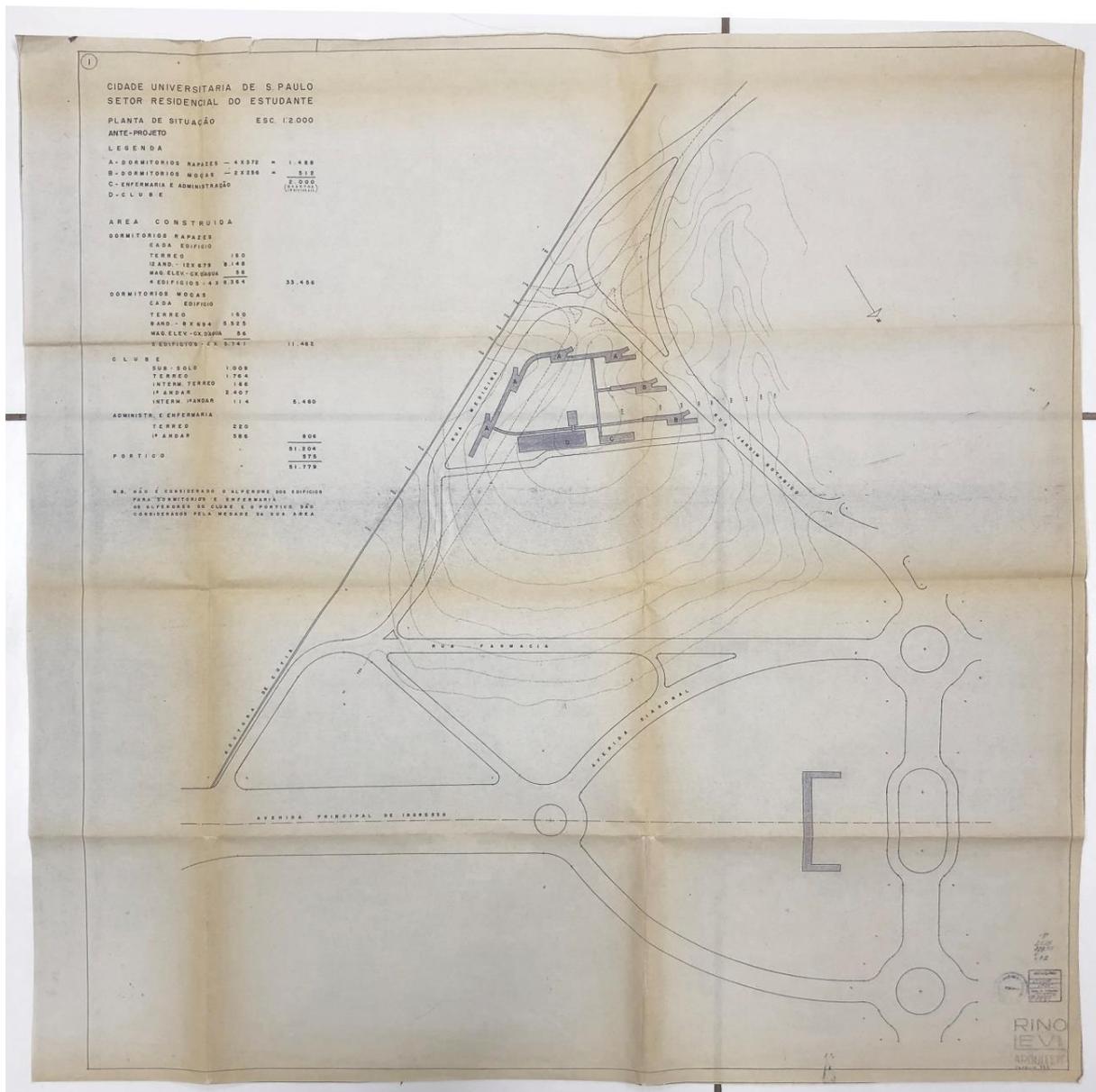


Figura 49: Desenho de Implantação do Setor Residencial do Estudante. Anteprojeto. Janeiro de 1953. Fonte: FAU USP. Nota-se a proximidade do projeto em relação a quadra do Centro Cívico, representado neste desenho apenas pelo edifício da Reitoria.

No memorial de cálculo que acompanhava o desenho de implantação é possível identificar a divisão do programa proposto para o conjunto com 1488 dormitórios individuais para *rapazes* e 512 para *moças*, totalizando 2000 unidades, além da enfermaria, clube e administração.

Este programa, contudo, já havia sido planejado anteriormente quando o projeto originalmente fora confiado ao engenheiro-arquiteto Professor Hipólito

Gustavo Pujol Jr.⁹⁸. De acordo com CAMPOS (1954) Pujol Jr. foi o responsável pela definição do programa “minuciosamente traçado” por ele, onde foram considerados como aspectos essenciais: regime de vida do estudante; instalações do setor residencial; seção masculina e feminina; plano de execução e localização do setor. (CAMPOS, 1954, p.45).

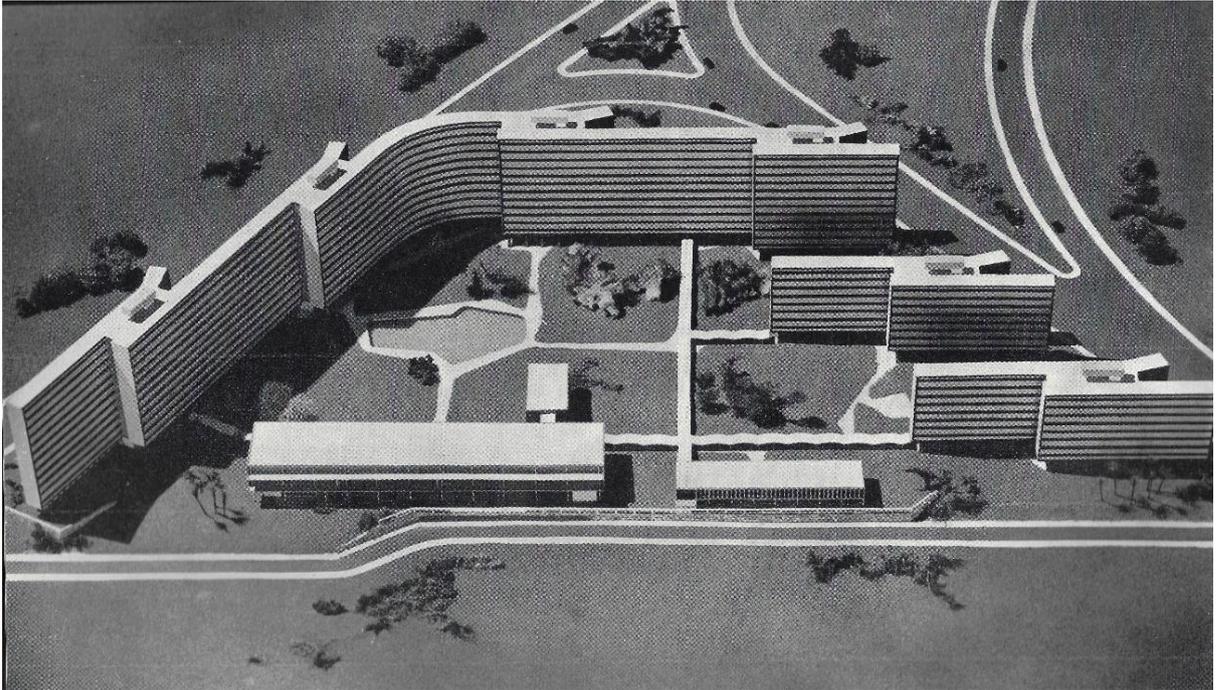


Figura 50: Maquete do projeto de Rino Levi para o Setor Residencial do Estudante. Anteprojeto. Janeiro de 1953. Fonte: CAMPOS, 1954.

A descrição do regime de vida do estudante⁹⁹, que detalha o dia a dia dos alunos e como estes deveriam usar o edifício e o campus, além de desenhos minuciosos de mobiliários para estudo, assim como áreas que vão aumentando de escala e público, indicam a dinâmica imaginada ao conjunto e sinalizam que a dimensão cotidiana do usuário era uma preocupação importante por parte da equipe de arquitetura naquele período.

⁹⁸ Hippolyto Gustavo Pujol Jr (já descrito anteriormente) chefiava o Escritório Técnico da Comissão da Cidade Universitária e iniciou os estudos de implantação e desenhos do conjunto de estudantes. Entretanto, faleceu em 1952 e não pode concluir os estudos, que foram confiados ao escritório de Rino Levi (com a participação efetiva do arquiteto Roberto Cerqueira Cesar).

⁹⁹ Regime de vida do estudante – memorial que detalha o cotidiano da vida do estudante, que viria a ocupar os edifícios do setor residencial do campus.

Mesmo com o desenvolvimento da residência dos estudantes cujo usuário seria o protagonista para a elaboração do programa e do espaço construído, naquele início dos anos 1950 a caracterização dos espaços coletivos tinha, de fato, a escala monumental e abarcava um caráter bastante institucional. O projeto do Centro Cívico, como foi apresentado e difundido naquele período, corrobora com esta visão menos acolhedora, objeto das críticas dos anos 1960. A maquete do conjunto apresentada junto ao Anteprojeto de 1953 representavam apenas os edifícios institucionais como protagonistas sobre uma praça imensa e seca, desprovida de vegetação ou paisagismo.

A implantação de edifícios representativos de uma instituição, dispostos sobre um território árido e que por esta natureza evidenciam seu poder simbólico, era a materialização da intervenção moderna até aquele período. No projeto de Brasília, o apogeu deste pensamento urbano moderno, a lógica era bastante similar.

É possível afirmar que a organização dos edifícios no Centro Cívico de Levi para a USP, seu arranjo em relação ao grande eixo monumental de acesso ao campus e sua representatividade simbólica, se assemelham ao partido utilizado por Lucio Costa para a Praça dos três Poderes, no projeto para Brasília, pouco tempo depois.

O projeto de Rino Levi para o Centro Cívico da USP e a Praça dos Três Poderes no projeto de Lucio Costa para Brasília podem se relacionar tanto no aspecto formal, quanto na situação em relação ao percurso. O Centro Cívico de Levi seria o articulador da chegada ao campus a partir da grande avenida de acesso ao mesmo tempo que a praça triangular de Costa o “ápice do percurso do Eixo Monumental, cujo trecho compreende o extenso trecho entre a Esplanada dos Ministérios e a rodoviária que assume o papel de espaço preparatório da praça.” (LATUANDE, 2010).

“Como a palma da mão que se abrisse além do braço estendido da esplanada onde se alinham os ministérios, porque assim sobrelevados e tratados com dignidade e apuro arquitetônicos em contraste com a natureza agreste circunvizinha, eles se oferecem simbolicamente ao povo; votai que o poder é vosso”. Apud GOROVITZ, Matheus. Brasília uma questão de escala. São Paulo, Projeto, 1985, p. 39.

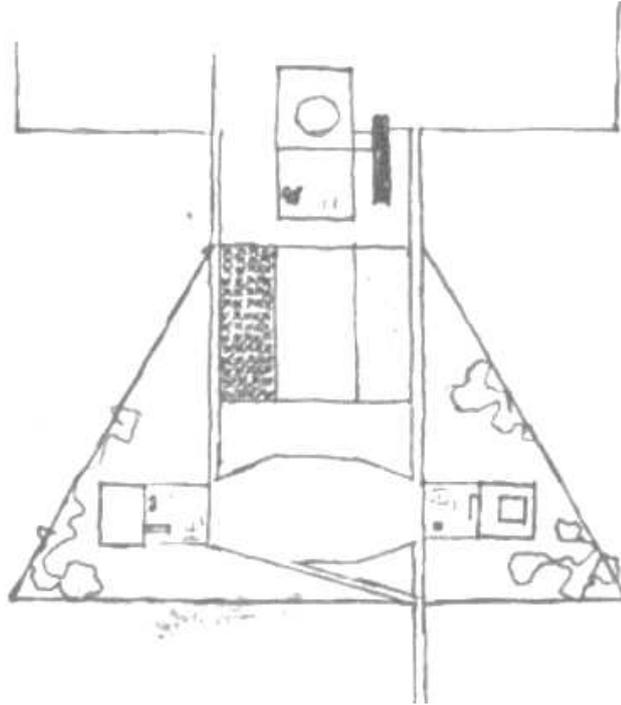


Figura 51: Desenho da Praça dos Três Poderes [COSTA, Lúcio. Registro de uma vivência].

Entretanto, estes projetos, assim como o próprio entendimento de espaço cívico, público e urbano para Costa e Levi são conceitualmente bastante distintos. As praças em questão são, para os dois arquitetos, simbólicas, mas de maneiras diferentes. Estas diferenças ficam ainda mais latentes com o projeto de Levi para o próprio concurso de Brasília e na distinção evidente da importância dada a *urbs* em relação a *civitas*, numa alusão à relação entre a vida cotidiana e a institucionalidade do espaço urbano.

Embora a praça da USP no princípio da década de 1950 ainda carregasse com bastante potência a intenção da representação da instituição como palco da atividade humana, o projeto de Rino Levi para Brasília apresentava os grandes blocos residenciais como gigantescos bairros verticais com ruas internas e elevadas do chão, reforçando o caráter da *urbs* grega.

A proposta de Costa, alinhada com os preceitos do urbanismo moderno de Le Corbusier, por outro lado, enfatizava o caráter da cidade como *civitas*, ou seja,

“possuidora dos atributos inerentes a uma capital”¹⁰⁰. É curiosa, portanto, esta aproximação entre o projeto de Rino Levi para a Cidade Universitária e o plano piloto apresentado por Lucio Costa em Brasília, uma vez que proposta apresentada pela equipe liderada por Rino Levi no concurso da nova capital apontava para uma outra direção.

Contudo, durante esta pesquisa foi encontrado no acervo do arquiteto Rino Levi na FAU USP uma folha com o projeto preliminar de paisagismo para o Centro Cívico que indica uma aproximação do desenho desta praça à escala do indivíduo, num contraponto à monumentalidade estéril dos desenhos preliminares. No desenho intitulado *Ajardinamento da Cidade Universitária de São Paulo – Projeto de Roberto Burle Marx* (figura 52), é possível notar a proposta de arranjo para as áreas com jardins, bem como pisos para usos coletivos, área para esculturas e desenho dos espelhos d’água e canteiros.

Neste desenho, em planta, é possível notar a aproximação da escala do pedestre, com alternância entre pisos em mosaico português junto aos edifícios institucionais e caminhos, e pisos de concreto para a esplanada destinada aos eventos cívicos e de aglomerações. Os caminhos de pedestres por entre as fileiras de vegetação, lagos ou espelhos d’água com esculturas e desenhos de jardins mais domésticos mostram o olhar cotidiano para a grande praça triangular.

Como esta proposta elaborada pelo paisagista Roberto Burle Marx não foi divulgada nem nos desenhos, nem na maquete apresentada pela equipe de Rino Levi para a comissão da Cidade Universitária, nem nas divulgações posteriores do projeto, não é possível saber se seriam suficientes para mudar a crítica feita ao projeto. Também não se sabe até onde o projeto de paisagismo evoluiu, ou se de fato estava contratado por parte da Comissão da Cidade Universitária, uma vez que nenhum documento sobre este assunto, além do desenho citado, foi encontrado no acervo do arquiteto junto aos arquivos do Centro Cívico ou dos projetos de Rino Levi para a Universidade de São Paulo.

¹⁰⁰ Trecho inserido no Memorial para o Plano Piloto de Brasília, elaborado por Lucio Costa para o concurso de 1956.

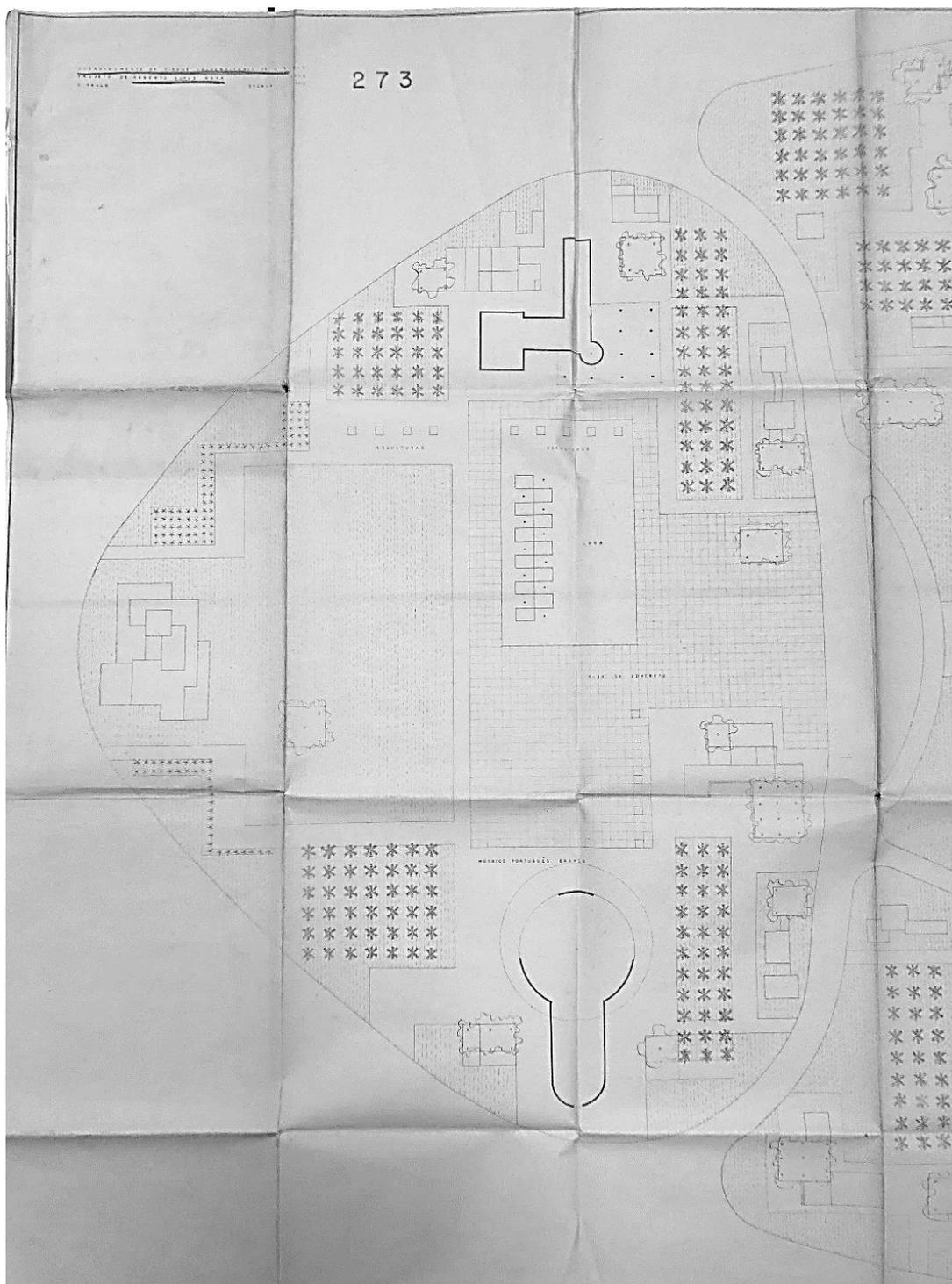


Figura 52: Recorte do desenho de paisagismo do Centro Cívico, com o título: Ajardinamento da Cidade Universitária de São Paulo – Projeto de Roberto Burle Marx. Fonte: Acervo do arquiteto Rino Levi. FAU USP.

De qualquer maneira, é uma revelação a existência deste desenho uma vez que ele representa uma significativa mudança na perspectiva da escala, dimensão e

aspecto desta praça. Os caminhos, jardins de diferentes alturas e pisos, dão outra interpretação à imagem de austeridade do Centro Cívico apresentada até então.

Embora o desenho encontrado do paisagismo do Centro Cívico acompanhava uma lista de espécies arbóreas e vegetais, não foi possível identificar exatamente a localização de cada uma. Entretanto, o exercício possível foi identificar os padrões de áreas permeáveis e impermeáveis, com maior ou menor volume, pisos e caminhos, espelhos d'água e áreas com usos determinados, como espaço para esculturas e bandeiras. A perspectiva a seguir demonstra de maneira esquemática como seria a configuração do centro cívico de acordo com o desenho de paisagismo encontrado e, pelo menos numa análise do ponto de vista do arranjo espacial, evidencia que a dimensão humana na ocupação do espaço estava prevista ou pelo menos em desenvolvimento.



Figura 53: Esquema volumétrico do Centro Cívico da Cidade Universitária da USP, elaborado pelo autor, de acordo com os desenhos desenvolvidos pelo paisagista Burle Marx em 1953, encontrados no acervo do projeto do Centro Cívico

A maquete do conjunto do Centro Cívico, apresentada na ocasião do desenvolvimento do Anteprojeto, em 1953, onde a praça aparecia sem qualquer alusão ao desenho do paisagismo (figura 54) reforça a forma comum de apresentação dos projetos modernos, onde edifícios surgem como objetos soltos sobre um território vazio e esse conceito modernista corrobora com a crítica à falta da dimensão humana no projeto do Centro Cívico.

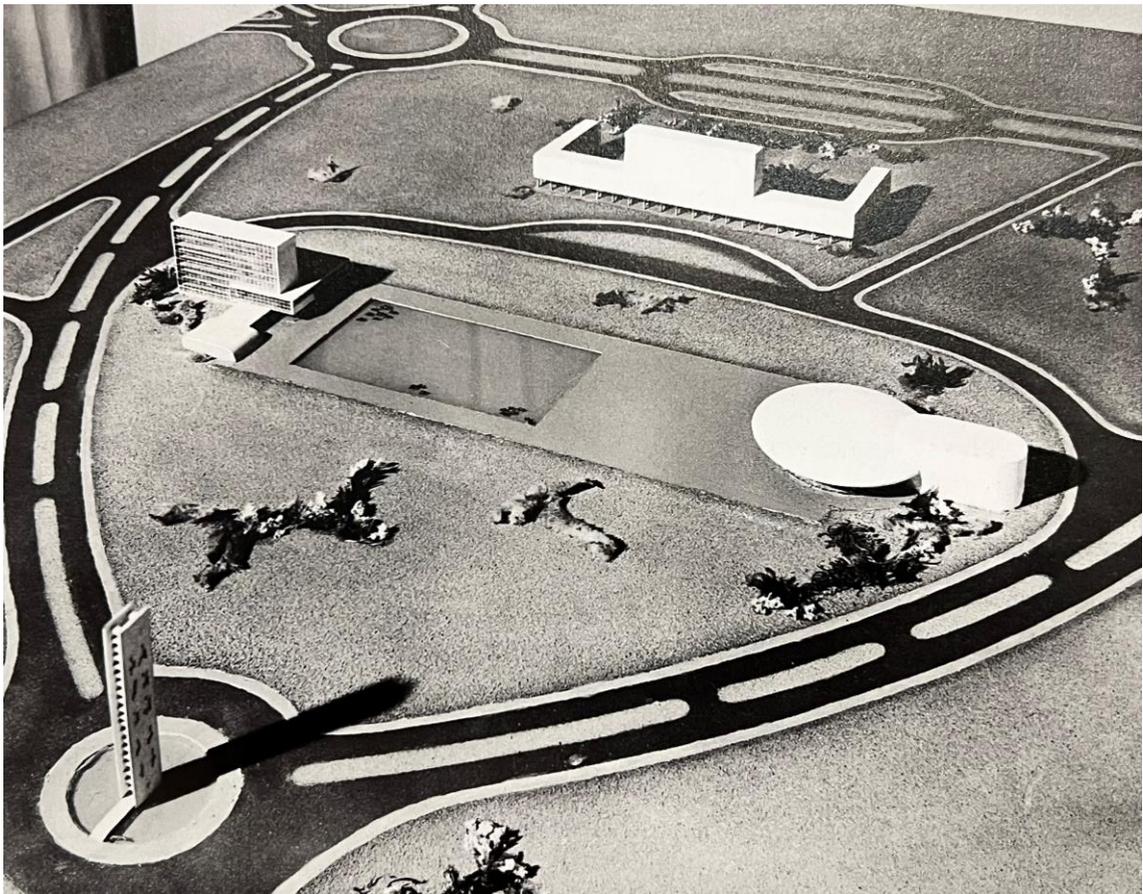


Figura 54: Vista aérea da maquete do Centro Cívico, apresentada em 1953. Fonte: ANELLI, 2019.

Entretanto, quando desenhamos o jardim preliminarmente proposto para a praça cívica e comparamos com a imagem (figura 55) no mesmo ângulo da foto da maquete, é possível mudar a perspectiva deste território. As áreas ajardinadas, os caminhos propostos, a ampliação das áreas de estar coletivos e suas relações com os maciços arbóreos nos permitem imaginar uma praça onde os usuários poderiam ser também protagonistas do espaço.



Figura 55: Vista aérea do conjunto do Centro Cívico, com a incorporação do paisagismo, elaborado pelo autor.

Não é difícil a alusão ao projeto paisagístico elaborado pelo mesmo Burle Marx para o Centro Cívico de Santo André, projeto elaborado também pelo escritório do Rino Levi em 1965 (figura 56). A relação entre os espaços com jardim, vias e desenhos no piso, como uma transição entre a rua e o espaço coletivo da calçada, bem como os espelhos d'água e os maciços arbóreos podem exemplificar o que poderia ter sido o espaço público da praça da USP.



Figura 56: Foto dos jardins do Centro Cívico de Santo André. In <https://www.nelsonkon.com.br/centro-civico-de-santo-andre/>

Embora este desenho de paisagismo não apareça nem na maquete nem nos desenhos divulgados sobre o Centro Cívico, ele está contemplado no mapa da Cidade Universitária de 1954, (figura 57) encontrado no livro de Ernesto de Souza Campos, junto com o desenho dos demais projetos daquele período, e é o único que incorpora o desenho de Burle Marx. Talvez este seja o conjunto de projetos mais significativos para o plano da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, com os demais setores, desenvolvido por outros arquitetos, num mesmo plano.

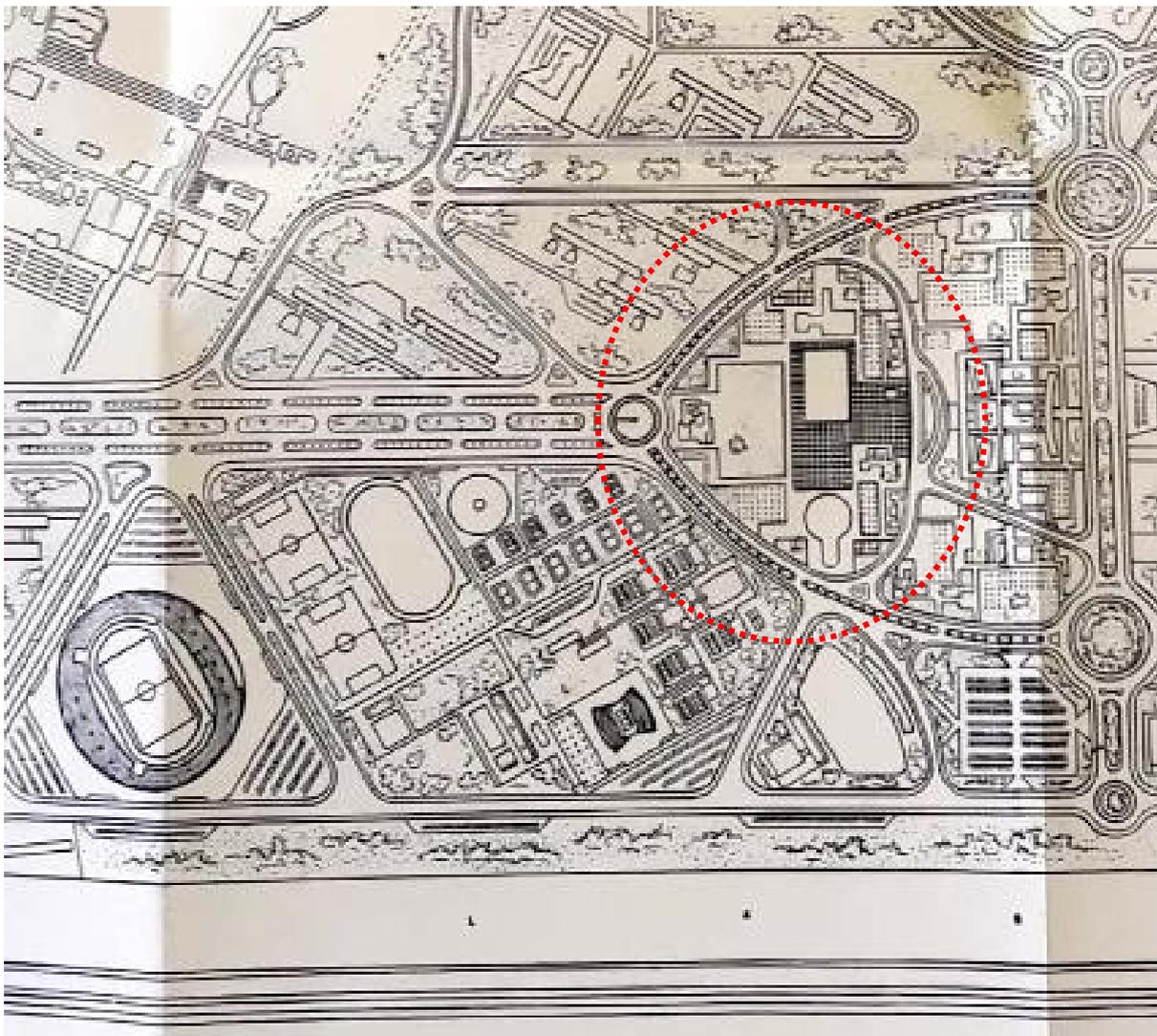


Figura 57: Mapa de 1954 com o Centro Cívico já desenvolvido pelo arquiteto Rino Levi. Fonte: CAMPOS, 1954.

Porém, este é o último plano completo para o campus e diversos projetos deste período não foram construídos. O projeto do Centro Cívico do campus da USP foi encerrado ainda na etapa de anteprojeto, e resta apenas imaginar como teria sido caso construído.

Naquela metade dos anos 1940, embora se tenham registros do início dos serviços de terraplanagem na quadra destinada inicialmente para o Centro Cívico, como se vê na figura 58, de todo o conjunto daquele período apenas foram construídos os edifícios da Reitoria e parte da avenida de ingresso – *parkway*. Deste projeto original de Rino Levi, apenas a Torre do Relógio acabou sendo construída,

mesmo que 20 anos depois e num local diferente do projeto original, como veremos a seguir.



Figura 58: Foto das obras em andamento no campus da Cidade Universitária da USP. Imagem do trabalho de terraplanagem na praça que estava previsto para ser o Centro Cívico, projetado por Rino Levi. Fonte: CAMPOS, 1954.

A largura e extensão da obra para início do parkway dão indícios de como seria a chegada monumental ao campus da USP, se tivesse sido construída na sua completude. Para simular e comprovar tal escala, foi elaborada uma imagem desta chegada, a partir da avenida de ingresso, com a fileira de palmeiras descritas por Ernesto de Souza Campos e com a perspectiva do Centro Cívico ao fundo da Torre Universitária, no primeiro plano, como se vê na figura 59.



Figura 59: Imagem renderizada com a simulação da avenida de ingresso – parkway e do Centro Cívico de Rino Levi como idealizado no Ante-Projeto de 1953. A imagem segue o esquema do paisagismo elaborado pelo paisagista Roberto Burle Marx. Elaborado pelo autor.

4.4. Os edifícios que compunham o Centro Cívico

4.4.1. A Torre Universitária

A Torre Universitária, ou Torre do Relógio como ficou mais conhecida, que fazia parte do projeto original do Centro Cívico de Rino Levi acabou sendo a única obra construída com a autoria do arquiteto paulista para a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.

A torre, definida em 1953 como evolução do monumento criado para marcar a chegada do campus, foi selecionada para ser uma das primeiras obras financiadas pela Comissão da Cidade Universitária, de acordo com a descrição de CAMPOS, 1954:

“Adotado o programa nº 2, ficou assim constituído o projeto definitivo: livro, medalha e congresso, por conta da Universidade e as seguintes obras, no *campus*, a serem financiadas pela Comissão do IV Centenário: execução do *parkway* de ingresso à Cidade Universitária, construção da Torre Universitária e de um bloco do setor residencial de estudantes.

Caberia à Comissão do IV Centenário fornecer Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros). Esta verba, constante do primeiro orçamento daquela autarquia, foi posteriormente reduzida a trinta milhões e depois para dez milhões ainda não recebidos.

Esforçou-se porém a Comissão da Cidade Universitária, em executar parte do *parway* e teve a ventura de que a Torre Universitária viesse a ser oferecida pela colônia portuguesa de São Paulo, sob os auspícios da Casa de Portugal e comemorando o nosso IV Centenário”. (CAMPOS, 1954. p. 116)

Entretanto, a verba destinada para a Comissão foi suficiente apenas para execução de parte da *parkway*, como vimos, e a construção da torre ficou paralisada por cerca de 20 anos, até ser concluída em 1972.

As comemorações do aniversário da cidade de São Paulo, realizado em 1954, porém, ainda reservavam bastante expectativa para a concretização das obras, a

ponto de a colônia portuguesa ter doado o sino que seria usado na torre, como presente simbólico para o novo campus, como se vê na citação de Ernesto Campos:

“De mãos portuguesas deveria provir a Tôrre para a Universidade de São Paulo, filha espiritual de Coimbra. Vinculação eterna que se operou com a fundação da venerada Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827.” (CAMPOS, 1954. p. 154)

Este sino, estrategicamente previsto para chamar a todos para as aulas e pesquisas, embora doado em 1954, só foi instalado, ainda que provisoriamente, em 1966 ao lado do edifício da Reitoria, antes da construção da torre.

Desde sua concepção, portanto, o projeto da Torre do Relógio carregou o simbolismo de um monumento. O projeto deste monumento se iniciou ainda a partir dos estudos sob a orientação do arquiteto Hipólito Gustavo Pujol Júnior, chefe do Escritório Técnico, que definiu as características essenciais do empreendimento. Para ele, além da representação simbólica, a torre deveria conter o relógio mestre com a hora oficial, o sino, o “carrilhão” eletrônico e servir de base para estações de rádio e televisão.

Diversos estudos foram entregues à Comissão da Cidade Universitária e subordinados ao julgamento de alguns professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Sem a aprovação de nenhuma das soluções, a própria Comissão resolveu solicitar o projeto para o arquiteto Rino Levi, que já vinha desenvolvendo o projeto da esplanada do Centro Cívico.

“Feliz foi a iniciativa da C. C. U. Realmente melhor não poderia ter sido a solução proposta pelo profissional a que nos referimos. Admirável foi a sua inspiração. Não somente projetando uma obra de arte excepcional como dando-lhe ainda cunho diferente de quantas *tôrres*, universitárias ou não, existem por toda parte.

A nossa Torre individualiza, portanto, imagem própria para a representação da Universidade de São Paulo. Quem olha para aquela Torre ‘vê’ a Cidade Universitária. E os que já tiverem visitado, recomporão por esta imagem típica, o parque universitário de São Paulo”. (CAMPOS, 1954. p. 116)

A composição arquitetônica elaborada por Rino Levi para a torre, na verdade, era bastante simples. Se tratava de duas empenas de concreto de 50 metros de altura, separadas pela escada de acesso técnico e, implantadas sobre um espelho d’água, a

torre se erguia como se emergisse de um lago, acessada a partir de uma pequena ponte que dava para o acesso das escadas no centro das empenas, como se vê na sequência de imagens a seguir.

“Pequena ponte conduz o visitante à Torre. Na base destes elementos figurarão brasões das Universidades de São Paulo e de Coimbra, este último como homenagem à universidade lusitana, matriz da educação brasileira.

Dedicatórias expressivas significarão nossos agradecimentos, por tão notável dádiva dos portugueses residentes na nossa terra.

A pedra fundamental é assinalada por uma dedicatória em bronze, obra do nosso Liceu de Artes e Ofícios”. (CAMPOS, 1954. p. 120)

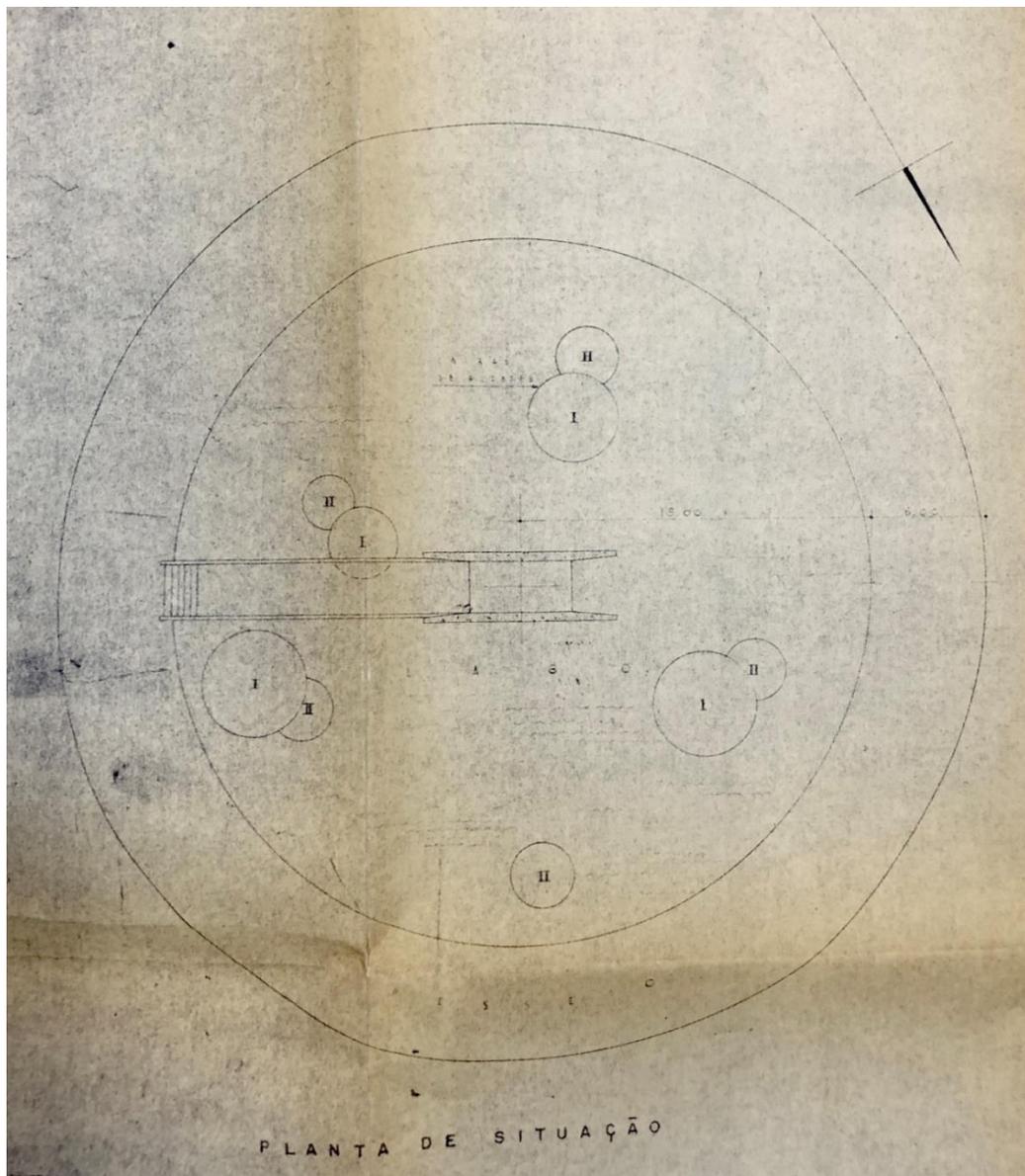


Figura 60: Desenho de implantação da Torre universitária, com detalhe para a dimensão do espelho d'água (lago) e do acesso através de uma pequena ponte. Fonte: Arquivo FAU USP.

Nas plantas é possível verificar a diferença entre o peso dado às empenas de concreto que em comparação à leveza das escadas metálicas no interior delas. Era como se de fato o projeto se tratasse apenas dos dois planos em concreto, e que as escadas servissem para resolver uma questão meramente técnica que definiria o acesso, com uma importância menor e que ficaria sempre na sombra.

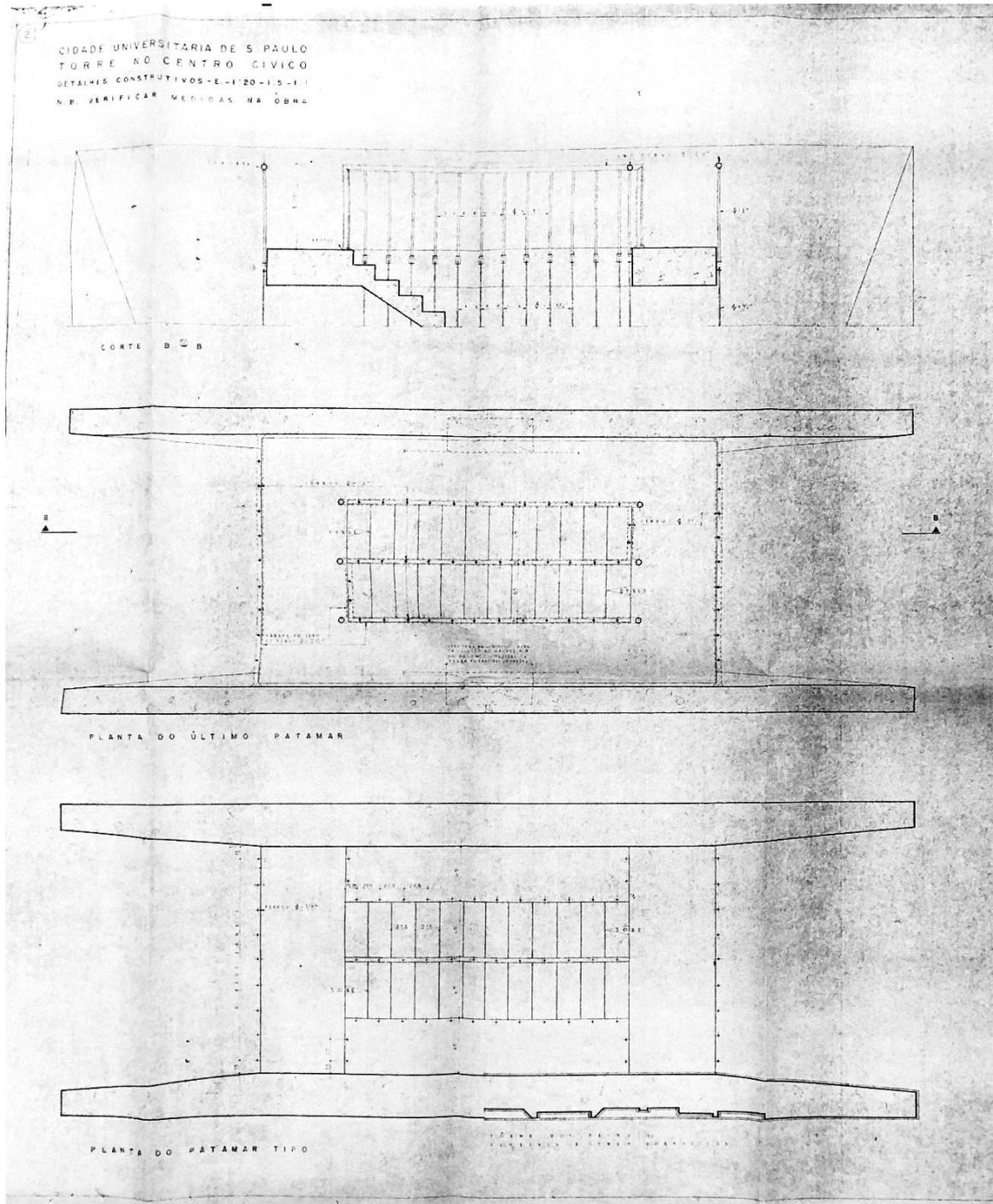


Figura 61: Desenho de execução da Torre universitária, com detalhe para as empenas de concreto e escada de acesso no interior. Fonte: Arquivo FAU USP.

O modelo abaixo, numa perspectiva explodida do conjunto da torre universitária, mostra ao mesmo tempo a simplicidade espacial da solução, com as duas grandes empenas de concreto levemente chanfradas nas pontas, para parecerem mais finas, e o sistema complexo de tirantes metálicos que penduram a escada interna, equivalente à quase 20 andares de um edifício. No topo, os aparatos das antenas de transmissão e cravadas no concreto o relógio oficial do campus.

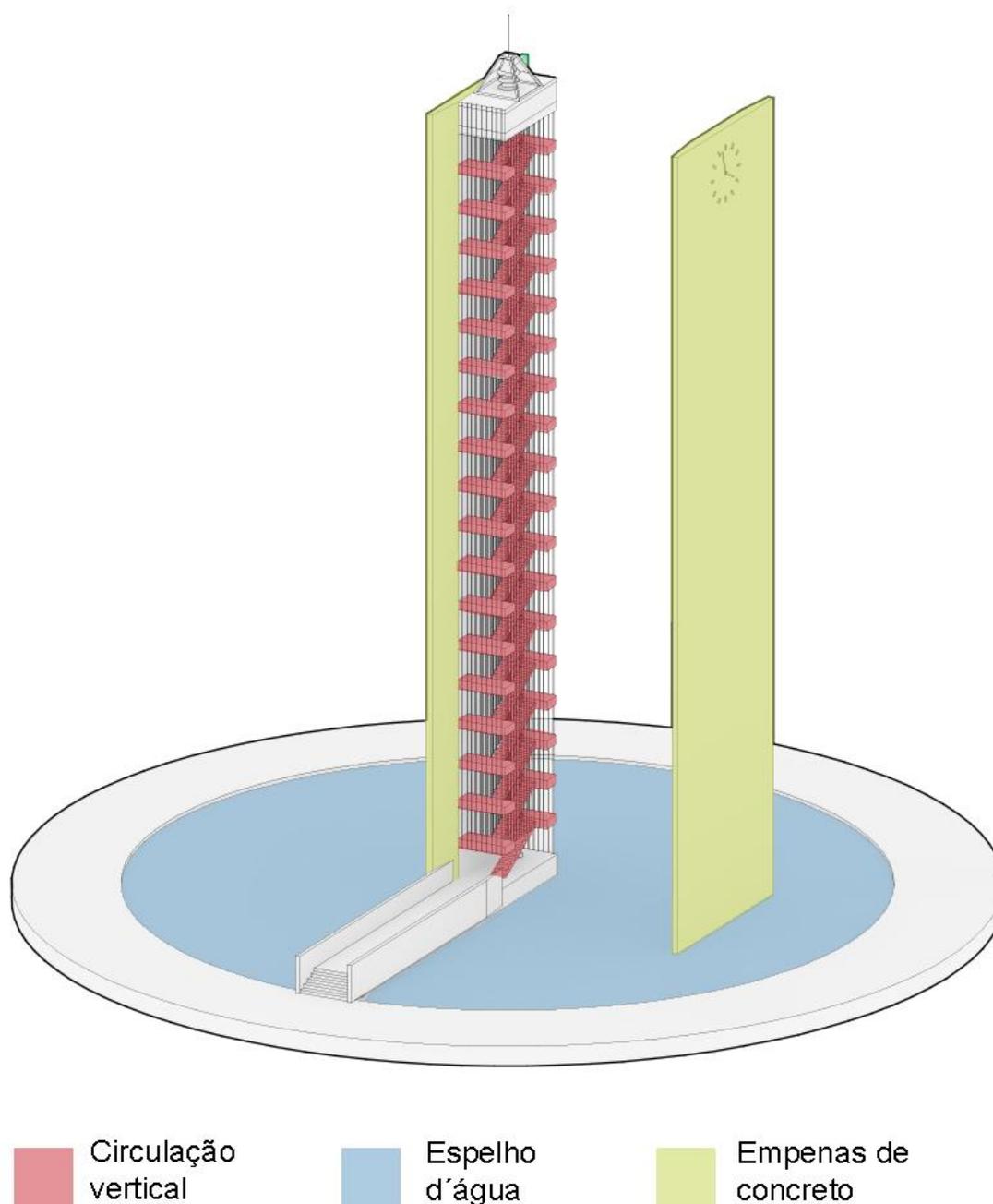


Figura 62: Modelo elaborado pelo autor com os elementos construtivos do conjunto da Torre Universitária – Torre do relógio.

No projeto executivo da torre, elaborados em 1972, que também faz parte dos arquivos do arquiteto na biblioteca da FAU USP, vemos que nas empenas de concreto havia mais elementos do que apenas o relógio. Se tratava de gravações em baixo relevo moldadas no próprio concreto, de autoria da artista e professora de Plástica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU USP) Elizabette Nobling¹⁰¹ e que simbolizam os grandes feitos da civilização, nas ciências, nas letras e nas artes.

Como vemos na figura 64, de um lado da empena haviam inscritos: Astronomia, Química, Geologia, Física, Biologia e Matemática; e do outro: Poesia, Ciências Econômicas, Música, Dança e Teatro, Ciências Sociológicas, Artes Plásticas e Filosofia, conforme descrito em 2018 num artigo sobre o projeto no jornal da USP:

“São doze os painéis dispostos entre as duas placas, seis em cada uma. Os desenhos dos painéis foram feitos em baixo e alto relevo. O lado voltado para o prédio da antiga reitoria representa “o mundo da fantasia”. Já o outro lado, que aponta para a nova reitoria, simboliza “o mundo da realidade”. Ciências humanas e ciências exatas, respectivamente, integradas.” *Jornal da Usp*, In <https://jornal.usp.br/cultura/voce-sabe-o-significado-dos-desenhos-na-torre-do-relogio/>



Figura 63: Fotos das gravações nas empenas da Torre do Relógio, da USP. Fonte: Arquivo <https://jornal.usp.br/cultura/voce-sabe-o-significado-dos-desenhos-na-torre-do-relogio/>

¹⁰¹ Olga Elisabeth Magda Henriette Nobling (1902 – 1975) foi uma escultora, ceramista e artista gráfica brasileira. Estudou na Alemanha onde trabalhou com Victor Brecheret. Foi professora no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e em 1953, tornou-se professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

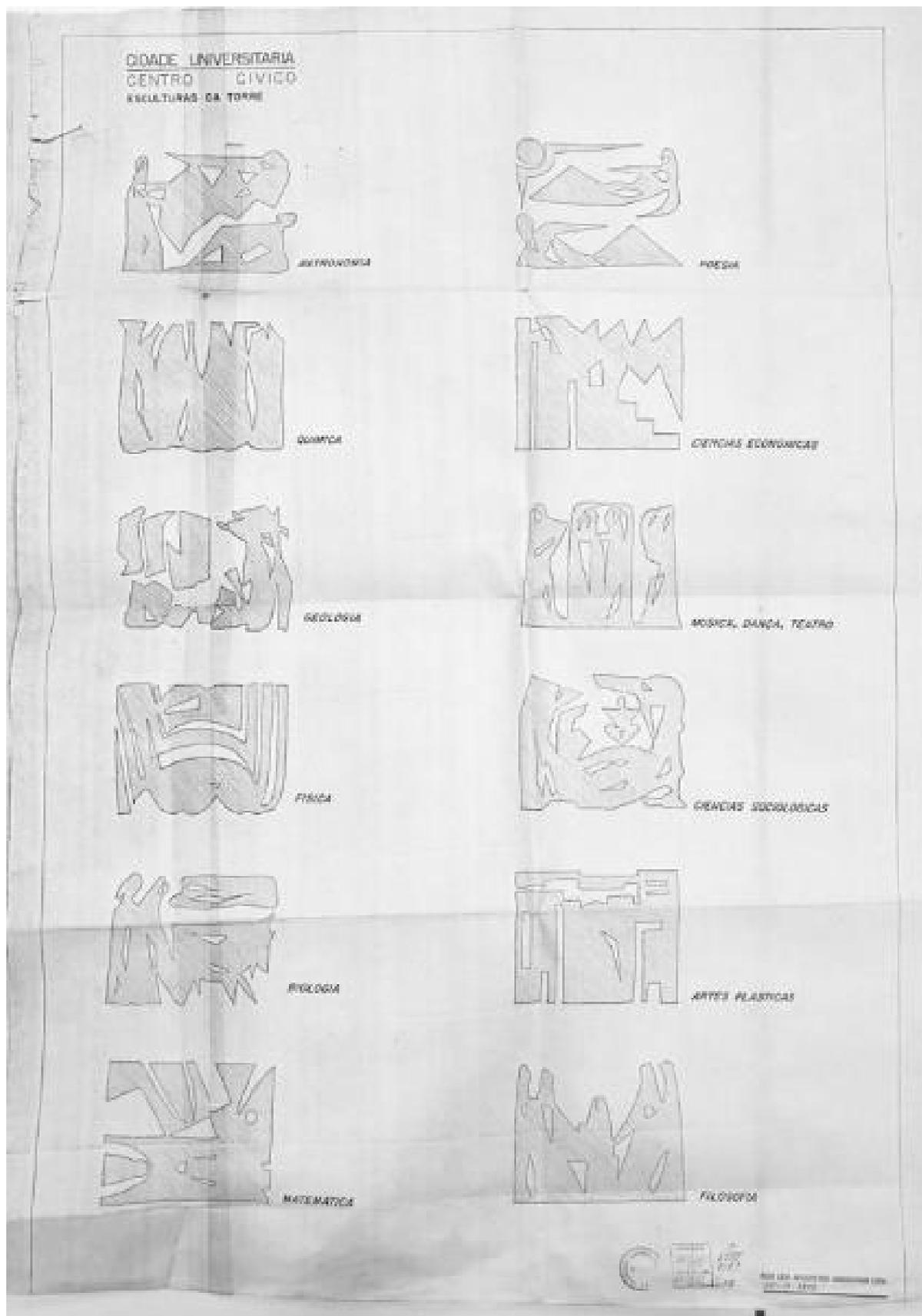


Figura 64: Desenhos para os baixo-relevos da torre, elaborados por Elizabeth Nobling para as empenas de concreto. Fonte: Arquivo FAU USP

Embora aprofundadas no projeto para sua execução, em 1972, as inscrições que representavam o conhecimento, ou ainda, o papel da universidade na construção deste conhecimento, amplo e plural estavam presentes desde o projeto original do início dos anos 1950, como se vê na maquete do conjunto apresentadas por Ernesto Campos em 1954.

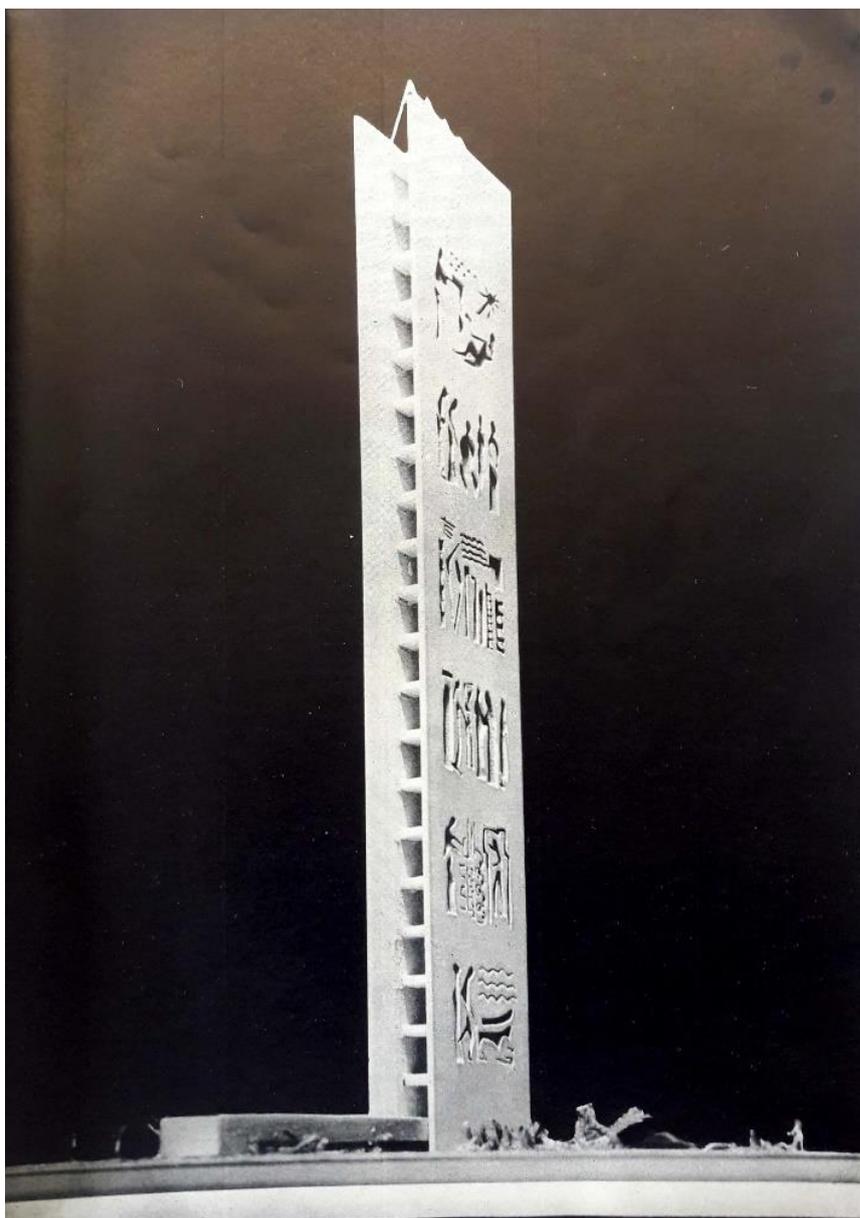


Figura 65: Maquete da Torre Universitária. CAMPOS, 1954.

A torre foi, desde sua concepção, o marco simbólico da chegada ao campus e do encontro com os campos do conhecimento, papel fundamental da universidade. Sua posterior construção, mesmo que seguindo basicamente o projeto original para o objeto em si, ignorou a implantação pretendida por Rino Levi, até mesmo porque o

conjunto do Centro Cívico não foi realizado. Na sua implantação, definitiva, tanto a orientação das lâminas de concreto em relação à avenida do ingresso e edifício da reitoria, quanto sua posição em relação a praça foram ignoradas. As empenas não estão mais na posição perpendicular ao edifício da reitoria, como no projeto original, mas sim alinhadas com o mesmo, numa situação bem mais próxima entre eles.



Figura 66: Foto da Torre Universitária. Fonte: Acervo Rino Levi -Biblioteca da FAUUSP.

Como vemos na imagem a seguir, um mapa do Plano Diretor do campus da Cidade Universitária da USP em 2013, a torre ocupa o centro do que seria o Centro Cívico na proposta de 1952 / 1953, que hoje é chamada de Praça do Relógio, e que não tem mais a característica triangular que tinha no projeto inicial.

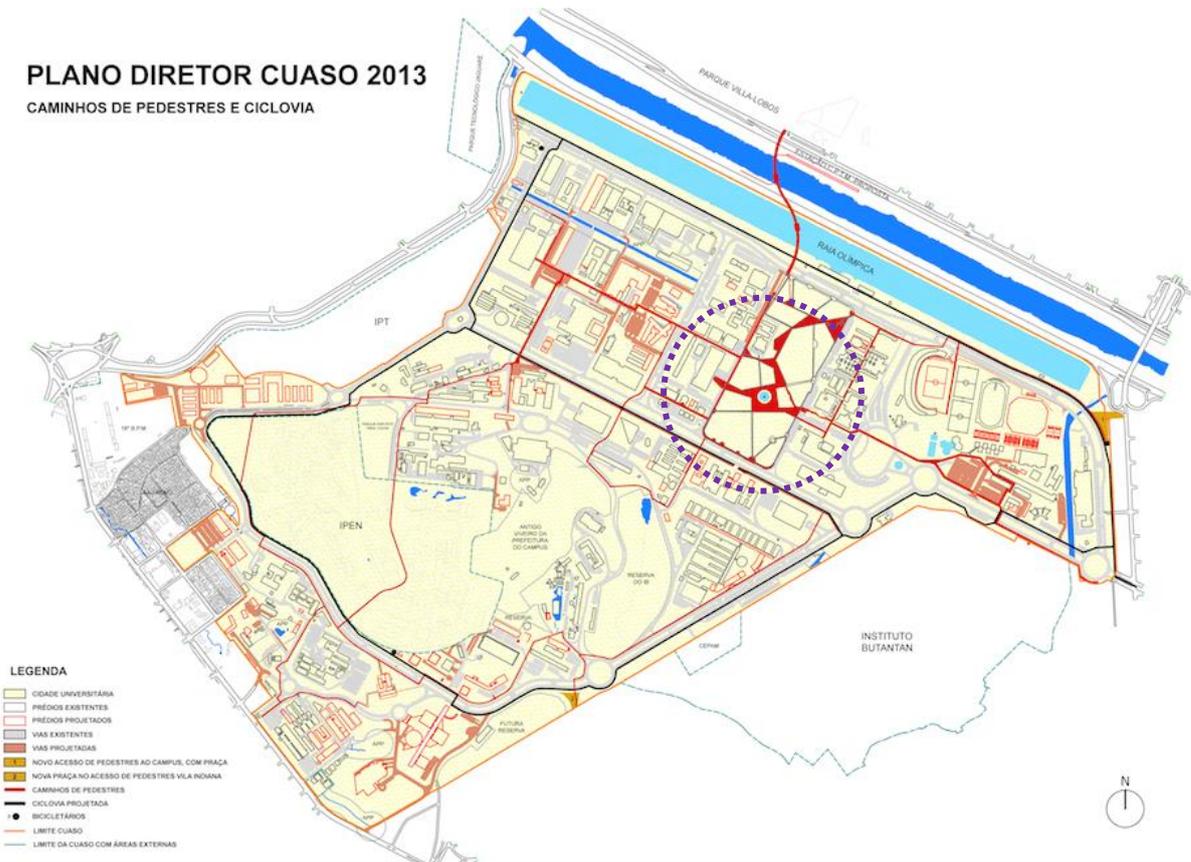


Figura 67: Mapa do Plano Diretor da Cidade Universitária da USP de 2013, com sinalização feita pelo autor do conjunto do edifício da reitoria e da implantação da Torre e Praça do Relógio. In <https://cargocollective.com/biancaguariglia/Plano-Diretor-da-Cidade-Universitaria-USP>

Nesta configuração realizada, não se tem mais a ideia da grande e monumental avenida de acesso ao campus com sua chegada direta na Torre Universitária e, embora a torre esteja ainda alinhada com o pequeno trecho construído do *parkway*, outros prédios administrativos da USP constroem o primeiro plano desde o ingresso ao campus, como se vê na foto aérea a seguir. A monumentalidade é dada, nesta configuração, através dos projetos dos edifícios isolados e a relação com seu entorno imediato, e não mais pela hierarquia inicial do boulevard imaginado desde os primeiros planos para a ocupação do campus.

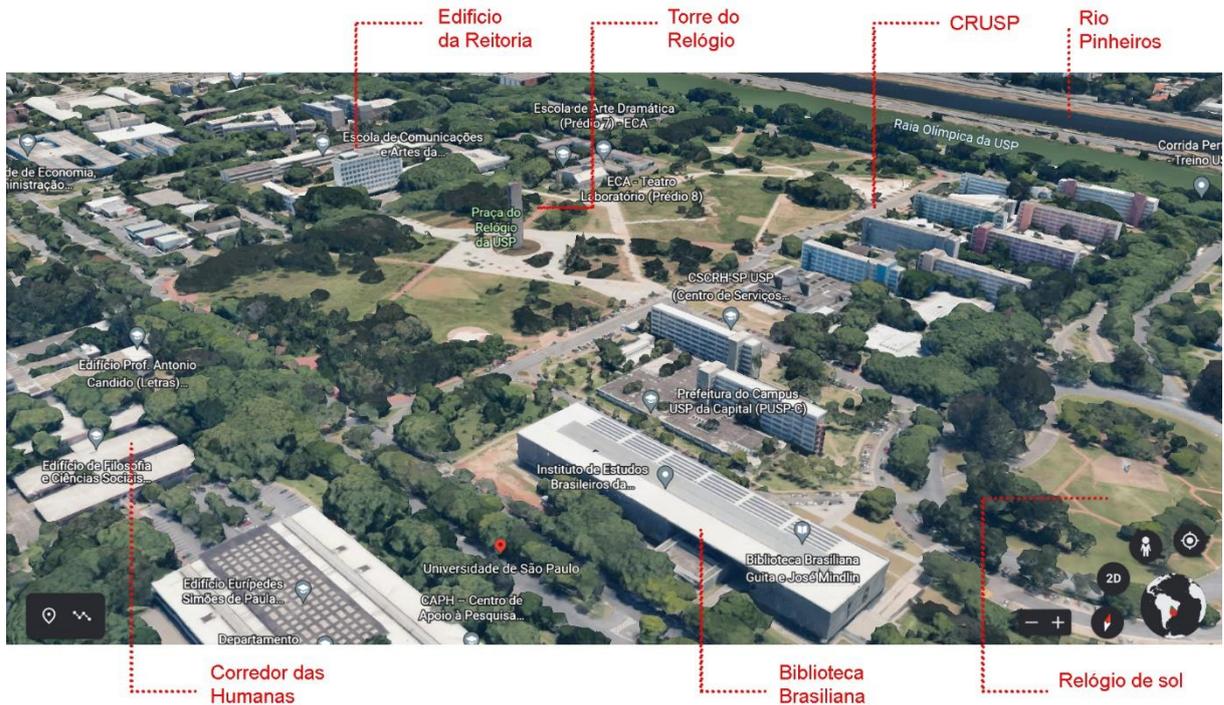


Figura 68: Imagem aérea da entrada da Cidade Universitária da USP, com a Praça do Relógio e entorno imediato, retirada do Google Earth com edição do autor com as anotações dos edifícios vizinhos do conjunto de Reitoria e Torre do Relógio.

O que se manteve, de certa forma, foi o alinhamento entre a Torre do Relógio e o centro do edifício da Reitoria. Ainda que simetricamente implantada em relação à reitoria, a Torre não tem mais, atualmente, o simbolismo que pretendia ter no projeto do centro Cívico de Rino Levi uma vez que ela não compõe mais o conjunto com os demais projetos.

Sua implantação no centro de uma praça também desconfigura a relação pretendida originalmente onde os edifícios do Centro Cívico deveriam conformar as extremidades que circundam a praça, liberando o centro para a ocupação coletiva a partir de usos compartilhados pelos estudantes e usuários.

Mesmo assim, a Praça do Relógio é um dos principais cartões postais da USP. “Ali, baterias universitárias ensaiam, pessoas se exercitam, estudantes e não

estudantes marcam encontros.”¹⁰². Sua importância, embora deslocada da sua implantação original, demonstra o êxito na construção de um símbolo para e da Universidade, um “marco de orientação, não só física como também psíquica.”¹⁰³

“ *“No Universo da Cultura o centro está em toda parte”*, a frase de Miguel Reale, reitor da USP na década de 50, também e jurista e filósofo, está inscrita na base circular da Torre e exprime bem o que os idealizadores da obra pretenderam passar. A cultura e a história da Universidade podem estar nos detalhes, o que nem sempre é simples de notar.” *Jornal da Usp*, In <https://jornal.usp.br/cultura/voce-sabe-o-significado-dos-desenhos-na-torre-do-relogio/>

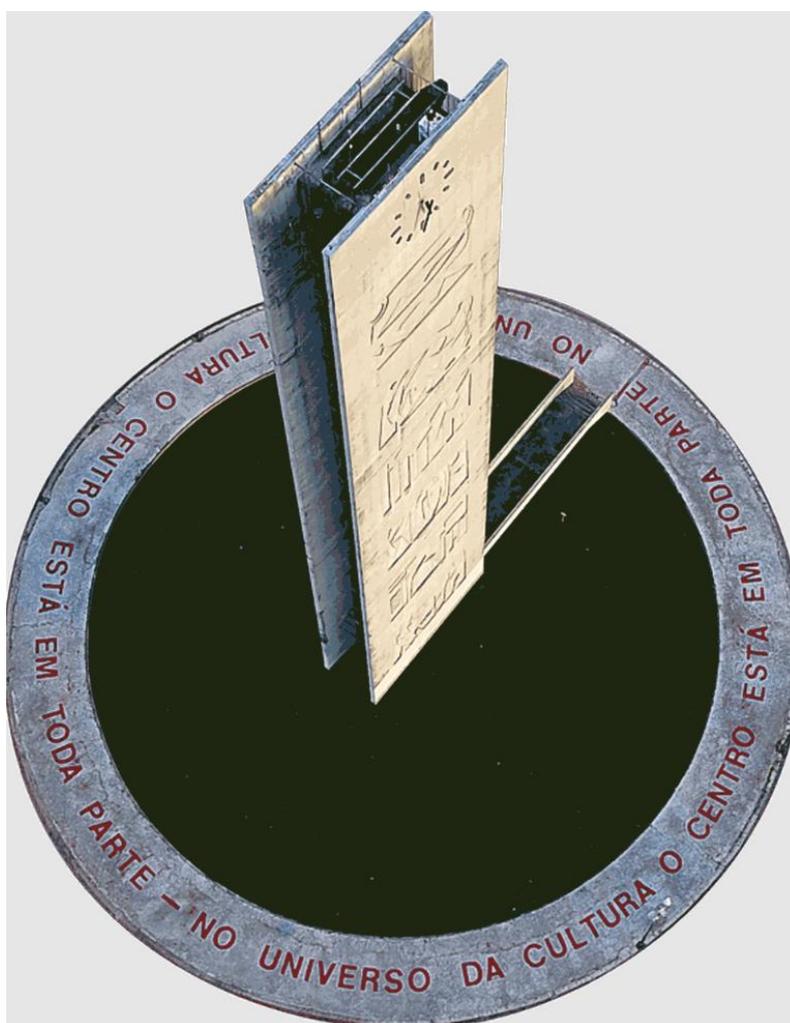


Figura 69: Imagem da inscrição artística no concreto da torre e da frase escrita na sua base. <https://jornal.usp.br/cultura/voce-sabe-o-significado-dos-desenhos-na-torre-do-relogio/>

¹⁰² Trecho do texto sobre a torre universitária no *Jornal da USP* - <https://jornal.usp.br/cultura/voce-sabe-o-significado-dos-desenhos-na-torre-do-relogio/>

¹⁰³ Trecho do texto sobre a torre universitária no *Jornal da USP* - <https://jornal.usp.br/cultura/voce-sabe-o-significado-dos-desenhos-na-torre-do-relogio/>



Figura 70: Foto da Praça do Relógio, nos dias atuais, com a Torre construída e o edifício da reitoria ao fundo. Foto: Jornal USP, In <https://universidadeaesquerda.com.br/reitoria-da-usp-propoe-estatuto-de-condutas-com-vies-punitivista/>.

4.4.2. A Biblioteca Central

O projeto da Biblioteca Central, disposto do lado oposto ao Auditório na esplanada do Centro Cívico se apresentava, no Estudo Preliminar entregue pelo arquiteto Rino Levi em dezembro de 1952, como um conjunto de dois edifícios curvos, apoiados sobre pilares em forma de V e ligados por marquises, como se vê na figura 71.

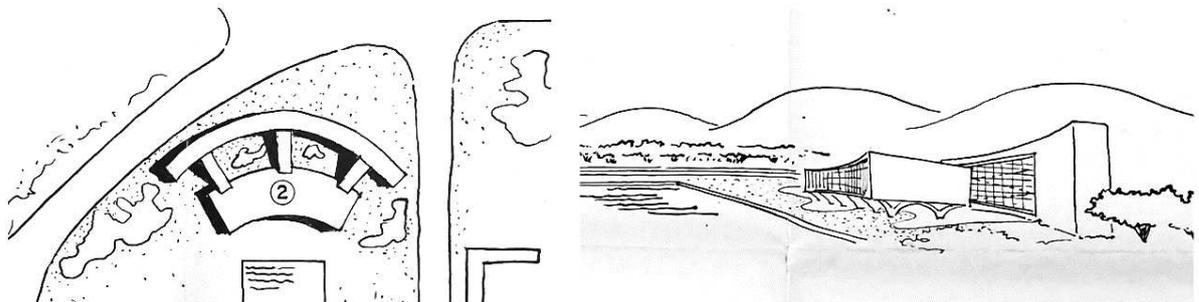


Figura 71: Montagem com os desenhos da biblioteca central, a partir do projeto apresentado por Rino Levi em 29 de dezembro de 1952, como Estudo Preliminar do Centro Cívico da Cidade Universitária da USP. Fonte: Arquivo FAU USP.

Ainda que, de fato muito preliminares, os desenhos de 1952 apontavam para uma solução com dois edifícios baixos conectados por pontes ou passarelas e que criavam pátios ajardinados, é possível supor que a intenção do arquiteto Rino Levi era acomodar o público que estivesse no centro da praça cívica, uma vez que os pilotis em forma da letra “V” estariam voltados para o auditório, no lado oposto da praça.

Contudo, com o avanço do desenvolvimento do projeto o conceito formal do edifício foi bastante alterado e em 1953 a tipologia apresentada tinha uma forma mais singela, num desenho com embasamento mais largo e uma torre alta, mais esbelta. Esta solução se deu fundamentalmente para resolver impasses técnicos e de dimensionamento, uma vez que a Biblioteca Central deveria atender um corpo discente de 5.000 alunos e 450.000 volumes de coleção própria, como explicou o arquiteto e sua equipe no memorial apresentado em junho de 1953:

“Biblioteca Central

Os estudos realizados sobre o assunto aconselham a orientar o projeto da Biblioteca Central obedecendo aos seguintes critérios básicos:

1º) A Biblioteca Central deverá completar com seu acervo as bibliotecas especializadas das várias Faculdades e Institutos que compõem a Universidade;

2º) A Biblioteca Central deverá promover o serviço de permutas e empréstimos de livros entre as várias bibliotecas, colocando-as à serviço da comunidade universitária;

3º) A Biblioteca Central deverá manter um catálogo das bibliotecas e coleções de propriedade ou não da Universidade colocando assim ao alcance do interessado todas as informações que possam ser úteis.

O tamanho da Biblioteca Central foi fixado em função de um corpo discente de 5.000 alunos, com uma coleção própria de 450.000 volumes. No entanto, tendo em vista o desenvolvimento futuro da Universidade, foram previstas as possíveis ampliações futuras, isto sem alterar o esquema funcional e de circulação interna do edifício.

A capacidade das salas de leitura foi fixada em 250 pessoas. Este número foi determinado considerando a frequência diária de 20% dos alunos e a permanência simultânea nas salas de leitura de 1/4 da frequência diária.” (LEVI, 1953)¹⁰⁴

¹⁰⁴ Trecho retirado do memorial de entrega do projeto. 1953. Arquivo FAU USP.

Como solução projetual, Rino Levi liberou um trecho do térreo que continha programas muito fechados, numa solução de elevação do bloco com os pilotis que faziam o papel de acolhimento ao público. O bloco de embasamento, mais largo, ia desde o térreo até o 3º pavimento com as atividades coletivas e a partir do 4º pavimento se destacava uma torre laminar para acervo de volumes, com 10 andares e capacidade de 45.000 volumes por pavimento e ainda com a previsão de ampliação futura.

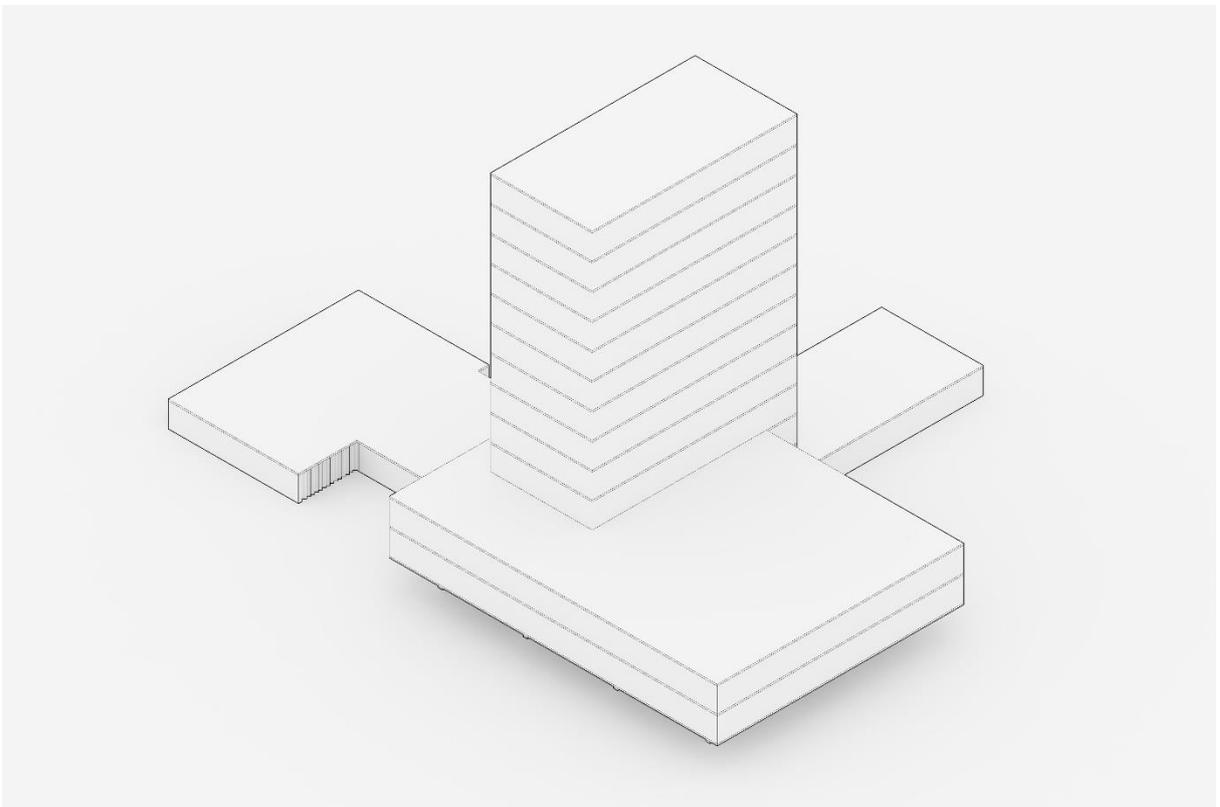


Figura 72: Esquema elaborado pelo autor com a volumetria simplificada do complexo da Biblioteca Central.

Na perspectiva apresentada junto dos desenhos técnicos para a Comissão da Cidade Universitária em 1953 (figura 73), Rino Levi esclareceu a intenção formal do conjunto. Visto desde a marquise do auditório, o edifício da Biblioteca Central se apresentava com um primeiro plano baixo e horizontal, com seus pilotis por onde o piso da praça cívica continuava. Sobre este volume é possível ver um bloco mais esbelto e alto, implantado na transversal do embasamento.

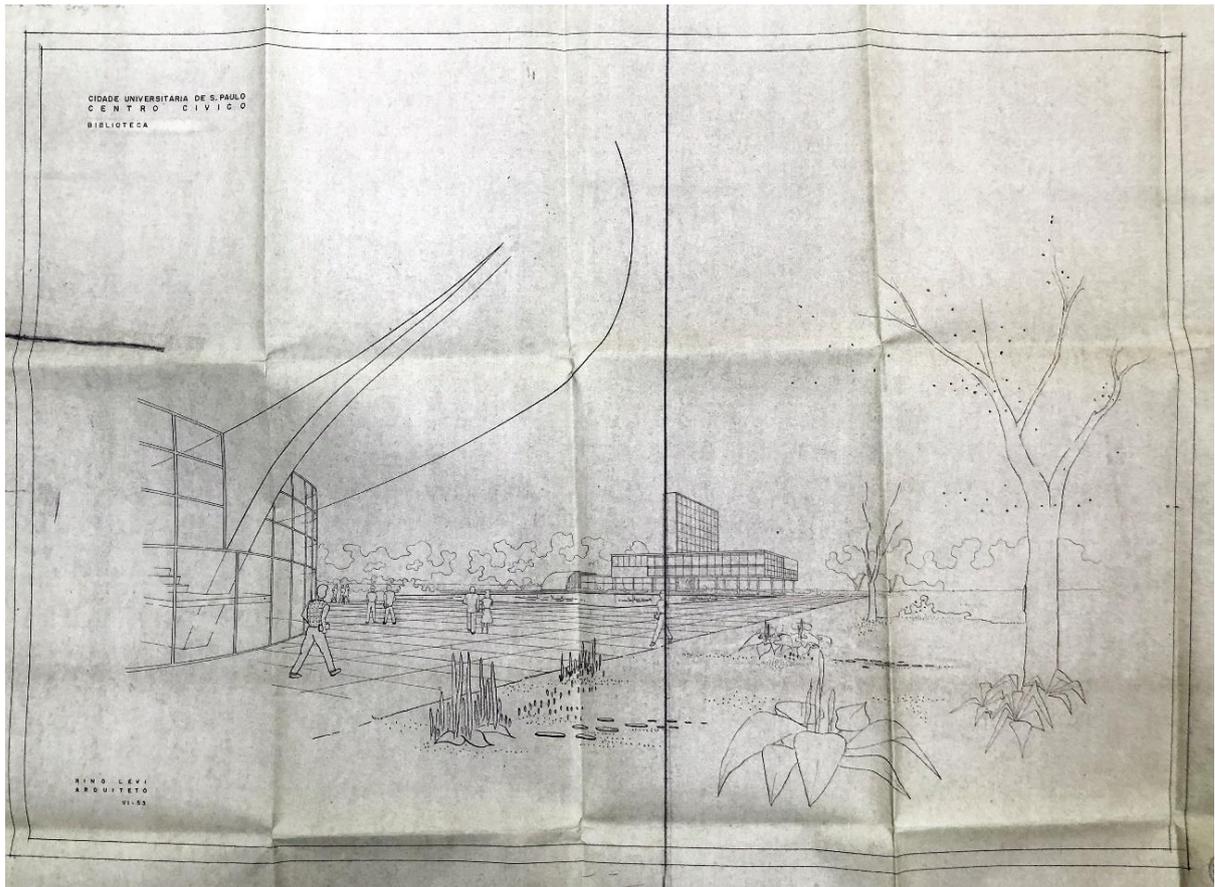


Figura 73: Perspectiva do edifício da Biblioteca Central, vista do Auditório. Fonte: Arquivo FAU USP

É curiosa a solução dada por Levi em 1953 para o edifício da Biblioteca central do Centro Cívico da USP, pois é no mesmo ano em que se finalizou a obra do edifício Lever House¹⁰⁵ em Nova Iorque. O icônico projeto do escritório americano S.O.M. é conhecido como o pioneiro na solução de embasamento mais baixo e largo com a torre, mais estreita e alta, em destaque. Esta tipologia foi bastante difundida pela arquitetura moderna e o chamado Estilo Internacional e em São Paulo, um dos mais conhecidos exemplos desta solução é o edifício do Conjunto Nacional, do arquiteto David Libeskind, na Avenida Paulista, concluído em 1955.

¹⁰⁵ Lever House é um edifício localizado em Nova Iorque, projetado pelo escritório norte americano S.O.M (Skidmore, Owings and Merrill), finalizado em 1952. É considerado pela historiografia de arquitetura um dos primeiros prédios com pele de vidro e o pioneiro com a tipologia de um embasamento maior e torre, mais fina e alta, deslocada.



Figura 74: Foto da maquete do edifício Lever House em Nova Iorque. Projeto do escritório americano SOM – 1950/1952. In <https://www.moma.org/collection/works/82490>

A tipologia da torre definida por Rino Levi, além de uma investigação formal comum à época, é o resultado formal da solução técnica de armazenamento dos volumes, ou depósito de livros, como descreveu o arquiteto no memorial do projeto. Para o grande volume do acervo, implantado na torre com pé direito baixo e 12m de largura, foi desenvolvido um sistema tipo *stack-system*, que garantiria a flexibilidade de modificação de layout e arranjo.

A preocupação em acomodar o grande volume de exemplares e livros na biblioteca fez o arquiteto se aprofundar nos sistemas de armazenagem e capacidades de estantes. Durante esta pesquisa foi encontrado o memorial escrito pelo escritório

do arquiteto Rino Levi onde o escritório detalhava os estudos sobre capacidade de armazenagem e desenho de prateleiras e estantes, feitos a partir do projeto "The State College of Washington Library"¹⁰⁶, como se vê em uma de suas páginas iniciais (figura 75).

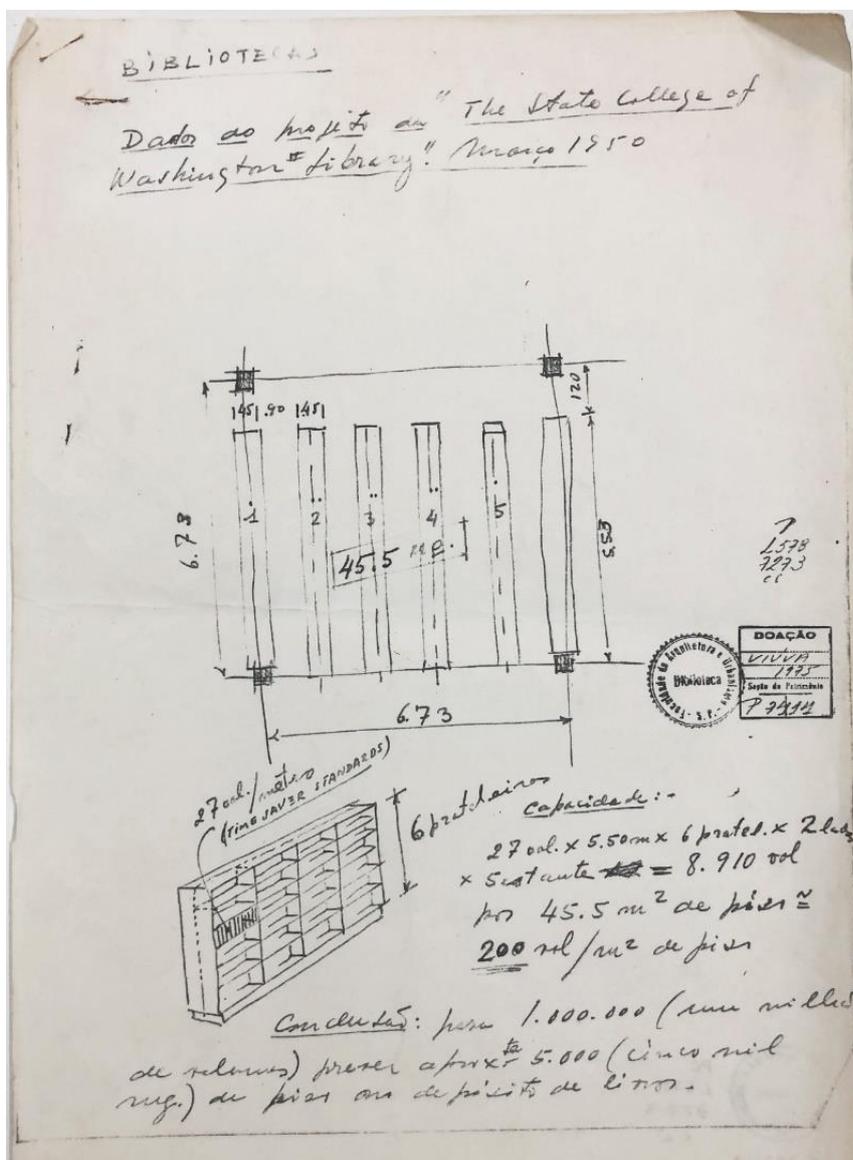


Figura 75: Memorial de estudo sobre armazenamento de livros na biblioteca americana *The State College of Washington Library*. Fonte: Arquivo FAU USP

¹⁰⁶ *The State College of Washington Library* é a biblioteca cujo projeto de 1950 na Universidade americana de Washington State, localizada na cidade de Pullman – Washington – Estados Unidos. Nos estudos do escritório de Rino Levi, ela foi estudada como exemplo de armazenamento de livros e volumes.

Neste estudo de armazenagem, Rino Levi chegou a comparar a dimensão dos pé-direito das estantes de diversas bibliotecas pelo mundo, como a própria biblioteca de Washington (2,14m), a Staatsbibliothek de Berlim (2,08 / 2,10m) e de “várias bibliotecas americanas” (2,23m), para chegar aos 2,16m das 8 prateleiras para a Biblioteca Central da USP. Com a definição do pé-direito mais baixo para o depósito de livros do que um edifício para uso coletivo, Rino Levi fixou em 12m a largura da torre a fim de garantir luz natural, preocupado com o “consumo de energia elétrica”, como descreveu nos seus textos de estudo.



Figura 76: Biblioteca da Washington State University. 1954. Foto: Washington State Digital Archives, Susan Parish Photograph Collection, 1889-1990. In <https://www.thurstontalk.com/2022/03/14/people-in-public-service-washington-state-librarian-j-m-hitt/>

Outra referência que merece destaque nos estudos de Rino Levi e equipe para a Biblioteca Central é o texto intitulado “*La biblioteca como edificio funcional. Su*

*construccion y equipo*¹⁰⁷, escrito em 1948 por Javier Lasso De La Vega do Conselho Superior de Investigações Científicas de Madri – Espanha. Essa nota insinua a dedicação do estudo elaborado por Rino Levi e sua equipe para a elaboração do projeto para a Cidade Universitária da USP e, ao mesmo tempo, corrobora com a pecha dada ao arquiteto paulista em ser conhecido pelo seu trabalho técnico e preciso, tanto na conceituação dos projetos quanto nos detalhamentos construtivos.

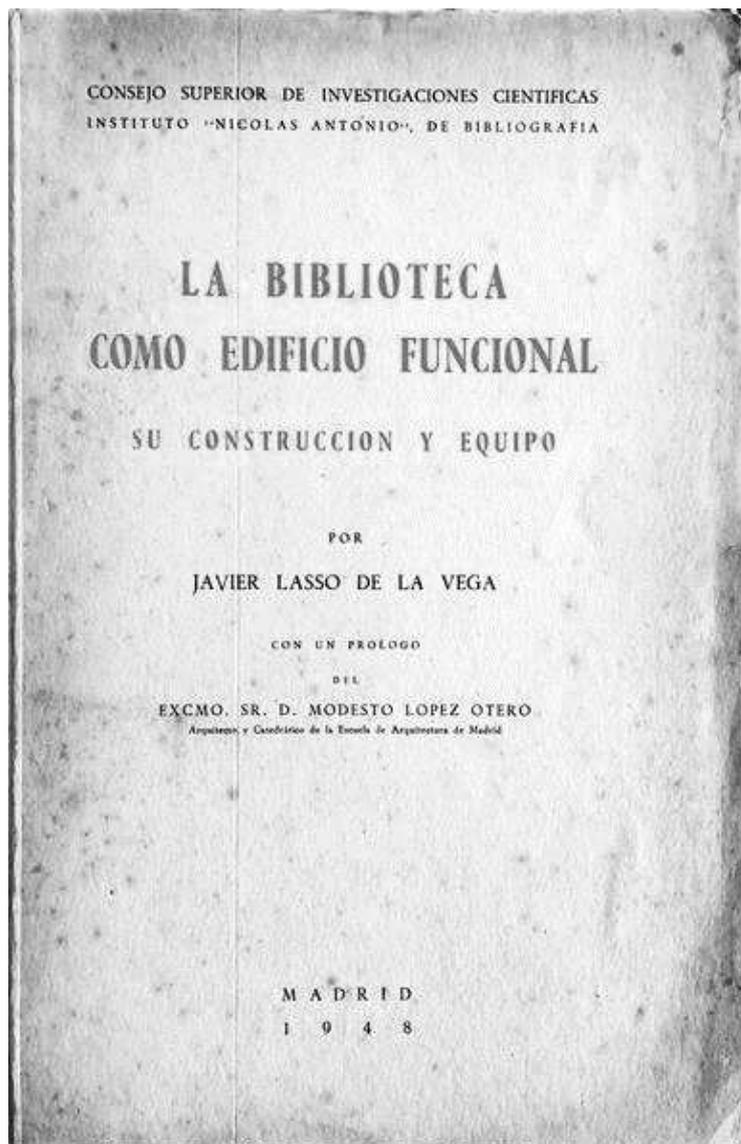


Figura 77: Capa do livro: La biblioteca como edificio funcional. Su construccion y equipo. Con un prologo del Excmo. Sr. D. Modesto Lopez Otero. LASSO DE LA VEGA, Javier. Madrid, 1948. In <https://www.abebooks.com/BIBLIOTECA-EDIFICIO-FUNCIONAL-CONSTRUCCION-EQUIPO-LASSO/30617403752/bd>

¹⁰⁷ La biblioteca como edificio funcional. Su construccion y equipo. Con un prologo del Excmo. Sr. D. Modesto Lopez Otero. LASSO DE LA VEGA, Javier. Madrid, 1948.

A solução para a ampliação futura de acervo dos volumes previstos na Biblioteca Central, como descrito pelos autores no memorial entregue à Comissão da Cidade Universitária foi identificada na planta tipo da torre. O projeto previa uma ampliação da torre na extensão longitudinal, mantendo a largura existente, estimando a capacidade final em 1.000.000 (um milhão) de volumes, como se vê na figura 78:

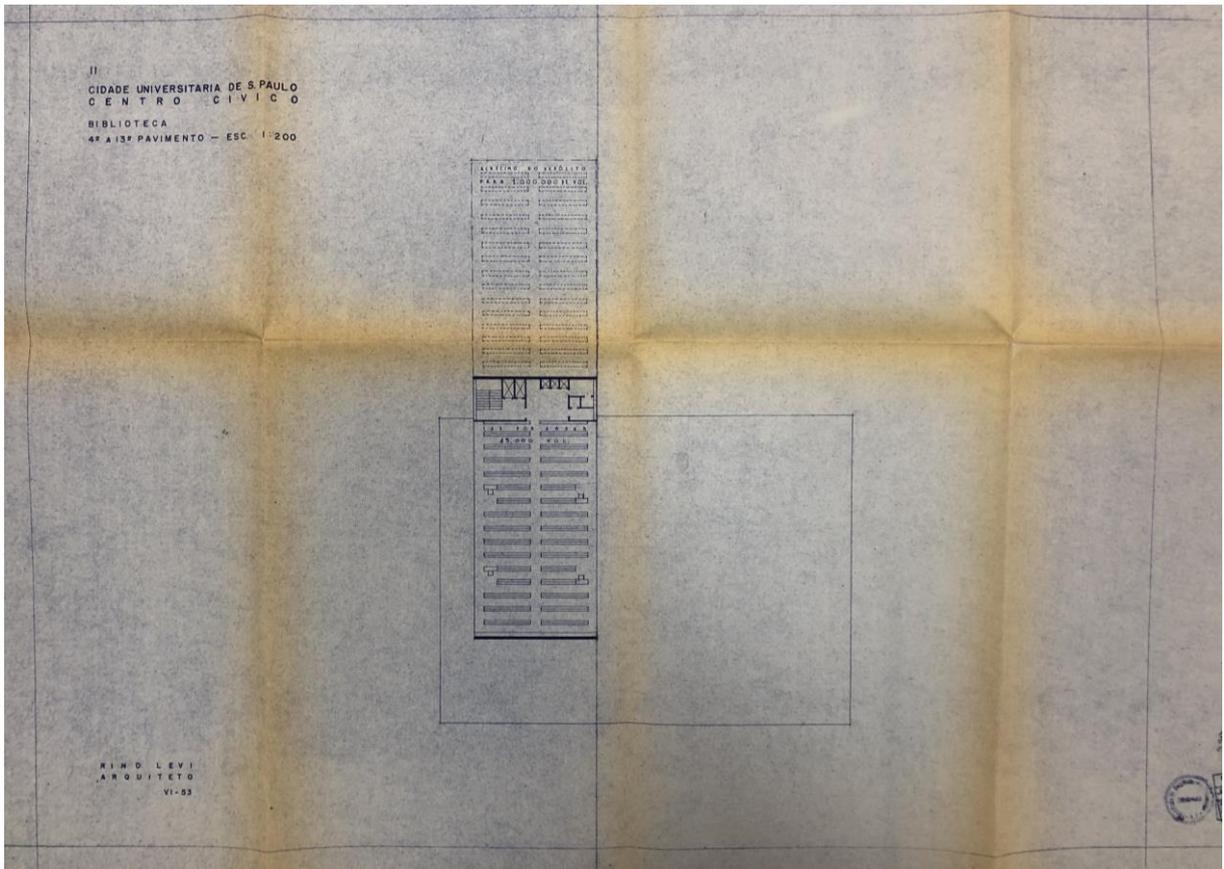


Figura 78: Planta do pavimento tipo da torre, com a proposta para ampliação da capacidade dos volumes a serem armazenados. Fonte: Arquivo FAU USP

Além da torre de armazenamento com a seção de depósito de livros, o projeto da biblioteca contemplava outros setores, denominados de acordo com o memorial do projeto: consulta de livros e revistas; consulta de catálogos; divulgação; administração e anexos.

A consulta de livros e revistas poderia ser feita tanto na sala coletiva quanto nas saletas privativas de leitura, a depender do tipo de estudo e dos grupos de estudo em questão. Esta área, localizada no 2º pavimento, era distribuída entre as estantes de revistas e balcões de empréstimos, ligadas diretamente ao grande salão de leitura,

um espaço amplo com pé-direito duplo, layout com mesas de estudo e bastante iluminação natural vindas dos caixilhos em vidro.

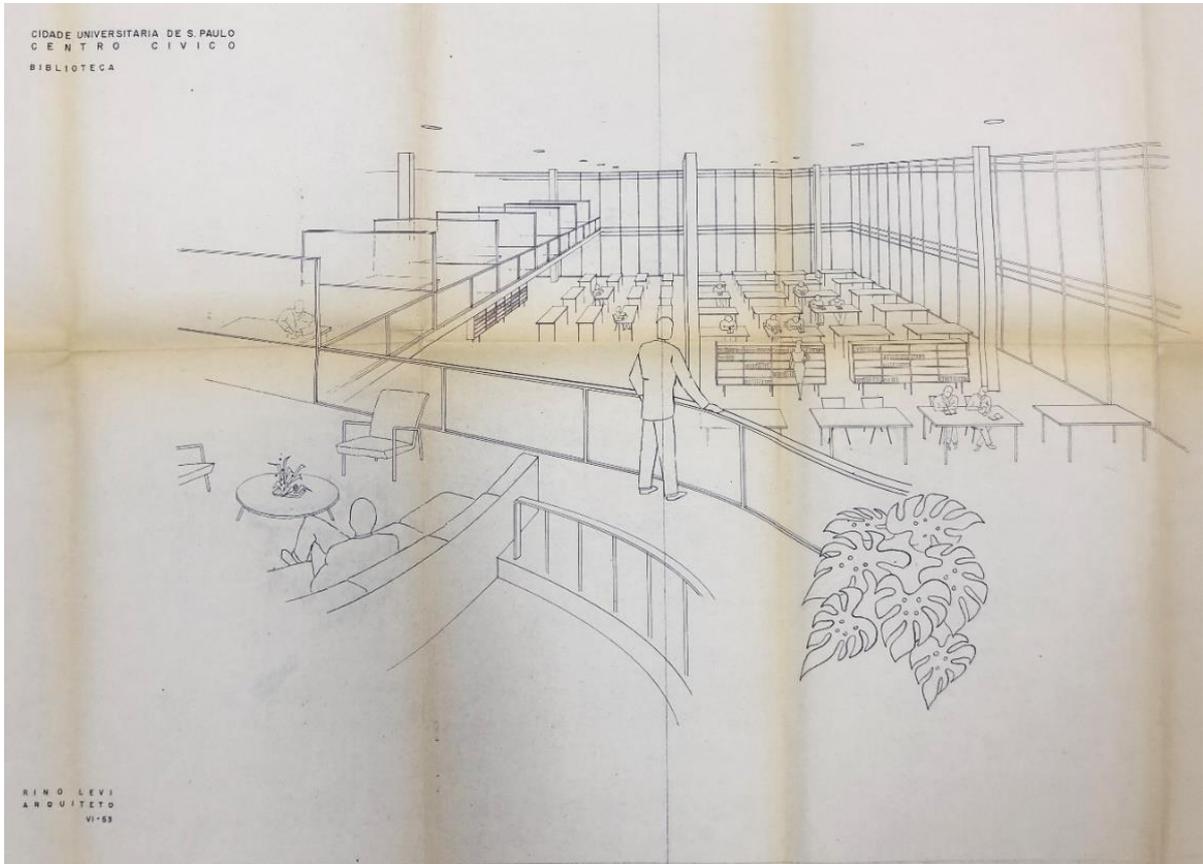


Figura 79: Perspectiva interna do edifício da Biblioteca Central do Centro Cívico. Fonte: Arquivo FAU USP.

A administração, localizada no 3º pavimento junto com as salas individuais e de seminários, fazia o papel da interseção entre o acesso do público, nos andares baixos e o acesso restrito, na torre. Era neste pavimento, que na verdade ocupava apenas cerca da metade do andar e se configurava como uma espécie de mezanino, que se teria toda a vista do grande salão de leitura localizado no segundo pavimento, como se vê na perspectiva elaborada pelo arquiteto e na planta do pavimento (figuras 79 e 80 respectivamente).

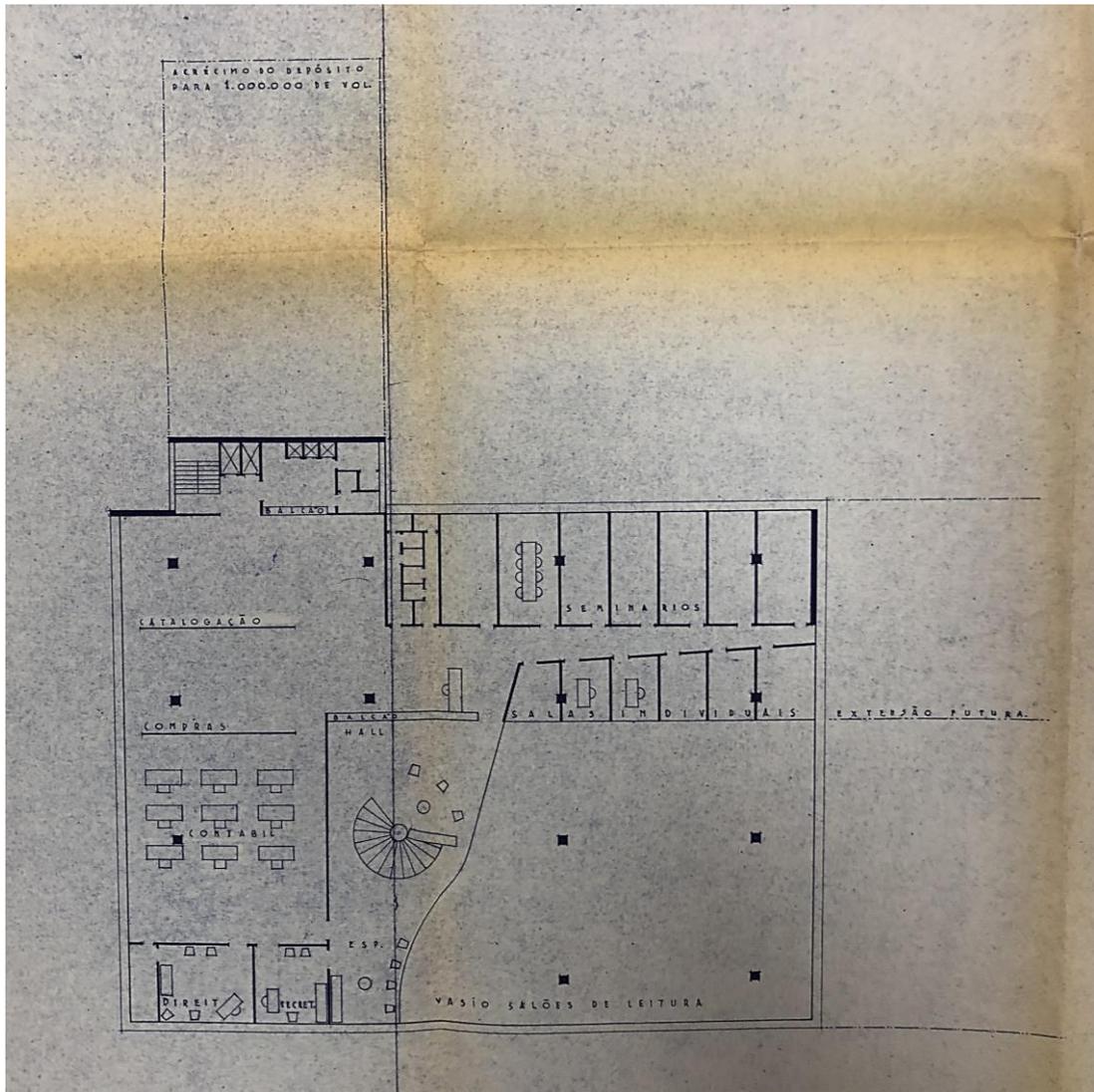


Figura 80: Planta do 3º pavimento da Biblioteca Central do Centro Cívico. Fonte: Arquivo FAU USP.

O setor de catálogo, considerado elemento fundamental e estratégico na dinâmica prática da biblioteca uma vez que deveria ser acessível tanto pelos funcionários quanto pelo público, estava localizado no segundo pavimento “logo em frente ao acesso do público e em ligação direta com os balcões de requisições de livros e com a torre depósito”. LEVI, 1953.

No térreo, chamado de 1º pavimento no projeto de 1953, além do acesso às diversas atividades, Rino Levi previu um auditório para 450 lugares, que serviria como um espaço de divulgação, conferências, cursos, exposições e congressos relativos a assuntos de interesse da biblioteca, uma vez que não deveria competir com os assuntos do auditório localizada do outro lado do centro cívico. O acesso se dava pela continuação da praça através de uma grande cobertura sob pilotis, onde podiam ter

acesso os veículos de serviços e os pedestres com destino aos andares superior, ao auditório ou à ala de exposições, como se vê na planta deste pavimento (figura 81).

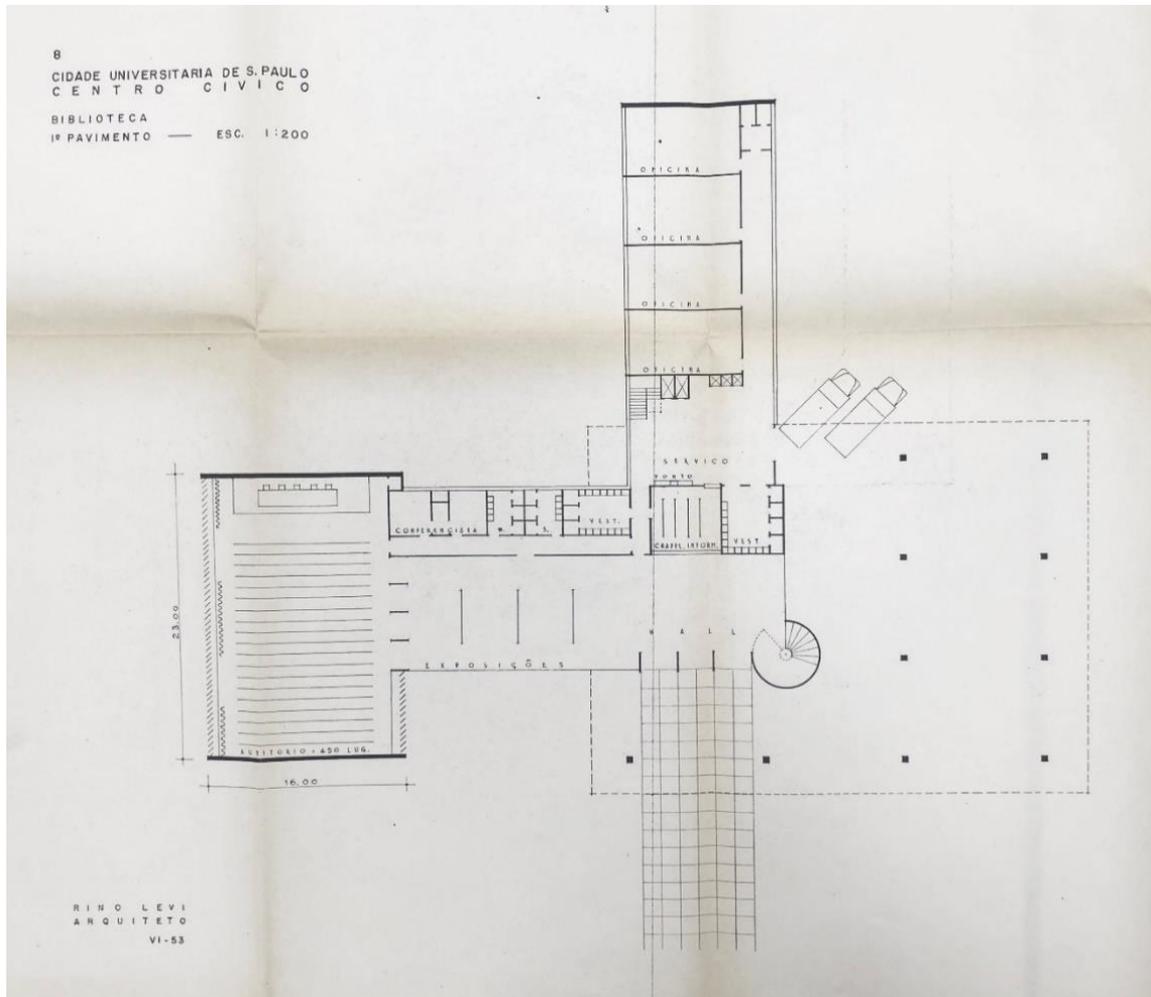


Figura 81: Planta do térreo (1º pavimento) do edifício da Biblioteca Central. Fonte: Arquivo FAU USP

Essa ideia de que a praça se estende por dentro do edifício da Biblioteca, como continuação do espaço público ao mesmo tempo de acolhimento dos usuários e, conceitualmente da democratização do conhecimento parece ser um dos principais intuitos desta implantação e articulação do programa sobretudo no pavimento térreo, e para isso o projeto de paisagismo conforme idealizado dava suporte e escala.

A figura a seguir demonstra a simulação do que poderia ter sido esse arranjo, a partir do ponto de vista do edifício da Biblioteca para a Torre Universitária e para a avenida de acesso.



Figura 82: Imagem renderizada com a simulação da praça do centro Cívico junto ao acesso da Biblioteca, como idealizado no Ante-Projeto de 1953. A imagem segue o esquema do paisagismo elaborado pelo paisagista Roberto Burle Marx. Elaborado pelo autor.

Para os anexos, Rino Levi nomeou os seguintes programas, localizados no térreo: portaria, vestiários, recepção, embalagem e expedição de livros com acesso para caminhões, e oficinas para limpeza, desinfecção, encadernação e impressão.

No organograma do edifício da Biblioteca de Rino Levi, ilustrado abaixo, fica mais clara a organização programática do edifício dos setores desenvolvidos por Rino Levi no projeto da Biblioteca Central da USP em 1953.

Os programas destinados ao público, estudantes e professores se concentram entre o primeiro pavimento (nível da praça) onde se encontram o salão de exposição, oficinas e auditório para 450 lugares, e o segundo pavimento, com as áreas de consultas e empréstimos de livros e revistas e o grande salão de leitura.

No terceiro pavimento estão localizados os setores administrativos e as salas individuais, além do vazio para o salão de leitura, no andar inferior. Este pavimento é justamente a transição entre o embasamento e a torre que, a partir do quarto pavimento, até o décimo terceiro se organiza basicamente para a armazenagem dos volumes.

A torre, um andar livre para a guarda do acervo da Biblioteca previa, como vimos anteriormente, uma ampliação que dobraria seu volume, a partir do espelhamento das lajes, que deixariam as escadas e sanitários no centro do andar ampliado.

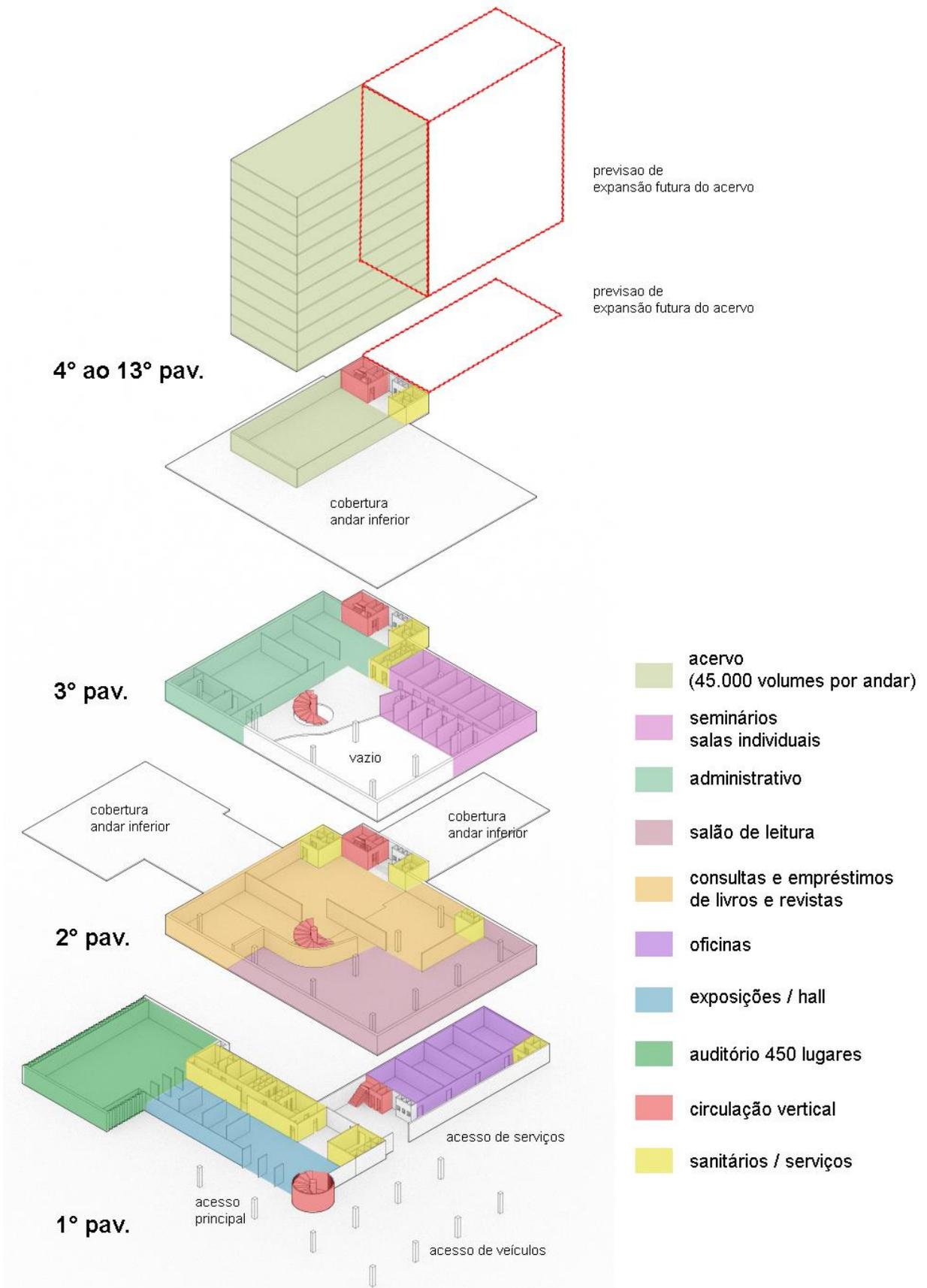


Figura 83: Esquema elaborado pelo autor com a organização do programa da biblioteca central da Cidade universitária da USP.

4.4.3. O Auditório Universitário – Aula Magna

Dos projetos previstos para o Centro Cívico de Rino Levi, o auditório universitário foi o que apresentou uma complexidade conceitual e construtiva mais desenvolvida. No entanto, o projeto apresentado como anteprojeto em 1953 é bastante diferente da versão apresentada como Estudo Preliminar no ano anterior.

No projeto de 1952 (figura 84), o edifício era composto por três volumes, sendo dois volumes mais baixos cortados por um terceiro em formato de um grande arco. É possível que o volume sobre pilotis servisse como acolhimento do público, ainda que estivesse posicionado transversalmente à praça e ao espelho d'água. Também é factível acreditar que o volume do lado oposto ao grande arco fosse o corpo que continha palco e plateia. Entretanto, esta versão do projeto de 1952 só foi apresentada em croquis com a volumetria, e sem as plantas é difícil dizer ao certo como o projeto iria se desenvolver.

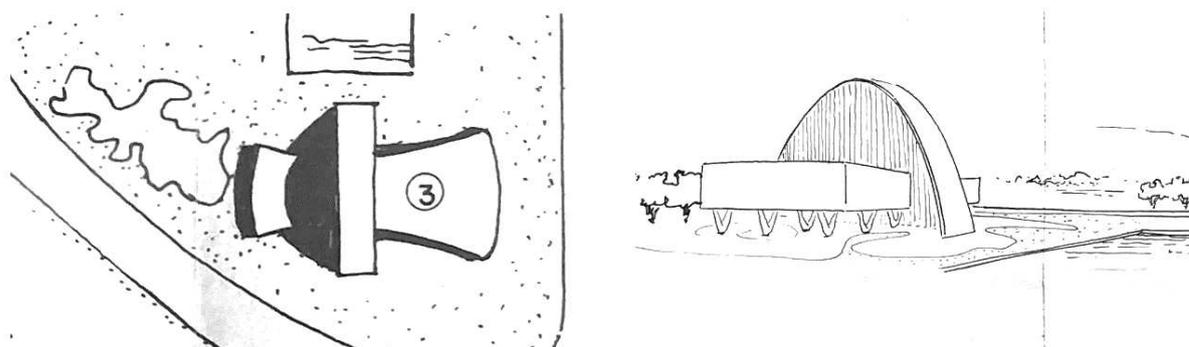


Figura 84: Montagem com os desenhos do auditório, a partir do projeto apresentado por Rino Levi em 29 de dezembro de 1952, como Estudo Preliminar do Centro Cívico da Cidade Universitária da USP. Fonte: Arquivo FAU USP.

De qualquer maneira, até aquele momento, Rino Levi tinha uma vasta experiência em projetos de cinemas e teatros¹⁰⁸, portanto é muito provável que o desenvolvimento desta versão de projeto seguisse a experiência no sistema palco e plateia tradicional, com o recorrente rigor técnico das soluções estruturais e de acústica.

¹⁰⁸ Cinemas e teatros projetos por Rino Levi até 1952: Cine Ufa-Palácio [1936, construído]; Cine Art-Palácio [1937, construído]; Cine Ipiranga [1941, construído]; Cine Piratininga [1941, construído]; Teatro Cultura Artística [1942, construído].

Entretanto, em junho de 1953 Rino Levi apresentou um novo projeto para o edifício do Auditório Universitário que mudou substancialmente esse conceito. Além da alteração volumétrica, garantindo um único volume construído, o grande salto do projeto em relação ao ano anterior foi a preocupação com os diversos arranjos possíveis da utilização deste espaço:

“O auditório foi concebido tendo em vista principalmente as manifestações próprias da universidade, como sejam as cerimônias de abertura dos cursos, colação de grau, recepção de pessoas ilustres, conferências etc.

Tais manifestações exigem em alguns casos lotação de 3.000 pessoas, aliás, de acordo com critério que vem sendo seguido no planejamento de outras cidades universitárias. Em outros casos tal lotação é excessiva, o que obrigaria à construção de várias salas com diferentes capacidades afim de evitar a sensação desagradável de “sala-vazia” durante manifestações que interessam a um público mais reduzido.

A solução apresentada visa resolver o problema em uma única sala com dispositivos que permitem reduzir o seu tamanho, trazendo ainda outras vantagens como se verá mais adiante.

Um auditório com capacidade de 3.000 lugares é sempre empreendimento de grande vulto, que exige recursos importantes não só para a sua construção, como também para a sua conservação, manutenção e administração. De outro lado, o seu uso exclusivamente para as cerimônias universitárias é limitado.”
LEVI, 1953.¹⁰⁹

O edifício como palco das “manifestações próprias da universidade” foi concebido de forma a agrupar, de fora para dentro, os diversos anseios tanto da universidade quanto da sociedade civil. Do lado externo do prédio, a praça cívica já serviria de anteparo físico para o encontro social, e a marquise externa e o corpo da edificação poderiam servir como concha acústica para funções ao ar livre, garantindo assim palco democrático para tais manifestações, como se vê na perspectiva externa do prédio, apresentada junto aos desenhos técnicos em 1953.

¹⁰⁹ LEVI, Rino. Memorial de projeto. 1953. Arquivo FAU USP.

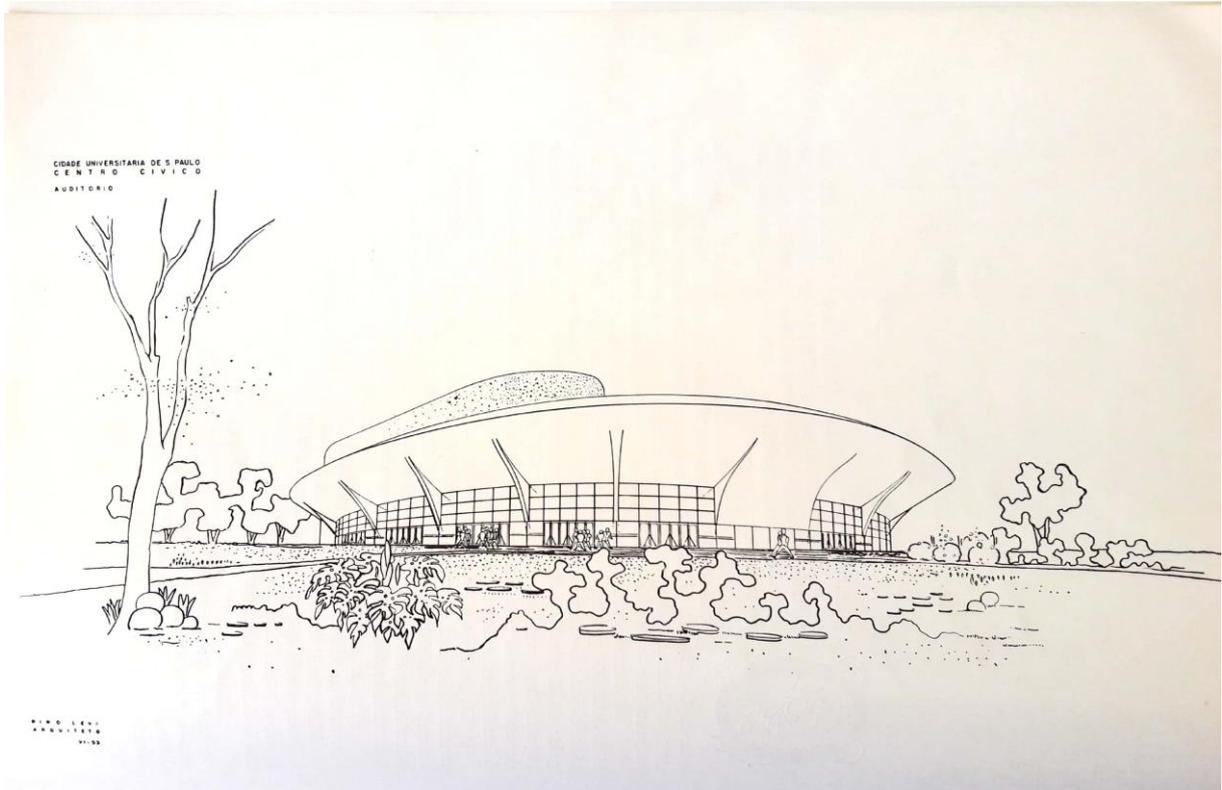


Figura 85: Perspectiva externa do auditório – anteprojeto entregue em 1953. Fonte: Arquivo FAU USP

A “simplicidade” formal externa, que forçosamente podemos aludir ao formalismo Art-Deco, com um ritmo estrutural constante que apoia a cobertura, lembra experiências anteriores do próprio Levi. A generosidade do encontro do programa fechado com o espaço público, seja no campus ou na cidade é uma característica comum nos projetos de Levi com esse tipo de programa.

A galeria de acesso do cinema Ufa Palacio, em São Paulo, projeto inaugurado em 1936, por exemplo, mostra esta espécie de filtro entre o tecido urbano e o programa mais técnico no interior. Como nas imagens a seguir, desde a rua e entrada do Ufa Palacio (figura 86) até a galeria interna do auditório da Cidade Universitária da USP (figura 87), é possível entender a relação dos programas coletivos, públicos ou semipúblicos imaginados por Levi. Espaços propostos para servir como uma diluição da cidade para o edifício, do programa mais público ao mais privado.



Figura 86: Foto da entrada do cinema Ufa Palácio, projeto de Rino Levi inaugurado em 1936 em São Paulo. GIOVANNETTI, Bruno "Arquitetura Italiana em São Paulo" - Consulado Geral da Itália - São Paulo - 1994. In <http://cinema.hi7.co/rino-levi--o-arquiteto-dos-cinemas-gigantes-56c8a60a22fc3.html>

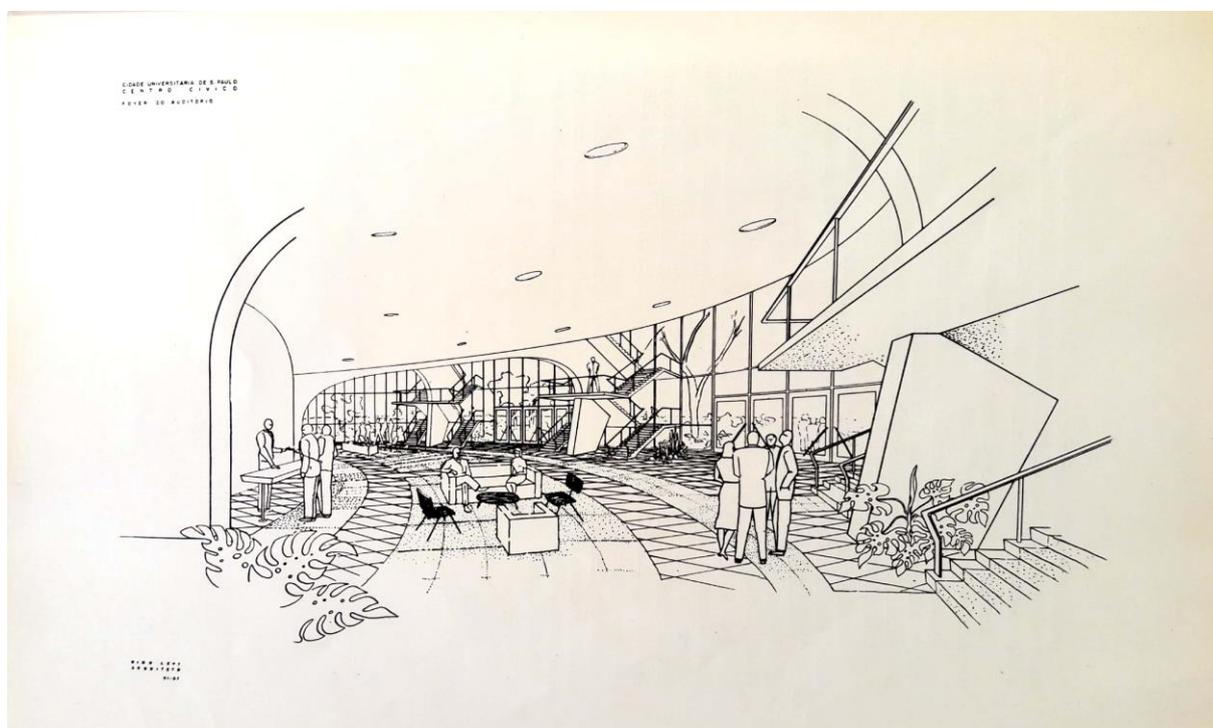


Figura 87: Perspectivas interna do auditório – anteprojeto entregue em 1953. Fonte: Arquivo FAU USP

Assim como no UFA Palacio, que contava com mais de 3000 lugares, onde a partir da solução inovadora de suprimir as frisas e camarotes todos os espectadores eram iguados numa grande plateia e balcão com perfeitas condições de visibilidade e acústica, o auditório projetado para o Centro Cívico da USP procurou responder a questões que extrapolavam apenas as soluções técnicas. O desenvolvimento da flexibilidade interna de usos e arranjos, capacidade e suporte de atividades distintas, e a preocupação com a legitimidade de um equipamento deste porte tanto para a universidade quanto para a cidade de São Paulo são suas grandes virtudes. Tais virtudes, pretendidas textualmente pelo memorial que acompanha o projeto, evidenciam a pesquisa que guiou o desenvolvimento do projeto:

“Assim, ressalta desde logo a conveniência de conceber tal obra de modo que possa ter uso mais intenso e mais amplo. Para alcançar tal objetivo será necessário pensar em outras manifestações da própria universidade ou paralelas ao seu programa didático, como espetáculos de música, balet, teatro do estudante, que em São Paulo já tem uma tradição e que para seu desenvolvimento necessita de local apropriado, etc.

Também não pode deixar de ser considerada a absoluta carência em São Paulo de teatros e auditórios de música, que constitui sério obstáculo para o progresso e desenvolvimento destas atividades.

Atendendo a estas considerações o estudo de projeto foi orientado no sentido de solucionar os seguintes pontos:

- 1º) Permitir à Universidade realizar as suas cerimônias normais;
- 2º) Incrementar uma série de manifestações entre estudantes, possibilitando maior intercâmbio com outras organizações estudantis, nacionais ou estrangeiras;
- 3º) Concorrer para o progresso e desenvolvimento do teatro, da música e do balet em São Paulo e no Brasil.

A solução proposta resolve os três pontos mencionados pela conjugação de funções variadas num mesmo organismo arquitetônico.” LEVI, 1953.¹¹⁰

¹¹⁰ LEVI, Rino. Memorial de projeto. 1953. Arquivo FAU USP.

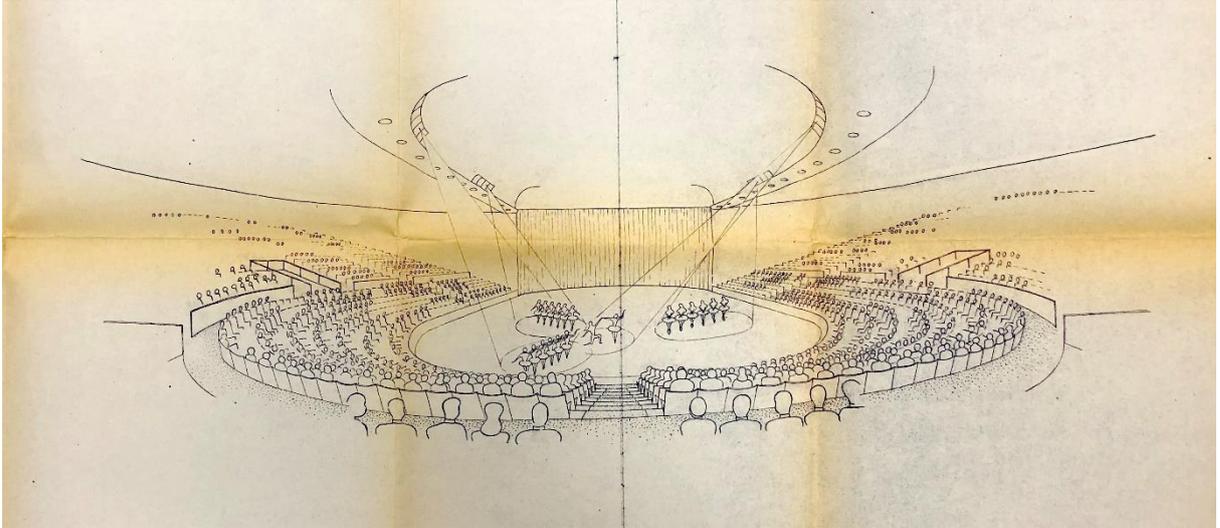


Figura 88: Perspectiva interna do auditório numa apresentação de ballet – anteprojeto entregue em 1953. Fonte: Arquivo FAU USP

A concepção de “conjugação de funções” e mesmo de “organismo arquitetônico” que por definição assume um papel mais complexo do que apenas um edifício, remonta às experiências modernas do princípio do século XX com a Bauhaus¹¹¹ e o desenvolvimento tecnológico, social e cinético das artes, como diz explicitamente o próprio memorial do projeto.

Para Levi, “estes problemas vem preocupando nestas últimas décadas arquitetos, *cenotécnicos* e teatrólogos” (LEVI, 1953) e têm uma referência exemplar na experiência elaborada por Walter Gropius¹¹² em 1926 denominada de *Teatro Total* onde se cria “a tentativa de execução de dispositivos imaginados para possibilitar a realização tanto de espetáculo tradicional como o espetáculo de arena” (LEVI, 1953).

¹¹¹ Bauhaus foi uma escola de arte vanguardista na Alemanha. A Bauhaus foi uma das maiores e mais importantes expressões do que é chamado Modernismo no design e na arquitetura, sendo a primeira escola de design do mundo.

¹¹² Walter Gropius, arquiteto alemão (1883 -1969), fundador da Bauhaus e considerado um dos principais nomes da arquitetura do século XX.

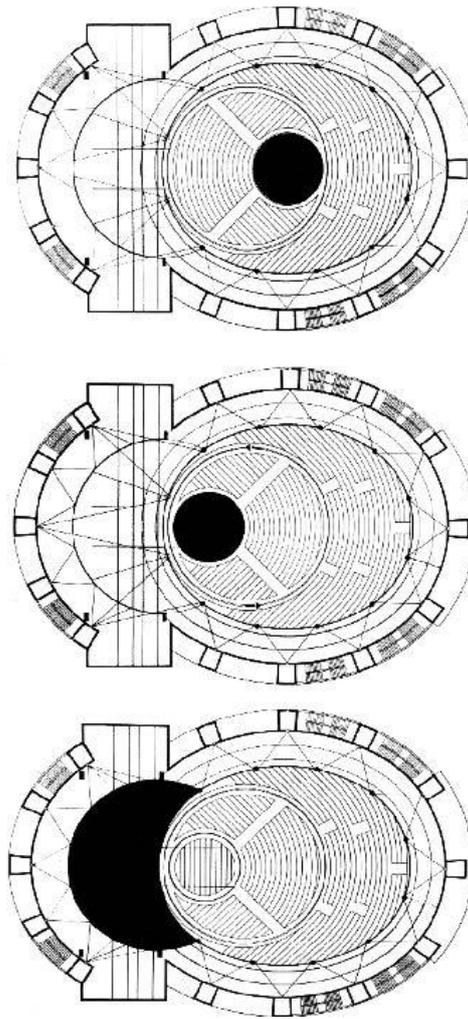


Figura 89: Plantas do Teatro Total de Walter Gropius, 1926, indicando a posição do palco nos diversos arranjos possíveis de layout e organização espacial. In https://es.wikipedia.org/wiki/Teatro_total#/media/Archivo:Plantas_del_edificio_del_Teatro_Total.jpg

O projeto de Gropius, em parceria com o diretor e produtor teatral alemão Erwin Piscator¹¹³ tinha como objetivo a criação de um teatro para a confluência das novas técnicas incorporadas do recente processo industrial a fim de integrar o espectador da cena, sendo possível mudar o cenário e a relação entre plateia e palco ao mesmo tempo que o espetáculo acontecia. Para isso, foram imaginadas diversas soluções tecnológicas, audiovisuais e dispositivos móveis para a construção de vários layouts possíveis que abrigassem qualquer das formas clássicas do teatro, a fim de abrigar ao mesmo tempo espaço e edifício.

¹¹³ Erwin Friedrich Maximilian Piscator (1893 - 1966) foi um dramaturgo, diretor e produtor teatral alemão que, junto com Bertolt Brecht, foi um dos expoentes do teatro épico, um gênero que privilegia o contexto sociopolítico do drama, e criador do teatro documentário.

Para o dimensionamento do projeto do auditório universitário da Cidade Universitária da USP, Rino Levi se baseou na sua principal finalidade de atender as solenidades universitárias e por isso sua capacidade total foi estimada em 3.000 lugares, divididos em três setores: um central para 700 pessoas e dois dispostos em anel com capacidade para 1.000 e 1.300 pessoas, respectivamente.

Entretanto, com os dispositivos imaginados, o auditório poderia variar a lotação de 700, 1.700 e 3.000 pessoas, numa posição tradicional de palco e cena, até lotações de 1.000 ou 2.300 pessoas com o palco central. A flexibilidade do espaço garantia que nestes 5 arranjos e combinações (figura 90) o auditório poderia atender todos os gêneros, “desde espetáculos dramáticos e de música de câmara, que exigem sala de tamanho reduzido e baixa reverberação acústica, até os espetáculos de ópera, música sinfônica, corais e órgão, que exigem sala ampla e alta reverberação acústica”. LEVI, 1953.

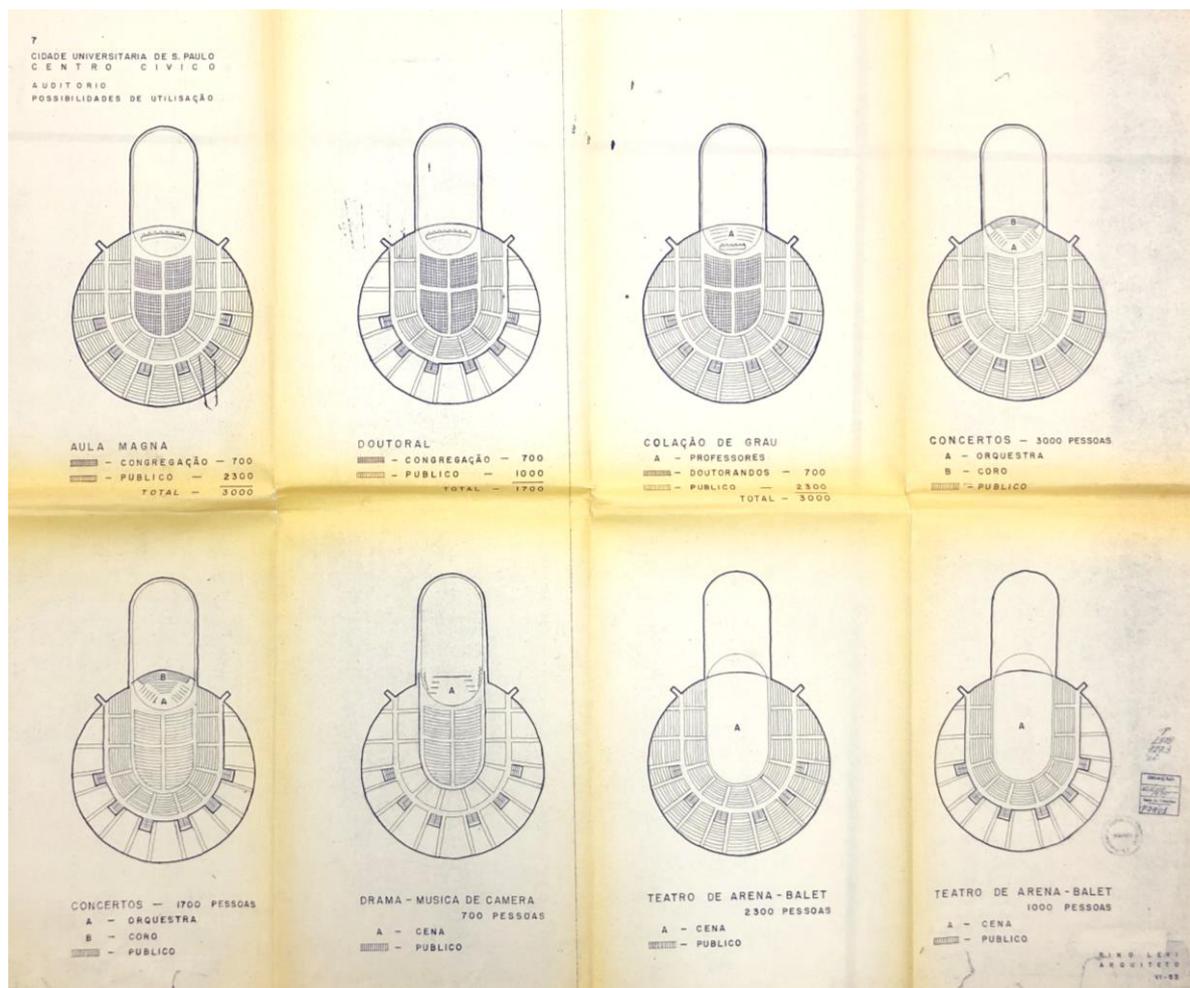


Figura 90: Plantas das diversas variações de plateia e palco para o auditório do Centro Cívico. Fonte: Arquivo FAU USP

Segundo Levi, o dispositivo imaginado para solucionar a questão da flexibilidade de usos e capacidades de plateia e palco deveria ser diferente do que se havia pensado anteriormente, inclusive em relação ao projeto de Gropius. De acordo com o memorial, Levi resumiu: “Em síntese se resume na *delocação* horizontal do palco para o centro da sala cobrindo parte da plateia” (LEVI, 1953), como se vê no corte do conjunto (figura 91). Neste desenho é possível verificar que o palco poderia ser recolhido ou estendido ao local onde existiam cadeiras da plateia através de trilhos corrediços apoiados numa espécie de rampa localizado na parte inferior do palco original.

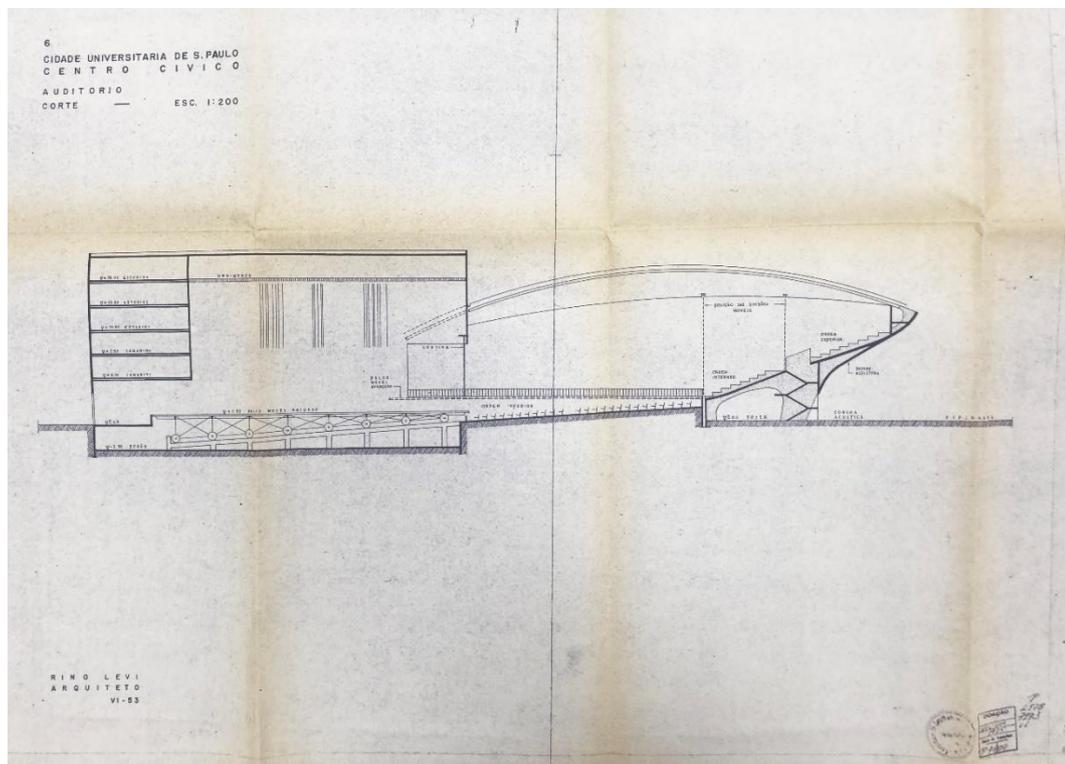


Figura 91: Corte do auditório com a indicação do sistema que permitiria o deslocamento do palco no auditório da Cidade Universitária. Fonte: Arquivo FAU USP

Levi ainda continuou sua explicação, indicando que o sistema que permitiria a flexibilidade do conjunto estava associado também a paredes móveis, que atuariam em conjunto ao deslocamento do palco. Desta maneira, seria possível fazer os 5 arranjos pretendidos.

Para melhor entendimento de como o sistema funcionaria, ou de como os arranjos possíveis funcionariam, foi desenvolvido diagramas com todas as 5 possibilidades de públicos projetadas por Rino Levi, a seguir:

a) Arranjo 01 – lotação 3.000 lugares

Esta configuração corresponde numa lotação máxima do auditório, com 3.000 lugares, com o palco na posição original e uma plateia que ocuparia todo o perímetro (2.300 lugares), além da ala inferior do auditório (700 lugares).

Segundo Rino Levi, esta configuração atenderia a Aula Magna (700 lugares para congregação e 2.300 lugares para o público geral), a cerimônia de colação de grau (700 doutorandos e 2.300 lugares para público geral, além de uma parte do palco para os professores) e concertos para público de 3.000 espectadores, com a possibilidade de uso do palco entre orquestra e coro.

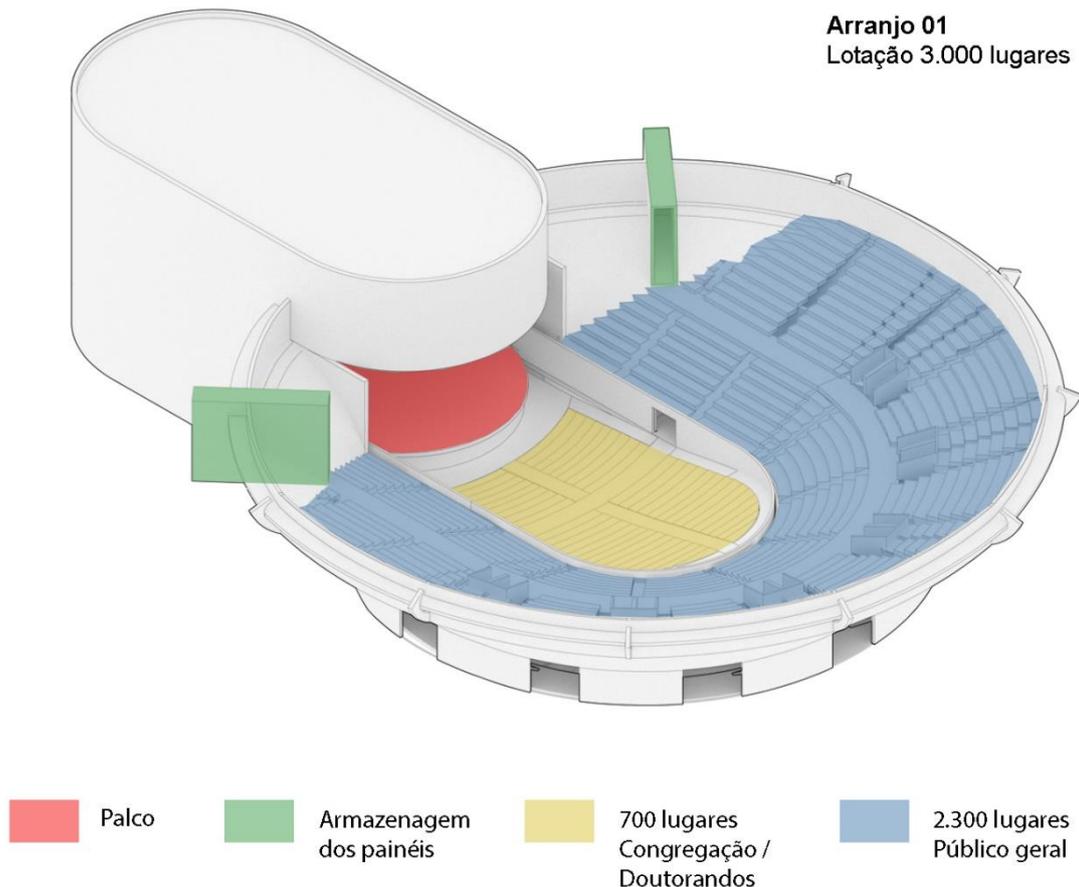


Figura 92: Diagrama tridimensional do auditório com o arranjo com capacidade para 3.000 lugares, que serviria para Aula Magna, colação de grau e concertos. Fonte: elaborado pelo autor.

b) Arranjo 02 – lotação 1.700 lugares

Esta configuração corresponde à uma lotação de 1.700 lugares, com o palco na posição original e uma parte da plateia escondida a partir de painéis deslizantes que deixariam a capacidade da plateia bem menor. Estes painéis sairiam de dois depósitos localizados nas extremidades da plateia através de sistemas de trilhos que liberariam apenas a passagem para as escadas de emergência.

Segundo Rino Levi, esta configuração atenderia também a concertos um pouco menores e a cerimônia que ele chamou de Doutoral, com 700 lugares para congregação e 1.000 lugares para o público geral.

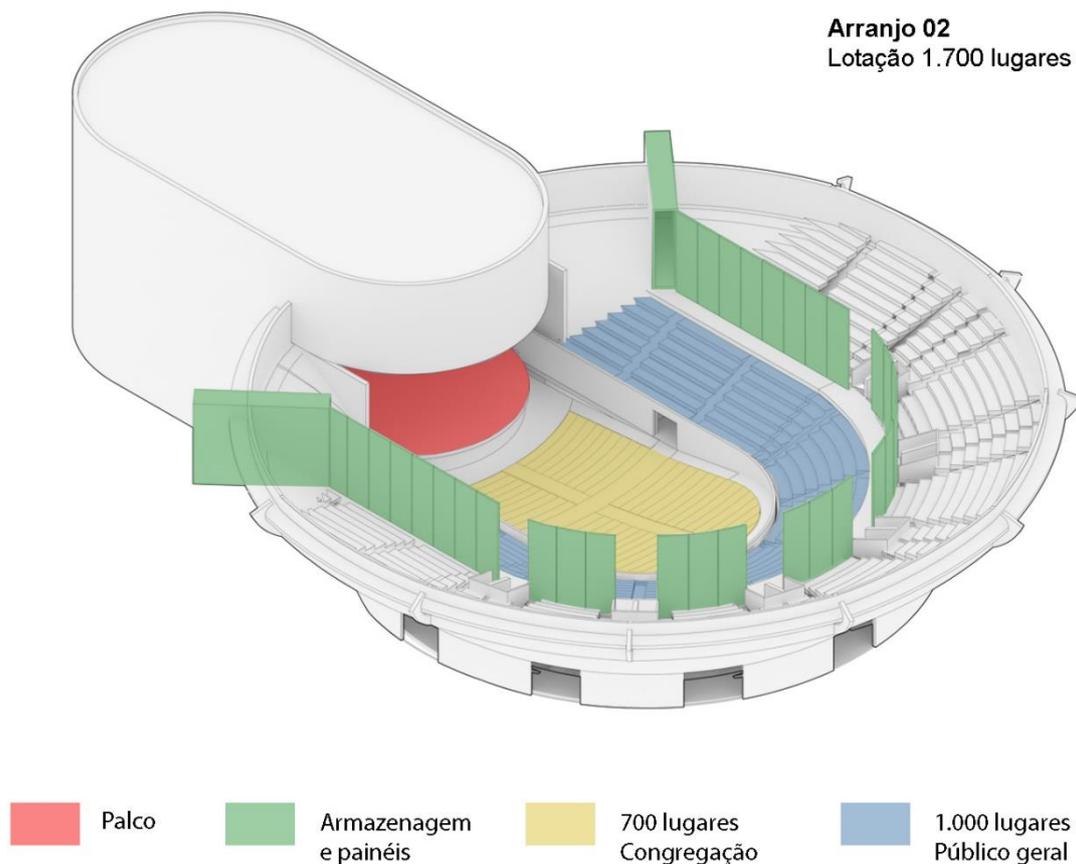


Figura 93: Diagrama tridimensional do auditório com o arranjo com capacidade para 1.700 lugares, que serviria para cerimônia de doutoral e concertos. Fonte: elaborado pelo autor.

c) Arranjo 03 – lotação 700 lugares

Esta configuração corresponde na menor lotação possível a partir dos arranjos desenvolvidos por Rino Levi. Para um total de 700 pessoas, ainda com o palco na posição original sem ser deslocado, painéis fechariam o anel inferior deixando o auditório numa situação bem mais intimista.

Segundo os arquitetos, este arranjo seria o ideal para apresentação de drama com música de câmara, onde o palco seria o destino para a cena e uma plateia de 700 pessoas estaria mais próxima do espetáculo.

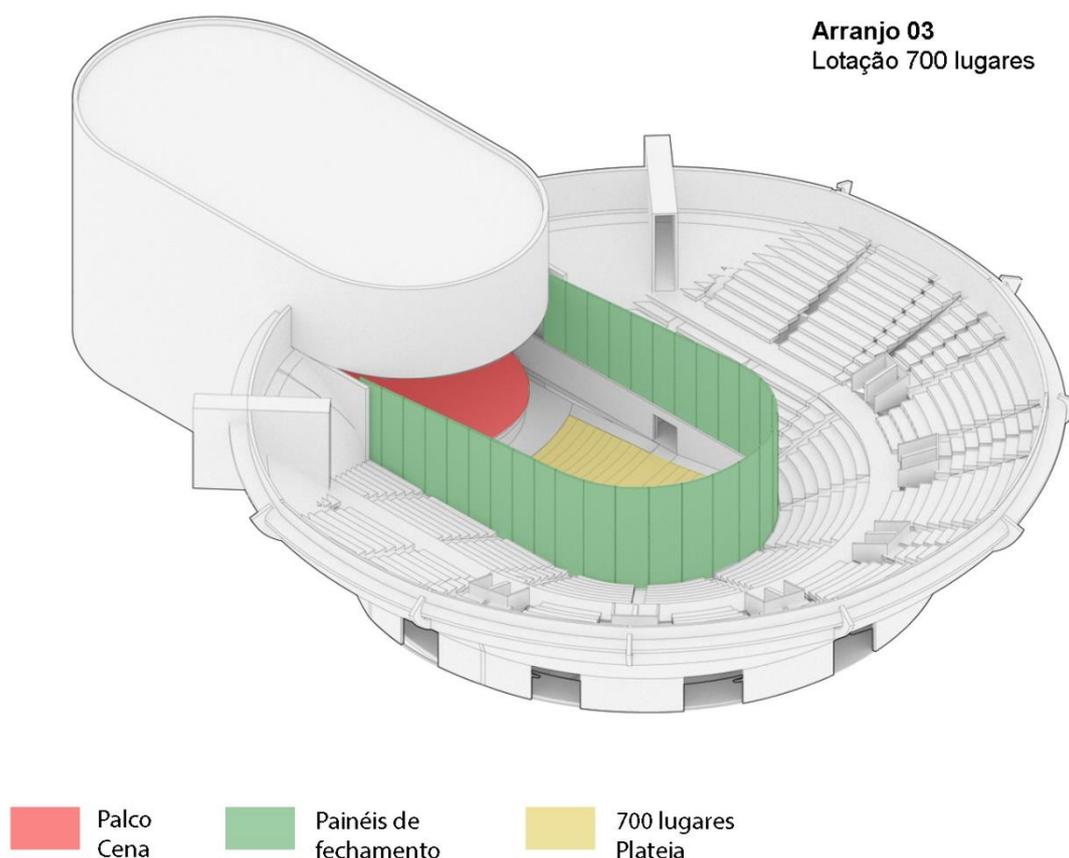


Figura 94: Diagrama tridimensional do auditório com o arranjo com capacidade para 700 lugares, que serviria para espetáculo de música de câmara. Fonte: elaborado pelo autor.

d) Arranjo 04 – lotação 2.300 lugares

Esta configuração corresponde em uma das opções com a plateia disposta nos anéis superiores do auditório e com o deslocamento do palco até o centro do que seria a plateia inferior nos arranjos onde o palco se encontrava na posição original.

Com isso, os 2.300 lugares estariam dispostos ao redor de um grande palco que ocuparia o centro do auditório numa configuração clássica de teatro de arena, ou para apresentação de Ballet, segundo o autor.

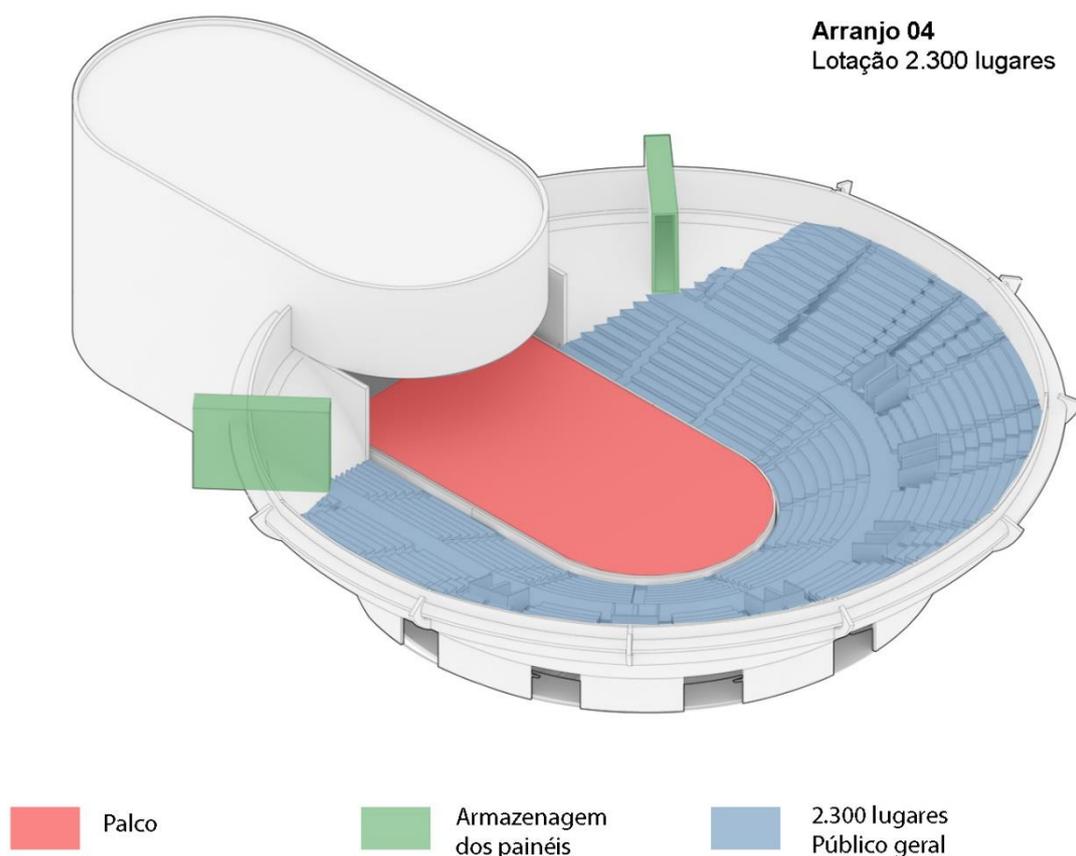


Figura 95: Diagrama tridimensional do auditório com o arranjo com capacidade para 2.300 lugares, com o palco deslocado para o centro do espaço, numa configuração para apresentações de teatro de arena. Fonte: elaborado pelo autor.

e) Arranjo 05 – lotação 1.000 lugares

Este arranjo representa a única configuração onde o artifício de deslocamento do palco se associa com os painéis deslizantes e por isso apresenta a intenção do uso de teatro de arena / ballet numa ocupação menor de público.

Desta maneira, o palco no centro amplia o espaço para a cena, mas a plateia teria uma lotação máxima de 1.000 lugares.

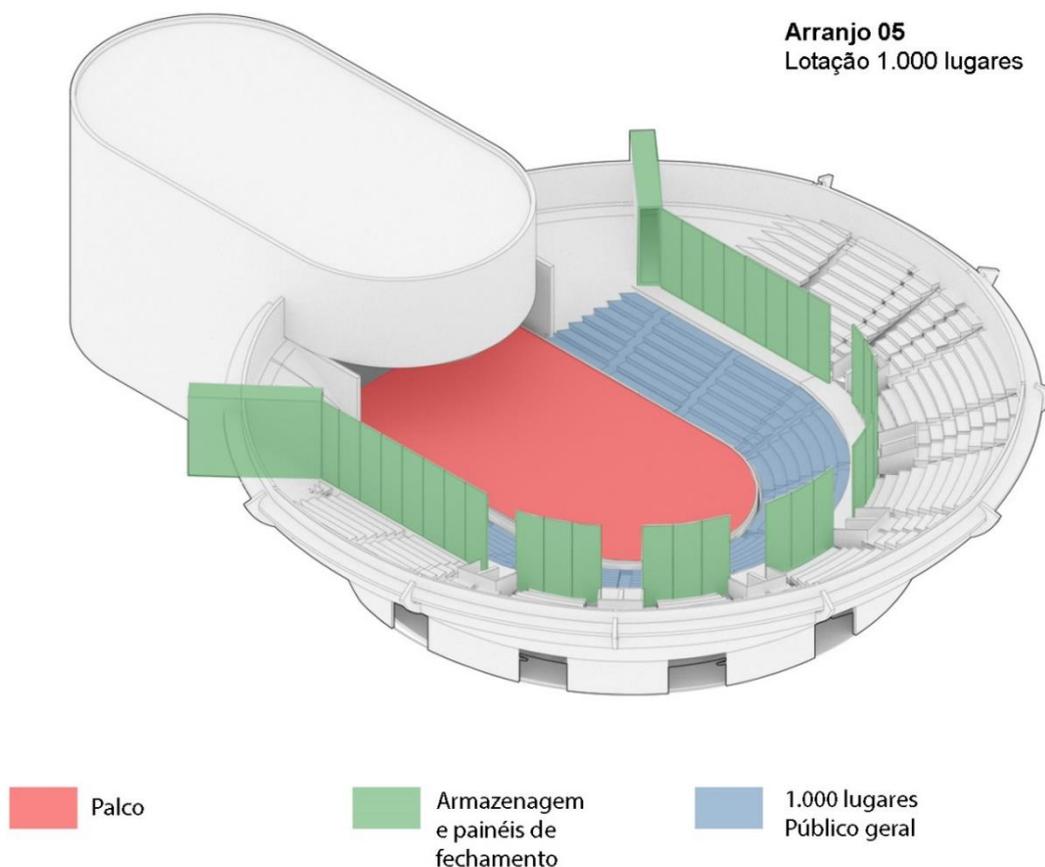


Figura 96: Diagrama tridimensional do auditório com o arranjo com capacidade para 1.000 lugares, com o palco deslocado para o centro do espaço, numa configuração para apresentações de teatro de arena, associado com o fechamento do espaço da plateia com o uso dos painéis deslizantes. Fonte: elaborado pelo autor.

A complexidade do sistema de deslocamento do palco aliado com os painéis de correr que fechariam parte da plateia dão a dimensão do que poderia ter sido este edifício dentro da cidade universitária da USP. Se até hoje a cidade de São Paulo não possui um equipamento deste porte e com esta engenhosidade destinado para atividades culturais, é de se imaginar como seria a implementação deste projeto ainda na década de 1950.



Figura 97: Imagem renderizada com a simulação da praça do centro Cívico junto ao acesso do Auditório, como idealizado no Anteprojeto de 1953. A imagem segue o esquema do paisagismo elaborado pelo paisagista Roberto Burle Marx. Elaborado pelo autor.

4.5. Os anos posteriores e o centro social de Rino Levi para a cidade universitária

Após 1954, quando as comemorações do aniversário dos 400 anos da Cidade de São Paulo arrefeceram e junto com elas as verbas para o campus também acabaram, todos os projetos vistos até o momento foram engavetados, não construídos e o campus passou por um período de revisão dos planos de urbanização.

Com a divulgação do relatório resultante do 8º CIAM, como vimos anteriormente, houve uma mudança de visão em relação às próprias intervenções e projetos para o sistema urbano da Cidade Universitária da USP.

Este assunto só foi explicitamente debatido nos projetos do começo da década de 1960 na Universidade de São Paulo com a revisão do plano de ocupação do campus, promovido pelo arquiteto Hélio de Queiroz Duarte¹¹⁴ que dirigia o Escritório Técnico naquele momento. O ponto mais enfatizado nesta proposta de 1956, chamada de “Replanejamento do Campus” foi justamente o centro da comunidade universitária, também chamado de *core* (coração). Para Duarte, seguindo as conclusões de Sert e dos urbanistas do CIAM, este espaço deveria conter elementos que privilegiassem as relações sociais, em substituição à antiga proposta para o Centro Cívico, da qual era bastante crítico.

“Apontava, ainda, o arquiteto a crescente especulação sobre os terrenos, que ameaçava todas as grandes cidades, e a necessidade de reverter esse processo criando meios para que um novo fluxo de centralização pudesse ocorrer. Nesse sentido, a construção de novos centros de convívio para os cidadãos era fator essencial. A ideia de centro cívico (*core*) vinha incorporada ao princípio de organização das cidades por setores, estabelecendo centros para cada um deles, onde se agrupariam os edifícios públicos, formando espaços adequados para a reunião da população, de forma a poder desenvolver-se o espírito cívico. Também as mais diversas atividades humanas deveriam encontrar lugar nesses centros, promovendo as mais diversas manifestações culturais a partir de um ambiente físico especial, no qual pudesse manifestar-se, de modo concreto, o sentido de comunidade.” (FERNANDES, 2005, p.63).

¹¹⁴ Hélio de Queiroz Duarte (1906-1989). Arquiteto, urbanista, professor. Se formou arquiteto na Escola Nacional de Belas Artes - ENBA em 1930. Entre diversos projetos e parcerias, chefiou o Escritório de Engenharia e Arquitetura da Comissão da Cidade Universitária de São Paulo, de 1955 a 1959.

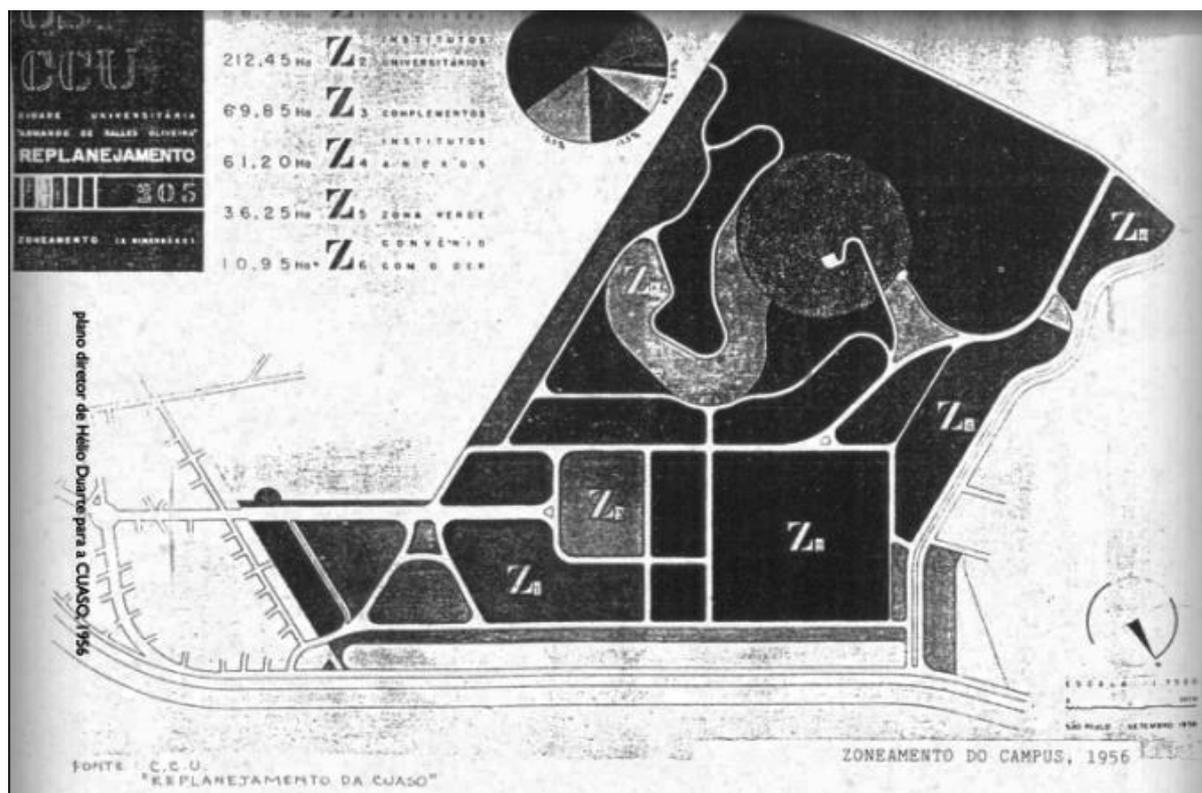


Figura 98: Mapa das Macrozonas – Replanejamento do Campus - Plano de Helio Duarte – 1956. Fonte: LANNA, 2005.

Para que o novo plano pudesse funcionar, Helio Duarte buscou simplificar as zonas e setores de atividades do campus em macrozonas e não mais em pequenos setores divididos apenas pelas atividades (figura 98). As grandes zonas foram denominadas como Z1: Habitação; Z2: Institutos Universitários; Z3: Complementos; Z4: Institutos Anexos; Z5: Zona Verde; Z6: Conveniada.

Com esta simplificação de zonas e setores, foi proposta também a alteração do traçado de vias de veículos que de certa forma acompanhava esta simplificação em grandes áreas. Foram retiradas as vias secundárias e criadas grandes quadras, além da alteração da avenida de acesso que antes tinha quatro pistas e passou a ter apenas duas, como se vê nos mapas comparativos a seguir.

Com isso, o campus perdia sua grande avenida de ingresso – parkway – numa clara divisão das hierarquias viárias e numa proporção mais condizente com as demais vias de acessos de veículos. Perdia, na verdade, o simbolismo das propostas

desde os anos 1930 até o começo dos anos 1950 num caráter mais ordinário de traçado, muito apoiado com os traçados modernistas das super quadras, onde a ligação interna entre os edifícios se dava a partir dos fluxos internos de pedestres e usos comuns.

Consta no memorial do próprio arquiteto, que acompanhou a apresentação do plano, propostas e justificativas de estudos sobre a ocupação do que seria este *core*. É curioso o destaque dado para a sazonalidade de seu uso, a partir de um conceito de população fixa e flutuante que podia ocupar o espaço. Segundo o texto, o plano residiria no “aspecto sociológico”, onde a relação entre as associações de professores, alunos, imprensa universitária e locais de lazer deveria propiciar o desejado “espírito universitário”.

“Logo o *Core* torna-se o suporte material, indispensáveis às interações (...). O *Core* suaviza os *contatos institucionais* ao tempo em que procura dar ênfase aos *contatos primários*.” (Fundusp – Planosp.doc, 1998, p.10).

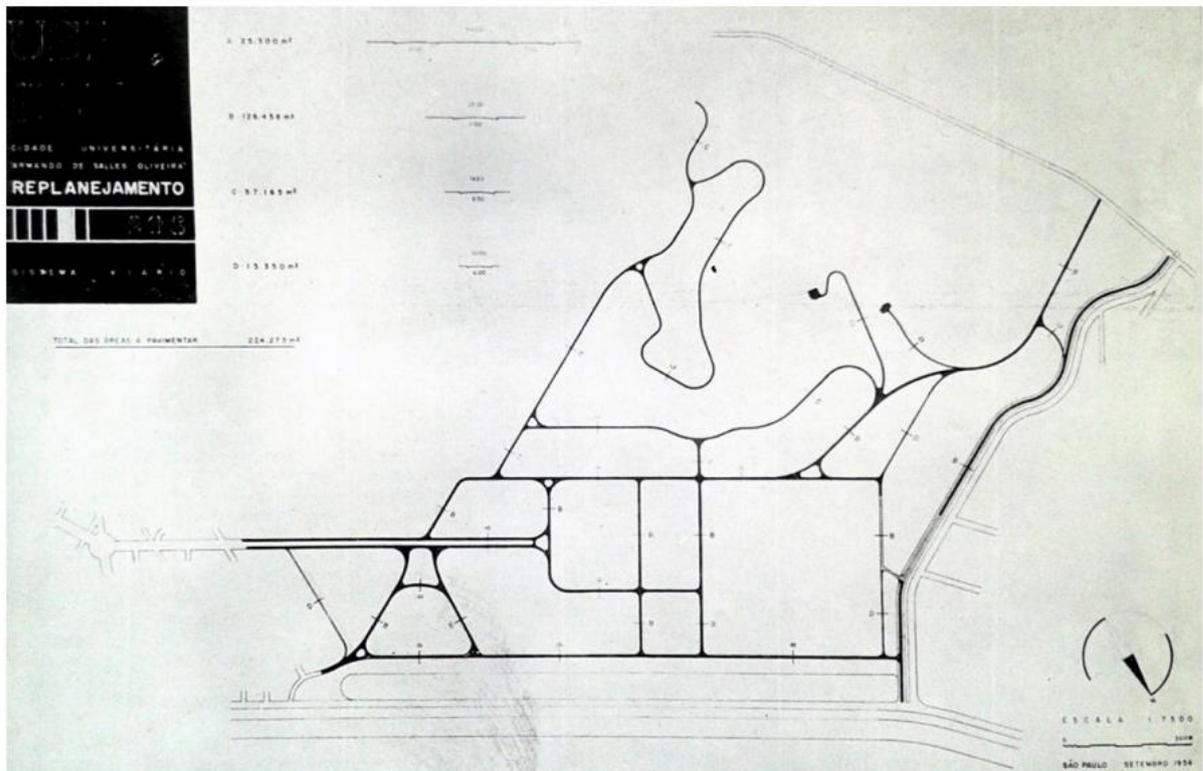
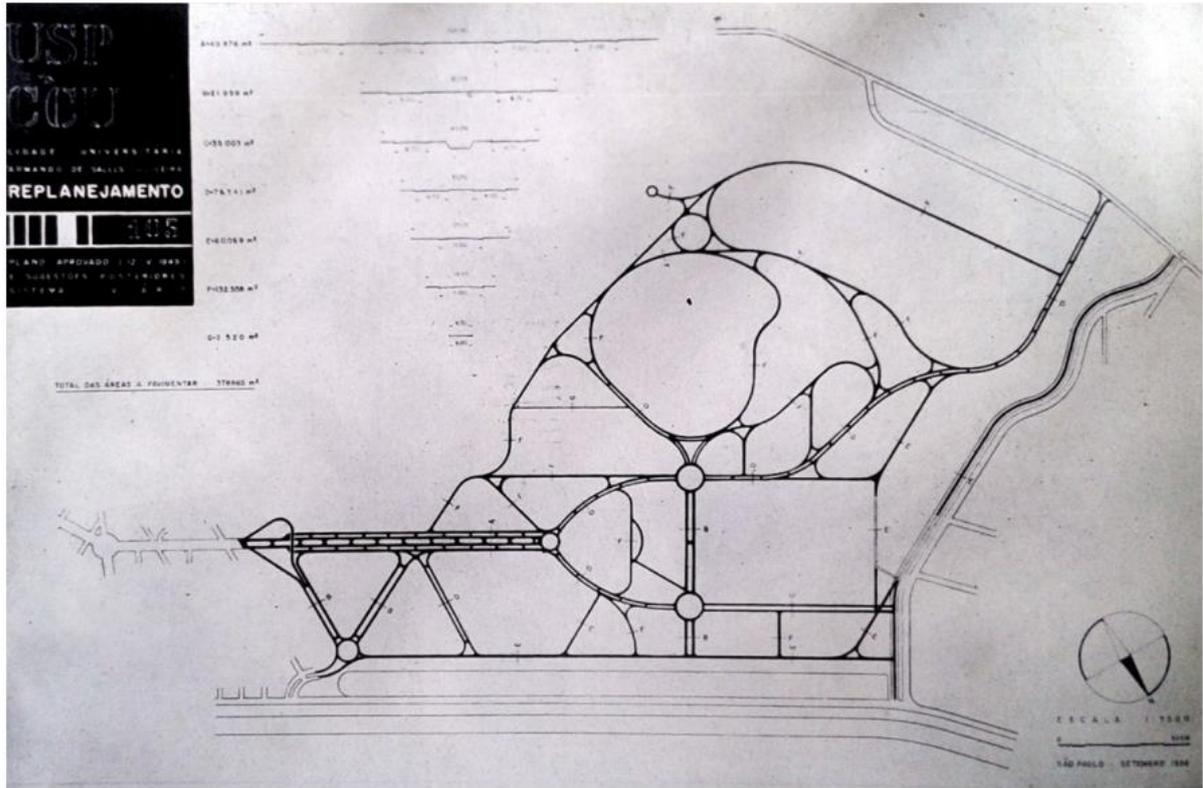


Figura 99: Montagem com os mapas da proposta de Replanejamento do Campus, conhecido como Plano de Helio Duarte de 1956. No mapa superior, o traçado das vias anteriormente à revisão do plano do campus e no mapa inferior a proposta do Escritório Técnico chefiado por Helio Durate. Fonte: LESSA, 2017, editado pelo autor.

Esta nova abordagem serviu de pano de fundo para novas propostas arquitetônicas de intervenção no campus. O próprio arquiteto chefe do Escritório Técnico propôs o que poderia ser o novo Centro Cívico – *Core* – neste projeto de Replanejamento (figura 100). É explícita a referência ao 8º CIAM na proposta de Hélio Duarte para o Core da Cidade Universitária, assim como é também curiosa a apropriação dos elementos que compunham o Centro Cívico de 1952, como a Torre Universitária, a Reitoria, a Biblioteca e o teatro, que mantinham inclusive a tipologia formal que a proposta de Rino Levi no plano anterior. Além destes programas, o *Core* de Duarte ainda continha Prefeitura, Galeria, Hotel, Salão de Baile e atividades comerciais.

Segundo documento do Fundusp (Fundo de Construção da Universidade de São Paulo)¹¹⁵, em documento de 1998, o plano de Hélio Duarte ainda tinha mais algumas justificativas, como se lê neste trecho:

“Constatando a dispersão dos empreendimentos na gleba, e procurando associar ensino à pesquisa, num meio termo entre a estruturação naquela época considerada teoricamente ideal e a existente na USP, bem como reunir ‘organicamente’ as unidades universitárias, pretendeu-se estimular os contatos e relações de vizinhança através de ‘sub-centros’ e uma reorganização da Praça Central (‘Core’), onde foram reunidos, ‘de um lado, os edifícios da administração (reitoria – o prédio existente da Reitoria cederia lugar à Faculdade de Filosofia – e Prefeitura), Biblioteca Central e Aula Magna, constituintes do centro Cívico; de outro lado, garimpando encosta amável, os edifícios que constituirão o centro comercial e social da comunidade universitária, e, de permeio, um lago’.” (Fundusp – Planosp.doc, 1998, p.10).

¹¹⁵ “No início da década de 1960, dentro de uma política de Programação de Investimentos Públicos e de apoio à Educação, o Grupo de Planejamento do Governo Carvalho Pinto destinou verbas também à Cidade Universitária. O Escritório Técnico é transformado então em Fundo de Construção da Cidade Universitária, com personalidade jurídica própria, o que lhe permitiu agir com desenvoltura na execução das tarefas construtivas e administrativas do empreendimento.” (Fundusp – Planosp.doc, 1998, p.11).

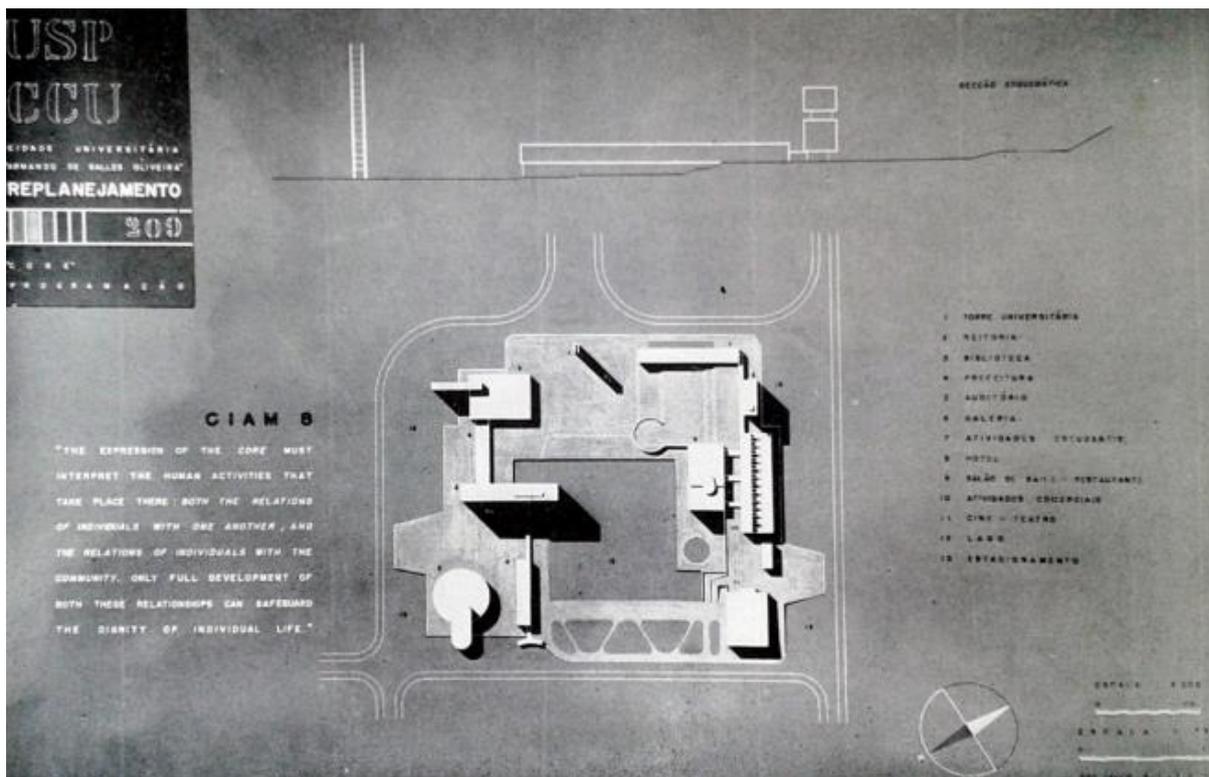


Figura 100: Folha de apresentação do projeto de Replanejamento do Campus de 1956. Core proposto pelo arquiteto Hélio Duarte e Escritório Técnico. Nota-se a referência de texto sobre o 8º CIAM. Fonte: LESSA,2017.

A referência ao 8º CIAM na folha de apresentação do *core* de Hélio Duarte, com o texto, em inglês (como se lê abaixo), sintetiza o pensamento deste período impulsionado pelos novos ventos do urbanismo moderno a partir de Sert e dos demais pensadores dos anos 1950 e 1960, que finalizaram em 1956 os encontros de arquitetura moderna. O encontro na Inglaterra, em 1951, marcou não só uma mudança de pensamento e revisão dos tratados urbanos iniciais promovidos sobretudo por Le Corbusier, como também antecipou outros grupos e pensamentos acerca do urbanismo, como no X CIAM¹¹⁶ promovido pelo Team 10¹¹⁷, onde ficaram de fora Walter Gropius além do arquiteto Corbusier.

"The expression of the core must interpret the human activities that take place there: both the relations of individuals with one another, and the relations of individuals with

¹¹⁶ X Congresso de Arquitetura Moderna (CIAM) ocorrido em 1956 na cidade de Dubrovnik, na Iugoslávia. Marca um novo momento do pensamento moderno com o surgimento do Team 10.

¹¹⁷ "O Team 10 (também conhecido como Team X) refere-se a um grupo (sem vínculo formal) de arquitetos reunidos após a dissolução do Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAMM) com o objetivo de rever os seus conceitos. Entre seus membros mais assíduos e importantes estiveram Jaap Bakema, Georges Candilis, Aldo van Eyck, Giancarlo De Carlo, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods. O grupo formava uma "geração mais jovem" que pretendia manter o espírito do CIAM através de uma revisão crítica." In https://pt.wikipedia.org/wiki/Team_10

the community. Only full development of both these relationships can safeguard the dignity of individual life”¹¹⁸. (Trecho transcrito da folha 209 de apresentação do plano de Replanejamento da Cidade Universitária da USP de 1956).

O assunto do coração das cidades se tornou peça-chave nos projetos do arquiteto Hélio Duarte naquele período. Além do *Core* para a Cidade Universitária de São Paulo da USP, Duarte também propôs o campus da Escola de Engenharia de São Carlos e o campus da Universidade de Santa Catarina, ambos baseados no mesmo conceito, como explica LESSA (2016):

“Como citado antes, a essa altura Duarte já tinha projetado o campus da Escola de Engenharia de São Carlos e da Universidade de Santa Catarina, e em ambos experimentou o projeto de core; e o projeto para o campus da Escola de Engenharia de São Carlos não teve melhor destino que a reformulação proposta para a cidade universitária da USP. Desenhado em 1952, foi o primeiro dos projetos de *campi* universitário de Duarte. Do complexo (*figura 101*), apenas a edificação principal foi construída, o edifício E1.” LESSA, 2016, p. 20.

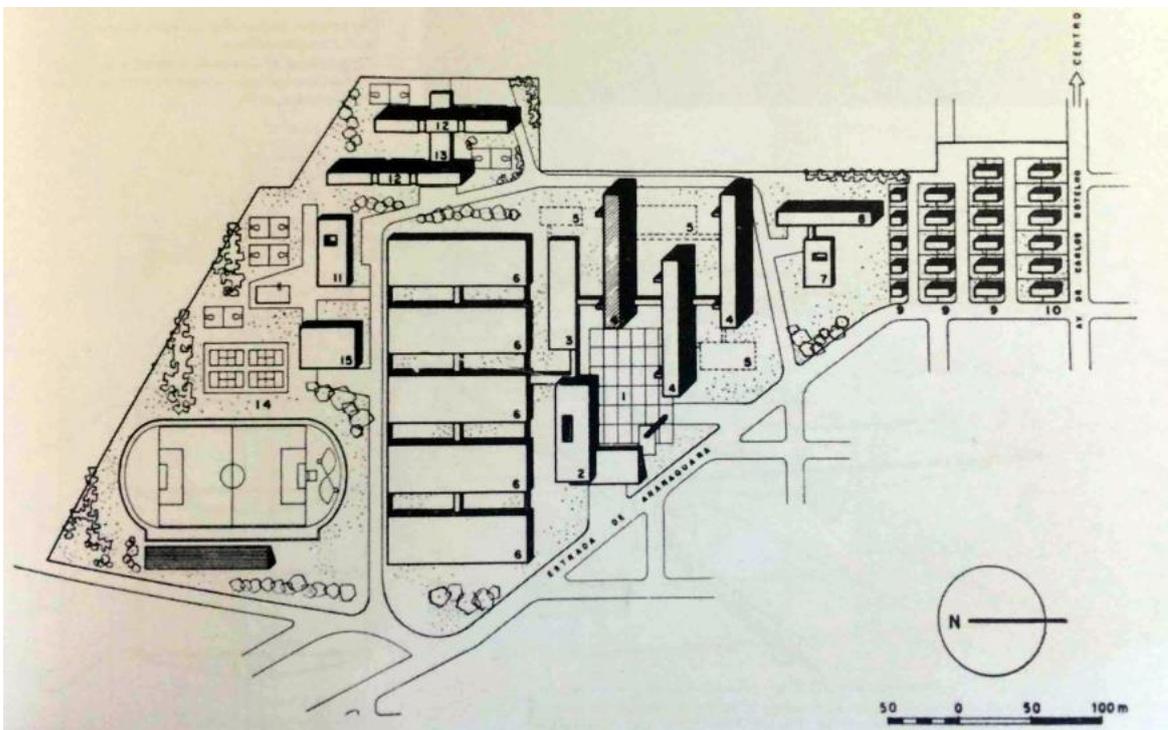


Figura 101: Projeto do campus da Escola de Engenharia de São Carlos. Fonte: Revista Acrópole, 1959, p. 324. In LESSA, 2017.

¹¹⁸ Tradução livre, do autor: “A expressão do *core* deve interpretar as atividades humanas que se passam ali: tanto as relações dos indivíduos uns com os outros, quanto a relação dos indivíduos com a comunidade. Somente o total desenvolvimento desses dois tipos de relação garante a dignidade da vida individual.”

Assim como as propostas para Santa Catarina e São Carlos, o desejado *core* da Cidade Universitária, tal como idealizado por Hélio Duarte, nunca saíram do papel. Em seu plano de replanejamento do campus, contudo, o arquiteto e sua equipe também questionaram a forma como os edifícios estavam previstos nos planos anteriores, sobretudo de 1949, uma vez que segundo ele, os prédios não tinham prazo para serem construídos, eram caros demais e tinham programa muito fixo e por isso acabavam não sendo construídos.

Para o arquiteto, os edifícios deveriam ser mais baratos e principalmente mais flexíveis e por isso com sistemas que privilegiassem a construção mais rápida. Apesar de nunca ter indicado qual seria a solução, se imagina que ela passaria por algum grau de pré-fabricação ou modularidade das soluções em edifícios com soluções mais genéricas, o que também não se concretizou.

4.5.1. O Centro Social

Os escassos recursos financeiros no período cujo chefe do Escritório Técnico era o arquiteto Hélio Duarte naufragaram suas tentativas de viabilização do pretendido *core* da Cidade Universitária. Entretanto, o projeto teve uma sobrevida durante a reitoria de Antonio Barros de Ulhôa Cintra¹¹⁹ (1960-63) favorecida pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto¹²⁰, como explica ANELLI; GUERRA; KON, 2019:

“O arquiteto Paulo de Camargo e Almeida, nomeado diretor executivo do recém-criado Fundo para a construção da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira – Fundusp, enxerga no empreendimento a oportunidade para uma demonstração do grau de desenvolvimento da arquitetura moderna paulista. Contando com a colaboração dos principais arquitetos de São Paulo, em sua maior parte professores da FAU, as ações de Camargo e Almeida se concentraram em duas linhas: reforçavam a proposta do *core* e criavam uma esplanada interligando várias unidades ao longo da atual avenida Luciano Gualberto”. (ANELLI; GUERRA; KON, 2019, p. 205).

¹¹⁹ Antonio Barros de Ulhôa Cintra (1907-1998) foi um médico, professor e pesquisador, reitor da USP entre 1960 e 1963, e primeiro presidente do Conselho Superior da FAPESP.

¹²⁰ Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910 – 1987) formou-se em direito em 1931 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi governador do estado de São Paulo entre 1959 e 1963 e posteriormente foi Ministro da Fazenda do governo João Goulart e Senador da República.

Sob o conceito programático do crítico de arte Mario Pedrosa¹²¹ que entendia que o *core* da Cidade Universitária deveria ter a clara distinção em relação ao *core* de qualquer cidade, uma vez que seu público seria mais homogêneo. Por isso, acreditava que a “ideia de síntese” deveria prevalecer e englobar as atividades que compunham a vida universitária. Para Pedrosa, era preciso se atentar para o espaço criado a partir das formas arquitetônicas, a fim de “torná-lo não um centro realmente de convivência, mas um local frio, deserto, sem vida, por lhe faltarem recursos e as fontes recreativas de uma comunidade urbana real”¹²²

De acordo com SEGAWA, 2012, Mario Pedrosa ainda definiu que as “atividades fundamentais” e que deveriam compor o *core* da universidade seriam o conjunto com Reitoria, Conselho Universitário e Aula Magna, a Biblioteca Central e o Museu, com seus devidos anexos. Fica claro, portanto, que o *core* seria, além da incorporação do conceito de vitalidade dos centros urbanos e da sociabilidade, uma revisão dos programas previstos no centro Cívico elaborado por Rino Levi praticamente uma década antes.

Entretanto, os projetos pensados para o Centro Social apresentavam programas que extrapolavam os edifícios administrativos e buscavam de certa maneira os espaços de interação entre o público universitário e sua interface entre as atividades do campus com a cidade de São Paulo.

Dado sua localização estratégica no acesso principal ao campus, através da antiga *parkway*, o conjunto deveria conter também serviços como posto de gasolina, hotel e estação rodoviária. A ideia deste plano era, de fato, criar uma *cidadela* dentro da Cidade Universitária e que por sua vez se relacionaria com a cidade de São Paulo numa tentativa de geração e manutenção da vida urbana, sendo desta maneira, o *coração* da Cidade Universitária.

Para isso, o projeto deste conjunto contou com projetos de diversos arquitetos, como explica ANELLI; GUERRA; KON:

¹²¹ Mário Xavier de Andrade Pedrosa (1900 – 1981) foi um escritor, jornalista, crítico de arte e ativista político.

¹²² Parecer de Mario Pedrosa sobre o Core da Cidade Universitária, de 14 de novembro de 1962, retirado de SEGAWA, 2012.

“No centro, projetado por Oswaldo Bratke, a praça Cívica seria faceada pelo Museu, pela Biblioteca Central e pela Reitoria (reitoria, Conselho Universitário e Aula Magna). Na face Nordeste, a longa série de edifícios laminares do Conjunto Residencial da USP – Crusp, projetado por Eduardo Kneese de Mello, garantiria a animação do uso habitacional. Na face Sudoeste, o Centro Social, projetado por Levi, constituiria a principal interface dessas unidades com a cidade de São Paulo, concentrando atividades geradoras de grande fluxo de pessoas.” (ANELLI; GUERRA; KON, 2019, p. 207).

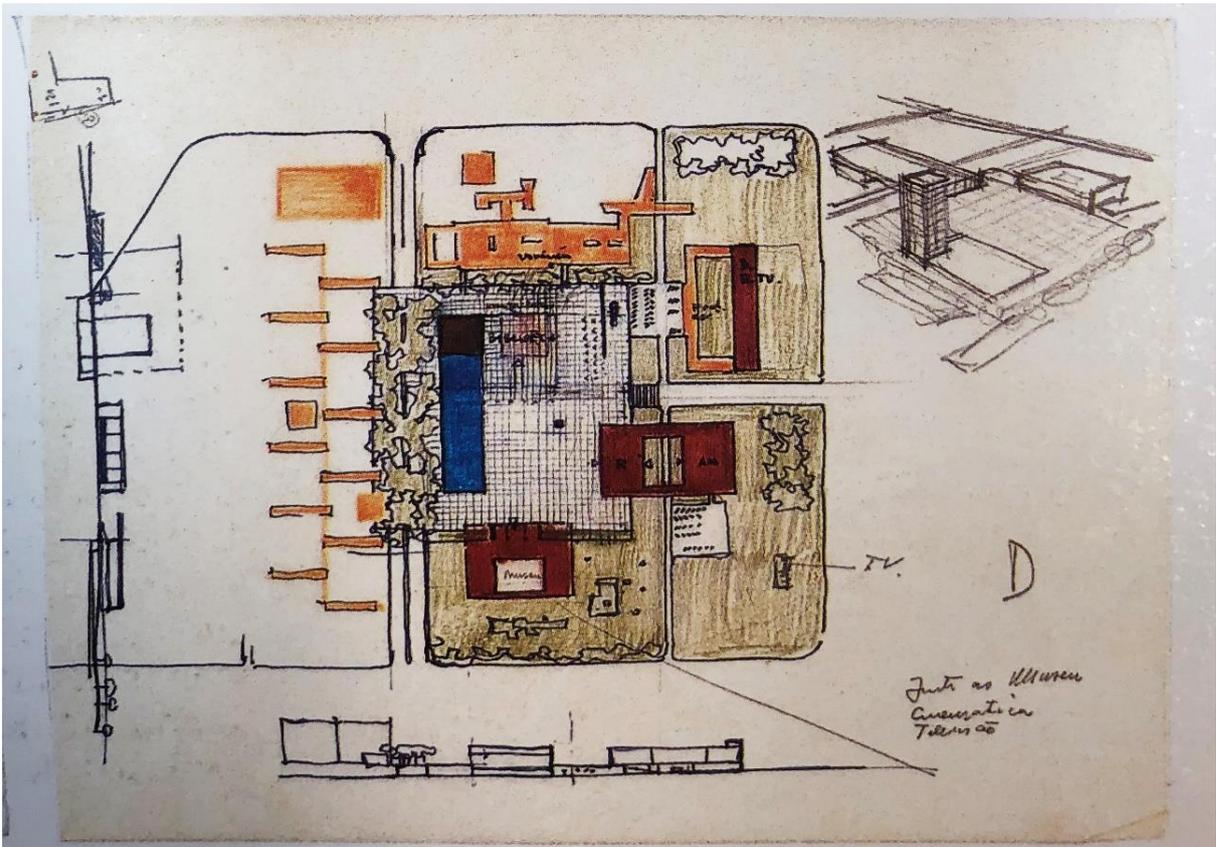


Figura 102: Croquis de Oswaldo Bratke para o conjunto do Core da Cidade Universitária. Em laranja, na parte superior do desenho está o Centro Social projeto por Rino Levi. Fonte: SEGAWA, 2012.

A contribuição de Rino Levi para o conjunto, através do projeto do Centro Social, é de grande relevância uma vez que é nele que se daria a interface dos programas *intra-campus* com os usos *extra-campus*. Nele se concentravam: estação rodoviária; centro comercial; cinema; estar, jogos e bar; restaurante, serviço social, centro de saúde, pronto socorro, hotel e posto de gasolina.

A solução dada por Levi para englobar programas tão distintos viria a inaugurar uma solução posteriormente bastante utilizada em diversos projetos da arquitetura

moderna paulista, com uma grande cobertura que articula os espaços e programas nela contidos. Um engenhoso sistema de vigas de concreto em formato “V”, como se vê na figura 103, que por sua vez apoiam claraboias que propiciariam uma luz difusa e uniforme, garantiam iluminação à esta grande cobertura, e os programas seriam conectados a partir de marquises.

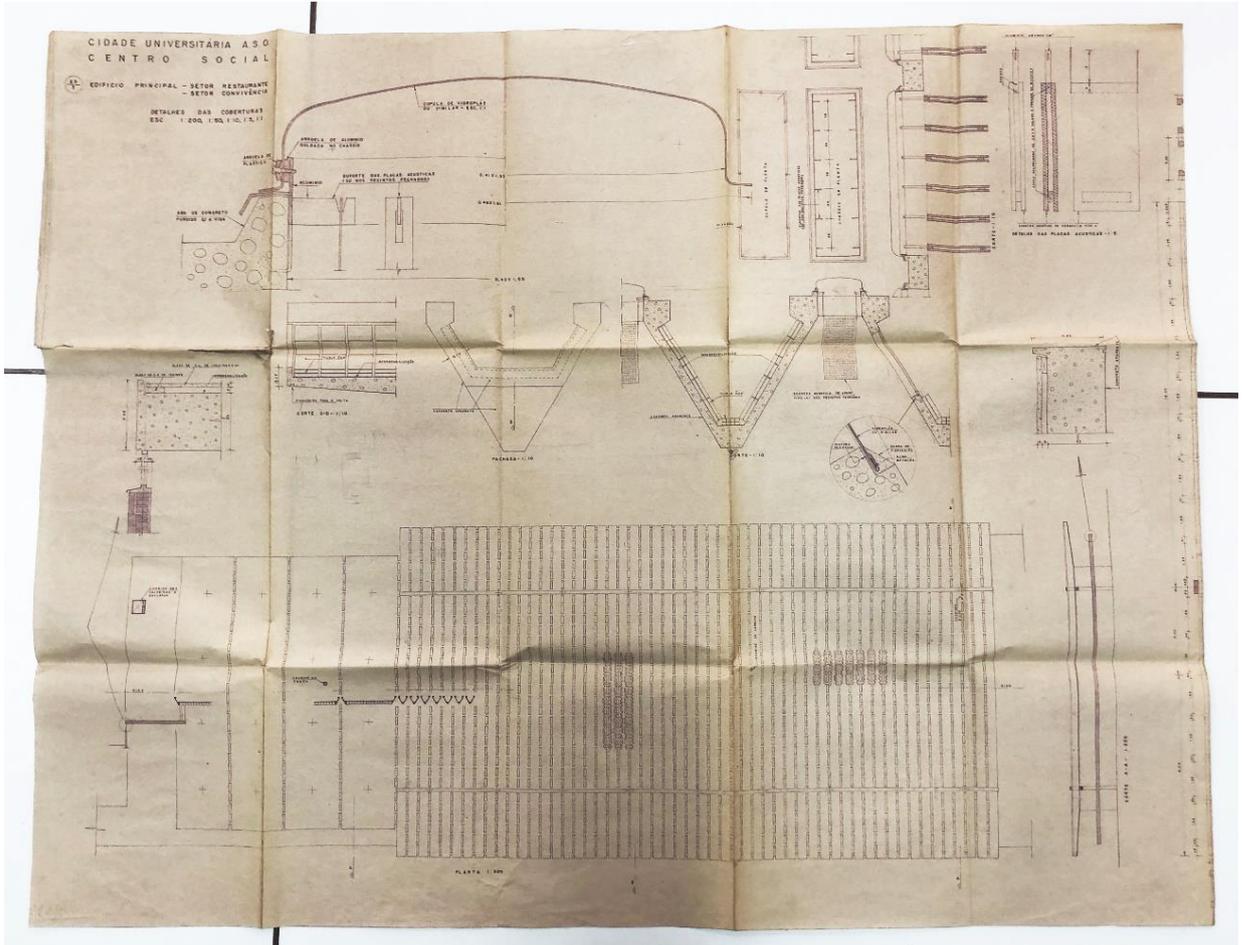


Figura 103: Detalhe do sistema de vigas em V e fixação das claraboias acrílicas. Fonte: Arquivo FAU USP.

O resultado é um conjunto uniforme promovido por um grande edifício laminar com um ritmo estrutural homogêneo e uma luz difusa e democrática. De certo modo, é similar a concepção espacial promovida por Vilanova Artigas no projeto do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, iniciado em 1961, praticamente no mesmo período.

Seria, de fato, um avanço no conceito de sociabilidade, criticada no Centro Cívico do começo dos anos 1950, além do avanço no que diz respeito a técnicas construtivas, com acenos à sistemas de pré-fabricação. Entretanto, como no projeto

anterior, o Centro Social ou qualquer outro projeto do core da Cidade Universitária também ficou apenas no papel como parte de uma história não construída da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.

Na década de 1960, um período de pujança com os investimentos do Governo Carvalho Pinto e a criação da Fundusp, e ao mesmo tempo de turbulência com o golpe militar de 1964 e com as posteriores cassações de professores, houveram alterações importantes no traçado urbano do campus e em projetos que deixaram legado na construção da arquitetura moderna paulista.

O chamado “Plano de Ação” de 1961/62 seguiu a tendência estudada naquele momento para a especialização, com a determinação da criação de departamentos que reunia áreas do conhecimento para além da disciplina ou cadeira universitária. Foram criadas neste período o Setor “das Químicas” que reunia todas as disciplinas de química de diversas escolas e institutos, e o Setor das Ciências Biomédicas que dava apoio para disciplinas das Faculdades de Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia e Farmácia.

Para tal sistematização em grandes setores, houve mais uma simplificação do traçado de vias do campus, reduzindo ainda mais o número de vias secundárias. A avenida principal foi encurtada e não chegava mais ao espaço da Praça Central, fazendo uma divisão longitudinal ao sul da quadra do antigo Centro Cívico.

Foi neste período que se consolidaram projetos e obras de arquitetura importantes no cenário paulista e nacional da arquitetura moderna. Foi construído o complexo esportivo de Ícaro de Castro Mello, que serviu de apoio para os Jogos Pan-americanos de 1963, e o Conjunto Residencial da USP – CRUSP – do arquiteto Eduardo Knesse de Mello. Primeiramente previsto para abrigar atletas dos Jogos Panamericanos de 1963 e depois habitação para estudantes, foi um dos primeiros projetos construídos em sistema modular e pré-fabricado.

Deste plano e da tentativa de se estabelecer os grandes setores, surgiu um dos mais importantes projetos para a Cidade Universitária. Margeando a avenida desviada da Praça Central foi imaginado um conjunto conhecido como “Corredor das Humanas”. Assim como o Setor das Químicas e das Ciências Biomédicas, o *Corredor das Humanas* seria uma grande gleba destinada às diversas faculdades que

compõem os estudos afins, neste caso o das “humanidades”, sendo destinado unidades da então FFCL (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras), naquele momento associada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

O arquiteto carioca Paulo Camargo e Almeida, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil assumiu no início da década de 1960 o cargo de primeiro diretor executivo da Fundusp e, numa tentativa de junção dos departamentos da FFCL e da FAU para sanar as dificuldades de comunicação entre as escolas e institutos, promoveu um grande projeto que pretendia integrar as seis faculdades formando este grande setor. Camargo e Almeida convocou os então professores e atuantes arquitetos para elaborar um projeto para cada Faculdade através de um grande eixo que os estruturasse como conjunto.

Convidou os arquitetos Pedro Paulo de Melo Saraiva para o edifício da Geologia, Paulo Mendes da Rocha para Filosofia e Sociologia, Joaquim Guedes para Matemática, Carlos Millan para Letras, Eduardo Corona para a Geografia e História e, em uníssono, todos definiram Vilanova Artigas para o prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O projeto foi pensado com sistemas estruturais com mesmo partido de grades vãos, circulação por rampas e um caminho comum de acesso ao térreo, no passeio público. A ideia era a criação de uma grande esplanada de acesso de pedestres, num chão público comum que ligaria fisicamente e conceitualmente os diversos campos do conhecimento humano e que estaria próxima ao Centro Social projetado como *Core* da Cidade Universitária, numa transição entre o tecido urbano e o da universidade.

“Esses arquitetos se ocuparam também em redesenhar o traçado inicial da Cidade Universitária, de 1954, que propunha uma divisão ainda maior das quadras e entre as faculdades. Propuseram tal caráter ao eixo das humanidades, e a sua ligação com a Praça central, atual praça do Relógio, onde estaria o ‘core’ da Cidade Universitária. O projeto de Rino Levi para o centro de convivência previa diversos equipamentos que serviriam de congregadores da vida do campus. O que se propunha então era justamente o encontro entre os estudantes, para que o debate e a troca de ideias se desse para fora de suas faculdades específicas, promovendo uma articulação entre as diversas áreas do conhecimento aos moldes do que propunha o ciclo básico da UnB, programa definido por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.”

(Periódico “Corredor das Humanas”, Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU USP, 2009).

O desvio da avenida de ingresso proposto em 1962 criava assim uma avenida que de um lado mantinha o antigo espaço do centro Cívico, agora composto pelo Conjunto de Residenciais da Usp e Centro Social e de Convivência, o *Core* da Cidade Universitária, e do outro lado o conjunto conhecido como Corredor das Humanas. Deste complexo apenas os prédios da Faculdade de Geografia e História, de autoria de Eduardo Corona e o célebre edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo elaborado pelo Artigas foram construídos.

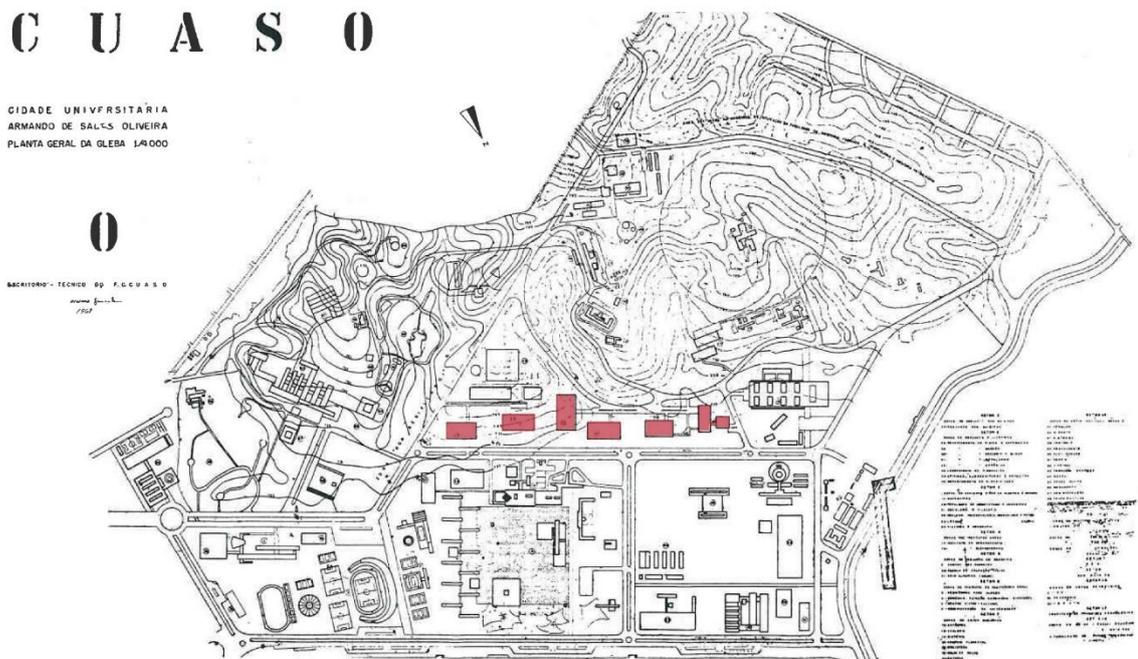


Figura 104: Mapa do Plano de Ação 1962. Nota-se a formação das grandes quadras, a implantação do Crusp, do setor esportivo e do corredor das humanas, destacado em vermelho. Fonte: www.puspc.usp.br/institucional/historia-da-cuaso/ editado pelo autor.

Em 1966 o traçado das vias sofreu novo redesenho, a pedido da Reitoria, com a avenida de ingresso novamente chegando diretamente ao *Core* e a área de convivência. Para isso, foi demolido um dos edifícios do Conjunto Residencial – Crusp – que por si já demonstrou a violência da intervenção em um projeto praticamente acabado, mas ao mesmo tempo mostrou a potência e virtude de um projeto pré-fabricado, uma vez que o edifício desmontado foi reinstalado em outro local como

administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Por outro lado, o eixo recriado proporcionou novamente o terreno em que anos mais tarde foi construída a Torre Universitária – do Relógio – projeto de Rino Levi engavetado desde a proposta de 1952 e 1953, construído em 1972.

Os anos seguintes foram marcados por algumas obras que estavam em andamento com este último plano, e no seu prédio mais icônico na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Entretanto, por questões políticas e problemas financeiros com as crises dos anos 1970, a Cidade Universitária passou por novos planos de modulação da construção e de adaptações para as novas demandas das Escolas, Faculdades de Institutos. No final dos anos 1980 e início dos 1990, houve grande impulso com a interação através do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que passou a privilegiar a preservação, setorização e descentralização dos equipamentos através da circulação de pedestre.

A Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, nomeada em agosto de 1956 de “Cidade Universitária Armando Salles Oliveira” – CUASO – através de uma lei assinada pelo então Governador Jânio Quadros, é fruto de um complexo processo desde sua fundação. Seu traçado e edifícios, jardins e espaços vazios são resultado de um longo trajeto de obras construídas e não construídas, de projetos engavetados ou modificados, que formam o patrimônio arquitetônico e urbanístico não só da própria Universidade, mas como da arquitetura paulista e brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a sua criação na década de 1930, dos anos de pujança e financiamento para as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo nos anos 1950, das revisões ideológicas das décadas de 1960 e dos traçados urbanos até os dias de hoje, a trajetória da arquitetura e urbanismo da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo reflete a história não só da arquitetura brasileira, mas de suas correntes de pensamento, embates e difusão, aproximação e afastamento dos tratados e vanguardas internacionais e dos momentos políticos do país.

Este território também foi palco de experimentações arquitetônicas de nomes desconhecidos, mas de grandes figuras da arquitetura paulista e brasileira do século XX. O arquiteto Rino Levi, objeto desta pesquisa, foi um destes importantes agentes na consolidação do patrimônio arquitetônico da USP e sobretudo da Cidade Universitária em São Paulo. Paradoxalmente, é muito mais farta sua produção para a USP de projetos não construídos do que a que de fato realizados, mas resgatar estes projetos se torna fundamental para entender os enlaces de sua obra e da história do campus Butantã da USP.

O projeto para o Centro Cívico da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, projeto do início dos anos 1950, um grande complexo de uso coletivo que abrigava os edifícios da Biblioteca Central, Auditório Universitário, Torre universitária e estava implantado numa grande praça ao lado do edifício da Reitoria, abarcava em si questionamentos importantes em relação ao enfrentamento da arquitetura na escala urbana.

Protagonista do plano que triunfou para a implantação da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, o Centro Cívico ou a “grande praça destinada a conter, em zona privativa e tranquila, a Reitoria, a Biblioteca e Teatro”, como descreveu CAMPOS (1954, p.111), foi talvez o projeto mais emblemático daquele período. Do ponto de vista simbólico, englobava em seu conceito os principais edifícios administrativos e de uso coletivo do campus, além de representar, como vimos, o destino natural a partir da grande avenida de ingresso.

Estudar este projeto, neste período específico, permite relacionar a obra do arquiteto paulista e sua trajetória profissional com as discussões acadêmicas sobre arquitetura e intervenções urbanas vigentes no período. A difusão da análise e intervenção urbana, que levava em consideração a dimensão humana e suas relações com o espaço público e coletivo começava a ganhar corpo na crítica especializada ainda na década de 1950. A própria proposta de Rino Levi para o Centro Cívico da Cidade universitária foi criticada no final dos anos 1950 e começo dos anos 1960 pelo jornalista e crítico literário Geraldo Ferraz¹²³. Segundo Ferraz, o problema do projeto de Levi para a USP era justamente não abarcar o “centro de relações sociais e humanas, de palestras dos pequenos grupos, de divertimentos limitados”.

A crítica ao projeto, na ocasião da mudança de pensamento internacional em relação ao urbanismo, com as questões levantadas pelos Congressos de Arquitetura Moderna que naquele momento criticavam a Carta de Atenas e a cidade funcionalista, introduzindo o caráter e dimensão humana como o Coração das cidades, ao mesmo tempo que o Brasil se preparava para a sua maior experiência urbana em Brasília, levantava questionamentos sobre a visão de Levi em torno da relação entre as escalas monumental e ordinária.

É curiosa a crítica à falta de consideração à atividade e atuação humana na obra de Rino Levi, uma vez que este tema teve bastante relevância na sua trajetória profissional, seja em projetos de arquitetura, urbanismo ou escrita. Em relação ao projeto para o Centro Cívico, de 1953, talvez pelo estágio do projeto entregue, a crítica externa foi justamente sua incapacidade de se tornar palco da diversidade de interações humanas e cotidianas.

A experimentação das escalas entre a metrópole e a vida cotidiana permeia a investigação de Rino Levi para os projetos de arquitetura que, de certa maneira, englobavam questões urbanas. O sistema polinuclear de Brasília com suas grandes torres onde estas diferentes escalas se encontram foi o apogeu do pensamento de Levi para um conjunto ao mesmo tempo arquitetônico e urbano, como explica Gonsales (2013):

¹²³ Benedito Geraldo Ferraz Gonçalves (1905 — 1979), foi um escritor, jornalista e crítico literário brasileiro.

“Que esse processo de mudança dos conceitos de urbanística moderna era acompanhado muito de perto pelo arquiteto Rino Levi, demonstram não somente a estreita correspondência com Giedion nessa época como a presença em sua biblioteca do livro “The Hearth of the city. CIAM 8” que apresenta os temas e discussões desse congresso. Levi inclusive enfatizaria, no memorial do projeto para Brasília, a necessidade de que cada núcleo fosse “autogovernado, gozando de certa independência e possuindo todos os serviços de que necessita”, isto permitiria à população “usufruir assim de todas as vantagens das pequenas comunidades sem prejuízo dos indiscutíveis benefícios das cidades de grandes proporções”.

Apesar das particularidades inerentes ao projeto de uma capital federal - como por exemplo a separação dos edifícios governamentais em relação ao centro comum, comercial e de lazer -, é evidente o paralelismo da proposta de Rino Levi com os conceitos desenvolvidos a partir desse congresso, como mostra inclusive a clara semelhança da proposta de centro urbano de Levi com alguns dos projetos apresentados no encontro.” (GONSALES, 2013).

Este trabalho pretende resgatar, como conclusão, que o olhar do arquiteto apontava para a escala humana. No início dos anos 1950 quando Rino Levi desenvolveu os projetos para a Cidade Universitária da USP, desde o projeto para o Setor Residencial de estudantes, com sua profunda preocupação com o dia a dia dos alunos, sua permeabilidade nos edifícios e no território dos jardins, e sobretudo na diluição entre uma escala monumental para a mais íntima e particular, até o Centro Cívico, com seus edifícios institucionais e o uso coletivo dos espaços, essa dimensão estava presente.

A descoberta dos desenhos de paisagismo preliminarmente desenvolvidos pelo Burle Marx poderia demonstrar esta hipótese uma vez que apresentava, a partir de alterações de pisos, de escalas de vegetação, zonas de esculturas e atividades na escala do pedestre, que a monumentalidade da Instituição estaria preservada através dos edifícios, mas também através da sua interação com o público.

Pode ser que apenas este projeto paisagístico talvez não fosse suficiente para que o Centro Cívico se transformasse no *Core* da Cidade Universitária, pelo menos no sentido completo defendido por Giedion e Sert, uma vez que não continha intrinsecamente programas estritamente públicos, como os apresentados

posteriormente no Centro Social. Porém, é um exercício interesse imaginar como teria sido este espaço se de fato fosse construído por completo.

O público do auditório com seus 3000 lugares tendo a praça como seu foyer aberto, aliado com o público da Biblioteca, poderiam movimentar o Centro Cívico de modo a transformá-lo de fato em palco civil. É interessante imaginar que o edifício da Biblioteca Central da Universidade pudesse estar implantada numa praça cívica, ao lado de uma imenso auditório, sem necessariamente estar ligada à uma faculdade específica. O fluxo de estudantes, professores, funcionários e visitantes entre os pilotis da biblioteca seriam um curioso evento, com as possíveis interações entre disciplinas, conteúdos e informações.

O complexo estudantil do Setor Residencial, há poucas quadras dali, com seus seis edifícios laminares e mais de 50mil m² de habitação também poderiam utilizar este espaço como extensão de seu quintal.

Embora as oportunidades perdidas façam parte da história, fica ao trabalho imaginar este local, tentando reproduzir, com a fidelidade que o nível de informação que um estudo preliminar permite, na sua complexa vocação de vida urbana. Para este exercício, foram elaboradas imagens que pretendem imaginar a praça cívica da Cidade Universitária Armando Salles Oliveira com uso.

De qualquer maneira, apesar do conjunto do Centro Cívico não ter sido construído, é fundamental a documentação deste esforço projetual lançado pela Universidade de São Paulo e desenvolvido pelos arquitetos. É de fato um patrimônio material que temos em mãos e que devemos valorizar, uma vez que além de conter um retrato de um pensamento vanguardista para a época, é objeto de estudo e aprendizado até os dias atuais, seja como referência de projeto e de soluções técnicas, como conceituais e de enfrentamento complexo a demandas complexas.



Figura 105: Imagem renderizada com a simulação da praça do centro Cívico junto do espelho d'água, como idealizado no Anteprojetado de 1953. No fundo, alinhado no centro da praça, a Torre Universitária e a avenida de ingresso. A imagem segue o esquema do paisagismo elaborado pelo paisagista Roberto Burle Marx. Elaborado pelo autor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Franciely Daiane Massarenti de. Rino Levi e a Arquitetura da Saúde: Simbiose entre Arte e Técnica. Enamparq, porto Alegre. 2016.

AMARAL, Keil. Cidades Universitárias, Realizações Contemporâneas. Revista Arquitectura, Porto, nº 55-56, pp. 6-13, 1956.

ANDRADE, Carlos Fernando de Souza Leão. Os projetos para a Esplanada de Santo Antônio, em três décadas da Revista Municipal de Engenharia, da Prefeitura do Distrito Federal. Docomomo. 2016.

ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. Rino Levi: Arquitetura e cidade. São Paulo: Romano Guerra Editora, 1ª edição, 2011.

ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. Rino Levi: Arquitetura e cidade. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2ª edição, 2019.

ANELLI, Renato Luiz Sobral. *Arquitetura e Cidade na obra de Rino Levi*. Tese de Doutorado – FAU USP, São Paulo, 1995.

ARANHA, Maria Beatriz de Camargo. *A obra de Rino Levi e a trajetória da Arquitetura Moderna no Brasil*. Tese de Doutorado – FAU USP, São Paulo, 2008.

BRAZ E SILVA, Ângela Martins Napoleão. 8º CIAM: Ideias antigas e uma nova atitude para o planejamento urbano. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, v. 17, nº 20, 2010.

BRESCIANI, Stella (org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2001

CAMPOS, Ernesto de Souza. Cidade Universitária da Universidade de São Paulo: Aspectos Gerais do Planejamento e Execução. São Paulo: Edusp, 1954.

CAMPOS, Ernesto de Souza. História da Universidade de São Paulo. São Paulo: Edusp, 1954.

CORDEIRO, Patrícia Cavalcante. A cidade universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro: preservação da arquitetura moderna. São Paulo, 2015.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Um acervo, uma coleção e três problemas: a Coleção Jacques Pilon da Biblioteca da FAUUSP. In: Museu Paulista: História e Cultura Material, Anais, São Paulo, 2016.

COSTA, Ana Elísia Calovi. *O gosto pelo sutil: confluências entre as casas-pátio de Daniele Calabi e Rino Levi*. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

COSTA, Alcília Afonso de Albuquerque. *Um modelo de cidade moderna industrial: A Cidade dos Motores. Xerém. RJ. TPA/ Town Plannings Associates. 1945- 46*. 2009. 8º DOCOMOMO Brasil.

FERNANDES, Fernanda. Arquitetura e sociabilidade na cidade universitária de São Paulo. In: Cidades Universitárias: Patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

GIEDION, Sigfried. Espaço, tempo e Arquitetura. O desenvolvimento de uma nova tradição. Martins Fontes. São Paulo. 2004.

GIOVANNETTI, Bruno "Arquitetura Italiana em São Paulo" - Consulado Geral da Itália - São Paulo - 1994.

GOROVITZ, Matheus. Brasília uma questão de escala. São Paulo, Projeto, 1985.

GONSALES, Célia Castro. "Brasília, por Rino Levi / Célia Castro Gonsales" 28 Out 2013. ArchDaily Brasil. <https://www.archdaily.com.br/br/01-149102/brasilia-por-rino-levi-slash-celia-castro-gonsales>.

LANNA, A. L. D. ; MAGNANI, J. G. (Org.) ; MARTINS, A. L. (Org.) ; FERNANDES, F. (Org.) ; MAMMI, L. (Org.) ; BARBUY, H. (Org.) ; LOURENCO, M. C. F. (Org.) ; SILVA, F. L. E. (Org.) . Cidades universitárias: patrimônio arquitetônico e urbanístico da USP. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2005. v. 01. 558p .

LASSO DE LA VEGA, Javier. La biblioteca como edificio funcional. Su construcción y equipo. Con un prólogo del Excmo. Sr. D. Modesto Lopez Otero. Madrid, 1948.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LESSA, Juliane B. R. *O ensino na prancheta: da arquitetura escolar à docência de arquitetura e urbanismo, o legado de Hélio Duarte*. Dissertação de Mestrado – FAU USP, São Paulo, 2017.

MACHADO, Lucio Gomes. *Rino Levi e a renovação da Arquitetura Brasileira*. Tese de Doutorado – FAU USP, São Paulo, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Cidade universitária: Patrimônio e identidade. In: *Cidades Universitárias: Patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MUNFORD, Eric Paul. *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge: The Mit Press, 2002.

RAHAL, Marina Silva. *O conforto térmico nas residências de Rino Levi*. Dissertação de Mestrado - Escola de Engenharia de São Carlos – USP, São Paulo, 2006.

RINO LEVI – Milão - Edizioni di Comunità - 1974.

ROLDAN, Dinalva Derenzo. *Arquitetura e urbanismo na América Latina na revista L'Architecture d'aujourd'hui entre 1945 e 1958*, in revista América – Revista de pós-graduação da escola da cidade – número 1. Editora da Escola da Cidade. São Paulo. 2018.

SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. 2. edição. São Paulo: PW Editores, 2012.

SERT, José Luis; ROGERS, Ernesto N.; TYRWHITT, Jacqueline. *El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad (Ciam 8, Hoddesdon, 1951)*. Barcelona: Hoepli S. L., 1955.

TINEM, Nelci. *As revistas de arquitetura como documentos pré-canônicos*. In: *Anais do I ENANPARQ. Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: Percursos e Perspectivas*. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. v. único.

XAVIER, Marco Antonio. O campus e a cidade. In: Cidades Universitárias: Patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

7. ANEXOS

7.1. Diário Oficial do Estado de São Paulo com o decreto da criação de USP.

Num. 101 Quint-feira, 10 de Maio de 1934 Ano 44.0

Diário Oficial do Estado de São Paulo (E. U. do Brasil)

NUMERO DO DIA 200 REIS NUMERO ATRAZADO DO ANO CORRENTE 400 REIS

SUMARIO

<p>DIARIO DO EXECUTIVO</p> <p>ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO</p> <p>Decreto n. 6426, de 9 de maio de 1934 — Reorganiza a Diretoria Geral do Ensino e dá outras providências.</p> <p>Decreto n. 6426, de 9 de maio de 1934 — Altera disposições do decreto n. 6283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a Universidade de São Paulo.</p> <p>Decreto n. 6427, de 9 de maio de 1934 — Estabelece medidas sobre as escolas normais livres do Estado e dá outras providências.</p> <p>Decreto n. 6428, de 9 de maio de 1934 — Abre, no Tesouro do Estado, a Secretaria da Educação e da Saúde Pública, o crédito especial de \$19.728.000, para ocorrer a despesa dos ginásios de Araraquara, Itaú, Taubaté, Catanduva e Araras, durante o corrente ano.</p> <p>Decreto n. 6429, de 9 de maio de 1934 — Aprova o Regulamento da Faculdade de Direito de São Paulo.</p> <p>Decreto n. 6430, de 9 de maio de 1934 — Organiza o Curso Complementar, criado pelo decreto n. 6283, de 25 de janeiro de 1934, com a denominação de Colégio Universitário, e dá outras providências.</p> <p>EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA — Decretos de 5 e 9 do corrente.</p> <p>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL — Expediente do dia 9 de maio de 1934 — Despachos do Diretor — Comunicações — Diversos. — Circular n. 217.</p> <p>SECRETARIAS DE ESTADO</p> <p>SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA — Diretoria de Justiça — 1.ª Seção: Atos — Ofícios — 1.ª Seção: Requerimentos despachados — Junta Consultiva: Sessão de 27 de abril de 1934.</p>	<p>Departamento Central de Pólicia — 1.ª Seção: Atos do Chefe de Polícia — Requerimentos despachados — 3.ª Seção: Expediente — 4.ª Seção: Autorizações expedidas — Escala do Serviço.</p> <p>Fazenda Pública — Estado Maior — 1.ª Seção: Licença — Requerimentos despachados — Escala do Serviço.</p> <p>Guarda Civil — Boletim n. 27.</p> <p>5.ª Delegacia Auxiliar — Vistorias — Infrações do dia 5 do mês corrente.</p> <p>SECRETARIA DA FAZENDA E DO TESOUREIRO — Demonstração das entradas e saídas de dinheiro nos dias 8 e 9 do corrente — Pagamentos — Departamento Central de Estatística Imobiliária — Bolsa de Fundos Públicos.</p> <p>SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA — Seção de Higiene — Seção de Escolas Secundárias e Superiores — Seção de Grupos Escolares — Seção de Escolas Isoladas, Remidas e Grupos Escolares de 4.ª categoria — Seção de Notas e Informações.</p> <p>Diretoria Geral do Ensino — 1.ª Seção: Protocolo e Arquivo: Movimento de Papeis — 2.ª Seção: Aviso — Papeis despachados — Ato — 4.ª Seção: Escolas Normais: Requerimentos despachados — Serviço de Orientação e Fiscalização do Ensino Particular: estabelecimentos registrados — Delegacia Regional do Ensino — Comunicado.</p> <p>Serviço Santitário — Secretaria — Seção de Expediente — Seção de contabilidade — Seção de Arquivo e Informações.</p> <p>SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Expediente do dia 5 — Expediente do dia 5.</p> <p>Departamento Estadual de Trabalho — Agência Oficial de Colocação.</p>	<p>SECRETARIA DA VIAGEM E OBRAS PÚBLICAS — Ato — Atos n. 440 e 450 — Expedientes dos dias 4, 5, 7 e 8 do corrente — Diretoria de Contabilidade — Tribunal de Tarifas.</p> <p>EDITAIS DO EXECUTIVO</p> <p>DIARIO DOS MUNICIPIOS</p> <p>PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO — Atos n. 612 e 613 — Tesouro — Requerimentos despachados pelo Prefeito — Exames de Candidatos a Meteorologistas — Edital.</p> <p>EDITAIS</p> <p>ALANCIETES.</p> <p>BOLETIM FEDERAL</p> <p>2.º REGIÃO MILITAR</p> <p>MEMORANDIA FEDERAL</p> <p>DIARIO DA JUSTIÇA</p> <p>PALACIO DA JUSTIÇA</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA — Sessão de Camaras Conjuntas, entre a 4.ª e 5.ª Camaras.</p> <p>Presidência — Despacho — Requerimentos despachados.</p> <p>Secretaria — Seção Judiciária, 1.ª Sub-Sessão — Ofício do dia para os julgamentos da sessão de Camaras Conjuntas, em 11.5.1934 — Expediente — Autos conclusos.</p> <p>2.ª Sub-Sessão — Autos citados.</p> <p>Procuradoria Geral do Estado — Expediente. — Pareceres.</p> <p>Cartorios — 1.º ofício — 2.º ofício.</p> <p>INEDITORIAIS</p> <p>PUBLICAÇÕES PARTICULARES.</p> <p>EDITAIS — Fôro da Capital — Fôro do Interior.</p>
--	--	---

Diário do Executivo

Atos do Interventor Federal no Estado

DECRETO N. 6.283, DE 9 DE MAIO DE 1934

Altera disposições do decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a Universidade de São Paulo.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n. 19.298, de 11 de novembro de 1932;

Considerando que convém introduzir, para sua melhor aplicação, no decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934, algumas alterações.

Decreto:

Art. 1.º — Ficam assim redigidos os artigos abaixo mencionados no referido decreto:

a) — "Artigo 4.º — Além das Escolas, Faculdades e Institutos, referidos no artigo anterior, concernem para ampliar o ensino no Estado da Universidade:

1) — o Instituto Biológico;

2) — o Instituto de Higiene;

3) — o Instituto de Matemática;

4) — o Instituto Agronômico, de Campinas;

5) — o Instituto Astronômico e Geográfico;

6) — o Instituto de Rádio "Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho";

7) — a Assistência Geral a Psicopatas;

8) — o Instituto de Pesquisas Etnológicas;

9) — o Museu de Arqueologia, História e Etnografia que é o Museu Paulista;

10) — o Serviço Florestal;

11) — e quaisquer outras instituições de caráter técnico e científico do Estado.

§ 1.º — O concurso destas instituições à Universidade, de encarregando-se de cursos de aperfeiçoamento ou especialização, se efetuará em mandatos universitários mediante acordos que se realizarem entre o Reitor da Universidade e os respectivos Diretores das instituições mencionadas acima, devidamente autorizados pelo Governo, sendo submetidos à aprovação do Conselho Universitário os programas dos cursos e os métodos de sua realização.

§ 2.º — Os profissionais especializados das instituições referidas poderão prestar auxílio ao ensino universitário na realização de cursos, mediante resolução do Conselho Universitário de acordo com programas aprovados pela direção dos respectivos Institutos, Escolas ou Faculdades."

b) — "Artigo 9.º — A Seção de letras abrangerá as seguintes cadeias fundamentais:

1) — Linguística;

2) — Filologia comparada;

3) — Filologia portuguesa;

4) — Literatura luso-brasileira;

5) — Língua e Literatura grega;

6) — Língua e Literatura latina;

7) — Língua e Literatura francesa;

8) — Língua e Literatura italiana;

9) — Língua e Literatura inglesa;

10) — Língua e Literatura alemã;

11) — Língua e crítica literária.

c) — "Artigo 19 —

1.º — Letras:

(Seção de Línguas estrangeiras)

1.º ano — Língua francesa, espanhola, Italiana, Francesa, Italiana, Inglesa ou alemã;

2.º ano — Língua francesa, italiana, inglesa ou alemã, literatura (francês, italiana, inglesa ou alemã);

3.º ano — Língua francesa, italiana, inglesa ou alemã, literatura (francês, italiana, inglesa ou alemã), crítica e literatura.

d) — "Artigo 27 — O Reitor da Universidade será nomeado livremente pelo Governo entre professores catedráticos das Faculdades e Escolas que compõem a Universidade de São Paulo."

e) — Artigo 28 — O Conselho Universitário é constituído:

1) — dos diretores das diversas Faculdades, Escolas ou Institutos da Universidade (artigo 3.º);

2) — de três representantes das instituições de caráter técnico e científico com as quais for convençãoado o mandato universitário (artigo 4.º), eleitos por dois anos pelas respectivas direções;

3) — de um representante dos professores catedráticos de cada uma das Escolas ou Faculdades, eleito cada ano não podendo ser eleito professor que exerça função administrativa na escola;

4) — de um representante, eleito por um ano, dos livres docentes de todas as Faculdades e Escolas;

5) — de um representante dos antigos alunos;

6) — de um representante dos alunos atuais.

f) — "Artigo 30 — O representante dos antigos alunos, com mandato por um ano, será eleito por eles reunidos em assembleia a que compareçam, pelo menos, cem alunos, e os atuais alunos nos termos seguintes:

1) — cada Escola ou Faculdade elegerá dentre os seus alunos, os seus representantes à assembleia geral;

2) — o número desses representantes é, para cada Escola ou Faculdade, um vigésimo do total dos alunos matriculados na respectiva Escola ou Faculdade, descontadas as trocas;

3) — constituída a assembleia geral será eleito o representante dos alunos atuais no Conselho Universitário pelos representantes proporcionais de cada Escola ou Faculdade;

4) — considera-se eleito o que obtiver maioria absoluta de votos;

5) — se nenhum alcançar essa votação, será escolhido, em segundo escrutínio, um entre os dois mais votados no primeiro.

Parágrafo único — Não poderá votar, nem ser votado como antigo aluno, nenhum dos antigos alunos, com função docente, técnico, ou administrativa, em qualquer das Faculdades, Escolas ou Institutos da Universidade."

g) — "Artigo 48 — Os estatutos da Universidade de São Paulo são elaborados pelo Conselho Universitário, dentro de quatro meses de constituído, e submetidos à aprovação do Governo do Estado."

Artigo 2.º — Ficam suprimidos os artigos 21, 56 e 57 do decreto n. 6.273, de 25 de janeiro de 1934.

Artigo 3.º — Fica instituída a cadeira de Topografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Artigo 4.º — O presente fará publicar de novo todo o decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, incorporadas as modificações, e feitas as correções tipográficas.

Artigo 5.º — Este decreto entra em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 9 de maio de 1934.

ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA
Christiano Altenfelder Silva,
Publicado na Secretaria da Educação e da Saúde Pública, aos 9 de maio de 1934.
A. Melchior Reis Filho,
Diretor Geral.

DECRETO N. 6.283, DE 25 DE JANEIRO DE 1934

Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n. 19.298, de 11 de novembro de 1932;

considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandiosidade de um povo;

considerando que, além de ser instituído de investigação científica de altos estudos, de cultura livre, de ensino, de ensino, pode uma nação moderna adotar a concepção de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

considerando que a formação das classes dirigente e operária em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está concludentemente a organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e promova a seleção dos mais capazes;

considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e urgente elevar o seu nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão;

Decreto:

TITULO I

Da Universidade de São Paulo

Art. 1.º — Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo.

Art. 2.º — São fins da Universidade:

a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;

b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que criem, com o desenvolvimento do espírito, um homem capaz de viver;

c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnica e profissional em todas as profissões de base científica ou artística;

Figura 105: Diário Oficial do Estado de São Paulo. 10/05/1934. Destaque para o Decreto n. 6.283. Fonte: Imprensa Oficial.

7.2. Regime a vida do estudante – Setor Residencial de Estudantes 1952.

I – Regime de vida do estudante

Para o estudo do programa geral do Setor Residencial do Estudante, foi estabelecido, como mais provável, o seguinte regime de vida do estudante interno, isto é, do que é alojado na Cidade Universitária. – Pela manhã, ao começo do dia útil, o estudante, ao levantar-se, encontra, seja no quarto que ocupa, seja no bar de seu Bloco residencial, a refeição matinal. Após esta, e antes de iniciar seu trabalho escolar, poderá êle dirigir-se ao Setor Esportivo, que fica próximo, para aí fazer um primeiro período de exercício físico.

Deixando o esporte, demandará o estudante o setor de ensino que lhe compete, entre as Faculdades do campus. Aí passará o seu dia de trabalho. Tomará a sua segunda refeição ou almoço, no restaurante-bar da Faculdade; nêle poderá tomar também a sua terceira refeição, o lanche da tarde.

Terminado o dia escolar, demandará o estudante o setor residencial, onde poderá trocar de roupa e, eventualmente, retornar aos esportes, entre seis e sete horas da tarde.

Do setor esportivo, voltará o estudante para sua residência; depois de vestir-se apropriadamente, tomará a sua última refeição, o jantar, no Restaurante Cafeteria, localizado entre os Blocos residenciais.

À noite, depois do jantar, poderá êle encontrar, no contíguo Club Estudantil, as distrações e o repouso, com que encerrará o seu dia universitário.” CAMPOS, 1954, p. 46.

7.3. Hino do IV Centenário da Cidade de São Paulo

Composto por Mário Zan, a pedido da AESP (Associação das Emissoras de São Paulo), regido pelo maestro Comandante (e coronel) Sadoff de Sá:

1º parte:

São Paulo, terra amada
Cidade imensa
De grandezas mil!

És tu, terra dourada,
Progresso e glória
Do meu Brasil!

Ó terra bandeirante
De quem se orgulha nossa nação,
Deste Brasil gigante
Tu és a alma e o coração!

Refrão:

Salve o grito do Ipiranga
Que a história consagrou
Foi em ti, ó meu São Paulo,
Que o Brasil se libertou!

O teu quarto centenário
Festejamos com amor!
Teu trabalho fecundo
Mostra ao mundo inteiro
O teu valor!

2º parte:

Ó linda terra de Anchieta,
Do bandeirante destemido.
Um mundo de arte e de grandeza
Em ti tem sido construído!
Tens tu as noites adornadas
Pela garoa em denso véu,
Sobre seus edifícios
Que mais parece chegarem aos céus!

(Refrão)